

Xislei Araújo Ramos

BH/UFC

"POR TRÁS DE TODA FUGA, NEM SEMPRE HÁ UM CRIME":

O Recrutamento "a laço" e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Fortaleza

2003

"POR TRÁS DE TODA FUGA, NEM SEMPRE HÁ UM CRIME":

O Recrutamento "a laço" e os limites da ordem no Ceará
(1850-1875)

BH/UFC

Dissertação defendida e aprovada, em 14 de março de 2003,
pela banca examinadora constituída pelos professores:



Profª Drª Ivone Cordeiro Barbosa - Orientadora



Profº Drº José Olivenor Souza Chaves



Profº Drº Frederico de Castro Neves

AGRADECIMENTOS

Toda obra humana é coletiva. Por mais solitária que seja uma criação - e esse trabalho foi fruto de incansáveis momentos de isolamento, reclusão e solidão - ela é tributária de um passado, de uma convivência, de uma aprendizagem. E é nessas horas que percebemos o valor e a importância de pessoas absolutamente essenciais em nossas vidas, seja no aspecto afetivo ou intelectual.

Antes de todos, quero agradecer a minha amada e maravilhosa família, Freddy, Larissa e Amanda, pela compreensão, carinho e companheirismo de todas as horas, aos meus pais, Xisto e Vilani, que me apoiaram, tanto emocionalmente como, também, nos infinitos "galhos quebrados" do decorrer da minha vida acadêmica, e aos meus irmãos (Val, Maninha, Dane, Cira, Vânia e Júnior), pelos constantes incentivos e pela amizade que nos une.

Agradeço ao meu querido amigo Marcus Carvalho, que foi meu professor na graduação e especialização (UFPE) e o maior incentivador para que eu fizesse o Mestrado, sempre contribuindo com sugestões valiosíssimas e, o mais importante: incentivando-me para que eu continuasse na árdua tarefa de todo historiador, de chegar às suas próprias conclusões, sem os "achismos" de todo principiante. A ele devo muito, tanto no aspecto intelectual como no infinito apoio emocional que me proporcionou, mesmo a distância.

Na banca de qualificação favoreci-me das preciosas sugestões dos professores Frederico de Castro Neves, Eurípedes Funes e Francisco José Pinheiro. Mas, agradeço especialmente aos professores Frederico de Castro Neves e Eurípedes Funes. Fred por me ajudar a polir meus argumentos e pensar com mais clareza a partir das observações sobre as "estórias de vida" da população local. E Funes por estar cobrando sempre "o melhor de mim", sugerindo "novos olhares e perspectivas" na medida em que apontava diferentes abordagens sobre o tema e me emprestava livros do seu acervo particular.

Agradeço também aos meus queridos amigos, que, sinceramente, tenho certeza que torceram muito por mim para que esse trabalho suprisse essa primeira etapa: Nara Liana, Janelucy Penharvel, Helsson Paulo, Célia Barreto, Edson Holanda, Márcia Juliana, Adolfo Jr. e Dioclécia. E aos meus queridos companheiros do Mestrado, que enfrentaram comigo o “peso” e a “enorme” responsabilidade de sermos a primeira turma do programa, Edmilson Jr., Ana Maria Braga, Allysson Bruno, Joel, Tyrone, Ana Lúcia, Rameres, Josiane, Ana Rita, Mônica e Jeovah Lucas.

Agradeço a FUNCAP, por financiar a maior parte da pesquisa, em especial à Eleni, pela sua atenção e disponibilidade; e ao Sr. Vianney Mesquita, pelas suas criteriosas correções.

Essa pesquisa deve muito, ainda, a um grande colaborador, André Frota de Oliveira, que nos seus muitos anos de pesquisa no Arquivo Público de Fortaleza – como um grande pesquisador histórico que se dedica ao passado de Granja – e com a sua amabilidade e paciência, esteve sempre disponível para tirar as minhas dúvidas paleográficas, me lembrar de coleções e documentos importantes para o tema e estudo desenvolvido nesse trabalho.

E por último, mas não menos importante, agradeço à Prof^a Dr^a Ivone Cordeiro Barbosa, pela sua orientação; e a todos os professores e funcionários da pós-graduação em História Social da UFC.

SUMÁRIO

Resumo	06
Abstract	07
Introdução	08
CAP.1 O CEARÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	
1.1 Os Espaços Sertanejos.....	26
1.2 Cotidiano e Pobreza.....	41
1.2.1 Conflitos, Tensões e Reações.....	62
CAP.2 AS PRÁTICAS DO RECRUTAMENTO NO COTIDIANO DA POBREZA	
2.1 As Eleições e o Recrutamento a Laço.....	79
2.2 A Imagem do Soldado.	100
2.2.1 Estratégias de Resistência na Guerra contra Rosas.....	117
2.3 O Jogo de Forças e a Idealização do Cidadão-Patriota.....	125
2.3.1 Manifestações de Voluntariado e Patriotismo na Província.....	141
CAP.3 OS LIMITES DA ORDEM	
3.1 O Fim do Voluntariado e a Oposição ao Recrutamento.....	149
3.2 O Discurso da Imprensa e os Perigos para a Ordem.....	170
3.3 O Peso da Tradição.....	181
Considerações Finais	197
Fontes e Bibliografia	200

RESUMO

Esta dissertação- **“POR TRÁS DE TODA FUGA, NEM SEMPRE HÁ UM CRIME”**: O Recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875), tem por objetivo analisar o processo do recrutamento militar forçado para as hostes do Exército e da Guarda Nacional, na segunda metade dos oitocentos, nos sertões cearenses – como estratégia de controle e normatização das camadas sociais pobres e livres – e a justaposição dos poderes que envolveram homens pobres livres, proprietários e Estado.

Para a apresentação das minhas reflexões e do eixo temático aqui proposto, o trabalho foi dividido em três capítulos: no primeiro, discuto, com base na historiografia e nos documentos cartoriais, a condição do homem pobre livre no Ceará, e as diversas formas de negociações entre os trabalhadores rurais e a elite local. No segundo capítulo, analiso o recrutamento a laço no processo eleitoral e os cargos públicos. Mostro também as instituições militares e o valor social do recruta brasileiro, no período aqui tratado, assim como o discurso patriótico, que tentou buscar se espalhar pelo tecido social, materializando-se em ações que pudessem propiciar ao homem pobre e livre o voluntariado e a luta pela Pátria. E por último, no terceiro capítulo, analiso as dificuldades dos governos imperial e local em garantir soldados-patriotas na extensa Guerra do Paraguai, produzindo imensa oposição da sociedade local ao processo de conscrição e uma certa porosidade na ordem das relações sociais vivenciadas cotidianamente entre homens pobres livres, grandes proprietários e Estado.

ABSTRACT

This dissertation – **“Behind any escape, there is not even a crime”**: The recruitment by force and the order limits in Ceara(1850-1875), has an aim to analyze the process of military recruitment by force for the portions of the army and the National Guard, in the second mid of the 1800's located in Ceara backlands – as a control strategy and regulation of the free and poor levels of the society – and fair position of the authorities that involved poor people, landlords and the Government.

To present my reflections about the subject here proposed, this work was divided in three chapters. In the first one, I discuss, based on history and archive documents, the condition of the free and poor man in Ceara and the several types of negotiation between rural workers and the local landlords. In the second chapter, I analyze the recruitment by force in the election process and the political offices. I also point out the military institutions and the brazilian soldier social value in the proposed period as well as the patriot speech that had tried to spread all over the society levels, becoming true in actions that could take the poor man to the voluntary and the struggle for his homeland. In the last chapter, I analyze the local and imperial government difficulties in attracting soldiers to the War of Paraguay, leaving the local society against the process of recruitment by force and a certain affliction in the order of the social relations lived among the poor men, landlords and the Government.

INTRODUÇÃO

Quando iniciei o Mestrado, pensei em me dedicar a dois movimentos das camadas populares que ocorreram na Província cearense nos anos de 1852 e 1875/76, especificamente. O de 1852 foi um movimento que aconteceu em quase todo o Nordeste, incluindo - além do Ceará - as Províncias de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, em oposição aos decretos imperiais 797 e 798, de 18 de junho de 1851, que instituíam o Censo Geral do Império e o Registro Civil dos Nascimentos e óbitos¹.

A população pobre e livre interpretou os registros, que eram baseados na cor da pele, como a “*escravização de todas as pessoas livres*” e, com isso, externou seu medo em ser escravizada agredindo os agentes responsáveis pelo recenseamento e pondo em fuga autoridades e grandes proprietários. Além da lei estabelecida pelo Governo Imperial, as autoridades locais estavam “laçando” nas paróquias todos os homens “recrutáveis” para lutarem na curta guerra, de 1851 a 1852, que tinha como objetivo depor Juan Manuel de Rosas em Buenos Aires. O recrutamento arbitrário reforçou a insatisfação da população pobre e livre, que, além de associar os decretos - 797/798 que estabeleciam o recenseamento - a um mecanismo do Governo imperial em condicionar a “gente de cor” daqui mesmo à escravização, relacionou o número de certidões de nascimentos e óbitos ao recrutamento para o *front*. Dessa forma, atacaram as vilas, rasgaram as listas afixadas nas igrejas, expulsaram as autoridades, quebraram praças e Igrejas. As autoridades locais, com o objetivo de manter sua imagem de “protetores” da população pobre e livre, procuraram atenuar os castigos contra os revoltosos, solicitando ao presidente da Província intervenções em favor dos “*homens honestos, submissos e que viviam em paz com seus vizinhos*”².

¹ Segundo Hamilton Monteiro, o decreto 797 “determinava que o arrolamento da população para o censo seria feito no dia 15 de julho de 1851, após a afixação de editais nas Igrejas matrizes e anúncios nos jomais, a partir de 1º de junho daquele ano. Quanto ao decreto 798, constava que o registro civil da população, a ser feito pelos escrivães dos juizes de paz dos distritos, entraria em vigor, ‘impreterivelmente’, a 1º de janeiro de 1852”. MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente* (1850-1890). São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981.

² APEC. Fundo: Executivo Provincial - Ofícios e Relatórios enviados ao presidente da Província do Comando Superior, delegados e subdelegados das comarcas de Quixadá, Limoeiro, Baturité e Saboeiro. 1852-55.

O movimento que ocorreu em 1875/76 teve como principal objetivo acabar com a Lei do Sorteio, estabelecida pelo Governo imperial em 1874 (Lei nº 2556, de 26 de setembro). Essa lei tinha sido baseada, mais uma vez, nos modelos europeus, principalmente, no modelo francês³. Os reclamantes viam na nova lei a condição de não diferenciar os homens “honrados” dos homens considerados “sem honra”, pois, na mentalidade oitocentista, só eram recrutados para servir as frentes de linha os “desafetos” sociais ou dos poderosos. Os pobres temiam ainda que um sistema aparentemente mais organizado os conduzisse mais facilmente ao serviço militar. Além disso, as substituições não seriam mais respeitadas - o pagamento de uma certa quantia desobrigava os “privilegiados” do serviço militar e outras isenções que o Estado já havia decretado, como a dispensa para os homens casados e comprovadamente empregados – pois, a partir da nova lei, o que valeria seria a questão “sorte” e não mais “reputação” e/ou “apadrinhamento”. Dessa forma, os homens pobres livres, sobretudo os que eram “protegidos” com o apoio da classe senhorial, sublevaram-se contra a nova lei, transformando-a em letra morta após vários quebra-quebras, invasões das cadeias públicas, motins, movimentos de insubordinação e até uma “passeata”, razoavelmente bem organizada para os padrões da época⁴. Mostras de violência e de insubordinação da população pobre e livre muitas vezes serviram como aviso para que os grandes proprietários e o Estado moderassem sua exigência sobre as classes mais baixas⁵.

No caso do recrutamento de 1874, as discussões que estavam ocorrendo sistematicamente em torno da necessidade de implementar leis contra a vadiagem e a ociosidade do homem pobre livre, tenha dado lugar a

³ Desde a Independência do Brasil, 1822, as autoridades governamentais buscavam modelos europeus para continuar aplicando no País, sobretudo o modelo francês, considerado para os padrões da época como o mais civilizado e moderno. Foi o que aconteceu por exemplo com a Guarda Nacional, modelo copiado da França e implantado no Brasil, ainda no período regencial. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴ APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ofícios enviados pelo presidente da Província Ezmerino G. Parente ao pároco de Santa Quitéria, em 1876; Ofícios do pároco de São Francisco para o presidente da Província Francisco de Farias Lemos, em 1876. Ofícios do presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira, para o conselheiro ajudante geral, ao presidente da Câmara Municipal e ao juiz de Direito, delegados de polícia e inspetores de quartelão, em 1875.

⁵ Sobre essa questão veja-se: THOMPSON, E.P. *Patrícios e Plebeus* In: *Costumes em Comum*. Revisão Técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.25 a 85.

uma maior desconfiança entre o povo. É por essa época que, diante da expectativa do fim da escravidão no País, vão ser discutidos com maior afinco planos de reorganização do mercado de trabalho, para exploração da mão-de-obra livre. Os grandes proprietários, portanto, tinham que lidar com o problema do "ócio" do trabalhador nacional⁶, e a fórmula mais requerida para isso era a criação de leis que obrigassem os "vadios" ao trabalho regular⁷. Daí não ser um absurdo a população pobre conceber a existência de um plano dos grandes proprietários e do Governo imperial para escravizá-los, a pretexto de uma nova lei para o recrutamento.

A natureza e o significado desses dois movimentos, que aconteceram no Ceará e em algumas províncias nordestinas, talvez possa nos ajudar a compreender e a ampliar as relações de autoridade e deferência, e também esclarecer parte dos vínculos e alianças que se estabeleceram entre as elites e os homens pobres livres no exercício do poder e contra-poder. A participação de homens e mulheres que ganharam as ruas e interpretaram, à sua maneira, as leis e decretos estabelecidos pelo Governo imperial, sugerem que as técnicas implementadas pelas autoridades em controlar a classe social despossuída tinha o consentimento e a aprovação dos pobres em certas ocasiões, mas em outras a total ausência desse apoio.

⁶ Sobre os debates em torno da regularização do trabalho, ver: *TRABALHOS do Congresso Agrícola do Recife*, Ed. Comemorativa do 1º Centenário, Recife: Fundação Estadual de planejamento Agrícola de Pernambuco, out. 1878. EISENBERG, Peter L. *O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX: sugestões para uma pesquisa*. In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989, p.223-45. PINHEIRO, Francisco José. *A Organização do Mercado de Trabalho no Ceará (1850-1880)*, pp. 52-53. BARREIRO, José Carlos. *Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 7 (14), p.131-49, mar./ago. 1987.

⁷ Idem. *Ibidem.*, pp. 102-103; EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977, pp.212-214, Uma postura municipal de Triunfo contra a vagabundagem diz o seguinte: "Art. 84 – *Todo aquele que não tiver um meio de vida honesto, se não se empregar na agricultura, além de sofrer a multa de dez mil réis e oito dias de prisão, será pelo fiscal denunciado as autoridades competentes como vadio ou vagabundo*". APEPE, CLPPE, Lei nº 1226 de 21.06.1875. O problema com os vadios era visto também como um caso de segurança pública, como sugere o discurso proferido no Congresso Agrícola de Recife em 1878: '*... aglomeração de ociosos nos grandes centros de população é um perigo iminente, é uma revolução adiada, é uma revolução brutal*'. Apud Eisenberg, Peter. Op. Cit. , p.213., p. 213.

Diante dessa perspectiva, e sob forte influência do historiador inglês, E. P. Thompson⁸, *Costumes em Comum*(1998) e do norte americano Richard Graham⁹, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*(1997) - que foram grandes fontes de inspiração para o desenvolvimento desse trabalho - busquei trabalhar as camadas dos homens pobres e livres, adotando enfoques analíticos a partir das relações de poder e contra-poder justapostas entre homens pobres livres, proprietários e Estado. Acredito que boa parte do instrumental teórico desses autores, sem ser utilizado como uma camisa de forças e amarras ortodoxas, também pode ser aplicado nos sertões cearenses, respeitando-se, é claro, as especificidades do espaço-tempo aqui proposto.

Desse modo, o conceito de economia moral em Thompson me ajudou a pensar as práticas paternalistas dos sertões cearenses como práticas porosas que se esgarçavam na medida em que os homens pobres livres buscavam alianças com patrões e Estado, passando da condição de homem submisso e deferente para a posição de aliado. Muitas vezes essa condição de aliado permitia ao homem pobre livre exercer autonomia diante de decisões inerentes a sua própria condição de subordinado, podendo resultar em lutas e resistências contra o poder de mando discricionário das autoridades locais. Além disso, acredito ainda, que essas alianças entre essa complexa rede de relações patrono-cliente foram a base de sustentação para que as camadas pobres buscassem nas próprias leis instituídas pelo Governo imperial os seus direitos de cidadãos como, por exemplo, as inúmeras petições solicitando o cumprimento das isenções legais, caracterizando, desse modo, apesar de forma ainda que efêmera, o exercício da cidadania - dos homens pobres livres - em um período em que se iniciava a solidificação e o reconhecimento do País como uma Nação (brasileira).

Com isso em mente, e com alguns indícios que a documentação oficial aponta, (processos judiciais, Guarda Nacional, Ministério do Exército e da Marinha), resolvi então ampliar o objeto de estudo para poder compreender as nuances que levaram homens pobres livres, muitos deles trabalhadores e apadrinhados, a questionar e se rebelar contra os seus patrões e/ou protetores

⁸ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

e contra as autoridades do Estado. Primeiramente, porque não acredito que essas revoltas tenham sido episódios isolados entre si, e, mais uma vez, pensando com Thompson, acredito que foram um encadeamento de casos de resistência e rebelião popular, que obedeceram a uma lógica e a uma periodização própria. Além disso, penso ainda que foram movimentos marcados por diversos ajustes e acordos - pautados em códigos de dominação e de solidariedade - e sedimentados pelas relações sociais paternalistas¹⁰. Assim, resolvi analisar a importância que o recrutamento militar teve e o impacto que ele causou na sociedade do século XIX no Ceará, já que os dois movimentos sociais (já citados) ocorridos na Província coincidem com o período de maior conscrição da população masculina.

Essa fase de maior conscrição também passou a ser bastante noticiada pelos principais jornais e folhetins que circulavam no Ceará - através de poesias, canções, manifestos, denúncias e solicitações - como estratégia dos opositores dos governantes - que de forma intermitente se revezavam entre conservadores e liberais - em utilizar a imprensa como um verdadeiro veículo e instrumento de campanha e persuasão. No entanto, há uma pergunta bastante pertinente a fazer. Como essas denúncias conseguiram se espalhar e chegar às camadas pobres e livres do dezenove se o jornal não poderia ser um veículo de massa, seja pelo preço do exemplar ou porque a maioria da população era analfabeta? Há sempre frestas por onde se possa olhar para entender as notícias divulgadas e as ações dos homens. As notícias sobre os agentes recrutadores eram divulgadas em praças públicas para todos ouvirem num jogo que se prenunciava no sentido de se formar alianças e assegurar favoravelmente votantes para o partido e para as facções da oposição. Além disso, as arbitrariedades dos agentes recrutadores rondava muito perto de todos os que circulavam as ruas áridas do sertão nordestino. Sendo assim, era bastante comum ter um parente, amigo ou pessoa muito próxima servindo obrigatoriamente as Forças Armadas ou a Guarda Nacional. Com isso, foi se

¹⁰ De acordo com Thompson, o termo paternalismo tende a sugerir um falso calor humano, paternal, em que as relações podem parecer ou sugerir relações muito próximas, subentendendo noções de valor que não estão presentes em nenhuma sociedade. No entanto, funciona muito mais como uma representação do que como uma relação familiar de face a face, pois ao termo confere significados só inteligíveis a partir das tradições culturais submetidas às relações sociais e às negociações do cotidiano. THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*, Op. Cit. pp. 32 e 62.

dando o grande esvaziamento dos locais de trabalho pela população masculina e pobre que foi relatando e criando “causos” e expressões pejorativas sobre a situação que se agravava dentro da realidade da vida dessa classe tão dessemelhante do dezenove cearense. Uma dessas expressões *Por trás de toda fuga nem sempre há um crime...*, que originou o título desse projeto, foi como o jornal *O Cearense* em 1852, em um artigo intitulado “O Recrutamento”, apresentou o esvaziamento das cidades cearenses e a falta de “*braços livres de homens laboriosos e honestos*” para o trabalho, por conta do recrutamento forçado¹¹. Outra expressão bastante comum no período e que pode ser encontrada também nos jornais que circulavam na segunda metade do século XIX é o termo “a laço”. Laçar o sujeito tinha um significado coercitivo na linguagem oitocentista. Até porque a própria palavra recrutamento já tinha o significado de forçado¹², portanto, quando se atribui a expressão “a laço”, subentende-se que as autoridades precisavam destacar ainda mais sua natureza coativa para preencher as suas fileiras do Exército e da Guarda Nacional.

Nas andanças pelos arquivos, fui ainda me deparando com novas pistas e possibilidades para serem trabalhadas. Algumas velhas questões, que acreditava já estarem bem consolidadas, iam se desvalidando na medida em que a pesquisa empírica ia avançando. A idéia que tinha sobre os sujeitos propensos ao recrutamento forçado estava limitada aos homens pobres livres, aos pequenos proprietários e escravos, todos “aliciados” pelo poder local. No entanto, encontrei alguns documentos que me levaram a acreditar que homens abastados também foram para o *front*, sobretudo, no período da Guerra do Paraguai, como uma forma de punição, rixas pessoais, vinganças e disputas, que reforçavam o princípio de arbitrariedade e de poder discricionário da autoridade que eles mesmos defendiam com tanto apreço. Foi o que aconteceu ao coronel Esmerino de Campos, da localidade de Limoeiro, importante proprietário da região, que, por haver deflorado uma menor e ser

¹¹ Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Setor de microfilmagem e hemeroteca. Fonte: *Jornal O Cearense*, “Recrutamento”, 06/ 08/1852.

¹² KRAAY, Hendrik. *Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial*. Diálogos, Revista do Departamento de História -UEM, a/c. Coordenação/ Editorial da Universidade Estadual de Maringá. Paraná. V.3, n.3:113-151, 1999, p.114.

casado, foi obrigado a lutar na Guerra do Paraguai¹³. Outro documento indica uma complexidade ainda maior. Na cidade do Crato, uma rica proprietária da região mandou recrutar o seu amante, também proprietário de terras, em razão do término do romance. O documento aponta que o motivo era o de vingança e por isso solicitava a soltura do indivíduo. O interessante é que o pedido de soltura havia sido feito pela mulher legítima do grande proprietário, de nome Francisca do Francisco, a partir de uma petição.¹⁴ Esses dois casos nos revelam a complexidade do recrutamento no período e, principalmente, o fato de não se restringir somente à classe dos homens despossuídos, especificamente por não serem "*cidadãos influentes em virtude de suas posses e papel social*"¹⁵, mas também como formas de disputa entre membros das elites locais na luta pelo poder¹⁶.

Após esses novos indícios, senti ainda a necessidade de compreender o sentido da imagem construída em relação às instituições militares e a questão do Voluntário da Pátria¹⁷. Percebi que a idéia que se tinha cristalizado, na segunda metade do século dezenove, sobre as Instituições e o recruta, se diferenciava em alguns momentos, mas em outros era vista como uma coisa só. O sujeito pobre que pertencia às Forças Armadas estava condicionado ao fato vergonhoso de ser soldado raso, o que para os padrões da época era uma pena de desmedido sofrimento, tanto para o indivíduo como para sua família. Em primeiro lugar, porque associava o recruta ao desclassificado social – vadio, ladrão, insubordinado, arredo e inimigo dos homens abastados da região. E esta associação que se fazia da imagem do soldado brasileiro tinha sido construída pela sociedade desde o período colonial. Portanto, ser soldado consistia sempre num ato de punição ao sujeito que estava à margem dos

¹³ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício enviado ao presidente da Província do Comando Superior da comarca de Limoeiro, 07/ 1867.

¹⁴ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Petição de Francisca do Francisco solicitando ao presidente da Província por parte do delegado Abdoral Muniz, a liberdade do seu marido que se encontrava preso na condição de recrutado para as hostes do exército, Crato, 04/1866.

¹⁵ GRAHAM. Richard. Op. Cit., p.53.

¹⁶ Dois estudos clássicos sobre essa questão são as obras de FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, 6ª edição Porto Alegre, Globo, 1984; LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil*. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. 4ª edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

¹⁷ Segundo o dicionário brasileiro Globo, o vocábulo "voluntário" significa: "que procede espontaneamente: condicionado à vontade; derivado da vontade própria; em que não há coação, espontâneo; aquele que se alista espontaneamente no exército". FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Globo*. 39ª Edição. São Paulo. Globo. 1993.

parâmetros sociais. Quanto à questão do *Voluntário da Pátria*, houve apenas um período de curta efervescência. Homens pobres livres e escravos, com o desejo de melhorar suas vidas social e economicamente, se alistaram voluntariamente logo no início da Guerra do Paraguai - nos anos de 1865-66, período conhecido como *fase defensiva*¹⁸.

No entanto, passado esse curto momento de exaltação, procurei compreender o que tinha faltado para que a população pobre deixasse de aderir aos clamores do Governo imperial para lutar no *front*, já que o Governo prometia alforria (para os escravos), terras e um pequeno valor para todos os homens que voltassem da Guerra do Paraguai como heróis¹⁹. Pode ser percebido que os soldados brasileiros, pelo fato de receber pouco ou quase nenhum preparo militar, não voltavam para as suas famílias - morrendo nos campos de batalha - e as notícias sobre o número de soldados mortos na Guerra inibiam a população masculina pobre e livre de ir para o *front*, mesmo aqueles que tinham como maior sonho possuir um pedaço de chão para viver com a sua família²⁰. Em segundo lugar, o Governo imperial, mesmo utilizando-se de propagandas patrióticas nos jornais (letras de canções, poemas, convocações etc.) foi criando uma resposta negativa, pois não cumpria o que prometia; ou seja, os benefícios prometidos nas campanhas para arregimentar o voluntariado para a Guerra não eram repassados para os que retornavam. E os escravos que tinham ido para os campos do Paraguai com a promessa de

¹⁸ Essa fase foi conhecida no início da Guerra do Paraguai, quando os esforços dos aliados se concentraram para expulsar as tropas paraguaias do território argentino (Corrientes) e brasileiro (Uruguaiana). Ou seja, foi um período em que a Tríplice Aliança formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai defende os seus territórios dos inimigos paraguaios. No entanto, terminada essa fase, com a rendição de Uruguaiana em setembro de 1865, a Guerra se prolongou até o ano de 1870; o período passou a ser conhecido como *ofensiva estratégica*, na terminologia utilizada pelos historiadores militares, e, nesses quatro anos seguintes, 1866-70, o número de voluntários foi irrisório, sendo preciso o Governo imperial aliciar um contingente maior de homens para alcançarem a tão desejada vitória. Sobre a Guerra do Paraguai ver: COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo, Hucitec-Unicamp, 1996. MARQUES, Maria Eduarda Magalhães (organização) *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

¹⁹ CARVALHO, Humberto Feliciano. *A Guerra do Paraguai: a praça da rendição e os brasileiros desalmados*. Uruguaiana: Liv. Novidade, 1953, outra ed: BIBLIX, 1980. pp.45-58. Sobre essa questão veja-se: COSTA, op. cit. pp.221 a 263.

²⁰ Sobre a Guerra do Paraguai e a quantidade de homens que não retomaram para as suas famílias, ver: *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois/ organização Maria Eduarda Castro Magalhães Marques*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Trabalhos apresentados no Colóquio "Guerra do Paraguai - 130 anos", realizado em novembro de 1994. CARVALHO, Humberto, op. cit. passim. CHIAVENATTO, Julio José. *Os voluntários da Pátria: e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983, 251p. TORAL, André. *Adeus, Chamigo Brasileiro: uma História da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

serem alforriados, quando tinham a sorte de poder voltar, se surpreendiam com a condição de ter que “*servir em vida o seu senhor*”.²¹ Dessa forma, a questão do voluntariado teve o seu momento de euforia e só não conseguiu uma permanência no seu quadro efetivo em razão do descrédito da população sobre os Governos imperial e local.

Para essa discussão sobre o recrutamento forçado e os movimentos sociais, precisaria, ainda, entender um pouco melhor a condição e a acepção de ser pobre e dependente de um proprietário e/ou coronel na região. Nesse sentido, busquei perceber quem eram os pobres da Província cearense nos anos de 1850 a 1875 e como eles viviam e sobreviviam. Esses primeiros questionamentos me pareceram bastante fáceis no início da pesquisa, no entanto, ao me deparar com os inventários, testamentos e com os processos de demarcação e divisão de terras percebi que seria uma categoria de análise muito mais complexa e dessemelhante. A diversificação dos sujeitos que se abrigaram sob a noção da pobreza podia ser desde o indivíduo expropriado pela produção mercantil - mas que, apesar de não deter a propriedade da terra, detinha a sua posse, articulando-se, a partir dessa condição, ao todo de sua sociedade²² - ao sertanejo que, “sem eira nem beira”, necessita da proteção dos grandes proprietários.²³ Podiam ser também pequenos comerciantes, barraqueiros, artesãos, carpinteiros, ambulantes e até mesmo filhos de ricos proprietários que vivessem ainda nas propriedades de seus pais.²⁴

²¹ Nos “Livros de Notas” do Município de Telha (Iguatu) referentes ao período de 1853 (ano de sua fundação) até 1875, citado por Pedro Alberto de Oliveira e Silva, encontram-se libertos sob condições cerca de 50 escravos dos 123 alforriados para lutar na *front*. De acordo com o autor, essa medida era bastante comum e utilizada pelos mais abastados nos sertões cearenses que se utilizavam do recurso de enviar cativos para irem substituí-los no serviço militar quando designados. O autor cita como exemplo o caso de Clemente, “*‘cabra’ de 18 anos de idade, procedente de Sobral, escravo de Galdino Néri Pereira, libertado por este, em 1867, para ir em seu lugar para a Guerra do Paraguai sob a condição de voltar e servi-lo até a sua morte*”. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *O Declínio da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado, UFPE, 1988, p.p. 186 e 187.

²² FRANCO. Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª edição. São Paulo: Kairós, 1983.

²³ BARBOSA. Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desportos do estado, 2000.

²⁴ Um pai de posses podia vetar a participação do filho em seus negócios, o que caracterizava no Império que aquele filho era filho-família, ou seja, “*aquele que está debaixo do poder de seu pai, e isto de qualquer idade que seja*”, não sendo considerado portanto, independente financeiramente e conseqüentemente podendo estar sujeito à expulsão da propriedade paterna, tomando-se com isso mais um sujeito pobre e desvalido no dezenove. Nesse sentido, o *filho-família* também pode ser comparado ao *paterfamilias* (submetido ao poder paterno),

Caio Prado Júnior, talvez um dos primeiros a trabalhar com a existência dessa camada de homens pobres livres, definiu a condição da pobreza a partir dos meios e da formação econômica do País (como a escravidão, o sistema econômico da produção colonial, a instabilidade da economia) assentada em ciclos. Esses ciclos geravam por sua vez os desclassificados sociais, ou seja, o segmento da população pobre.²⁵ Maria Sylvia de Carvalho Franco chama a atenção para o fato de que a sociedade é bem mais complexa e diversificada, e argumenta que era preciso compreender melhor as camadas intermédias pobres que fluíam entre senhores e escravos. De acordo com a autora, o homem pobre livre foi o indivíduo expropriado pela produção mercantil, mas que, apesar de não ser, muitas vezes, o proprietário legal da terra, podia deter a sua posse, o que gerava vínculos com os proprietários e amplo mercado de trabalho informal.²⁶ Laura de Melo e Souza, em sua dissertação de mestrado - *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII* - nos convida a desmistificar os estigmas que pesavam sobre "o povo que não tem jeito", como as questões da vadiagem, da indisciplina e do "irracionalismo"²⁷ da camada pobre livre. Em seu clássico *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil - 1870/1920*, June E. Hahner examina o trabalhador urbano pobre no Brasil a partir da "nova" História Social, descortinando a vida e as atividades dos pobres urbanos na cidade do Rio de Janeiro com contraposições e analogias do viver inventivo, no cotidiano das camadas pobres das cidades do Recife, Bahia e São Paulo, num período em que as cidades do Império viviam sob protestos populares e num incipiente movimento operário.²⁸

pois, enquanto fosse dependente financeiramente e vivesse na propriedade da família, podia ser respeitado socialmente, porém sem bens e patrimônio próprio; dependendo exclusivamente da herança familiar e do prestígio social paterno, mas, quando deserddado ou sujeito a essa possibilidade, perdia completamente o prestígio e o respeito da sociedade e passava a ser classificado como pobre, apesar da fortuna da família: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Rio de Janeiro, 1870. Sobre famílias abastadas e filhos homens dependentes considerados pobres, ver: MOURA, Denise Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1998. GRAHAM, Richard. Op. Cit., p.34.

²⁵ PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo - colônia*. São Paulo: Martins Fontes, 1942.

²⁶ FRANCO, Maria Sylvia. Op. cit. p. 111.

²⁷ SOUZA, Laura de Melo. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, 3ª edição, 1990.

²⁸ HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil- 1870/1920*. Traduzido por Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

Na impossibilidade de definições afirmativas, a investigação torna-se o primeiro passo. Deste modo, busquei indícios que pudessem desnudar a questão da pobreza local, como também leituras da historiografia local que me possibilitassem travar um diálogo mais consistente com as fontes. Percebi então a probabilidade de analisar a pobreza dos espaços sertanejos a partir do cotidiano dos indivíduos e dos locais formais e informais de trabalho, nas dinâmicas permeadas pelas lutas e pela diversidade da negociação e, sobretudo, pelas inúmeras formas de resistência aos novos padrões de comportamento que iam surgindo com a nova concepção capitalista de trabalho.

Os discursos, quando se desdobram na vida cotidiana, evidenciam as tensões e os ajustamentos corriqueiros encontrados nas vidas dos sujeitos que partilham as relações de convívio. Indicam, ainda, um viver inventivo do homem pobre livre, que, a partir de laços de dependência, se tornam deferentes ou rebeldes, dependendo das encenações e do jogo de poder e contra-poder que é permitido estabelecer com as autoridades locais. Além disso, não consigo em momento algum ver o Estado de forma tão autônoma e livre, como apontam alguns clássicos de nossa historiografia.²⁹ Acredito sim que os laços estabelecidos, em diferentes níveis do governo e da sociedade, possibilitaram a formação de uma rede de paternalismo/clientelismo que concedia e buscava favores sempre que fosse necessário. Essa troca de favores propiciou a ascensão de uns e a queda de outros.

²⁹ Raimundo Faoro, Fernando Uricoechea, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, entre outros, concebem um Estado forte sobre uma sociedade recalcitrante. Para os autores citados, a história luso-brasileira pode ser entendida como uma tentativa do "estamento burocrático". Este estamento ganhou forças a partir da ascendência do Estado sobre o resto da sociedade, e isto se realizou a partir do poder econômico, estatal e patrimonial. Ver sobre isso: FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 5ª ed. Porto Alegre: Globo, 1979. URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976. PRADO, Caio Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*. 21ª edição. São Paulo, 1981. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S. A., 1959; e mais recentemente o trabalho de José Murilo de Carvalho, que, apesar de apontar para novas possibilidades de análise, não rompe com essa perspectiva de conceber um Estado forte sobre uma sociedade recalcitrante. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1981.

Assim, pensando um pouco com Richard Graham, pude perceber a importância dessa complexa e intrincada rede de relações - patrono-cliente - que sustentavam homens pobres livres, membros da elite sertaneja e Estado. Essas bem-estabelecidas relações, e em geral legítimas, sobreviveram aos desafios dos mecanismos coercitivos para manter as hierarquias de classe e os valores compartilhados.

Diante dessa potencial rede de objetivos compartilhados, o paternalismo - que, por não ser uma norma, uma regra obedecida pela comunidade, mas uma relação, se bem que uma relação assimétrica - tem ao menos dois pólos, com direitos e obrigações proporcionais ao poder de cada um. O subordinado obedece na medida em que considera a atividade parte da sua contrapartida na relação. No entanto, existe uma parcela da dominação que é tomada pelo subordinado como parte normal, cotidiana, dos laços sociais que o ligam ao seu chefe. Todavia, o paternalismo, como relação desigual, também traz conflitos implícitos, ou melhor dizendo, ele é constantemente uma disputa de forças entre os dois pólos, no qual o subordinado tem sempre a sua visão dessa relação. Essa visão coincide em alguns aspectos com as do dono do poder de mando, mas, em outros tantos pontos, as interpretações dos dois divergem. Há sempre a discordância e a desobediência. Não fosse assim, não haveria rebeliões, revoltas e estratégias de resistência dos homens pobres livres e escravos³⁰.

³⁰ Adotei o conceito de paternalismo de Genovese e de Thompson. Ambos rompem com a idéia de a relação paternalista estar condicionada somente ao poder cristalizado de mando e deferência que rege as relações dos dominantes sobre os dominados. Dessa forma, Genovese trabalhou na perspectiva de trazer a luta do escravo pelo direito ao trabalho, pela conquista gradual de espaços econômicos dentro do sistema, mostrando que em várias instâncias os escravos foram capazes de conquistar espaços econômicos dentro da própria escravidão, e até de participar do mercado, vendendo em seu próprio proveito algumas mercadorias por eles produzidas, ou mesmo subtraídas do senhor. E o mesmo processo que se deu com os escravos, as suas conquistas e formas de resistência e rebelião, assemelha-se às classes pobres livres do Brasil, que, apesar da condição de liberdade que possuíam, o modo de vida, as negociações e a luta pela sobrevivência, tomam-se muito parecidas com as estratégias utilizadas pelos escravos. Thompson abriu uma perspectiva, uma visão dentro da História Social, quando desmistificou as relações sociais entre os *plebeus* e a *gentry* inglesa do século XVIII. Para o autor, as relações sociais entre os patrícios e os plebeus foram construídas com alianças, negociações e poder de barganha, tanto de um lado como do outro, a partir dos objetivos de cada um e em prol do seu favoritismo pessoal, que ora eram compartilhados e ora se diferenciavam. Cada parte, mesmo sendo forças desiguais, cedeu na medida em que não se sentia prejudicada, e foi a partir desse grande jogo de forças e de encenações que as relações foram sendo respeitadas. GENOVESE, Eugene Dominick. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*; tradução Maria Inês Rolim, Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPQ, 1988. THOMPSON, E.P.

Essa teia de relações no recrutamento forçado se estendia, sobretudo, nos períodos das eleições e me levou a refletir ainda mais sobre as várias dimensões interrelacionadas da política nos sertões cearenses. Aparentemente a “lealdade” de um determinado grupo político e social podia ser demonstrada mais efetivamente quando esse mesmo grupo vencida as eleições locais e conseguia indicar algum nome da elite sertaneja para ocupar cargos importantes do governo. Para isso, era preciso assegurar o maior número de seguidores possíveis, tanto da classe mais abastada como de pessoas simples, com o objetivo de estabelecer seu domínio eleitoral, pois a medida do reconhecimento de mando dependia do tamanho do grupo de seguidores que se tinha, e uma eleição perdida por falta de apoio diminuiria visivelmente a autoridade já conquistada e estabelecida. Raimundo Faoro, no magistral *Os Donos do Poder*, faz menção a essa intrincada relação, a qual o recrutamento militar estava associado, principalmente, como um cunho eleitoreiro dos partidos opositores. Segundo o autor, a eleição se dava *contra ‘a pobre patuléia antigovernista’, recrutada simplesmente por pertencer a um partido contrário. Em épocas de eleição nem a idade mínima para o recrutamento era respeitada – 18 anos – pois jovens de 15 e 16 anos eram instrumentos eficazes de intimidação das famílias.*³¹

Essa relação entre recrutamento forçado e eleição foi uma das grandes preocupações dos políticos cearenses nos meados do XIX. Se fôssemos contrapor a fala de Faoro com as inúmeras denúncias nos jornais que circularam no período e com a documentação oficial, sobretudo as petições, chegaríamos às mesmas interpretações do autor, de que, no século XIX, era extremamente importante o resultado das eleições, pois seria o fato decisório para a permanência ou perda dos cargos políticos e/ou administrativos, isso tanto no plano local como no âmbito nacional. Assim, as medidas tomadas pelos adversários locais nos momentos eleitorais da Província eram imprevisíveis, porém os objetivos dos candidatos

Costumes em Comum, Op. Cit. passim. Sobre essa questão, veja-se também: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822/1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998. CHAULHOB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986. Id., lbdem. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

³¹ FAORO, Raimundo. Op. cit. p. 378-9.

situação/oposição eram sempre os mesmos - vencer as eleições, a qualquer preço, e tornar-se o líder da região³².

As relações sociais estavam imbricadas além das paróquias e províncias. Os favores e os acordos políticos presentes na política local tornavam-se uma cadeia que se estendia para o âmbito nacional e essa rede, mesmo esgarçada, procurava manter os ideais da política e o controle da ordem. Além disso, os mecanismos internos da política estavam, sobremaneira, relacionados ao poder de coação. Como o recrutamento militar era temido pela maioria da população, tornava-se um forte aliado no momento do voto. Não obedecer ao patrão repercutia em ser, possivelmente, o próximo a constar na lista dos convocados para as filas que marchariam direto para os quartéis, sobretudo, em época de Guerra. A insubordinação, os movimentos e revoltas da pobreza, nos revelam atitudes de intensa efervescência social e demonstra uma inerente fragilidade das relações paternalistas de mando e deferência na época.

Nesse sentido, os jornais são importantes referências documentais na construção da problemática, pois fornecem dados referentes ao número de recrutados e divulgam periodicamente matérias alarmantes sobre a forma arbitrária e violenta como era conduzido o recrutamento para o Exército e para a Guarda Nacional. Além disso, procura seduzir, durante um curto período, a população pobre a se tornar um patriota, ou seja, reconhecer o seu país como Estado-nação³³ a partir do alistamento voluntário para a Guerra do Paraguai.

³² Outro autor que também aponta a relevância das eleições e a importância de se tomar líder é Richard Graham, pois, para o autor, tudo dependia dessa liderança. Assim, as "...indicações para cargos oficiais ajudavam a ampliar o círculo de um chefe, e esse fato impelia-o a fazer pedidos às autoridades provinciais, aos membros do Congresso Nacional, a ministros de Gabinete e até ao presidente do Conselho de Ministros. Para demonstrar seu mérito para tais indicações, tinha de vencer nas eleições, de forma que, de uma maneira circular mais real, ele era uma liderança por ganhar a eleição, e ganhava por ser uma liderança. Por conseguinte, o próprio chefe local estava enredado num sistema que o fazia cliente de outra pessoa, a qual também dependia de outras, numa série de ligações que iam até a capital nacional." GRAHAM, Richard. *Cientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. pp.17 e 18.

³³ Segundo Marilena Chauí, é extremamente recente "a invenção histórica da nação, entendida como Estado-nação". Para a autora, essa idéia se formou a partir do verbo latino nascer que significa nascer e está relacionado a indivíduos nascidos de uma mesma ninhada, ou de uma mesma mãe. Desta forma, Marilena Chauí trabalha o conceito como sendo historicamente biológico e antagônico ao conceito de povo, pois, para ela, o sentido que se atribuía ao conceito de "povo" no final da Antiguidade e início da Idade Média era um conceito jurídico-político. No Brasil, a idéia de Estado-nação, segundo ainda Chauí, teve o seu início, somente, a partir de 1830, quando os nascidos no território brasileiro começaram a se identificar como o povo brasileiro e conseqüentemente os formadores da nação. CHAUI,

Outro principal manancial de informações para a realização desse trabalho foi a documentação oficial. Os relatórios e ofícios de presidentes da Província para as juntas paroquiais de alistamento me permitiram analisar a provável proporção e repercussão que tiveram os movimentos das camadas sociais pobres contra as leis do recrutamento. Os livros de registros da Guarda Nacional de cada Paróquia também me trouxeram fortes indícios dos movimentos da população despossuída. Ainda me forneceram um número bastante aproximado dos recrutados por Junta, a profissão que cada indivíduo exercia no momento em que foi recrutado, bem como a idade que tinham. Tive ainda queixas de juizes de paz, delegados e superintendentes aos presidentes da Província que, através de circulares e relatórios dos fundos Executivo Provincial, Guarda Nacional e Ministério da Guerra, fizeram pedidos para que fosse efetivado na prática o cumprimento das isenções legais. Sobre esse mesmo pedido, das isenções, há as petições que são verdadeiras “estórias” de vida das camadas sociais pobres, e é a partir das petições que os próprios recrutados e/ou familiares apontam, através das declarações e/ou solicitações, a ilegalidade do recrutamento em cima de indivíduos isentos por lei; sobre o número alarmante de mortes nos quartéis; sobre a falta de preparo militar para a guerra e o abuso das autoridades locais, principalmente em épocas de eleição. Dispus ainda das atas da Assembléia Provincial, das leis provinciais, dos inventários e testamentos. Embora o material consultado tenha tido como referência temporal os anos entre 1850 e 1875, necessariamente não foram vistos todos os volumes oficiais dessa época.

Durante a pesquisa, procurei, a partir da documentação encontrada, trabalhar na perspectiva de trazer do *anonimato* homens pobres livres do Ceará, extraindo das entrelinhas de cada indício do documento as interpretações que eles tinham do momento em que viviam - que não eram necessariamente as mesmas dos que tinham o poder de mando. Para isso, o historiador não deve jamais se esquecer das noções de tempo e lugar - o óbvio fundamental - e, embora se deva evitar as armadilhas do historicismo, também não se pode cair no erro de tomar períodos longos em bloco, como unidades estáticas. Esses vinte e cinco anos foram muito tempo na História do Ceará.

Somente tendo em mente esta ressalva, é que se pode buscar realizar e efetivar uma pesquisa, pois a vida no campo neste espaço de tempo mudou, isso não somente no aspecto físico, mas principalmente em termos demográficos e sociais.

Pensando nas mudanças desse período, busquei dividir o trabalho em três fases que resultaram em três capítulos. No primeiro capítulo, trabalhei o Espaço Sertanejo a partir do cotidiano dos homens do sertão cearense e das relações de compadrio - estabelecidas entre grandes proprietários e homens pobres livres; nas relações informais de trabalho e nas diversidades quanto à prática de negociar. O objetivo deste capítulo foi o de procurar enfatizar bem a condição do homem pobre livre dentro da sociedade rural, dedicando, dessa forma, uma parte dessa análise, especialmente, ao modo de vida no campo e às teias de relações que entrecruzaram e reproduziram o indivíduo recrutável no período. Para esta análise, foram utilizadas excelentes obras da nossa historiografia, jornais e correspondências da época e parte da documentação cartorial.

O objetivo do segundo capítulo foi o de tentar conhecer a importância das eleições, tanto no plano local como no contexto nacional. Recrutar inimigos políticos muitas vezes assegurava e possibilitava a vitória nas urnas imperiais³⁴, assim como a conquista dos principais cargos públicos. Esses cobiçados cargos públicos, desejados pela elite sertaneja, podiam, ainda, assegurar as múltiplas estratégias de manter a "ordem e o controle social" da população despossuída de bens, sobretudo aqueles que tinham um poder "simbólico" de hierarquização, como os preenchidos pela Guarda Nacional. A historiografia é meio confusa sobre a importância dos cargos oficiais da Guarda Nacional. O fato de o oficialato não receber salário, a não ser em diligência, levou alguns historiadores a acharem meio insignificante o posto de coronel etc., como se fosse apenas um espelho de uma posição social já adquirida. Mas, se era só isso, então por que a elite masculina sertaneja brigou tanto pelos postos? Com isso em mente, o meu primeiro passo consistiu na tentativa de buscar compreender a idéia e as diferenças que tinham para o imaginário social do dezenove cearense, o estigma de ser soldado ou oficial do Exército e

³⁴ GRAHAM. Richard. Op. cit., passim.

da Guarda Nacional. Em seguida compreender a importância dos cargos oficiais da Guarda Nacional e a luta que se travou para adquirir as patentes mais altas do oficialato. Busquei, ainda, trabalhar com a construção do nacionalismo brasileiro a partir da curta guerra de 1851-52 (para depor Rosas, em Buenos Aires) e trazer à tona a forte ligação e os vínculos entre a elite sertaneja e os homens pobres livres, permeados pelo exercício do poder e contra-poder que estabeleciam o controle social no período e a lealdade política e pessoal, sobretudo em épocas de eleições. A introdução dos discursos patrióticos e da criação do Corpo de Voluntários, na primeira fase da Guerra do Paraguai, também está presente nesse capítulo, assim como as estratégias utilizadas pelo Governo imperial e local em buscar ressignificar o soldado brasileiro contra a imagem negativa que tinha se firmado no decorrer dos períodos colonial e imperial. As fontes oficiais, os jornais do período e a historiografia específica sobre as instituições militares e sobre as questões políticas do dezenove – entre elas a sedução para a solidificação do País como Nação brasileira – foram a mola mestra para a realização desse capítulo.

O último capítulo trata de verificar as formas de resistências ao recrutamento. Procurei seguir os passos dos homens pobres livres através das pistas deixadas na documentação oficial a partir das solicitações e petições. Neste capítulo, a minha preocupação consistiu em buscar analisar a justaposição dos poderes, procurando revelar tanto os interesses em conflito como os importantes valores compartilhados entre Estado, classe dominante e homens pobres livres.

Por fim, esse período foi escolhido (1850-1875) por ser uma época em que muitos fatores contribuem para que as histórias “anônimas” da população pobre possam ganhar um lugar de maior destaque na historiografia sobre “o trabalhador livre nacional”. Quanto à contribuição do meu trabalho, espero que o estudo desenvolvido sobre o tema recrutamento: lutas e conflitos amplie e incentive novas pesquisas no caminho sobre as múltiplas vozes e vontades dessa gente tão dessemelhante que anuncia novas possibilidades interpretativas no movimento da História Social.

CAPÍTULO 1:

O CEARÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de disciplina que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável.³⁵

³⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Série Ouro. Editora Martin Claret. São Paulo-SP, p.115.

1.1 Os Espaços Sertanejos

A vida rural na Província cearense ainda pulsava forte na segunda metade do dezenove. Os limites entre o rural e o urbano eram bastante tênues. As poucas estradas que ligavam as cidades, vilas e povoados achavam-se mal definidas, cheias de buracos e atoleiros que só dificultavam a vida dos pequenos e médios proprietários, trabalhadores e viajantes. Das estradas mal traçadas, chegava-se às 34 freguesias da Província, das quais somente nove tinham sido elevadas a cidade (Fortaleza em 1823, Sobral em 1841, Aracati em 1842, Crato em 1853, Icó em 1854, Granja em 1856, Quixeramobim em 1857, Baturité em 1858 e Russas em 1859)³⁶.

As cidades tendiam a ser pequenas e, na segunda metade do século dezenove, as principais eram, Fortaleza, Sobral, Aracati e Icó. Duas delas se destacavam por ser portuárias (Fortaleza e Aracati), mas todas eram importantes quanto ao fato de terem desenvolvido intenso comércio de manufaturas e de artigos de necessidades do cotidiano nordestino sendo muitas vezes, ainda, passagem para os transeuntes que precisavam ir de uma cidade-para outra, forçando aqueles que viviam nos sítios e propriedades rurais maiores e mais distantes a um contínuo deslocar-se.

Nas principais cidades cearenses, podia-se encontrar, também, a maior parte das casas de má fama, sobretudo nas cidades que eram portuárias, e muitos estabelecimentos - tabernas, vendas, botequins e casas de jogos - que aglutinavam "os propensos vadios nas bebedeiras, rodas de samba e cateretês"³⁷. Quanto mais simples era o estabelecimento, maior o número de sujeitos abrigados como "desclassificados sociais"³⁸ se reuniam nesses locais.

³⁶ BRASIL, Tomáz Pompeu de Souza. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Tomo II – Coleção Biblioteca Básica Cearense – Fac-símile da edição publicada em 1864, pp.231 a 243.

³⁷ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo. Editora Ática, 1976, p.30. De acordo com o dicionário Aurélio, cateretê é uma "dança rural, em fileiras opostas e cantada, e cujo nome indica origem tupi, mas que coreograficamente se mostra muito influenciada pelos processos africanos de dançar, catira. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

³⁸ Caio Prado Júnior, em *A Formação do Brasil Contemporâneo* usou a terminologia desclassificados sociais para toda a camada de pessoas livres e pobres excluídas da sociedade a partir do sistema de produção colonial gerado em ciclos que acarretava a instabilidade econômica e a carestia dos bens de consumo. PRADO Jr., Caio. *Formação do*

Nas páginas do Jornal O Cearense, em 1851, alguém inclusive já se queixava amargamente disso, chegando a dizer que “*esses estabelecimentos de má fama abrigam a malandrice e a indolência*” e o proprietário é o principal “*desordeiro que alimenta a vadiice*”.³⁹ O resultado foi a permanente vigilância das autoridades, sobretudo dos inspetores de quarteirão que, de vez em quando “*entrava portas a dentro*”⁴⁰, arrastando para as delegacias inúmeros indivíduos que eram encontrados nesses locais “inapropriados” para a “ordem pública”. A arbitrariedade pura e simples terminava estimulando diversas manifestações de revolta na população despossuída contra os agentes do governo.

Foi o que aconteceu na rua da Ponte, próximo ao porto de Fortaleza, em 1852, José Peregrino, homem de confiança do proprietário José da Frota Menezes, aproveitando a ausência do patrão, seguiu para um local chamado “Beco das Almas”, onde era morador um pardo livre de nome Alonso, a fim de “vadiarem” num cateretê. José Peregrino e Alonso acabaram, no entanto, desentendendo-se e a polícia foi chamada. Porém, quando a polícia chegou ao local, Alonso, que já havia recebido uma facada do companheiro no braço esquerdo, partiu em defesa dele contra os policiais. A única explicação para a desavença e o tumulto, que José Peregrino deu em seu depoimento na delegacia, foi a de que “*todos estavam bêbados e a polícia não podia se meter numa briga de amigos*”.⁴¹

O interessante é que, na desavença pessoal entre os dois amigos José Peregrino e Alonso, a polícia como agente externo e representante do Estado é vista como uma inimiga comum e por esse motivo os dois se unem em prol de uma mesma causa, não admitir invasão ou intromissão dos agentes do governo sobre uma pequena desavença entre amigos. Dessa forma, ambos esquecem momentaneamente a pequena discórdia - sobretudo Alonso, a suposta vítima do local que tinha recebido a facada no braço esquerdo - e partem para cima dos policiais, que tinham sido chamados para apartar a tal briga, socorrer a vítima e conduzir o agressor até a delegacia. No entanto, os

Brasil Contemporâneo – colônia. 5ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1957. Originalmente publicado em 1942.

³⁹ Jornal O Cearense. “Ordem Pública”, 23/03/1851.

⁴⁰ Id. Ibidem., p.3

⁴¹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos, Depoimento de José Peregrino ao delegado de polícia, Antônio Rebouças, de Fortaleza, 28/02/1852.

dois são presos e conduzidos direto para a delegacia a fim de depor sobre a acusação dos policiais de “*agressão e desacato à polícia*”; ou seja, nesse caso, para os agentes do Estado, não há mais vítima e agressor e a facada que tinha antes gerado o conflito passa a ser mera coadjuvante do episódio, tendo uma importância maior a resistência e as agressões, como num ato de insubordinação dos amigos para com as autoridades policiais.

Nessa perspectiva, para conseguirmos compreender como essas manifestações sociais aconteciam e quais eram as dificuldades oferecidas ao controle dos homens pobres livres, as fontes oficiais, mesmo sendo estigmatizantes e de repressão, sugerem freqüentemente os momentos em que os conflitos emergiam da convivência entre homens abastados e a camada pobre livre. Portanto, se entendermos que tais conflitos eram comuns nos ajustes informais entre os membros que possuíam valores econômicos e sociais e os que possuíam seu sistema de valor fundado na coragem pessoal, perceberemos que a violência passava a ser constituída numa saída corriqueira para as desavenças, mesmo aquelas ocorridas entre amigos. E, nesses locais de “ajuntamentos”, os conflitos tornam-se um momento catalisador para que os indivíduos se vissem obrigados socialmente a preservar sua dignidade diante de todos.⁴²

Outro episódio que ocorreu na feira de Baturité, em 1851, chama bastante atenção pela arbitrariedade dos policiais, pelo caráter explícito de perseguição e pelo desrespeito da população pobre e livre contra os agentes do Estado – considerado como um “inimigo comum” do segmento pobre da sociedade. Severino Veríssimo afirma que estando ele a vender chapéu de couro na feira de domingo, o subdelegado, por ser pouco afeiçoado à sua pessoa, mandou prender para recruta o seu ajudante Manoel Ferreira, este menor de idade e portanto legalmente isento da conscrição. Sebastião de Melo, amigo e compadre de Severino, num ato de defendê-lo da arbitrariedade e abuso de poder dos policiais, se meteu na discussão - ele também feirante, vendedor de cestos de palha – e aos berros solicitava que os outros feirantes

⁴² Maria Sylvia de Carvalho Franco, estudando a população pobre rural de São Paulo do século dezenove, observou que, se as reuniões de lazer por “*um lado realmente promovem o estreitamento dos laços de solidariedade, de outro ensejam o reavivamento das porfias, funcionando assim também no sentido de atualizar e liberar tensões que, a cada passo, comprometem a estabilidade e continuidade das relações entre membros do grupo*”. FRANCO, Op. Cit., pp. 38,48 e 52.

vizinhos também ajudassem o seu compadre contra a prisão do menor que seria recrutado para as Forças Armadas. O resultado dessa confusão foi “*pancadaria de parte a parte*”. Os feirantes vizinhos, em número bem maior que os dois policiais que haviam sido enviados para efetivar a prisão, “*enxotaram os policiais do local a base de muitos insultos, palavrões e pedras*”. Entretanto, passados três dias da confusão, quando os ânimos da população envolvida já haviam se acalmado, o próprio Severino Veríssimo foi preso, num “*acto de excesso e abuso de poder*” por oito dias e foi solto pelo subdelegado quando “*lhe bem pareceu sem formar-lhe culpa*”.⁴³

Como em todas as cidades, freguesias e vilas, as feiras eram os locais de intensa efervescência na vida social e política da Província. Era um espaço de sociabilidades, de solidariedade e ajuda mútua, como o caso relatado há pouco. Eram também espaços onde as negociações⁴⁴ eram realizadas num cenário composto por gente de todo tipo. Homens pobres e de poucos recursos na Província negociavam o que produziam, desde gêneros alimentícios, de primeira necessidade, a produtos artesanais, como chapéus, selas, cestos, redes etc. Rodolpho Teóphilo, em seu celebre romance *Os Brilhantes* descreve as feiras como um local festejado e animado:

(...) A feira, à proporção que o dia alteava, ia-se animando com a chegada de novos comboieiros, que traziam mais gêneros para aumentar no mercado o número e os espécimes. Uma grande variedade de bugigangas, todas nacionais, sertanejas, enchiam cestas e balaios sobre as coxas das mulheres que as mercavam.

Ao lado destas estavam as confeitarias ambulantes. Grandes tabuleiros de pinho; repletos de pires e xícaras de arroz doce, pés-de-moleque e alvas tapiocas de côco em pequenas pilhas, desafiavam a guloseima dos feirantes.

Debaixo dos alpendres fumegava a cozinha da feira. Grandes panelas de barro, montadas em trempes de seixos, ferviam sobre um fogo valente, que, de quando em vez, atiçava a quitandeira, temendo que à hora do almoço não estivesse bem cozida a panelada. A pouca distância das panelas, descansavam pequenas tulhas de pratos de louça, fundos, bem limpos, tendo dentro do último algumas colheres cujo galvanismo de estanho, em parte destruído, deixava ver o ferro em alguns lugares.

(...) Nos açougues e tavernas formigavam os compradores. Os vendilhões, em constante movimento das prateleiras para o balcão,

⁴³ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos, 02/07/1851.

⁴⁴ THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. In: *Costumes em Comum*. Revisão Técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 150 a 202.

*serviam à freguesia, que, antes de tudo, fazia as manhãs, tomando goles de aguardente.*⁴⁵

Essa intensa comercialização nas feiras estabelecia laços corriqueiros de interação e dependência mútua entre homens ricos e pobres, colocando-os lado a lado nos momentos de acordos comerciais e tratos de trabalho. Homens mais abastados colocavam os negros de ganho para vender artigos de luxo, ostentando com isso o seu prestígio social e as suas riquezas. Todavia, admitindo-se a prerrogativa dos oitocentos, de que a posse de escravos era um dos indícios de riqueza, percebe-se, a partir do pequeno número de cativos frente às pessoas livres e libertas, empregadas no comércio, nas fazendas⁴⁶ e nas feiras livres, que boa parte da sociedade sertaneja cearense não era abastada de bens. Iraci del Nero da Costa fez um estudo a respeito de outras províncias do País, no qual fica evidente, que havia uma predominância de não-proprietários de escravos, tanto nas fazendas como entre os pequenos e médios comerciantes.⁴⁷ A predominância da população livre sobre a população escrava em todas as cidades, freguesias e vilas do Ceará⁴⁸, desde o período colonial, enfatiza e reitera, também, este estudo, pois, após o fim do tráfico internacional de escravos ser decretado, a Província contava apenas com 400.065 habitantes, dos quais 32.239 eram cativos⁴⁹. Esse pequeno número de escravos existentes no Ceará tendeu a diminuir ainda mais nas três décadas de meados do século XIX. *“A Província do Ceará foi uma das áreas que, em termos percentuais, mais perdeu escravos com o tráfico interprovincial. Entre 1850-1880 saíram oficialmente 16.480 escravos”*⁵⁰. Thomaz Pompeu Sobrinho, em 1860, registrou no Município de Telha a presença de 1014 escravos, quantidade que representava 10% de sua

⁴⁵ THEÓPHILO, Rodolpho. *Os Brilhantes*. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro, Seção de Publicações, 1937. pp.41, 42 e 43.

⁴⁶ PINHEIRO, Francisco José. “O Homem Livre Pobre e a Organização das Relações de Trabalho no Ceará –1855/1880”. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.20/21, n° 1/2, p.199-230, 1989/1990.

⁴⁷ COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda*. São Paulo, MGSP Editores, 1992, p.72.

⁴⁸ NASCIMENTO. F.S. *Síntese Histórica da Escravidão Negra*. In: *História do Ceará – coordenação Simone Souza*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, pp.167-184..

⁴⁹ Id. *Ibidem.*, p.172.

⁵⁰ PINHEIRO, Francisco José. *A Organização do mercado de trabalho no Ceará. 1850-1880*. Dissertação de Mestrado, CFCH - UFPE, Recife, 1990, p. 47.

população. Em 1872, doze anos depois, no censo oficial realizado⁵¹, aquele número decresceu para 432 cativos, correspondendo a 3%. Em 1881, no calor do movimento abolicionista no Ceará, havia apenas cerca de 251 cativos⁵². Foi bem acentuado o decréscimo da população escrava na década de 1860-70, coincidentemente no período do “boom” do algodão. Provavelmente a exportação de cativos pelo “tráfico interprovincial” tenha sido a causa daquele declínio, pois não há outra causa mais plausível.

Paradoxalmente há indícios de que, mesmo tendo um certo aumento no tráfico interprovincial após os anos 1850, já devia ser intensa essa transferência de mão-de-obra de uma região para outra, mesmo antes do decreto, como parte normal do comércio feito por terra, ou por mar⁵³. Leva-me também a acreditar que essa possível absorvente comercialização de escravos tenha sido um reflexo da pouca força política e econômica que deveria ter a Província no contexto nacional da época, num período de plena vigência do sistema predominantemente escravista⁵⁴ e de comércio colonial, gerando, conseqüentemente, forte ligação de fidelidade entre os comerciantes de escravos do “Norte”⁵⁵ com os homens de grossa ambição das regiões cafeeiras do país.

⁵¹ BRASIL, Comissão Central de Estatística. Recenseamento Geral de População, 1º setembro de 1872.

⁵² BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Tomo II – Coleção Biblioteca Básica Cearense – Fac-símile da edição publicada em 1864, pp.223 a 225.

⁵³ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998, pp.97 e 98.

⁵⁴ Peter Eisenberg, na década de 1970, foi pioneiro ao trabalhar a importância do homem nacional livre e pobre dentro do sistema escravista, por todo o país. Tirou do “anonimato” essa camada pobre da população e expôs com farto material histórico os momentos de crise socioeconômico em que vivia o Brasil na transição do período imperial para o período republicano. EISENBERG, P. L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*; tradução de João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Unicamp, 1977 e *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp. 1989, p.223-45.

⁵⁵ Os Estados que compõem hoje a Região Nordeste – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – era conhecida como região Norte até a Proclamação da República, 1889. O tráfico interprovincial de escravos dessa região se intensificou a partir das restrições da lei que aboliu o tráfico internacional de escravos, em 1850, e com a abolição gradual sistematizada com as Leis do Ventre Livre e dos Sexagenários. De acordo com Pedro Alberto de Oliveira Silva, o tráfico interprovincial de escravos do Ceará para a região Sudeste do País sempre foi bastante intenso e, mesmo no período do alto preço do algodão no mercado externo, o tráfico de escravos continuou de forma bastante ascendente e valorizado pelos proprietários que enriqueciam com esse tipo de comércio; ou seja, para os proprietários do Ceará, os escravos eram um bem de mercado de fácil venda, caracterizando-se assim como uma das principais transações efetuadas na economia da época – “compra e venda” – e por ser bem valorizado, em relação a outros tipos de cabedais não era utilizado

A importância do campo sobre as tímidas cidades na Província cearense foi destacada, segundo a historiografia clássica⁵⁶, em decorrência de se ter desenvolvido no interior das fazendas uma indústria doméstica. A produção das manufaturas e dos alimentos de subsistência permaneceu, desde o período colonial até o final do século XIX, como o principal sistema de produção da economia provincial.

Os principais setores diferenciados na indústria rural doméstica do sertão⁵⁷ consistiam, primeiramente, nos pequenos engenhos de rapadura e mel, nas casas de farinha, nos curtumes e nas olarias, formando assim a infraestrutura da vida material. O segundo setor era constituído pela fabricação dos artigos e objetos de uso diário, como louças, velas, sabão, chapéus, esteiras, calçados, ferraria, mobiliário e utensílios domésticos. O terceiro setor era composto pelas manufaturas, compreendendo a fiação e tecelagem de panos e a confecção de rendas, bordados e labirintos.⁵⁸ Esses três setores diferenciados permitiram o varejar e a sobrevivência de homens, mulheres e

simplesmente como mão-de-obra. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *O Declínio da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado, UFPE, 1988, p. 171. Para Henrique Millet, a região Sul que estava em franca fase expansiva com a produção de café necessitava da mão-de-obra escrava e sendo o preço do escravo africano muito valorizado nesse período, proprietários nordestinos de escravos, querendo manter os padrões e o status social ou até mesmo enriquecer, comercializavam seus escravos para os cafezais do sul, através do tráfico interprovincial, diminuindo dessa forma, o número de escravos africanos em suas propriedades. Conseqüentemente o trabalho no campo foi sendo substituído pelos trabalhadores livres assalariados, que passavam a ser a principal mão-de-obra utilizada nos engenhos e nas fazendas nordestinas. MILLET, Henrique Augusto. *O quebra-queijos e a crise da lavoura*. 2ª ed. São Paulo, Global; Brasília, INL, 1987. p. 35. Sobre o tráfico interprovincial de escravos, veja-se ainda: CONRAD, C. Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro-Brasília: Civilização Brasileira-INL, 1977.

⁵⁶ Veja-se: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, especialmente o cap. II "Trabalho e Aventura", 9ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, pp. 12 a 40. PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1948. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 6ª ed., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964 e ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. 5ª edição, São Paulo, Atlas S.A., 1986.

⁵⁷ De acordo com Câmara Cascudo, Sertão "é o interior. Assim escreviam João de Barros, Damião de Góis, Fernão Mendes Pinto, o Padre Antônio Vieira, o escrivão Pero Vaz de Caminha. As tentativas para caracteriza-lo tem sido mais convencionais que reais. Sua fauna e flora existem noutras paragens do mundo que em nada semelham o sertão. Melhor, e folcloricamente, é dizer anterior, mais ligado ao ciclo do gado e com a permanência de costumes e tradições antigas. O nome fixou-se no Nordeste e Norte, muito mais do que no Sul. O interior do Rio Grande do Sul não é sertão, mas poder-se-ia dizer que sertão era o interior de Goiás e de Mato Grosso, na fórmula portuguesa do séc. XVI. A origem ainda se discute e apareceu mesmo a idéia de forma contrata de desertão". CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Coleção Terra Brasilis. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

⁵⁸ ALEGRE, Maria Sílvia Porto. *Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: Origens do trabalho livre no Ceará Colonial*. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 20/21, n.º 1/2, p. 1-29, 1989/1990.

crianças livres e pobres, que negociavam no dia-a-dia os serviços que apareciam nas pequenas e grandes propriedades do espaço sertanejo.

As principais cidades da Província cearense cresciam e começavam a conquistar e a invadir o espaço rural. De forma ainda bastante acanhada, os terrenos baldios, as pequenas propriedades, sítios, alguns tufos de mata, antigos engenhos de rapadura e mel e fazendas de criação, confundiam-se com a pequena paisagem urbana, formando o que Gilberto Freyre chamou de "complexo urbano das cidades"⁵⁹.

É verdade que, como nas outras cidades e vilas, o desenvolvimento das cidades portuárias e comerciais cearenses sofreu com os efeitos da crise econômica que atingia a agricultura e o comércio na década de 1850; e veio ficar ainda mais grave quando os navios de grande calado não puderam ser comportados pelos tímidos e inermes portos existentes nas cidades. Os navios tinham que permanecer fora da barra, tornando-se ao mesmo tempo perigoso e oneroso o transporte de cargas. As aclamações e reclamações tornaram-se uma constante nos relatórios dos presidentes da Província e na imprensa⁶⁰. Apesar disso as melhorias dos portos só vieram no período republicano.⁶¹

Em meio às dificuldades enfrentadas pelas freguesias cearenses, os governos locais tinham a preocupação de transformar as cidades, essencialmente rurais, em urbes mais modernas. Essa exaltação e valorização das cidades começou a ser instituída na sociedade após a independência, em 1822. Nas décadas de 1840 e 1850, o liberalismo apregoado nos jornais panfletários anunciavam os "bons" hábitos da vida urbana e os modos identificados com a nova ideologia de "progresso" e "civildade" eram valorizados e tomados como opostos aos do campo. Era preciso integrar as novas cidades no rol dos centros civilizados, sobretudo à civilização francesa,

⁵⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 2 vols. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, p. 84.

⁶⁰ PINHEIRO, Francisco José. "O Homem Livre-Pobre e a Organização das Relações de Trabalho no Ceará-1855/1880". *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, UFC (20-21), ½: 199-230, 1989/90.

⁶¹ MELO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, Brasília, INL, 1984, pp.264-266.

12823738

para que o novo tom da modernidade se infiltrasse no centro das elites brasileiras.⁶²

Em contradição a essa busca incessante pelo “progresso” e pela “civildade” dos espaços “urbanos”, a população cearense sofria constantemente de graves problemas de saúde pública. As condições precárias de higiene contribuíam para o elevado índice de mortalidade, geralmente ficando numa faixa de 19 a 27 por mil.⁶³ As epidemias ocorriam freqüentemente, matando um grande número de pessoas: em 1852, a febre amarela fez 7.401 vítimas, em 1862 ocorreu uma nova epidemia de cólera, sendo essa pior por vir acompanhada de febre amarela, o que eleva o índice de mortalidade para mais de 12.000 pessoas. Ainda havia os problemas com a varíola, disenteria, sífilis e gripe.⁶⁴

Uma das causas atribuídas às epidemias que surgiam era a suspeita de que famílias inteiras que viviam nas ruas e becos das cidades tomassem banhos dentro dos depósitos de água; assim como os escravos que cuidavam dos abastecimentos de água para as residências – os aguadeiros – e os

⁶² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no Império*. In: *História da Vida Privada no Brasil 2*. Coordenador geral Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁶³ THEÓPHILO, Rodolfo. *Os Brilhantes*. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro, Seção de Publicações, 1937, pp. 45-47-53. ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988. Col. Reconquista do Brasil, 2^a. Série, v.135, pp.34-37.

⁶⁴ De acordo com Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, “em 1852 a epidemia amarelíca propagou-se pelo interior do Estado, acometendo sucessivamente Russas, Baturité, Icó, Acarahú e Sobral. Segundo informações incompletas os atacados desta epidemia foram em número de 5.000 no Aracaty, 700 em Russas, 1.360 em Maranguape, faltando as dos demais lugares. O número de falecidos atingio a 82 no Aracaty, 40 em Russas, 89 em Maranguape, 33 em Baturité, 22 em Acarahú e 85 no Icó.” BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil*. Fortaleza, Typ. Minerva, 1922, vol. 1, p.478. De acordo com André da Frota de Oliveira, “No ano de 1854, estando a província do Ceará assolada pela febre amarela, apareceu também a cólera em Acaraú, então Vila, tendo sido levada até ali pela tripulação de um iate que chegara de Recife a 9 de março, propagando-se o mal, em seguida, até Sobral; ainda em 1854 outros pontos da província (Missão Velha e Icó) também sofreram ligeiro surto epidêmico, embora isto não tivesse maiores conseqüências. Em 1855 desenvolveu-se no Pará uma epidemia de cólera de proporções assombrosas, a qual, após haver feito 6.000 vítimas naquela província, passou para a Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Temiam as autoridades que o Ceará também fosse assolado, para o que tomaram sérias providências...No ano seguinte ainda paira sobre a província a ameaça de uma epidemia de cólera. Através de ofício datado de 10 de março de 1856, o vigário padre Antônio Tomaz Teixeira Galvão pede providências ao presidente da província contra a invasão da cólera-morbo, chegara em Barra do Acaraú (atual cidade do Acaraú) pela escuna Emulação. Entretanto, somente em 1862 uma epidemia de cólera de proporções aterradoras abater-se-ia sobre o Ceará, devastando vários pontos da província, causando a morte de mais de 12.000 pessoas.” OLIVEIRA, André Frota de. *Quadros da História de Granja no século XIX*. Fortaleza, 1996.

animais que viviam soltos pelas ruas áridas do sertão cearense. Na verdade, essas pessoas constituíam o grupo social que mais sofria com as doenças, por estarem sujeito a trabalhos insalubres e a jornadas estafantes. Mesmo assim, a grande preocupação das autoridades nesse período estava associada ao aformoseamento das cidades e não com as questões da higienização, preocupação essa que viria somente estar presente nas discussões da Assembléia Provincial na virada do século XIX para o século XX.

A primeira transformação em Fortaleza, nos meados do século XIX, com uma população de aproximadamente vinte mil pessoas, foi o calçamento das espaçosas ruas e a iluminação nos principais pontos da cidade. As ruas da Capital eram compostas por 80 sobrados, 860 casas de tijolo e sete mil e duzentas casas térreas cobertas de palha⁶⁵. Nesse período não se conheciam ainda os serviços de água encanada, sistema de esgoto e luz a gás. O lançamento de líquidos e excrementos em lugares inadequados, proliferando as infecções e epidemias era comum. Nas largas ruas da cidade, encontravam-se o Palácio do Governo, o Hospital da Misericórdia, os quartéis militares de 1ª linha e da polícia, a Casa dos Educandos Artífices, a Cadeia Pública, o Paço da Municipalidade, a Catedral, as duas tesourarias, a Alfândega, o Armazém da Pólvora, o Cemitério, oito praças e dez capelas⁶⁶. Das ruas principais, surgiam outras, menores e sem pavimentação. Daí seguia-se para as 225 fazendas, que se espalhavam e se misturavam ao “futuro” perímetro urbano.

Aracati também era uma preocupação constante para os presidentes provinciais. Elevada a cidade por lei provincial de 15 de outubro de 1842, possuía 55 sobrados, 600 casas de telha e 415 de palha. Os sobrados, em sua maioria de 2 ou 3 andares, localizavam-se, principalmente, nas imediações do rio Jaguaribe. Mais bem construídas que as casas da cidade de Sobral, pelos homens abastados da Província, tomavam ares citadinos. Segundo Daniel Kidder, viajante inglês que esteve no Ceará no início da década de 40 dos oitocentos, Aracati era uma cidade que demonstrava *“uma certa impressão de viveza, contentamento e jovialidade, com um povo muito dado a fazer amizade,*

⁶⁵ BRASIL, Thomaz. Op. Cit., p.22.

⁶⁶ Id. Ibdem., pp.22 a 24.

por ser muito alegre e trocista”⁶⁷. Os comerciantes e negociantes que moravam no “perímetro urbano” da cidade aproveitavam a parte da frente da casa ou a área térrea do sobrado para o funcionamento de armazéns, lojas, oficinas, coqueiras etc..., morando com a sua família no lado de trás da casa ou na parte superior. As 162 fazendas situadas em Aracati invadiam o tímido espaço urbano e transformavam a pequena e acanhada cidade de dezesseis mil habitantes na extensão das suas propriedades.

A terceira maior cidade da Província, Sobral, crescia e se espalhava pelos arrabaldes das grandes propriedade de terras. Suas fortes raízes rurais estiveram presentes durante todas as mudanças e reformas por que passou a cidade. Suas ruas eram mais largas do que as de Aracati, mas não eram calçadas; as casas eram em sua maioria grandes e espaçosas, chegando a possuir mais de três andares. A cidade possuía três igrejas e três belas praças. Nas principais praças da cidade, Maranhão e Pernambuco, realizavam-se as duas grandes feiras, onde homens pobres livres e um pequeno número de escravos de ganho comercializavam couros, algodão, solas, farinha e legumes. Próximo da praça Pernambuco estavam as três escolas primárias, sendo uma para meninas, a Câmara Municipal e a Casa de Farinha.

A pequena cidade de Icó se localizava nas margens do Jaguaribe e era a principal passagem para aqueles que viviam do comércio e do constante e ir-e-vir para obter as mercadorias necessárias para o dia-a-dia das fazendas criatórias. Havia poucos sobrados e as casas de tijolos eram pequenas, baixas e com beira e bica, sendo muitas vezes construídas umas pegadas nas outras. Os casebres de palha predominavam na cidade e eram ocupados pela maioria da população pobre. Suas ruas eram estreitas, sujas e não eram calçadas. A única praça da cidade era o local preferido para os fins de tarde, onde os homens se reuniam para conversar e flertar com alguma ganhadeira ou mesmo com alguma sinhazinha, que já por essa época saía mais às ruas⁶⁸. Como nas outras cidades, Icó crescia e se espalhava pelos arredores das fazendas,

⁶⁷ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Províncias do Norte)*. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1908, p. 136. Col. Reconquista do Brasil, nova série, v. 16 (1ª ed., 1845), p.103. Trocista foi um termo bastante utilizado no século XIX e quer dizer quem gosta de zombar, ridiculizar, fazer troça; gracejar, caçoar: de tudo rir. Explicação retirada do *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*/ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁶⁸ FIGUEIREDO, Ernesto. *De Sobral a Tuiuti*. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto:1984.

fortalecendo as intensas raízes rurais bem presentes, na Província cearense, nos meados do século XIX.

A consagração do cenário urbano na Província, em meio aos traços de modernização que se anunciavam, amalgamavam-se de maneira teimosa e tensa com a forte essência rural, que insistia em permanecer. O costume de criar animais soltos – vacas, porcos, galinhas, cabritos e jumentos - pelas novas ruas que iam se abrindo, sugerem, ainda mais, a mistura da paisagem urbana com a rural. Em 1856, o jornal Araripe, periódico da região do Crato, tece, no artigo de fundo, uma crítica sobre os “*costumes atrasados*” de se criar animais soltos pelas ruas das cidades cearenses, e estes costumes estavam tão impregnados na sociedade cearense, que, até na capital da Província, essa era uma prática comum, sendo uma contradição, de acordo com o ponto de vista do editorial, para os padrões de civilidade e modernidade, haja vista que a capital deveria ser “*o grande espelho de modernidade para as mais remotas localidades da província*”. De acordo com o conceito emitido na opinião principal,

*(...) é um absurdo não se criar medidas em que se proíba andarem soltos vagando pelas ruas das cidades todo tipo de animal. Todos os habitantes destas comarcas soffrem com essa callamidade publica, que gera penúria e prejuízo para os homens de bem. (...) Até na capital podemos observar essa callamidade.*⁶⁹

Provavelmente, essa matéria tenha sido escrita por um homem abastado do período, pois era bastante comum entre aqueles que não possuíam propriedade e não tinham condições de arrendar terras criar nos pequenos becos, ruas e praças animais que ajudavam no sustento da família, principalmente as pobres e livres que tinham sido expulsas de alguma propriedade em que moravam, pelo dono das terras ou pelas carências de seus locais de origem.

Os proprietários cearenses, que de seus alpendres controlavam a vida na roça e começavam a avistar os calçamentos das ruas, o movimento acentuado de passantes e o comércio intenso feito a retalho, sentiam a necessidade de mudanças nesse cotidiano permeado de improvisações e arranjos. Na fala da classe social mais abastada, percebe-se o preconceito

⁶⁹ Jornal “Araripe”. 12/10/1856.

sobre os hábitos e a maneira de viver do homem pobre livre, pois, na óptica de um proprietário de terras e capitão da 2ª companhia da Guarda Nacional de Granja, *o trabalhador rural que não procura se empregar é porque não tem ambição e prefere viver nessa pobreza extremada, buscando apenas um prato de farinha o que demonstra a sua inferioridade.*⁷⁰

Essa visão, além de normativa, excludente e desqualificadora, reflete bem a visão da pequena elite sertaneja sobre a classe social expropriada de bens. Nesse contexto, em que as noções de trabalho e propriedade já se encontram bastante entremeadas pelas relações capitalistas, o homem pobre livre passa a ser representado sob a retórica da modernidade e da civilidade. Assim, a campanha a favor do trabalho disciplinado esteve presente em todo o Império, mas se intensificou após a proibição do tráfico internacional de escravos e do aumento dos produtos para o mercado de exportação. Os jornais da época publicavam artigos buscando associar o trabalho à moralidade e à dignidade do homem simples. Foi o que o jornal Araripe, de cunho liberal, buscou enfatizar em um de seus artigos, no ano de 1859, quando reitera em seu editorial a necessidade de se normatizar a força da mão-de-obra livre, no intuito da camada pobre livre não se corromper na malandragem e na vadiice:

*(...) Entendem-se mui livrimente os vadios que não podem ser coagidos, sem ofensa de sua liberdade, ao serviço ou ao emprego de suas faculdades nativas. Afim de que dahi tirem a subsistência por meio de uma ocupação honesta e útil, que converta-os antes em homens honrados do que em dyscolos que solapão por seus vícios a sociedade...*⁷¹

Nesse artigo publicado pelo jornal Araripe, existe um apelo para que as autoridades busquem normatizar com disciplina e rigidez a mão-de-obra abundante, que se encontra livremente sem pressão alguma para o trabalho, a fim de convertê-los em "*homens honrados do que em dyscolos que solapão por seus vícios a sociedade*". Convertê-los em homens honrados - segundo os padrões do novo regime econômico que apontava nos preceitos da modernidade - de modo a adaptar a moral patriarcal ao convívio mais devassado das áreas urbanas que emergiam, tinha que ser o principal objetivo das autoridades provinciais e da sociedade cearense. O grande temor dos

⁷⁰ Jornal Pedro II, "Callamidades", 23/09/1856.

⁷¹ PINHEIRO, Francisco. Op. Cit., p.203.

homens mais abastados da região não consistia, somente, na falta de braços laboriosos para o eito, mas, sobretudo, na diminuição dos seus "currais eleitorais", e no aumento do banditismo social gerado pela carestia dos alimentos e pela arbitrariedade do recrutamento forçado da população masculina. Era preciso, portanto, disseminar na população pobre e livre a benevolência dos patrões e das autoridades sobre os indivíduos que fossem trabalhadores "dignos, leais e honestos", inculcando, assim, na população a idéia de que eles teriam, além da necessária proteção dos homens influentes da região, a possibilidade de ascender socialmente. Para isso acontecer, de acordo com o novo discurso das autoridades locais, era preciso, somente, ser dedicado ao trabalho e ao patrão e obedecer às leis implementadas pelo governo.

Juvenal Galeno, um dos principais intelectuais do período, também demonstrou ampliar esse objetivo, ou seja, normatizar e disciplinar homens pobres e livres ao trabalho regular, disseminando a relação da obediência com a benevolência e a da insubordinação com a expropriação e com o recrutamento, para que a assistência protetora criasse meios de controle sobre os pobres. Em um de seus poemas, o autor enaltece e dignifica o homem que trabalha honestamente, em oposição àquele que se entrega aos vícios e à ociosidade. Galeno faz menção, ainda, à felicidade, esta, associada diretamente ao trabalho, pois, para o autor, é através da dedicação ao eito que o homem pobre livre se torna respeitado e a família mais unida e próspera. Assim o poeta escreve:

(...) *Eia às lides, que trabalho!*
É a flicidade do lar,
Nele a prole reunida
Todo dia a trabalhar
É feliz, é virtuosa,
Não cessa de prosperar!
Eia às lidas... Que o trabalho!
É a flicidade do lar...⁷²

Em outra parte do mesmo poema, *O Trabalho*, o autor fala que o homem que não busca trabalhar estará sujeito ao vício e à vadiagem, o que resultará

⁷² GALENO, Juvenal. *Lendas e canções populares*. Introdução F. Alves de Andrade, 4^a Ed. Fortaleza, Casa de Juvenal Galeno, 1978, p 479 (1^a ed. , 1865).

na desestruturação da família e na desonra da sua pessoa, pois “o trabalho é o único meio que o homem pobre/ livre tem para ser feliz e viver com dignidade, juntamente com sua família”.⁷³

Sendo Juvenal Galeno contemporâneo do período aqui tratado, segunda metade dos oitocentos, percebe-se que em seu poema, *O Trabalho*, o autor está em plena sintonia com a discussão da época, pois Galeno reitera a cada estrofe do poema as vantagens que o trabalho tem no seio da família. O autor, ainda, institucionaliza o trabalho como sendo a única fonte de toda a dignificação do homem pobre livre e incentiva-os a serem obedientes, leais e trabalhadores, no intuito de não deixar a si e a sua família numa situação de exposição e vulnerabilidade.

Nesse ínterim, os diversos discursos da elite foram desenvolvidos tendo como objetivo dignificar o homem pobre livre que trabalhava nos preceitos da “modernidade” e marginalizar aquele que, de uma forma ou de outra, rompesse com as novas formas e condutas de se lidar com o eito. Esse discurso, que se inicia na Província cearense nos meados do dezenove, torna-se mais forte na década de 1870. Segundo Ivone Cordeiro Barbosa,

*No Congresso Agrícola do Recife, em 1878, os fazendeiros reclamavam dessa resistência dos caboclos em se integrarem ao trabalho disciplinado e colocavam essa resistência como obstáculo a ser superado para que a sociedade pudesse chegar ao progresso e à civilização*⁷⁴.

Nas malhas dos espaços rurais, os novos valores que apontavam e as novas práticas de trabalho se complementavam com os velhos costumes hierárquicos e patriarcais de condicionar os espaços livres das grandes propriedades com as “caridades” individuais; ou seja, a “benevolência” dos proprietários em permitir a classe pobre livre ocupar os espaços disponíveis das fazendas fortalecia os elos verticais entre a elite e os pobres livres sertanejos. Dessa forma, a luta pelo direito aos frutos do próprio trabalho “livre”, no sentido burguês da palavra, estava condicionada aos serviços e mandos do proprietário das terras. Cultivar na propriedade alheia significava

⁷³ Id. *Ibidem.*, p. 480.

⁷⁴ BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000, p. 122.

que boa parte da produção pertenceria ao dono das terras e não ao trabalhador responsável pela produção. Portanto, o trabalho do homem pobre livre só poderia render frutos para o dono das terras. Essa era uma diferença marcante entre os que possuíam terras e os que estavam submetidos aos donos delas (terras/propriedades).

Essa convivência ambivalente entre a classe abastada e a gente pobre parece apontar para inúmeras situações de tensão que os opunham em meio aos enfrentamentos cotidianos, às agressões físicas, verbais ou reverses. Assim, a pobreza livre precisou reelaborar nas especificidades do seu viver maneiras de participar da sociedade sertaneja⁷⁵ que reordenava novos valores e novas práticas de trabalho.

1.2 Cotidiano e Pobreza

Na metade do século XIX, a população pobre e livre sem trabalho e sem terras acentuou as crises sociais. O ir-e-vir dessa gente pelas ruas tortuosas desse imenso sertão denotava uma certa resistência às novas linearidades do trabalho ajustado sob uma nova concepção de *tempo capitalista, linear, abstrato e contabilizável*⁷⁶. Era preciso para a pequena sociedade capitalista emergente, que parecia cada vez mais permeada por noções burguesas, medidas que balizassem esse viver inventivo da classe pobre livre sertaneja. Portanto, sob o ponto de vista dessa pequena elite latifundiária, conduzir os trabalhos no campo de forma mais sistemática – com dias e horários rígidos e regulares – era uma das medidas que ajudaria a condicionar o trabalhador dos meados do século dezenove a não desperdiçar o

⁷⁵ No ponto mais alto da sociedade cearense, estavam os grandes proprietários de fazenda, normalmente criadores de gado. Eram os senhores da região, gozavam das principais regalias e as leis eram flexíveis a sua voz de mando. Abaixo dos grandes proprietários estavam os médios e os pequenos proprietários e arrendatários; os oficiais assalariados, como o curtidor nas fazendas de criação; os autônomos; os profissionais liberais e os funcionários públicos. E por último estavam os agregados; os moradores de condição; os jornaleiros ou alugados e os escravos. MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente – 1850/1890*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981.

⁷⁶ BARREIRO, José Carlos. *O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1988, p.88.

tempo, pois, para essa “nova” sociedade, tempo estava associado ao aumento de produtividade/ lucro e acumulação de capital.

Nesse crescente território “capitalista” ocupado por diversas facetas e por complexos desdobramentos, o interesse dos grandes proprietários na mão-de-obra livre, na Província, não significou uma melhoria de vida para os trabalhadores de miúdos cabedais. As condições gerais de sobrevivência dessa camada dessemelhante sempre foi bastante precária. Sua alimentação diária constituía-se de angu, feijão, toucinho, banha, carne seca, peixe, pirão e farinha de mandioca. Raras vezes comiam algum legume, verdura, frutas e carne verde⁷⁷. Anualmente podiam adquirir alguma peça de roupa nos períodos das festas comemorativas de fim de safra, fim de ano, Natal ou quermesse, com as sobras das roupas dos donos das terras e/ou com a compra, normalmente fiado, no barracão local⁷⁸. Trabalhavam na roça quando o sol raiava e o dia amanhecia e retornavam para casa no pôr-do-sol, no período inicial do trato com a terra. Na época da safra trabalhavam, às vezes, também, antes mesmo do sol raiar.

O tempo rural é sobretudo marcado pela natureza/ estações - preparação do solo, plantio, colheita, dia/noite, inverno/verão; ou seja, as práticas sociais da população rural são determinadas pelas necessidades e possibilidades da natureza, e, em relação desse fator, o ritmo de trabalho é diferente daquele que tinha sido implementado em alguns dos países europeus já industrializados⁷⁹. Dessa forma, os estrangeiros acostumados com outro ritmo de trabalho/tempo, quando estiveram no Brasil, no decorrer do século XIX, sobretudo nas regiões áridas do Nordeste, estereotiparam os homens pobres e

⁷⁷ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. De acordo com Hahner “os produtos frescos eram em geral privilégio dos setores mais afortunados da sociedade, embora mesmo em suas mesas as verduras fossem mais raras do que a carne de galinha, arroz, frutas, vinho ou doces. O feijão era o elemento comum às dietas de ricos e pobres.” HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Traduzido por Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, op. cit. p.44.

⁷⁸ Mesmo sendo um trabalho sobre os pobres urbanos no Brasil, pode-se estender para as áreas do campo o que a autora Hahner destaca em seu estudo sobre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Bahia, na qual enfatiza que “a caridade individual, tal como o presente de objetos usados e roupas velhas dadas às empregadas e agregados, fortalecia os elos verticais entre a elite e as difusas classes populares. Nos lares das classes dominantes, a relação pessoal e próxima entre patrões e empregados, esgotada em repetições diárias, ligava-os todos. Os patrões reforçavam estes laços recompensando-os por devotados serviços, cuidando durante as doenças e organizando os pequenos rituais que reforçavam a autoridade e a obediência.” HAHNER, June. Op. Cit. p.50

⁷⁹ HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Tradução de Waltensir Dutra. 17ª edição. Rio de Janeiro: ZAHAR editores, 1981.

livres, violentando seus hábitos e costumes de viver como "*sujeitos que não procuravam se ocupar decentemente*"⁸⁰ e acabaram propagando entre a pequena elite latifundiária padrões ditos como "civilizados" e "modernos", comuns aos seus locais de origem.

Conduzidos, os homens pobres livres, pela lógica irregular da natureza, conforme alternavam-se os períodos de inverno e de verão ou de chuva e seca, os meses do trabalho agrícola na terra começavam com o preparo da terra, em janeiro, com as primeiras águas e o desabrochar do mandacaru⁸¹ - derrubando e queimando a mata, arando e plantando - e terminavam em julho com a colheita. Nos meses subseqüentes a esse período - de agosto a dezembro - o sertanejo ficava sem a lide na terra, principalmente por causa do período de estiagem ou de vacância e, muitas vezes, os pobres livres eram vistos e rotulados pela pequena elite sertaneja que buscava modos de vida "afrancesados"⁸², como "*vagabundos e ociosos, beirando a marginalidade.*"⁸³

Nesse período de vacância, entre a colheita da última plantação e o início de um novo ciclo de plantio, o homem pobre livre tinha que buscar negociar meios de trabalho que viessem proporcionar a sobrevivência para ele e sua família. No ajuste para a matança de um boi, por exemplo, era preciso todo um cuidado e trato especializado no momento de lidar com a carne fresca ou salgada, com o couro que bem preparado servia para o preparo da vestimenta do sertanejo, para o ensacamento da produção de fumo, para a matalotagem de alimentos nas viagens ultramarinas, na fabricação de brucas, surrões, laços e chinchas⁸⁴, e os miúdos, aproveitados, normalmente, no preparo do angu e/ou pirão, servido na mesa em dias de comemoração⁸⁵. Era nessa ocasião, também, que a camada social pobre e livre trabalhava no preparo dos produtos, que seriam vendidos nas feiras - envolvendo encontros, negociações, ajustes e andanças - nos múltiplos serviços domésticos e nos reparos dos objetos de montaria. A caça e a pesca também eram atividades

⁸⁰ KIDDER, Daniel. Op. Cit. p.68.

⁸¹ PRIORE, Mary Del e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p.94.

⁸² GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 4ª edição, revista e atualizada. Coleção Estudos Cearenses, volume 1, Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.

⁸³ PINHEIRO, Francisco. Op. Cit. p.204.

⁸⁴ PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato. Op. Cit. p. 96.

⁸⁵ TEÓFILO, Rodolpho. *Os Brilhantes*. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro, Seção de Publicações, 1937, p.78.

que auxiliavam na sobrevivência dos “cabras” nordestinos, pois tinham um grande peso na dieta alimentar dos pobres como uma rica fonte de proteínas, sobretudo na época de vacância e em períodos de intensa seca⁸⁶.

Na faina diária dos trabalhadores, junto com os seus componentes familiares, o domingo, ao contrário dos dias santos, não era dia de descanso e boa parte das famílias trabalhava nesse dia. A prática de trabalhar aos domingos levava as pessoas das diferentes condições sociais, primeiramente à missa e após a devoção religiosa, para o intenso comércio das feiras. Mas era na igreja-matriz de cada vila ou cidade que proprietários e trabalhadores livres junto à sua família, vestiam as suas melhores roupas e se reuniam para rezar, namorar ou apenas trocar olhares. Em uma passagem do romance *Os Brilhantes*, Rodolpho Theóphilo descreve a missa do dia de domingo dos sertanejos da seguinte forma,

A missa conventual reunia quase todos os fregueses, muitos dos quais residiam a cinco, seis e mais léguas de distância. Não somente os sentimentos religiosos que os faziam vir de tão longe, eram também outras necessidades, como assistir à feira, conversar com os influentes da localidade e sobretudo saber das novidades políticas.

A vila, que nos dias de semana tinha uma fisionomia indolente e triste, se transformava nos dias de domingo: a transfiguração principiava pelos aguadeiros, que começavam a lida muito antes de amanhecer para que o dia os encontrasse desocupados, e em trajes domingueiros.

Aos primeiros clarões do dia, as veredas e as estradas que desembocavam na vila, foram pouco a pouco se enchendo de transeuntes a pé e a cavalo, que, vaidosos do traje ou da cavalgadura, vinham se exhibir na vila.⁸⁷

Em meio às rezas, cantos e burburinhos a população do dezanove cearense fazia do domingo o principal dia para os encontros sociais do sertão e era quando, também, a elite feminina podia aparecer e valer a sua vontade frente aos grilhões do patriarcado. O pastor Daniel Kidder, na virada dos anos 30 para os 40, notou que as missas haviam-se tornado verdadeiras obrigações sociais. Ninguém podia deixar de ir, principalmente “as senhoritas casadoiras e as mulheres viúvas que desejassem novos companheiros”⁸⁸.

⁸⁶ Id. *Ibidem.*, p.p. 67e 68.

⁸⁷ Id. *Ibidem.*, pp.23 e24.

⁸⁸ KIDDER, Daniel. *Op. Cit.* pp.98 e 99.

Dentre as inúmeras referências oficiais sobre os costumes dos pobres livres, as festas religiosas aparecem sutilmente. A preocupação das autoridades em relação às comemorações vinha de há muito tempo, desde a colônia, quando se nota o cuidado de dar tratamento diferenciado às festas da religião católica das festas de outras crenças, como foi posto em um aviso do Governo metropolitano, quando o Ceará ainda era dependente da Capitania de Pernambuco, ao Capitão-Geral de Pernambuco no ano de 1778:

*(...) que sua majestade ordenava, que não permitisse as danças supersticiosas e gentílicas; enquanto às dos pretos, ainda que pouco inocentes, podiam ser toleradas, com o fim de evitar-se com este menor mal, outros males maiores, devendo contudo usar de todos os meios suaves, que a prudência lhe sugerisse, para ir destruindo pouco a pouco um divertimento tão contrário aos bons costumes.*⁸⁹

Na verdade, muitos dos costumes das nações africanas e indígenas já tinham sido incorporados nos costumes dos “cabras” nordestinos e, ainda que fosse lascivo para a moral da elite sertaneja, o batuque, o maracatu, o samba, a capoeira, a viola e o cateretê, no século XIX, já eram considerados diversões favoritas da classe pobre em várias partes do País e estavam sempre presentes nas festas religiosas. Essas festas ganhavam as ruas, com suas procissões e tudo o mais, e eram para todos, proporcionando espetáculos públicos e gratuitos. E o fato de ser para todos transformava as comemorações em verdadeiros exercícios de sociabilidade entre ricos, pobres livres e escravos.

O carnaval, após 1855, era, também, outra fonte de divertimento da camada popular e possibilitava aos pobres um grande consumo de bebida, principalmente da cachaça e a fuga temporária da realidade. O entrudo⁹⁰, embora mais antigo do que o carnaval, tinha sido por diversas vezes proibido pelo Governo imperial - pelo caráter violento do jogo - mas continuava a ser festejado nas paragens cearenses. No entanto, em vez de utilizarem “chuveiros

⁸⁹ C.F.MELLO. *Festas e tradições populares do Brasil*, citado por Clarissa Nunes Maia. *Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no Séc. XIX*. Dissertação de Mestrado. CFHC. UFPE, 1995. p.111.

⁹⁰ De acordo com o dicionário Aurélio, entrudo era uma espécie de folguedo camavalesco antigo, que consistia em lançar uns aos outros água, farinha, tinta etc. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Veja-se também SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.p.247 a 296.

de laranjas e ovos, ou como antes bolas de cera feitas com a forma de laranjas e ovos, cheia de água⁹¹, a população cearense gostava de atingir os adversários na brincadeira com uma mistura de água com farinha e vencia o jogo aquele que melasse mais o adversário⁹².

Mas são as festas comemorativas no fim dos períodos das colheitas que constituem verdadeiras datas comemorativas para o homem do campo. É nesse País marcado por um calendário cheio de festas e comemorações cívicas⁹³, que trabalho e lazer se misturam, imprimindo uma especificidade ao viver, conviver e lidar com o todo da sociedade, essencialmente rural.

Nesse entremesclar de festas, comemorações e trabalho, no cotidiano da sociedade sertaneja, na segunda metade do século dezenove, os níveis salariais da mão-de-obra livre teve um certo crescimento. No entanto, esse pequeno crescimento dos ganhos em razão do surto algodoeiro na década de 1860 - com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, o algodão passa a ter alta cotação no mercado internacional, e, conseqüentemente a esse fator, a agricultura e o valor das terras assumem nesse período uma grande importância na Província cearense⁹⁴, porquanto, gera um grande aumento no custo de vida, reduzindo pela metade o valor real dos ganhos, e uma insatisfação geral da população pobre e livre. Um dos motivos principais para o constante aumento do custo de vida na Província cearense foi o amplo aumento de interesse e de investimento na economia agro-exportadora que passa a ser explorada pelos grandes proprietários de terras⁹⁵; ou seja, se antes

⁹¹ Citação de Fletcher in: SCHWARCZ, Lilia. *As Barbas do Imperador*, Op. Cit. p.279.

⁹² Nos periódicos que circularam na segunda metade do século XIX, são comuns notícias que citam a brincadeira no período que antecede a quaresma e mencionam a utilização da mistura da água com a farinha. Atualmente essa brincadeira continua no período do carnaval e é conhecido como mela-mela. Muitos utilizam farinha de trigo misturada com água, outros, no entanto, gostam de brincar com a farinha de trigo pura, goma para tapioca (polvilho), talco e mais recentemente spray de espuma. O Cearense, 04/02/1852, 09/02/1856, 07/02/1862, 29/01/1864 e 18/02/1873.

⁹³ Sobre as inúmeras comemorações e festas, veja-se: Schwarcz, Lilia. *As Barbas do Imperador...* Op. Cit. pp.247 a 294. Relato dos viajantes: KIDDER, Daniel. Op. Cit. p.78 e KOSTER, Henri, *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2ª. edição. Recife. Secretaria de Educação e Cultura, 1978, pp.56 e 87. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 6ª. edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, pp.78-86. ANDRADE, Mário de. *Danças Dramáticas do Brasil*. São Paulo, Martins, 1959, p.19.

⁹⁴ Sobre a importância que a agricultura assume nos meados do século dezenove, sobretudo na década de sessenta, e a alta cotação do algodão no mercado internacional em detrimento da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, veja-se: LEITE, Ana Cristina. *O Algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial, 1850-1880*. Fortaleza: SECULT, 1994, *passim*.

⁹⁵ FURTADO, Celso. Op. Cit. p.p. 78 e 79.

desse “boom” do algodão as plantações de gêneros alimentícios estavam relegadas, somente, ao segundo plano, o que fazia da pecuária a única prioridade das grandes propriedades, após a década de 1860, com a guerra civil americana, essa prática muda e as áreas de cultivo vão se estender através das cercas que as separavam da criação do gado, formando o que tem sido chamado “binômio-gado-algodão e “complexo algodoeiro” para indicar a combinação entre as atividades da pecuária e da produção algodoeira nas fazendas dos espaços sertanejos da Província cearense⁹⁶.

Dessa forma, os pequenos sitiantes e proprietários tornavam-se dependentes de quem de fato podia fazer grandes investimentos na terra para atender a valorização e o desenvolvimento da agricultura comercial e de exportação do algodão⁹⁷. Portanto, essa valorização nos mercados externos do algodão fez com que cada vez mais as terras dos sertões fossem disputadas por quem tinha o poder econômico na Província.

Além disso, o surto algodoeiro⁹⁸ nas paragens sertanejas do Ceará passa a ser dividido nas terras férteis de cultivo com as plantações de café, sendo esse último em escala bem menor de produção do que o primeiro. Assim, ao investirem no plantio do algodão, os grandes proprietários conseguiram aumentar a sua fortuna e as suas possessões e alguns pequenos proprietários “protegidos” conseguiram enriquecer⁹⁹.

Todavia, ao que parece, esse período de aumento na produtividade do algodão causou outro problema para as autoridades provinciais nordestinas, envolvendo proprietários, vendeiros/barraqueiros e homens pobres livres. Foi o aumento das queixas nas delegacias sobre o roubo do algodão, o que causava grandes prejuízos para os negociantes do produto. Em Pernambuco foram

⁹⁶ ANDRADE, Manuel. Op. Cit. 46.

⁹⁷ BARBOSA, Ivone. Op. Cit. p.p. 61 a 119.

⁹⁸ A cultura do algodão tornou-se a alternativa, no final do século XVIII, na vida dos pequenos proprietários, arrendatários e agregados. No início do século XIX, já constituía um dos principais produtos de exportação da Província. Cultura que não necessitava de muito investimento, por ser fácil de plantar, colher e transportar, permitia ao pequeno agricultor trabalhar em sua plantação apenas com a ajuda da família, podendo ser associada ainda a gêneros de subsistência. Sobre a economia algodoeira, ver: LEITE, Ana Cristina. *O Algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial, 1850-1880*, Fortaleza: SECULT, 1994, passim.

⁹⁹ ANDRADE, Manuel. Op. Cit. pp.86 e 87.

registrados, somente no ano de 1860, oito queixas na subdelegacia de polícia da Freguesia de Várzea¹⁰⁰.

Os roubos do algodão que aconteciam em Pernambuco ganharam eco nas principais páginas dos jornais cearenses e foram relatados como pequenos descuidos dos encarregados de conduzir os ensacamentos do algodão. De acordo com o jornal *O Cearense*, os escravos e a classe mais “miúda” da população pernambucana, aproveitando-se de um chapéu de palha grande em forma cônica que os escravos e a “populaça” usavam no processo de ensacar a colheita, iam retirando de cada saca – freqüentemente mal enfardada – um punhado de algodão, até enchê-lo completamente. Mal conseguiam isso, seguiam para as vendas para despejar o conteúdo do chapéu, demonstrando nessa operação uma grande agilidade¹⁰¹. Para Clarissa Nunes Maia, esse tipo de roubo era bastante comum na hora de ensacar o algodão colhido em Pernambuco e a escolha das vítimas era apenas uma questão de momento, e toda ocasião de roubar os mais abastados era aproveitada pelos escravos e homens pobres livres que não se sentiam recompensados pelo trabalho e pela lealdade aos interesses da classe proprietária. De acordo, ainda, com autora, o motivo maior desses roubos era a sobrevivência, a necessidade de completar a diária e poder propiciar à família condições de se alimentar e de se vestir. Além disso, podia ser um meio de obter algum dinheiro extra para o pagamento de alguma dívida e usufruir momentos de lazer nas tabernas e casas de jogos. Para os escravos era uma forma de garantir algum dinheiro para a compra da sua alforria ou da manumissão de algum parente.¹⁰²

O valor do algodão roubado pelos escravos e homens pobres livres às vezes chegava a quantias consideráveis, embora o que conseguiam por eles fosse bem inferior ao seu valor real. Era vendido rapidamente ou postos em mãos de terceiros que ficavam com a incumbência de vendê-los. Esses receptadores, no caso específico de Pernambuco, eram os vendeiros que,

¹⁰⁰ APEPE, Fundo Secretaria de Segurança Pública. Subdelegacia de Polícia da Freguesia da Várzea, Termo da Cidade do Recife, parte semanal de 12 de março a 20 de dezembro de 1860.

¹⁰¹ Jomal *O Cearense*, “Callamidade Pública”, 1861, p.p.02 e 03.

¹⁰² MAIA, Clarissa. Op. Cit.109.

geralmente, servindo-se de sua maior possibilidade de comercialização, incumbiam-se de passá-los adiante.

O vendeiro, nas áreas rurais de Pernambuco, como elemento ímpar que se ocupava da atividade mercantil, possuía uma relação bastante ambígua com a comunidade a que pertencia. Ao mesmo tempo em que mantinha uma relação de dependência com o senhor de engenho e/ou fazendeiro – uma vez que este cedia suas terras para seu estabelecimento, ou se possuía sua casa comercial na vila, sempre o fazendeiro seria o seu melhor cliente - também dependia dos trabalhadores para o consumo de seus produtos e participava de seus valores, uma vez que emergia daquele grupo e era com eles que iria ter uma convivência maior. Assim, por ser o indivíduo que pela natureza de seu negócio mais dispunha de dinheiro vivo, costumava emprestar quantias como forma de adiantamento aos agregados e jornaleiros do grande proprietário e/ou aplicava-lhes a estratégia do endividamento. Vendia aos trabalhadores mercadorias do seu estabelecimento “fiado”, no qual estes deveriam pagar-lhe assim que recebessem a remuneração pelo serviço prestado, o que auxiliava juntamente com o grande proprietário no “controle” e na dependência dos trabalhadores. Os endividamentos, feitos exclusivamente por vontade dos vendeiros e estendidos aos trabalhadores, davam condições de exercerem uma micro dominação pessoal sobre esses indivíduos, que, para saldar suas dívidas, muitas vezes entregavam produtos de roubos cometidos nas terras dos grandes proprietários a um preço bastante inferior ao real ou agraciavam seu credor com alguma informação que pudesse usar como meio de aproximação dos poderosos¹⁰³.

Na Corte, Saint-Hilaire já havia percebido que o comércio ilícito entre comerciantes, homens pobres livres e cativos, apontava os vendeiros como os maiores receptadores das mercadorias roubadas.¹⁰⁴

Aqui no Ceará o registro é de que a venda era chamada de barracão. O barracão construído na grande propriedade pertencia ao proprietário da terra e este, por sua vez, utilizava-se do barracão para aumentar a exploração do trabalhador, pois, além do preço dos produtos adquiridos serem

¹⁰³ FRANCO, Maria Sylvia. *Op. Cit.*, pp. 69-77.

¹⁰⁴ Apud Leila Mezan Algranti, *O Feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1802- 1822*. Petrópolis, Vozes, 1988.

determinados pelo proprietário da terra, a parte da meia da produção agrícola também era destinada prioritariamente ao dono da propriedade, ou seja, do barracão¹⁰⁵. Portanto, o barraqueiro - diferentemente da condição do vendeiro da região vizinha, Pernambuco - que se fazia valer da sua condição para melhorar de vida e assegurar uma melhor posição social¹⁰⁶ - era um trabalhador livre comum, dependente dos mandos e desmandos do proprietário.

Após os inúmeros artigos publicados anteriormente dando conta do que acontecia em Pernambuco, acerca da falta de providências das autoridades sobre os diversos casos de roubo de sacas de algodão, um caso registrado no jornal O Cearense, em 1862, chamou bastante a minha atenção. A denúncia publicada na primeira página do editorial, divulgava a preocupação da pequena elite sertaneja cearense sobre as calamidades do roubo do algodão ter chegado a "*nossa pacata Província*" e solicitava às autoridades policiais maior vigilância e punição para os infratores para que a "*nossa próspera Província não chegue a calamidade que assola em Pernambuco*". A denúncia publicada referia-se ao roubo de algodão que havia ocorrido em 1862, no porto de Aracati. O jornal abre a matéria fazendo uma observação sobre as "*atrocidades que estavam ocorrendo em Pernambuco*" e destaca que esse "*comércio infame*" que estava sendo praticado contra "*cidadãos probos e abastados*" em Pernambuco já havia chegado aqui no Ceará, e, de forma enfática e no calor da hora, continua descrevendo que, no momento de embarcar o produto no porto de Aracati, o negociante de algodão Francisco Sobralino de Albuquerque, "*homem probo de total respeito e prestígio, deu pela falta de trinta arrobas da sua produção*" e que "*esse tipo de roubo necessita de providencias urgentes*" e que os culpados "*sejam presos e punidos conforme a Lei*"¹⁰⁷. De acordo, ainda com o mesmo jornal, ao tomar conhecimento do fato, a polícia - que não conseguia ter um controle eficaz sobre os homens

¹⁰⁵ BARREIRA, César. *Trilhos e atalhos do poder. Conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed., 1992, p.78.

¹⁰⁶ Sobre a condição dos vendeiros em Pernambuco e na Bahia ver: ANDRADE, Manuel. Op. Cit. pp.170-171, EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 156 e 157. LEITE, Glacyra Lazari. *Pernambuco 1817: Estrutura e Comportamentos Sociais*. Recife. FUNDAJ. Editora Massangana, 1988, pp.87-91. MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo. HUCITEC, 1978, pp.58-61.

¹⁰⁷ Jornal O Cearense, "Denúncias", 22.04.1862.

pobres livres - sem força suficiente de homens, não conseguiu apreender o produto roubado e nem os culpados pelo "crime". A polícia entrava nessa história como o agente que procurava restabelecer a ordem pública, a hierarquia social e a defesa da propriedade. No entanto, muitas vezes o que se percebe é uma certa condescendência com os pobres livres, sendo eles muitas vezes vizinhos, amigos e parentes dos acusados de pequenos furtos e roubos.

Mas, mesmo sem a polícia obter sucesso em relação ao produto roubado ou dos envolvidos no roubo do algodão em Aracati, denúncias como essa divulgada em um dos principais jornais¹⁰⁸ da Capital cearense não foram mais vistas, o que sugere que a prática de roubar parte da produção de algodão dos proprietários cearenses não ocorreu com tanta intensidade como era registrado nas delegacias e subdelegacias pernambucanas. Além disso, indica que, diferentemente dos vendeiros pernambucanos, que tinham bastante autonomia, os barraqueiros cearenses deviam ter um vínculo de negociação e aproximação bem maior com os proprietários cearenses. Vale lembrar aqui que os homens pobres do dezenove se diferenciavam da elite proprietária em tudo - desde a alimentação consumida, a moradia, o prestígio social, o acesso à educação e, sobretudo a renda - e se diferenciavam, também, entre si. E é nesse liame da pobreza que pertencer à classe pobre não é o mesmo que ser igual, pois as escalas da pobreza também se diferenciavam nos aspectos de ter ou não onde morar, se alimentar e poder estabelecer vínculos de proteção com os homens mais abastados da região. Acreditando nessa prerrogativa, é que podemos pensar que os barraqueiros eram escolhidos dentro das normas internas de organização e hierarquia estabelecida. Sendo assim, deviam manter uma prática de aliança, negociação e compromisso para que os grandes proprietários, que podiam incluir, excluir ou delimitar a ocupação nas

¹⁰⁸ Os principais jornais que circulavam na Província em meados do século XIX eram **O Cearense** e o **Jornal de Fortaleza** (liberais) e **Pedro II e Constituição** (conservadores), todos de Fortaleza; e o **Araripe** (liberal) do Crato, com exceção do periódico Araripe que só circulava duas vezes por semana, todos tinham circulação diária. Os jornais **O Cearense** e **Pedro II** eram os que melhor representavam as idéias dos Partidos Liberal e Conservador e travavam uma briga "explícita" a partir da privatização política e da utilização dos cargos públicos e administrativos. Estes cargos estavam submetidos, principalmente, aos interesses das principais famílias cearenses que se dividiam entre os Partidos Liberal e Conservador. Sobre os partidos políticos do Ceará, veja-se: CORDEIRO, Celeste. *O Ceará na segunda metade do século XIX*, In: *Uma Nova História do Ceará*, Op. Cit. pp.135 a 161. ARAÚJO, Maria do Carmo Ribeiro. *O Poder local no Ceará*. In: *História do Ceará*, Op. Cit. pp. 105 a 120. MONTENEGRO, Abelardo. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza, Edições UFC, 1980, pp. 23 a 50.

suas propriedades, escolhessem o indivíduo que melhor demonstrasse “lealdade” e “deferência” para com o seu patrão. Quanto as notícias sobre os roubos de algodão na Província de Pernambuco, continuaram a ser estampadas pelos jornais cearenses, no entanto, com menor intensidade do que nos prósperos anos do comércio algodoeiro.

Nesse período de intensa efervescência comercial, em torno do aumento da produção algodoeira, as paragens cearenses foram poupadas das secas intermitentes que castigavam a terra, as plantações e o homem do campo. Durante trinta anos, de 1845 a 1877¹⁰⁹, as chuvas(inverno) foram mais regulares, gerando uma significativa expansão das atividades agrícolas e o aumento da população sertaneja¹¹⁰. Esse aumento demográfico deveria favorecer o aumento da mão-de-obra em toda a Província. No entanto, com a arbitrariedade do recrutamento forçado para o serviço militar nas Forças Armadas, a maior parte da população masculina pobre e livre empregou táticas evasivas ou para se esconder ou para fugir do seu local de trabalho, sempre que chegavam aos seus ouvidos rumores de que o destacamento do recrutamento estava por perto. Além disso, o pagamento pela utilização e produção nas terras do proprietário, sobretudo após a Lei das Terras de 1850¹¹¹, constituiu para o homem pobre livre maior negociação e aliança com

¹⁰⁹ NEVES, Frederico de Castro. *A Seca na História do Ceará*. In: *Uma Nova História do Ceará*, GONÇALVES, Adelaide e SOUSA, Simone (orgs). 2ª. edição rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p.80.

¹¹⁰ O primeiro censo demográfico publicado no Ceará foi em 1863, pelo senador Pompeu in: *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Porém, a impressão que se tem é de que todos os censos demográficos efetuados no século XIX parecem ter sido factíveis de erros. Em primeiro lugar porque tudo indica que as famílias pobres evitavam enumerar corretamente os filhos varões, temendo o recrutamento forçado para as Forças Armadas e para a Guarda Nacional – o imposto de sangue como se dizia na época. O recrutamento era uma verdadeira “guerra civil”, nas palavras do Presidente da Província Francisco Ignácio Marcondes de Mello, que achava que a “força do serviço militar tem pesado mais sobre a Província cearense do que sobre qualquer outra”. E em segundo lugar para aqueles que possuíam escravos, pois temiam ter que pagar algum imposto para o governo, parecem subestimar a população escrava, sobretudo quando o tráfico torna-se ilegal. Jornal O Cearense, “Recrutamento”, 06/03/1866. Veja-se ainda: CARVALHO, Marcus. Op. Cit. passim. BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder. Conflitos Sociais no Sertão*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed., 1992, p.85.

¹¹¹ Aprovada em 1850, a Lei de Terras só foi regulamentada pelo Decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854, constando de nove capítulos e 10 artigos. No primeiro capítulo a preocupação consistiu em regulamentar a Repartição Geral das Terras Públicas. No segundo, estabelecer a forma pela qual seriam medidas as terras públicas, criando para isso o cargo público de Inspetor geral das medições e o papel dos agrimensores. No terceiro capítulo, assim como no quarto, a lei procurou reafirmar a obrigatoriedade da revalidação e da legitimação das terras particulares. No quinto, a apreensão gerada estava em torno da venda das terras públicas. No sexto capítulo, a lei dispunha sobre as terras reservadas para a colonização, aldeamento indígena e a fundação de povoações enquanto no sétimo, a questão dispunha

o proprietário para a sua permanência e a de sua família nas terras do “patrão”, como “agregado” ou “parceiro”.

Sendo a principal mão-de-obra nas grandes extensões de terras, os agregados constituíam 92% dos trabalhadores livres nos sertões cearenses¹¹². Prestavam vários tipos de serviços dentro da fazenda onde moravam, normalmente, em troca de um pedaço de terra para plantar mantimentos para si e para sua família, de proteção contra algum tipo de crime cometido e do recrutamento “a laço”.¹¹³

Essa concessão de terras para os agregados era importante na medida em que a relevância de possuir terras não estava condicionada apenas à quantidade de alqueires, mas sobretudo ao número de dependentes, numa garantia de se obter respeito e prestígio local. Através dessa prática, os diversos segmentos sociais se articulavam e faziam com que os homens mais abastados procurassem, por meios legais ou não, as maiores extensões de terras que pudessem adquirir, chegando algumas propriedades no Brasil a possuir mais de 218.000 hectares, quando o limite das doações era de 12.000 hectares.¹¹⁴

Em sua maior parte, essas terras não ocasionava nenhum tipo de benefício social, já que os seus donos não pagavam qualquer imposto sobre elas, mas geravam um título a que muitos aspiravam, o de proprietário e mandante absoluto. Segundo Antonil, ser senhor de terras era um título que assegurava o domínio sobre os homens que ali habitavam ou desejavam habitar e ainda tiravam do trabalhador livre e/ou do pequeno proprietário a possibilidade de possuir um lote de terras produtivas, reiterando assim a dependência econômica e social de toda essa gente modesta.¹¹⁵

No que concerne a essa dependência, os agregados não tinham nenhuma garantia legal que os sustentasse nas terras que cultivavam, o que

sobre as terras devolutas situadas nos limites do Império. O capítulo oitavo procurou firmar normas e estabelecer os responsáveis pela conservação das terras devolutas. E, por fim, o último capítulo tratou de definir a fixação das normas para os registros das terras possuídas. “Decreto número 1.318 de 30 de janeiro de 1854” In: Motta, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

¹¹² ABREU, Capistrano. Op. Cit., pág. 89.

¹¹³ EISENBERG, Peter. Op. Cit., pp. 158 e 203.

¹¹⁴ MAIA, Clarissa. Op. Cit. p.45.

¹¹⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1982.

permitia ao dono dela expulsá-los conforme as suas conveniências, palavras mal compreendidas, gestos entendidos como arrogantes e/ou de ingratidão, gerando assim a quebra da palavra tecida em acordos e alianças com a classe desprovida de bens. Isso, em qualquer época do ano, mas sobretudo após a Lei de Terras ter se tornado o grande tema nacional em 1850.

Permeada de polêmicas, a Lei de Terras retificava legalmente o poder dos latifundiários sobre as propriedades que possuíam costumeiramente desde o período colonial e, que normalmente eram repassadas hierarquicamente de pai para filho como herança ou através de casamentos entre as famílias tradicionais e mais abastadas da Província. Mesmo assim, tudo indica que o Decreto Imperial que regulamentava a propriedade sofreu críticas pelos principais beneficiários. Portanto, o que parecia, num primeiro momento, ser uma lei criada especialmente para atender a classe mais abastada do País, tornou-se um dos principais problemas entre governantes e proprietários, pois muitos se negaram a dimensionar as suas propriedades. Assim, as demarcações e os registros legais de posse impostos pelo Estado imperial não foram atendidos de imediato pelos grandes fazendeiros da Província cearense.

Na prática, para as propriedades serem reconhecidas pelo Estado e registradas legalmente, primeiramente precisavam da solicitação do proprietário e do reconhecimento deste sobre as dimensões exatas do terreno. Em segundo lugar, a fim de que as terras fossem referidas em cartório, as delimitações das terras tinham que ser anunciadas na paróquia, pelo vigário local e ser reconhecidas e aceitas como propriedades do peticionário pelos proprietários vizinhos, agregados, moradores, pequenos sitiantes, enfim, toda a população que estivesse envolvida direta ou indiretamente e fizesse parte das terras requeridas oficialmente. Após esse reconhecimento, vinham as custas processuais e o registro oficial com testemunhas, primeiramente nas paróquias e, após 1861¹¹⁶, no cartório da cidade pelo juiz municipal. Nesse sentido, o reconhecimento somente era efetivado quando as demarcações eram aceitas por todos os que compunham a gleba de terras (grandes e

¹¹⁶ Motta, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, passim.

pequenos posseiros) sem contestações sobre os limites da propriedade e as custas processuais eram pagas¹¹⁷.

Em meio a esses múltiplos procedimentos para efetivar e registrar oficialmente a posse legal das terras, o interesse dos grandes proprietários parece não ter sido efetivado com tanta preeminência. Com tantas terras para invadir (públicas, devolutas, particulares, cultivadas ou incultas, tidas ou possuídas), os homens afortunados e cheios de prestígio local viam na nova lei a impossibilidade de aglutinar em suas possessões novas terras, como um velho padrão tradicional e inerente à formação histórica das grandes propriedades. Com o registro oficial, como passariam a invadir ou simplesmente se apropriar das terras vizinhas de pequenos posseiros falidos e/ou endividados, se as delimitações das suas terras já se encontravam legalmente definidas? Além disso, quando um grande proprietário buscava através da nova Lei de Terras legalizar a sua posse (por sesmarias, invasão ou herança), poderia estar entrando em conflito direto com outros grandes fazendeiros e/ou autoridades locais. Poderiam, também, estar comprando briga com pequenos posseiros, agregados e arrendatários que muitas vezes faziam parte da sua clientela, e, com isso, debilitariam as relações de compadrio e deferência legitimadas pelas leis costumeiras da região. Isso era possível na medida em que, para reconhecer e registrar legitimamente as terras pertencentes a determinado proprietário, era preciso o reconhecimento da sociedade local.

Ser reconhecido como o “dono das terras” significava para os proprietários, antes de mais nada, ter o domínio sobre elas e sobre os homens que ali cultivavam (escravos, moradores e arrendatários). Nessa fidelidade indissociável entre ideologia paternalista e concentração de terras em que eram mantidos, os homens pobres livres deveriam ser um contingente certo de mão-de-obra barata e disponível a qualquer momento. Além disso, essa forma de encaminhar a posse das grandes propriedades – com base nos direitos costumeiros de se apropriar da terra a partir da influência e do prestígio social que tinham na região – fazia com que os homens de grandes cabedais

¹¹⁷ Id. *Ibidem.*, *passim*.

impossibilitassem a camada pobre e livre de ocupar terras, mesmo aquelas consideradas devolutas.

As terras devolutas eram consideradas propriedades do Governo. Todavia eram invadidas e incorporadas às grandes glebas dos latifundiários que tinham acesso às leis e podiam forjar em seu benefício as matas virgens do Território brasileiro.

Esse mundo dinâmico cheio de confrontos, encontros e desencontros, em que a posse da terra e/ou o direito de nela produzir era uma certa garantia para diferenciar os indivíduos "laboriosos" dos "desafetos sociais", fez com que homens pobres livres formassem alianças e negociassem ora com os latifundiários ora com o Estado. Com os latifundiários, as alianças se firmavam no sentido de garantir um pequeno espaço em sua propriedade, trabalho e proteção, e o senhor de terras afirmava essas alianças embasados numa política de domínio, assentada na idéia de produção de dependentes fiéis e obedientes ao seus mandos. Com o Estado, as alianças se firmavam na medida em que recorriam às leis na tentativa de garantir os seus direitos constitucionais - de cidadãos - em detrimento das vontades dos grandes proprietários que pareciam ser "invioláveis e soberanas". O Estado sabia tirar proveito dessas alianças, principalmente quando essa gente tão dessemelhante se mostrava disposta a cooperar com os governantes a partir de medidas que beneficiassem o Estado em prejuízo dos grandes proprietários.

Portanto, a negociação tornava-se uma das estratégias que a classe pobre livre possuía para assegurar, eventualmente, a sua condição de protegido. E a propagação da idéia de uma pequena elite latifundiária e do Estado em procurar diferenciar homens pobres livres que buscavam serviços daqueles que os conseguiam, a partir de acordos verbais, reforçava no imaginário social do dezenove a nova noção e rotina de trabalho que a elite cearense procurava entender e normatizar nos espaços sertanejos da Província. E essa dicotomia da camada pobre e livre - entre aqueles que passavam a ser considerados homens "dignos" por estarem "empregados" dos considerados "vadios" por se encontrarem no desemprego e sem "proteção" de um senhor de terras ou do Estado - tendeu a produzir confronto entre os pares de uma mesma camada social, que convivia cotidianamente com a sua condição de miúdos cabedais. Em 1854, o agregado Odorico Silveirinha, da

propriedade do Sr. Tomaz Antônio Pessoa de Andrade, da localidade de Granja, prestou depoimento na delegacia local contra José Demetério de Meneses, afirmando que *"o mesmo tinha ofendido sua mulher"* e que *"o tal Demetério vivia ofendendo e insultando a todos que o obrigassem a roçar"* por ser ele um sujeito *"vadio, que estava sempre na cidade a perambular, mas sem querer se ocupar decentemente"*. E por isso merecia ter sido recrutado pelo seu patrão, como uma forma de *"corrigir os seu vícios"*.¹¹⁸

Além dos desentendimentos entre os homens da camada pobre e livre - que acabavam reforçando os discursos da elite sertaneja e do Estado sobre a constante idéia em manter a "ordem interna" do País a partir da exclusão e punição dos propensos "vadios", sobretudo, com o recrutamento militar - os grandes proprietários também brigavam entre si. Acostumados com a ocupação das terras devolutas, desde o período colonial, e com o benefício das sesmarias, pequenas propriedades e sítios, normalmente invadidos, transformaram as delimitações legais das terras no principal motivo para os desentendimentos, sobretudo, na época do grande "boom" do algodão no mercado internacional. Os embates entre os membros da classe proprietária marcavam os anseios e as ambições dessa pequena elite latifundiária que muitas vezes não tinha como provar a antiguidade de sua ocupação e, por isso, buscava disputar corpo a corpo cada palmo de terra.

Nesse ínterim, as alianças e negociações entre proprietários e homens pobres livres "protegidos" e "trabalhadores", que viviam nas suas terras contra latifundiários concorrentes, ganhou as páginas dos jornais e dos relatórios da documentação oficial. Foi o que aconteceu no Município de Sobral, com o senhor de terras Francisco Alves Pontes, médico do exército imperial e coronel da Guarda Nacional, que mandou recrutar os dois filhos do seu vizinho, o também proprietário de terras Sr. José Feitosa, alegando que os *"filhos d'aquelle senhor haviam ocupado a área das pequenas plantações e os limites originais de suas terras com a criação do gado solto"*.¹¹⁹

¹¹⁸ APEC. Fundo: Polícia Civil- PC. Depoimento de Odorico Silveirinha para o delegado de polícia Estevão Vicente da Fonseca, 1854.

¹¹⁹ APEC. Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do tenente coronel Carlos Resin ao Comandante geral Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, sobre a ocupação "indevida" da propriedade do Sr. Francisco Alves Pontes pelo também proprietário de terras José Feitosa. 14/07/1864.

A solicitação de Francisco Alves Pontes não foi sem propósito. Em sua solicitação, pude destacar o desejo de retomar as terras que acreditava ser de sua propriedade e por isso invadidas - num período extremamente importante para a Província, pois foi no ano de 1864, quando o algodão é cultivado em grande escala na região por conta dos altos preços do produto no mercado externo - e assegurar o poder que lhe era afirmado como coronel da Guarda Nacional, no intuito de inibir o "poder" de seu vizinho. Essa denúncia só foi legitimada e assegurada a favor do proprietário Francisco Alves Pontes, com a ajuda e a aliança dos homens pobres livres que viviam em sua propriedade, pois eles foram utilizados como as principais testemunhas do processo em foco. Outro caso, também chamou bastante a minha atenção. Em 1863, antes da Guerra de Secessão (EUA), o jornal O Cearense publicou em seu editorial a desavença entre os proprietários Francisco Frederico Figueira de Melo e Alexandre Gomes de Argolo Ferrão. De acordo com o periódico,

*(...) Constam-nos que há pouco o sr. Major Francisco Frederico Figueira de Melo declarou guerra particular ao sr. Alexandre Gomes de Argolo Ferrão por este sr. ter declarado que suas terras tinham sido consideradas de acordo com o artigo 3, parágrafo 4 da Lei implementada pelo Império devollutas por se achar inccultas e por não ter o dito Major procedido à medição nos prazos marcados pelo Governo. É isto o que se vê nesta terra!.*¹²⁰

A notícia estampada no jornal, além de sugerir grande arena de lutas entre proprietários, expressa um claro desentendimento entre latifundiários e Estado. O major Francisco Frederico Figueira de Melo, por não registrar legalmente suas terras no prazo determinado pelo Governo, encontrava-se numa situação delicada, podendo até mesmo perder parte da sua propriedade, que estava sendo considerada - pelo proprietário e possível agente do governo, o sr. Alexandre Gomes de Argolo Ferrão - terras "*devollutas por se achar inccultas*". Dessa forma, a necessidade de formar alianças com homens pobres livres deixava portanto de ser uma necessidade unilateral - da camada pobre livre - e passava a ser uma necessidade bipolar - dos latifundiários e homens pobres livres - como uma forma de garantir para cada um uma certa "tranqüilidade e seguridade". Para os grandes proprietários, asseguraria que as

¹²⁰ Jornal O Cearense, "Noticiário". 10/09/1863.

suas grandes extensões de terras se tornassem reconhecidas pelo Estado como terras produtivas e para o homem pobre livre a garantia de uma "proteção" e da "dignidade" de estar devidamente empregado.

Na região fluminense, Márcia Menendes Motta¹²¹ aponta inúmeras reivindicações e conflitos entre arrendatários e agregados contra os grandes senhores de terras da região, nos meados do século XIX. O jogo de forças entre proprietários e dependentes veio à tona numa das faces mais temidas da política dos oitocentos "o confronto direto entre protetor e protegido", desnudando e fragilizando as velhas relações paternalistas. Esses conflitos de terras e, principalmente de poder, puderam acontecer, de acordo com a autora, na medida em que os homens pobres livres foram capazes de buscar no Poder Judiciário, embasados na lei, os seus direitos de regulamentar as suas possessões, e/ou quando se negavam a testemunhar a favor dos grandes fazendeiros sobre a legalização e o registro das terras.

Assim, as desavenças eram anunciadas na medida em que os menos favorecidos reconheciam nos grandes fazendeiros as dificuldades que tinham em assegurar as suas posses sobre as terras. Como era uma prática comum o arrendamento de terras por um longo período, passando muitas vezes de pai para filho a terra arrendada, eles poderiam, a partir da lei, regulamentar a sua posse, baseando-se na definição da posse natural, ou seja, no cultivo e aproveitamento da terra subutilizada¹²², o que produzia os conflitos diretos entre homens pobres livres e grandes proprietários. A camada pobre e livre aliou-se ao poder do Estado, mesmo que de forma indireta, pois como se baseava nas leis, tinha no Estado o seu grande aliado para contestar o poder discricionário, dos latifundiários.

No Arquivo Público do Estado do Ceará não encontrei nenhum caso que indicasse pedido de legalização de terras por parte de agregados, arrendatários e pequenos posseiros; tampouco embates diretos entre essa classe social e os grandes proprietários, como os enfrentamentos que

¹²¹ Em tese de doutoramento, publicada, Márcia Maria Menendes Motta discorre sobre os inúmeros confrontos pela posse da terra que, espremidos entre os projetos sociais, usos e abusos da classe abastada e das leis e decretos, homens pobres (agregados, arrendatários, pequenos posseiros) de um lado e do outro lado homens ricos (grandes fazendeiros e comerciantes) buscaram focos do poder nos direitos as suas possessões de terras e sobre aquelas que achavam ter direito. Sobre esses conflitos ver: MOTTA, Márcia. Op. Cit. *passim*.

¹²² Id. *Ibidem.*, Op. Cit. *passim*.

ocorreram no mundo agrário fluminense. No entanto acredito que este fato não é caso isolado dos atores sociais que compunham a próspera região fluminense. Penso que aqui também deve ter ocorrido, já que acredito que a sociedade brasileira estruturada a partir da escravidão e da dependência social se legitimava, também, na medida em que os confrontos tornavam-se parte necessária para a consagração e a legalização das propriedades¹²³.

Apesar da atividade agrícola ter se expandido de forma bastante acentuada, no Ceará, sobretudo após a regulamentação da Lei de Terras e da valorização do algodão no mercado internacional, ganhando espaço junto à atividade criatória, a pecuária permaneceu, ainda, na segunda metade dos oitocentos, como a atividade de maior destaque das grandes extensões de terras.¹²⁴

A criação do gado solto exigia poucos cuidados e, por isso, pouco investimento em mão-de-obra, fosse livre ou escrava. Bastava erguer uma choupana e fazer alguns currais de pau-a-pique e deixar o gado aos cuidados de dez ou doze homens. Um deles – o vaqueiro¹²⁵ - era o administrador da fazenda e recebia, em troca dos seus serviços, um quarto da produção, ou seja, a cada quatro crias uma era do vaqueiro, isto geralmente depois de cinco anos de trabalho. Depois desse tempo, tinha gado suficiente para iniciar o

¹²³ Ao longo de décadas, a historiografia brasileira tendeu a se preocupar fundamentalmente com os resultados dos territórios apropriados, enfatizando somente a legalização e a apropriação dos homens de grandes cabedais, a estrutura fundiária e o que nas terras se produzia, sem se preocupar com os diversos segmentos que, a partir da Lei das Terras, em 1850, puderam ter acesso como proprietário da terra. O estudo de Márcia Menendes Motta amplia o conhecimento para essa perspectiva, na qual revela um mundo complexo e cheio de desdobramentos. Nesse mundo dinâmico, a autora revela, a partir de uma documentação até então inexplorada, os motivos que levaram agregados e moradores a sublevarem e confrontarem de forma direta aos grandes proprietários para que o seus direitos fossem reconhecidos e suas terras legalizadas de acordo com o Decreto Imperial. Sobre essa questão, veja-se: Motta, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, *passim*.

¹²⁴ BARBOSA, Ivone. Op. Cit. p. 120.

¹²⁵ Segundo Capistrano de Abreu, o ofício de vaqueiro era uma rotina de trabalho bastante dura e o que o alimentava nesse ofício era a apropriação do resultado de seu trabalho. Entre os seus afazeres, o autor destaca: "... amansar e ferrar os bezerras, cura-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir caminhos e bebedouros...". ABREU, João Capistrano de. *Capítulos da História Colonial: 1500-1800*. Prefácio de José Honório Rodrigues. 6ª edição revista e anotada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília; INL, 1976. p.127.

próprio rebanho, o que geralmente ocorria dentro das terras do dono da fazenda, pelo sistema de arrendamento¹²⁶.

Portanto, ter o ofício de vaqueiro nos sertões cearenses possibilitava aos homens pobres livres a condição de ser respeitado pela sociedade sertaneja e ascender socialmente dentro da estratificada estrutura social do século dezenove. Capistrano de Abreu faz menção à importância desse ofício, quando afirma que: o “*Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles*”.¹²⁷ Dessa forma ser vaqueiro era ser sujeito respeitado pela sua própria categoria social, dos pobres livres, e também pelos proprietários das fazendas que tinham como referência um trabalho digno, de homens “*interessados nos frutos da propriedade*”, já que o seu pagamento - do vaqueiro - estava condicionado no aumento da produção do gado (quartiação). Sendo assim, os trabalhadores do campo aspiravam ao ofício de vaqueiro como possibilidade de terem o próprio gado e dessa forma obterem um dia a sua independência. Entretanto, de todos os que trabalhavam nas fazendas criatórias como “subalternos”, somente os chamados “fábricas” que eram os “auxiliares” diretos dos vaqueiros é que podiam se constituir como aspirantes à condição social de vaqueiro, podendo dessa forma ter a possibilidade de galgar um lugar nas representações da estrutura social sertaneja.¹²⁸

Os outros trabalhadores, conhecidos como jornaleiros ou alugados, eram na sua maioria trabalhadores pobres livres. Com o crescimento populacional do sertão, as fazendas de gado não conseguem absorver toda mão-de-obra disponível em consequência de suas poucas necessidades e parte dessa população vai se dedicar à agricultura de alimentos e aos ofícios de trabalho da época (carpintaria, alfaiataria, oficina, padaria etc.)

Assim, a produção de alimentos passa a ser para a grande maioria da população pobre e livre a principal fonte do seu sustento. Plantações de mandioca, milho, feijão, melancia e melão - consideradas plantas de ciclo curto - eram cultivadas em pequenas áreas úmidas do sertão cearense e tinham como objetivo o abastecimento interno da região. Essa agricultura que vai servir de sustentação à população local foi cultivada inicialmente pelos próprios

¹²⁶ MAIA, Clarissa. Op. Cit., p.22.

¹²⁷ ABREU, João Capistrano. Op. Cit. p.128.

¹²⁸ BARBOSA, Ivone. Op. Cit. pp. 106 e 110.

vaqueiros e suas famílias e em seguida pelos agregados e arrendatários - submetidos pela afirmação de poder dos grandes proprietários das terras - em escala suficiente para atender às necessidades da população.

No entanto, com o recrutamento desenfreado, muitos proprietários fizeram inúmeras queixas sobre a falta de trabalhadores que fugiam dos roçados, temendo a "laçada" para as fileiras do Exército e da Armada, sobretudo no período da curta guerra contra a Argentina e o Uruguai e de forma mais acentuada na Guerra do Paraguai.

1.2.1 Conflitos, Tensões e Reações

A proteção do recrutamento forçado, sobretudo nos períodos de guerra, em troca de lealdade estava presente nos vínculos familiares, nas ligações de casamento e/ou compadrio. Ser compadre, comadre, padrinho ou afilhado envolvia obrigações religiosas, materiais e relações sociais de poder (dominação e subordinação) que implicavam preceitos mútuos. No Ceará, como nas outras localidades do Brasil oitocentista, o que dominava a relação paternalista era, por um lado, a assistência do protetor, e por outro, a lealdade e/ou o serviço prestado. Dessa forma, os membros da casa, agregados e outros dependentes ajudavam as autoridades locais a formar o seu séquito e cobravam delas a "proteção legítima".

Essa proteção era adquirida na medida em que essa gente tão dessemelhante se tornava dependente dos homens mais abastados da Província e se "submetiam" á voz de mando do patrão, cumprindo todo o tipo de serviço. As formas como eram cooptados pela classe dos proprietários - ou seja, da proteção extra-legal de que precisavam e da dependência econômica a que estavam submetidos - não permitiam que expusessem claramente as suas opiniões contrárias às mudanças econômicas e sociais. Nessas ocasiões, costumavam guardar para si ou para os seus pares.

Em raras ocasiões, percebo a possibilidade do surgimento de alguma consciência da camada pobre e livre nas divergências entre os seus interesses e os interesses dos grandes proprietários e Estado. No entanto, essa categoria social - dos pobres livres - sabia que, se os movimentos de insubordinação

ganhassem um bom número de adeptos contra o poder local, poderiam fazer com que, tanto os grandes proprietários como o Estado recuassem no seu poder discricionário, sem poder identificar indivíduos isolados por estarem anônimos na multidão¹²⁹.

Foi o que aconteceu em 1851, logo após o fim do tráfico internacional de escravos, quando “pardos, pretos e cabras”, a “maioria da população menos abastada”, “o povo mais miúdo, constituíram grupos de 400, 200, e 80 homens, todos armados”¹³⁰ para atacarem fazendas, comércios e prédios públicos, exigindo dos proprietários e das autoridades locais conhecimentos e informações sobre os novos decretos¹³¹, de modo a comprovar a verdadeira intenção da elite sertaneja. Este movimento, conhecido como “O Ronco da Abelha”¹³², surgiu após ser decretado pelo Estado imperial o recenseamento geral das províncias e o registro civil dos nascimentos e óbitos. Os decretos 797 e 798, de 18 de junho de 1851, exigiam dos agentes do governo o registro segundo a cor da pele, o que era um critério bastante usual para a época. Bastou isso, no entanto, para que a população rural das províncias do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe, ficasse desconfiada e achasse que o governo queria na verdade era substituir os africanos pela “gente de cor” daqui mesmo e “reduzir à escravidão todas as pessoas livres” que deixassem de atender aos requisitos básicos do padrão de comportamento concebido pela elite sertaneja como “moderno” e “civilizado”.

Aqui no Ceará, na cidade do Crato, o presidente da Província solicitou a Guarda Nacional providencias para conter os distúrbios ocorridos naquela freguesia. Na fala do presidente temos a seguinte solicitação,

¹²⁹ Refiro-me especialmente ao capítulo *Patrícios e Plebeus*, de E. P. Thompson in: *Costumes em Comum*. Revisão Técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Para Thompson, os plebeus da Inglaterra, sobretudo, no século XVIII, não podiam ser considerados como uma “classe trabalhadora com consciência de classe”. No entanto, procuraram diversas estratégias coletivas a fim de inibirem o poder dos governantes, oferecendo alguma proteção para aqueles que eram destituídos de poder. Neste sentido, “juntar-se a uma multidão ou a uma turba era outra maneira de ser anônimo, enquanto participar de uma organização continuada era estar fadado a se expor, podendo ser detectado e vitimado. A multidão do século XVIII compreendia muito bem a sua capacidade de ação e a sua própria arte do possível”. THOMPSON, E. P. Op. Cit. p.66.

¹³⁰ GRAHAM, Richard. Op. Cit., p.59

¹³¹ A informação acima foi retirada dos decretos 797 e 798, de 18 de junho de 1851, que instituíam o Censo Geral do Império e o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos. In: MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente – 1850/1890*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1988, p.128.

¹³² Sobre o movimento do “Ronco da Abelha”, ver: MONTEIRO, Hamilton. Op. Cit., p.133

*(...) não podemos permitir que por atendermos os decretos governamentais concidadãos cheios de vícios e de conductas desordeiras ameacem o socego dos homens de bem dessa cidade com agressões físicas, debaixo de pauladas e facadas contrahindo a fuga de policiais e autoridades respeitáveis, recomendo aos commandantes da Guarda Nacional que tomem as devidas providencias e não se occultem ao chamamento de seo dever para coibir os insurretos e para garantir sem mais interrupções a ordem publica.*¹³³

Na palavra do Presidente, os homens de bem são aqueles providos de riqueza e prestígio, enquanto que a camada cheia de vícios e de condutas desordeiras são os pobres da região. Nessa visão normativa, o Presidente não consegue admitir que pessoas sem nenhum cabedal colocassem em fuga autoridades e “homens de bem”. Diante desse ensejo, pode-se também perceber que as relações paternalistas, embasadas na “lealdade e subserviência” e no “compromisso e cumplicidade”, entre a classe proprietária e homens pobres livres, tinham se tornado bastante tênues, na medida em que o presidente da Província precisa solicitar ao Comando da Guarda Nacional medidas mais enérgicas contra os insubordinados, para que a desorganização e o desassossego da ordem pública fossem solucionados.

Em Canindé a população pobre e livre ganhou as ruas numa “passeata” bem organizada, para os padrões da época, quebrando e invadindo pontos comerciais e prédios públicos, demonstrando a sua insatisfação contra os mesmos decretos estabelecidos pelo Governo imperial de números, 797 e 798. O tenente Antônio da Rocha Lima “*sob pressão da mais atroz e violenta insurreição vista por essa redondeza*”, se viu obrigado a pedir reforços para o Comando Superior do Município de Baturité, a fim de acalmar a população que “*enfurecida brada como um leão contra os 3 policiais que tentam impedir o fecha-fecha e o quebra-quebra das casas comerciais*”¹³⁴.

Em cada motim, turbulência, revolta e “passeata” das camadas que margeavam a pobreza, há sempre fortes indícios de uma intensa (re)configuração na realidade e nas tomadas de posições e enfrentamentos que interfeririam em novas relações sociais e de trabalho. A ambigüidade que

¹³³ APEC. Fundo:Executivo Provincial. Série: Ofícios as Juntas Paroquiais de Alistamento, 02/01/1852.

¹³⁴ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos, Ofício do Tenente Antônio da Rocha Lima para o Comando Superior do Município de Baturité. 02/03/ 1852.

sempre permeou essas relações entre trabalhadores e patrões também pode ter contribuído para que as autoridades policiais, em nome dos bens coletivos e da tranqüilidade pública, não conseguissem tomar medidas que fossem de acordo com os princípios de prender e castigar os participantes dos movimentos.

As tensões que se estabeleceram nas províncias do Nordeste, assim como essas que aconteceram nas regiões do Crato e de Canindé, sugerem que, se por um lado os decretos tentavam manter um controle sobre a população pobre e despossuída, por outro lado, dificultavam manter essa mesma camada social dentro dos padrões de comportamento que visassem tanto ao controle da ordem como ao sentido de poder e deferência entre os que mandavam e os que obedeciam.

A incapacidade em dominar completamente a classe dos homens pobres livres de forma a mantê-la quieta e obediente era refletida nas inúmeras tentativas e no contínuo processo das autoridades em estabelecer um controle social sobre os menos favorecidos. Dessa forma, tornava-se necessária a cada sublevação e protesto individual ou coletivo, a criação de medidas que viessem (re)estabelecer a "paz" e a tão desejada "ordem pública".

Para tentar controlar e intimidar essas camadas pobres de onde provinha o maior número de homens insubordinados, contraventores e criminosos, em virtude da própria condição de não-possuidores, o Estado buscava contar, mais uma vez, com a imposição de um trabalho regular, disciplinado e sistemático, pautado numa noção de ganho monetário para o trabalhador e no recrutamento a laço da população masculina considerada "vadia".

Dessa forma, a cada manifestação de revolta popular, motins, insubordinações, em oposição às leis dos governantes, novos discursos enredavam-se no tecido da vida social para que os propensos vadios fossem punidos severamente como exemplos vivos da disciplina e da ordem para o crescimento do País.

Assim, a cada lei e decreto estabelecido pela Coroa Imperial, há indícios de que se buscava dentro dos interesses gerais da classe abastada conceder algum tipo de acordo para que a classe despossuída não se

manifestasse insubordinada contra os seus "senhores"¹³⁵. É também, por essa época - início dos meados do dezenove - que na Assembléia Legislativa da Província do Ceará vão começar a ser travados inúmeros debates, pelos deputados, sobre a importância da parceria entre proprietários e a classe social dependente e sobre a transformação dos moradores em moradores de condição, para que as relações de mando e deferência seguissem as normas e os padrões estabelecidos dentro dos costumes das relações paternalistas. Em 1855, num relatório que abriu a Quarta Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa em Fortaleza, João Brígido, representante da Assembléia dos Deputados, fez a seguinte observação:

(...) na propriedade do Tenente Coronel Magalhães, não existe vadios que não fossem cooptados para o serviço e emprego de suas atividades nativas. Os 300 moradores estabelecidos em suas terras não pagam arrendamento e se prestam a todo tipo de servisso que lhes são mandados fazer, em troca o Sr. daquellas terras lhe dá alimentos e total proteção.¹³⁶

Assim, nessa primeira década dos anos cinqüenta do século XIX, os discursos sobre a organização do trabalho livre na Província começam a fazer parte das pautas que abrem as discussões na Assembléia Provincial, tornando-se uma das principais preocupações da elite sertaneja. Atribuir uma certa legitimidade em relação a essa preocupação parece apontar para que as inúmeras situações de tensão, revoltas e insubordinação, fossem abafadas pelas relações paternalistas de proteção e deferência. No discurso proferido na Assembléia, o deputado João Brígido faz menção a 300 moradores que se estabeleceram nas terras de um rico proprietário sem pagar arrendamento algum, mas que em troca do direito de ocupação prestam ao proprietário todo o tipos de serviço que são mandados fazer num gesto tanto de afeto e gratidão como de necessidade moral e de sobrevivência. É nesse gesto ajustado e elaborado que as relações de compadrio deveriam se fortalecer, abundando-

¹³⁵ Em *Senhores e Caçadores*, Thompson considera que existe uma diferença entre o poder discricionário e o domínio da lei. E nesse sentido, "os destituídos do poder" buscavam lutar muitas vezes baseando-se na lei e transformando-a num espaço constante de conflito, em que "as formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibem o poder e oferecem alguma proteção aos destituídos do poder". THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p.358.

¹³⁶ João Brígido dos Santos. *Anais da Assembléia Provincial (AAP)*, 18/05/1855.

se em preocupações de honra e preservadas nos ajustes da palavra, nos negócios e nas manifestações de intrepidez.

O trabalho regular teria que ser ajustado de forma que garantisse o serviço durante toda a empreitada e o processo mais utilizado nesse período eram os ajustes contratuais. Os contratos eram combinados a partir dos trabalhos que deveriam ser realizados nas fazendas, estradas, empreitadas e locações de serviços, devendo ser obedecidos por um prazo estabelecido mutuamente, de acordo com as necessidades dos serviços, e normalmente eram realizados através da garantia do trato pela fala.

A palavra dita possuía o grande peso nos ajustes corriqueiros dos serviços, consistia ainda na garantia moral do indivíduo que buscava cumprir nos acordos verbais firmados a sustentabilidade da herança cultural paternalista. Mas, se uma das partes rompia com o acordo estabelecido - que fundamentava toda essa prática - fazia-se imediatamente o desmancho da aliança, do acordo tecido e/ou do negócio, à vista de todos sem a menor preocupação em esconder os conflitos e seus possíveis desdobramentos. Dessa forma, qualquer envolvimento que redundasse em tensões, a moralidade e a honra do indivíduo podiam ser desacreditadas. Manter a palavra dada consistia numa preocupação constante dos homens considerados de "bem", independentemente da sua posição social e do seu poder econômico.

Assim, os ajustes para o trabalho regular e negociações de empreitadas estavam espalhados aos quatro cantos do País e, aqui no Ceará como em qualquer outro lugar, o que dominava os paradigmas do trabalhador livre nacional era, por um lado, a assistência do protetor e, por outro, a lealdade, as alianças, os acordos e o serviço prestado.

Em vista de tais condições, os vínculos de trabalho estabelecidos no dia-a-dia entre homens pobres livres e proprietários urdiam-se em vários tipos de tensões que podiam ir desde as maneiras de se ajustar e desempenhar os serviços com os quais se comprometiam, aos desentendimentos pessoais, confundindo os contratos de trabalho aos laços pessoais de dependência e deferência¹³⁷. Quando isso acontecia, muitos desses homens pobres e livres

¹³⁷ THOMPSON, E. P. *Patrícios e plebeus*. In: *Costumes em Comum*. Op.Cit., pp.25 a 85.

que tinham conseguido barganhar e negociar diretamente com os patronos locais podiam, conseqüentemente, passar a tal "lealdade" para um outro que oferecesse um tratamento mais "regular" e "justo".

Quando se discute a dependência e a deferência na sociedade brasileira, parece possível traçar uma certa dominação da classe proprietária sobre os homens pobres livres. A grande concentração fundiária e a exploração do trabalho livre implicavam laços de fidelidade que uniam a população economicamente dependente aos "seus senhores". No entanto, nessa estreita relação de convívio, o cotidiano do trabalho, em constante movimento, era marcado a partir de uma coexistência carregada de negociações, conflitos, improvisações e protestos. Como a convivência entre homens pobres livres e proprietários era muito próxima, era bastante comum saber da vida de um e do outro, facilitando momentos intensos de desavenças e rixas pessoais, principalmente quando os vínculos obrigacionais mútuos eram quebrados. Estas relações muito próximas e complexas entre patrono-cliente antecedem o Império e permanecem ainda na República brasileira.

Nesse sentido, quando a relação de trabalho-fidelidade se rompia, o fazer da sobrevivência enredava-se em tarefas paralelas àquelas desenvolvidas no interior das grandes propriedades. Nessa trajetória, "estórias" de vida como a de Antônio Miguel, que, em 1854, "*não reconhecia obrigação em sujeitar-se ao serviço designado pelo seu patrão, resultando num grande desentendimento e na expulsão das terras que estava acostumado a trabalhar*", resolveu ir atrás de trabalhos temporários que estava acostumado a desempenhar em períodos de vacância. Como se encontrava na "*contingência de desempregado e sem possibilidade de empregar-se*", recorreu "*as casas de farinha*", local em que era conhecido pelo proprietário por já ter trabalhado em curtos períodos de entressafra. Antônio Miguel acabou acertando pequenos trabalhos na medida "*em que fossem aparecendo serviços*".¹³⁸

É em "estórias" de vida como a de Antônio Miguel que se pode perceber pequenas brechas de resistência e insubmissão aos mandos dos grandes proprietários, oferecendo instantes de perigo para a ordem e para as relações paternalistas.

¹³⁸ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Petição de Antônio Miguel para o Ministério da Guerra, 17/11/1854.

Os trabalhos temporários por jornada denotam, ainda, a existência de acordos e alianças que ajudavam os pobres livres a se vincular de forma descontínua aos serviços. Possibilitavam, também, para essa categoria social - dos pobres livres - maior "autonomia" e "consciência" do seu valor como mão-de-obra. Além disso, era uma forma de evitar locais e trabalhos definidos, diários e fixos que podiam ocasionar o recrutamento para o serviço militar obrigatório.

Os proprietários e autoridades locais que no dia-a-dia conviviam com as diversas camadas sociais, defrontando-se com problemas múltiplos, buscaram sempre, com a nova concepção capitalista de trabalho (horários de trabalho rígido e sistemático, subordinação e submissão total do empregado, aumento na produtividade), fortalecer-se através de intensos debates e ajustes que determinavam a conduta moral ou amoral dos indivíduos. Nesse sentido, muitos dos que contratavam os serviços dos trabalhadores pobres e se desentendiam com eles procuravam distorcer a sua imagem, estereotipando-os e classificando-os como sujeitos sem honra e sem dignidade.

As condutas elaboradas e (re)elaboradas pela sociedade oitocentista definiam as atitudes dos indivíduos na cotidianidade como caracterizadoras da sua moralidade e da sua honra, sendo baseadas e preservadas, principalmente, nos ajustes da palavra, nos negócios e nas manifestações de valentia. Em 1862, para defender a sua honra, Manoel Justino matou sua mulher por achar que ela o estava traindo com o seu irmão. Foi preso e conduzido para delegacia. Em seu depoimento Manoel Justino contou que

(...) elle tinha saído para fazer diversas obras no sítio de seu patrão Silvério dos Anjos e convidou elle depoente seo irmão Herculano para coadjuvar nesse serviço, tendo elle seo irmão recusado por se dizer doente e fraco das pernas e quando voltou para caza, um pouco antes da hora, tinha encontrado o seu irmão deitado em sua rede e sua mulher nos fundos de sua caza fazendo o seu asseio.

Em vista desses fatos,

Pegou o seo facão e sem demora apunhalou a sem vergonha antes mesmo que ella pudesse pedir ajuda¹³⁹.

¹³⁹ APEC. Comarca de Viçosa. Processos Criminais 6 (1862,1864,1874,1876). Auto de perguntas feitas a Manoel Justino sobre o homicídio de sua mulher Tereza Cristina Dias.

Uma das testemunhas afirmou que “Tereza, mulher de Silvério teve o que merecia, costumava andar com ar fogoso e licencioso e não parecia mulher direita”¹⁴⁰. A morte, fato extremo, era uma das soluções para se “lavar” a honra. Nesse sentido, Manoel Justino foi posto em liberdade, tendo o promotor do caso concordado que a culpa era de Tereza e não do “acusado” (Manoel Justino).

O teor da palavra nos negócios interligava “patrões” e “empregados”, e o comportamento, no ato do negociar, podia ser a medida que se estabelecia quanto a honestidade, moralidade e honra do indivíduo. José Pedro Neto, em 1869, havia dado sua palavra a Francisco Xavier da Rocha, seu patrão, que tomaria conta dos 4 jogos de portais de madeira, avaliado em 25 mil réis que estavam nos fundos do armazém onde trabalhava. No entanto, ao voltar no fim da tarde, Francisco Xavier da Rocha deu pela falta de 1 jogo dos portais referido. Ao perguntar pelo jogo de portal que estava faltando, José Pedro não soube lhe responder o que tinha acontecido. A palavra de José Pedro tinha sido quebrada pois, ele não só não tomou conta dos portais como havia prometido, como pode ter vendido e ficado com o dinheiro, sem prestar conta ao seu patrão. O que aconteceu realmente Francisco Xavier da Rocha não conseguiu apurar, porém, na prática do negócio, José Pedro tornou-se um indivíduo desacreditado, uma vez que rompera com a moral dessa economia.¹⁴¹

A honra e a moralidade do indivíduo do dezenove se regiam por esses princípios - ajustes tecidos na palavra e nas manifestações de valentia - mas pela dinâmica do patronato - que continuava pesando nas ações dos indivíduos - pequenas desavenças entre quem era mais favoravelmente prevalecido pela fortuna e quem se submetia ao poder de mando podiam resultar em situações que se opunham a essas questões.

A proteção contra o recrutamento a laço também precisava fazer parte dessa contenda cotidiana. O constante gesto de negociar as relações de trabalho com o proprietário precisava estar embasado num tipo de serviço que

¹⁴⁰ APEC. *Idem*, *Ibidem*.

¹⁴¹ APEC. Comarca de Camocim (1864/1871). Granja: 1869, queixa de Francisco Xavier da Rocha contra seu empregado José Pedro Neto, cód.72. Sobre economia moral, ver: THOMPSON, E. P. *Economia moral da multidão inglesa no século XVIII e Economia moral revisitada*. In: *Costumes em Comum*. Op. Cit., pp. 150 a 266.

pudesse isentar a massa trabalhadora do alistamento forçado. Somente no desenrolar desses pequenos ajustes e acordos mútuos entre trabalhadores e patrões - cujos traços se estendiam de uma cultura patriarcal e de uma herança rural - se foi estabelecendo, sob as lacunas das leis sobre os trabalhadores livres nacionais, pequenos direitos que deveriam garantir a isenção legal para aqueles que tivessem uma certa regularidade no trabalho. Mesmo tendo em mente que os ajustes corriqueiros de trabalho transitavam pela esfera do íntimo e do familiar, confluindo sentimentos de amizade, parentesco, vingança e ódio.

Às vezes determinados processos na história ficam escondidos até virem à tona repentinamente num momento de conflito e perigo. O desejo, sobretudo, da classe provida de bens, em (re)estabelecer a paz e a ordem pública se perdia nas mazelas do cotidiano. O aumento exacerbado do custo de vida gerava uma parcela de indivíduos não integrados na sociedade rural. E isto acontecia, principalmente, em períodos de intensa crise, em que havia sempre uma grande mão-de-obra excedente.

Assim, homens pobres, às vezes sozinhos, às vezes com seus pares, viam muitas vezes nos saques e apropriações uma forma de sobreviver sem a dependência total do "afeto" e do apadrinhamento da elite sertaneja. Esse era um dos caminhos para o banditismo social. No momento em que se tornavam líderes de bandos armados, estes homens passavam a influenciar politicamente seu ambiente, sobretudo quando não aceitavam passivamente as ordens dos mandantes locais e agiam contra a lei, podendo fazer opção por uma fração do poder que lhes parecesse mais proveitosa aos seus interesses.¹⁴²

Os interesses, no entanto, quando compartilhados, resultavam em acordos e vínculos que se estabeleciam entre "bandidos" - considerados assim por viverem à margem das leis do Estado - e grandes proprietários. Nos

¹⁴² HOBBSAWN, E. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976, pp. 5, 87-90. Veja-se sobre banditismo social e cangaço: FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. 6ª edição. Edições UFC - Civilização Brasileira, Coleção Retratos do Brasil, 1980. LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho, 4ª edição. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1978. NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. Coleção Outros Diálogos. MENESES, Djacir. *O Outro Nordeste*. 3ª edição. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 1995. THEÓPHILO, Rodolpho. *Os Brilhantes*. Op. Cit., *passim*.

sertões cearenses, esses vínculos de trabalho e de “amizade” eram bastante comuns e os líderes locais, assim como homens de grandes cabedais, costumavam empregar “bandidos” como uma força privada de armas para atuar como guarda-costas e assegurar possíveis votos para o seu candidato e/ou partido. Para Abelardo Montenegro, a tônica do banditismo social na Província cearense é de tempos ainda da Colônia. De acordo, com o autor,

(...) Bandos de indivíduos prepotentes acompanhados de grandes séqüitos talavam a Província de uma extremidade a outra. Cometiam assaltos e crimes, intranqüilizando as populações. O presidente Alencar perseguiu essas maltas de celerados que se mancomunavam com as parcialidades políticas. Assim é que Alencar combateu os Mourões, Malambas, Tetéus, Bentevis, Matavvelhos, Fazfome, Zolhões, Famas e Folgazões, cujas façanhas justificavam os apelidos.¹⁴³

Essas “quadrilhas” citadas por Abelardo Montenegro ameaçaram a Província no período em que Tristão de Alencar era ainda Senador(1817), permanecendo até aproximadamente a década de quarenta dos oitocentos. Quando o senador Alencar assume a presidência da Província em 6 de outubro de 1834, promete acabar com a “*bandidagem que assola o meio dos homens de bem*”¹⁴⁴. No entanto, a passagem do representante do partido Liberal, Alencar, na presidência da Província, é relativamente curta(1834/1837), e em 1837 assume novamente o poder na Província e no Estado central o partido dos Conservadores, com Manuel Felizardo de Sousa e Melo na Presidência e Araújo Lima na Regência. Mesmo assim, a promessa em acabar com as quadrilhas nos espaços sertanejos da Província foi parcialmente cumprida com a prisão dos “*Mourões, Malambas, Tetéus, Bentevis, Matavvelhos, Fazfome, Zolhões, Famas e Folgazões*. Entretanto, continuou campeando o banditismo nos sertões cearenses. Novas quadrilhas surgiram e os Mourões ganharam liberdade no Ipu, o que facilitou para a quadrilha, segundo o Senador Alencar, “*o direito de roubar e matar*”¹⁴⁵.

O discurso dos liberais, conhecidos também como chimangos, era de que os conservadores eram os principais disseminadores do banditismo nos

¹⁴³ MONTENEGRO, F. Abelardo. *História do cangaceirismo no Ceará*. Fortaleza, 1955, pp.35-39.

¹⁴⁴ Id. Ibdem., p.37.

¹⁴⁵ Id. Ibdem., p.38

espaços sertanejos da Província, como uma forma que encontraram de permanecer “à força” no poder. De acordo com o grande proprietário de terras e senador Tristão de Alencar, que dirigia o partido dos liberais no Ceará, “o crime se acoitava sob a bandeira partidária dos conservadores”¹⁴⁶. Os conservadores eram conhecidos também como caranguejos e posteriormente após se dividir em duas facções – uma sendo mais radical – passou a ser denominado também de boticário-carcará. Para Abelardo Montenegro,

(...) A dominante facção boticário-carcará voltou a ensangüentar a Província. Na administração de Fausto Augusto de Aguiar, os liberais foram demitidos e perseguidos. Os comandantes de batalhões da guarda nacional receberam ordens para aquartelar os adversários e recrutar os que se esquivassem ao serviço da guarda nacional”. (Cearense: 11/01/1849).¹⁴⁷

Os bandos eram liderados, sobretudo, por jagunços que tinham conquistado seus espaços dentro dessa complexa rede de poder e contrapoder, garantindo certa confiança dos proprietários que buscavam se aliar a eles e/ou os contratavam para efetivar todo tipo de trabalho “sujo” de que precisavam, para garantir a sua força pessoal em detrimento dos seus possíveis rivais. Dessa forma, muitos dos jagunços que eram líderes de bandos armados e procurados pela polícia, eram, também, chefes das milícias particulares dos homens mais abastados da Província. Nesse jogo pessoal de poder, ajudavam a controlar todo o processo das eleições, assegurando a obediência da classe subordinada e ameaçando as facções políticas rivais.

Em 1857, na Vila de Canindé, um jagunço famoso de nome José Antônio Uchoa ameaçava a população eleitora, ele juntamente com os membros do Partido Liberal e seu séqüito de aproximadamente de 30 homens, todos armados e obedientes ao tal José Antônio. Esse jagunço, protegido do juiz municipal da Vila, resistia à voz de prisão e cometia todo tipo de

¹⁴⁶ Id. *Ibidem.*, p.38.

¹⁴⁷ Os Conservadores até 1841/42 eram também conhecidos como caranguejos e chefiados por Ibiapina e Figueira de Melo. Quando Miguel Fernandes Vieira e Manuel Fernandes Vieira assumem o Partido no lugar de Ibiapina e Figueira de Melo, várias mortes acontecem na Província, sobretudo de membros do Partido Liberal, levando diversos chefes políticos a se retirar das fileiras do partido Conservador. O partido dos conservadores se fraciona, de um lado continuam os caranguejos seguidores das idéias de Ibiapina e Figueira de Melo e do outro uma facção mais radical conhecida como boticário-carcará e liderada pelos irmãos Miguel e Manoel Fernandes Vieira. MONTENEGRO, F. Abelardo. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza, Edições UFC, 1980, p.p. 24 e25.

atrocidades que lhe eram “permitidos”. De acordo com o relatório do Capitão Joaquim do Carmo Ferreira Chaves,

(...) Tendo conduzido somente 12 praças, não julgando esta força suficiente para baterme com José Antônio, que de certo vendo o pequeno numero de praças não se renderia sem uma desordem, que por todos os meios procuro evitar, resolvi voltar a esta Villa para reunir todo o destacamento e hir então prendel-o, mas considerando que José Antonio não esta ainda pronunciado, mesmo sendo perigoso bandido e jagunço acostumado a abater indivíduos inocentes por contrato de serviço, e eu não tendo confiança alguma no Sr. Dr. Juis Municipal que visivelmente o protege; receiando que por ocasião de tentar a prisão de José Antônio se dê algum conflicto e resulte desordem e seja eu depois processado com a tropa, pelo referido Juis que protege o criminoso, deliberei-me a communicar o exposto a Vossa Excelência.¹⁴⁸

Nessa conjuntura difícil de se cumprir as leis, as autoridades locais tendiam a se dividir. O excesso de abuso de poder de alguns figurões locais, sobretudo quando demonstravam claramente agir contra as leis do Império, trazia descontentamento entre o próprio meio. Como a coisa aconteceu exatamente, nunca se vai saber. Mas há indícios de que a grande preocupação do Capitão Joaquim do Carmo Ferreira Chaves na Vila de Canindé não consistia somente no ato de prender o jagunço José Antônio, que vivia ameaçando toda a população local, mas o de enfraquecer os mandos e desmandos arbitrários do juiz municipal daquela Vila. Para isso, o capitão precisou recorrer ao presidente da Província, que tinha autoridade suficiente tanto para mandar prosseguir com o ato da prisão do dito infrator como, também, se fosse preciso exonerar do cargo de juiz o indivíduo que estava acobertando o criminoso ou mandá-lo para um outro local.

É a partir de documentos como esse – do relatório do capitão Joaquim do Carmo Ferreira Chaves para o presidente da Província - que se pode analisar e perceber a importância do “banditismo” nos sertões cearenses, pois fornece fortes indícios de que quadrilhas armadas eram temidas pela população local e era uma constante ameaça para as autoridades policiais do Estado. Além disso, tudo indica que possuíam uma certa “autonomia”, na medida em que protegiam outros homens, formando com isso o próprio

¹⁴⁸ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Carta do capitão da Guarda Nacional Joaquim do Carmo Ferreira Chaves para o presidente da Província, João de Souza Mello e Alvim.14/11/1857.

séqüito. Recebiam, ainda, uma certa “proteção” de homens abastados e/ou de autoridades instituídas pelo governo, como no caso do jagunço mencionado, que tinha como protetor o juiz municipal da Vila de Canindé e por isso ganhava forças para poder resistir, e, até mesmo, ameaçar uma “autoridade” da Guarda Nacional que podia ser “processado” juntamente com a “sua tropa” pela autoridade judicial local, simplesmente por tentar cumprir a lei, e essa possibilidade de punição deveria inibir a ação dos agentes policiais.

Esse tipo de aliança que se amalgamava entre “bandidos”, homens abastados e autoridades do Estado deveria, também, encorajar o surgimento de grupos de forças particulares e extra-institucionais, já que as dificuldades para encarcerar os que tinham esses contatos e essa rede de proteção eram enormes.

Na década de 1860, um grupo denominado de “serenos” percorria as terras do Cariri, cometendo assaltos e os mais terríveis crimes que intranqüilizavam toda a população. O jornal O Cearense, opositor ferrenho dos conservadores, denuncia na primeira página de seu periódico que a quadrilha de bandidos que provoca medo na população do Cariri é “reorganizada sob a dominação conservadora”.¹⁴⁹ De acordo com Joaquim Nabuco, as autoridades das províncias reconheciam a importância dos “grupos de criminosos protegidos por figuras influentes e sabiam que as suas prisões quando efetivadas não resistiam muito tempo, pois logo estavam soltos para receber novas ordens e cometer novos crimes”¹⁵⁰.

Em uma passagem do romance *Os Brilhantes*, Rodolpho Theóphilo descreve em registro literário como os bandos se organizavam para atacar as vilas e povoados:

Pedro Jurema já tinha mandado prometer uma visita aos pacíficos e laboriosos habitantes da vila que ia sendo adiada em consequência das lutas que, quase diariamente, travava, e das deserções, freqüentes em suas fileiras.

Mesmo assim, contava o seu bando mais de cem homens, bem municados e montados.

Atacava os povoados de preferência nos dias de feira, porque a rapinagem era maior em consequência do ajuntamento dos roceiros.

Jurema preparava-se de véspera, e decidido a atacar a vila na ocasião da missa conventual, deu suas ordens nesse sentido. Do

¹⁴⁹ Jornal O Cearense, “Denúncias”, 11/08/1869.

¹⁵⁰ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 3 volumes. Paris, Garnier, 1897, p.89.

seu valhacoito ao povoado, tinha que andar cerca de cinco léguas, por ínvias veredas, algumas das quais serpeavam nas cristas de agudos alcantis.

Já dia claro, o caudilho mandou tocar reunir, distribuiu munições e aguardente, fez embalar as armas, e tudo pronto para o assalto, desfilou o bando.

lam todos a cavalo, um após outro, o chefe no centro da longa fila, formando com dois dos mais destemidos facínoras uma fileira de três. Jurema marchava orgulhoso como um general à frente de um exército vencedor.¹⁵¹

Além do banditismo social, outro fator que agravava e dividia a opinião da sociedade, nos meados do dezenove, era a apropriação privada do poder público. Mesmo sendo bastante usual desde o período colonial, sobretudo pelas autoridades locais, costumava gerar enormes tensões entre proprietários e os poderes provinciais e imperiais, principalmente, na disputa pela força de trabalho dos homens pobres livres. Foi o que aconteceu na Vila de Viçosa, onde um rico proprietário de terras tinha adquirido a patente de coronel da Guarda Nacional e estava sumariamente se apropriando e usufruindo dos serviços públicos para fins estritamente pessoais. Assim, num ofício enviado ao presidente da Província, Irineo Marques Vianna, Alferes da 1ª Companhia e Comandante Interino do Batalhão da Armada, solicitou providências para que os mandos, as arbitrariedades e, sobretudo, o uso dos policiais da Vila de Viçosa para trabalhos de cunho totalmente particular do coronel Francisco Jacinto Prata, fosse “*decentemente*” solucionado, pois os policiais daquela Vila não estavam exercendo as funções dignas do seu posto, tampouco representando bem o Estado. De acordo com Irineo Marques Vianna,

(...) Tendo nesta Villa 6 soldados de policia e um sargento, não necessitava de mais para o serviço, que neste lugar não é tanto, pois os guardas são os que fazem o serviço e um dos soldados é alvorado cabo para o Commando da guarda, e os outros cinco ficam dezocupados; isto é dous estão effectivamente ocupados no serviço do Comandante Francisco Jacinto Prata um para deitar capim a seu cavallo, outro no trafico da cozinha, e mais um terceiro para comprar bebidas espirituosas, pela que está quase continuamente embriagado e neste estado negocia com os soldados emprestando dinheiro com a metade do ganho, vendendo-lhes carne por alto preço, e quando elles não querem comprar-lhes promete xibatas tendo isto affirmo, e provarei, se tanto for necessário, pelos meos soldados sou informado desde que aqui chegou o Comandante Prata ainda não sahio a uma diligencia, e os criminosos cruza os

¹⁵¹ THEÓPHILO, Rodolpho. Op. Cit. pp.45-46.

*mattos, elle entregue a sua embriagues não cuida do serviço publico, se tem continuado a prestar serviço pelos guardas, por indolencia, e incúria de seus commandantes, que não tem representado a Vossa Excelência, para que mande cessar este abuso, dando as providencias, que entender acertado*¹⁵².

Poderíamos achar surpreendente essa preocupação com a utilização do poder público para fins pessoais, já que a utilização dos bens, dos cargos e dos serviços públicos, de acordo com Faoro, era uma prática comum enraizada na cultura desde os tempos coloniais¹⁵³. O problema aqui todavia é de que a exposição dessa prática de forma tão aberta podia claramente ser perigosa para as autoridades. Poderia ainda dificultar a manutenção da ordem, da disciplina e da “dominação” das classes pobres livres.

Essa tensão entre as autoridades do Estado se resolveria mais facilmente na dinâmica dos conflitos intraclasse, se não fosse o fato de que a classe social pobre e livre não era passiva, mas gente com vontade e visão própria, que em muitos aspectos se diferenciavam da voz e dos mandos dos homens abastados.

Nessa esteira relação cotidiana, multifacetada por interesses diversos que se opunham e confluíam numa constante relação de tensões, interações e redefinições, as negociações e as alianças entre os diversos segmentos sociais do dezenove cearense eram ajustados de acordo com os interesses e as necessidades de cada um. E nessa complexa justaposição de micro-poderes, tendia melhorar para àqueles que melhor sabia negociar ajustes e acordos de trabalho e de relações sociais, garantindo uma condição social mais favorável para si e para seus dependentes, sobretudo quando se aproximava o período das eleições provinciais e o “dever” de ir às urnas.

¹⁵²APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do alferes da 1ª Companhia e comandante interino do Batalhão da Armada, Irineo Marques Vianna, ao presidente da Província, Vicente Peres da Mota. 18/03/1854.

¹⁵³FAORO, Raimundo. Op. Cit., p.67.

CAPÍTULO 2

AS PRÁTICAS DO RECRUTAMENTO NO COTIDIANO DA POBREZA

... Em minha choça fui preso
Por um poder violento,
E minha mãe sem alento
Lá ficou – fora de si!
Lá deixei ao desamparo,
Tudo que para mim é caro...
Lá ficou pobreza e fome,
Eu a morte trouxe em mim!

E ora vou como um escravo
Em breve jurar bandeira,
Longe da várzea fagueira
De meu formoso sertão;
Ai, dessa terra querida,
Onde deixei alma e vida,
Só trazendo o desespero
No fundo do coração!...

Ora preso e torturado,
Qual se fôra um delinqüente,
Qual rôla fraca e tremente
Nas unhas do gavião;
Ora preia da polícia,
Que me leva para milícia;
Ora infeliz, ora aflito
Em mortal consternação.¹⁵⁴

¹⁵⁴ GALENO, Juvenal. *Lendas e Canções Populares*. 4ª edição. Fortaleza, casa Juvenal Galeno, 1978. Trecho do Poema "O Recruta", pp.201-202.

2.1 As Eleições e o Recrutamento a Laço

A Constituição de 1824 tinha estendido o voto à “massa de cidadãos ativos”, com exceção, é claro, dos escravos, mulheres, soldados, clero regular e filhos que vivessem ainda com seus pais. Porém, aqueles que vivessem ainda sob a tutela dos pais mas ocupassem cargos públicos podiam adquirir o direito de ir às urnas. A idade normal do votante era de 25 anos, no entanto poderiam votar a partir de 21 anos aqueles que tivessem recebido uma patente de oficial ou fossem casados.

A Lei Eleitoral¹⁵⁵, nos meados dos anos cinquenta, era diferente da que tinha sido aprovada na Constituição, pois, foi reformada no dia 19 de agosto de 1846 – última reforma antes do ano de 1850. No entanto, poucas alterações tinham sido feitas, entre elas a questão da renda mínima exigida para cada eleitor comum ou votante qualificado. Assim, em 1846, a renda líquida exigida para cada votante passava de 100 mil réis anuais, para o valor de 200 mil réis. Esse valor era considerado extremamente baixo pelos ensaístas políticos dos meados do dezenove que defendiam a redução do sufrágio universal. Para eles, “só os *mendigos e os vagabundos não podiam votar*”.¹⁵⁶

Dessa forma, muitos podiam constar nas listas dos votantes e as exceções e escolhas cabiam unicamente às facções locais dominantes. Portanto, pertencer ao estreito círculo social dos que estavam no poder era o mesmo que assegurar o nome nas juntas responsáveis pela lista que decidiria quem poderia ou não votar. Cada junta escolhida deveria ter um juiz de paz, que presidiria a junta de qualificação de cinco membros. Os juízes eram escolhidos de quatro em quatro anos – no mínimo com essa regularidade e mais freqüente se o Congresso fosse dissolvido – através de eleição direta pelos votantes. Os outros quatro membros que comporiam a junta de qualificação e sentariam à mesa eleitoral com o juiz de paz deveriam ser “homens de bem” escolhidos pelos eleitores que haviam vencido na última eleição geral ou aqueles indicados pelo próprio Presidente da Província.

¹⁵⁵ Cf. Decreto de 19 de agosto de 1846, In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*, tomo XXVIII, parte I.

¹⁵⁶ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.142.

A cada eleição - que deveria ocorrer de quatro em quatro anos - a junta de qualificação teria que providenciar uma nova lista com os nomes, endereço e profissão de todos os votantes qualificados. Para elaborar a nova lista dos votantes, a junta de qualificação podia se basear nas listas utilizadas na última eleição, acrescentando ou riscando algum nome ou através de novas listas fornecidas pelos juizes de paz de cada distrito eleitoral.¹⁵⁷ A escolha da junta de qualificação consistia no primeiro ato desse lento processo eleitoral da época imperial.

O segundo ato consistia dos votantes ou eleitores comuns irem as urnas para votar nos eleitores que indicariam os membros da Câmara Municipal. Só podiam se candidatar a eleitores "homens de bem" com renda duas vezes maior do que a renda mínima estabelecida para os votantes qualificados (400 mil réis). Essa eleição - assim como a eleição para o cargo de juiz de paz - era de forma direta, ou seja, os votantes elegiam através das urnas eleitorais espalhadas nas paróquias distritais. Por sua vez, eram os membros das câmaras municipais eleitos pelos votantes que designariam os deputados para a Câmara Nacional. Mas, sempre que um deputado renunciasse ou optasse pela representação de outro distrito eleitoral, se tornasse senador vitalício, aceitasse algum cargo oficial no Gabinete ou ainda morresse, era através da eleição indireta, mais uma vez, que novos nomes seriam designados pelos eleitores - esses escolhidos de forma direta pelos votantes - para ocupar os cargos dos deputados que haviam renunciado. A cada dois anos os votantes, também, selecionavam os membros que comporiam as assembléias provinciais.¹⁵⁸

A Lei Eleitoral, constituída no dia 19 de agosto de 1846, estabelecia, ainda, que as eleições deveriam ser realizadas nas igrejas paroquiais, centrais e bem conhecidas de todos "a portas abertas". Enfatizava também que deveriam ser anunciadas por "*editais afixados nos lugares públicos e publicados pela imprensa onde a houver*". E os nomes dos votantes qualificados deveriam ser afixados "*no interior da igreja matriz em lugar conveniente e à vista de todos.*"¹⁵⁹

¹⁵⁷ Id. Ibdem., p. 146.

¹⁵⁸ Id. Ibdem., p. 141.

¹⁵⁹ Lei, 1846, artigos 111, 118, citada por Richard Graham. Op. Cit. p.p.150-151.

O dia escolhido para iniciar a votação era sempre o domingo, dia em que a maioria dos votantes qualificados podia comparecer, e se estendia por dois, três e até mesmo quatro dias, já que o trabalho só podia ser feito à luz do dia e jamais quando o sol já estivesse posto. Dessa forma, a junta de qualificação, juntamente com o escrivão designado para as eleições precisavam se reunir cedo para dar início à votação nas urnas. Além disso, o intervalo para o almoço não deveria ser muito grande para que ainda desse tempo de ter o turno da tarde para votação. Em 1860, na cidade de Sobral, os membros do Partido Liberal entraram com um pedido de anulação da eleição ocorrido na igreja-matriz da cidade. A alegação dos membros era de que o partido dos conservadores estava manipulando as eleições, pois “*só abriam a Igreja designada para o voto no horário que bem lhes conviesse*”, e com isso não estavam garantindo o “*direito constitucional do voto a todos os cidadãos d’aquelle disctrito eleitoral*”.¹⁶⁰ Quando isso acontecia, de as eleições serem anuladas, o presidente da Província intervinha e auxiliava na preparação de uma nova eleição, que podia ser com a mesma junta de qualificação designada ou com outra, dependendo da situação e do motivo da anulação.

A leitura de todas as cédulas se iniciava na presença do público. A contagem dos votos tinha todo um ritual que precisava ser seguido à risca. De acordo com Richard Graham,

*(...) enquanto um dos membros da mesa eleitoral fazia a leitura dos nomes de cada cédula, os outros, assumindo a responsabilidade por certas letras do alfabeto, escreviam os nomes. Quando se chamava um nome pela segunda vez, o membro da junta anotava o número ‘dois’ por extenso ao lado do nome da lista, e assim por diante; o último número escrito seria então o número de votos que o candidato havia recebido.*¹⁶¹

Nesse cenário pautado por instruções detalhadas, todos seguiam atentos os nomes que eram chamados. Os que recebessem mais votos encabeçariam a cota determinada para cada paróquia. O restante dos candidatos a eleitores que tinham sido chamados pelos membros da mesa

¹⁶⁰ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do delegado de Sobral, João Pereira Jacinto, para o presidente da Província. 01/08/1860.

¹⁶¹ GRAHAM, Richard. Op. Cit. p. 155.

eleitoral, obedecendo o número de votos recebidos, seriam os substitutos dos escolhidos.

O terceiro e último ato do processo eleitoral acontecia após trinta dias da apuração dos eleitores selecionados. Os selecionados pelo voto direto dos votantes que tinham se dirigido às urnas se reuniam na cidade indicada pelo presidente da Província para designar os membros que comporiam a Câmara Municipal. Estes designariam, por sua vez, em assembléia, os deputados que ocupariam a Câmara Nacional.

As notícias sobre as eleições começavam na Província cearense com uma certa antecedência ao dia da eleição, normalmente realizadas nos meses de setembro. Os partidos políticos utilizavam-se dos jornais como principais veículos de ataque aos adversários e como propaganda patriótica. O jornal O Cearense, veículo do partido Liberal desde a sua fundação, no dia 6 de agosto de 1842, verbera sua indignação, atacando o partido dos conservadores por não respeitar a Constituição brasileira no tocante ao intervalo que se deveria dar quanto ao recrutamento em vésperas do processo eleitoral,

(...) O dia da eleição primária para câmara, e juizes de paz é a 7 de setembro deste anno; entretanto lá está no Ipú o delegado comandante do destacamento do sorteio atterrorizando a população com o mais inferno recrutamento para que o povo não concorra á eleição, que elle protesta vencer para o governo á todo custo.

Ahi vem uma escolta de infelizes, filhos únicos de viúvas, e outros izempções legais recrutados neste mez depois que devia começar o prazo da izempção!

Pedimos providenciar a S. Excelência contra esse escândalo, e que mande soltar esses infelizes: ou do contrário declare suspensas as garantias na província, porque cada um tomará suas medidas.¹⁶²

O jornal Araripe, órgão também dos liberais, no dia 5 de janeiro de 1856, publica com muita veemência a notícia de que os partidos se utilizavam de todos os artifícios e artimanhas possível para vencer as eleições,

(...) Conhecedores como somos da história eleitoral da província, e especialmente desta comarca, onde temos de perto observado fatos, ainda a mão do tempo não riscou de nossa memória a lembrança

¹⁶² Jornal O Cearense "O Recrutamento em vésperas de eleições", 06/08/1852.

*acerba dos manejos, fraudes e violências que em quase todas as épocas os partidos empregaram para conseguirem a vitória.*¹⁶³

Enquanto os jornais da oposição buscavam denunciar as arbitrariedades dos agentes do governo que se utilizavam “dos manejos, fraudes e violências” para vencer “a todo custo as eleições” e permanecer no poder, o jornal Pedro II buscava em suas páginas convocar todos os cidadãos a votarem nas urnas eleitorais. O jornal Pedro II era o principal veículo utilizado, na Província cearense, pelos membros do Partido Conservador, no poder desde 1840¹⁶⁴. Normalmente, utilizavam o jornal para enfatizar e disseminar na população propagandas de cunho patriótico. Provavelmente esse discurso proferido de respeito à Constituição e as leis do Império tenha sido a maneira mais eficaz que o partido da situação encontrou para se defender dos insistentes ataques do seu opositor - os Liberais. Dessa forma, publica em suas páginas o poema de Juvenal Galeno, *As Urnas*, como sendo uma prática do verdadeiro homem digno do sertão cearense. Transcrevo as três primeiras estrofes das doze desse longo poema, em que Galeno - homem letrado e preocupado com a cultura do povo - procura produzir uma literatura para desenvolver na população o amor pela pátria - convidando todos os votantes qualificados a cumprirem o seu direito e o seu dever de cidadão brasileiro:

*Eia, avante; é tempo; às urnas!
Salvemos nosso Brasil
Do nefasto despotismo,
Do arbítrio infame e vil!*

*Eia, avante; é tempo; às urnas!
Chama a Pátria aos filhos seus!
Eias, ao pleito, e por divisa:
- Liberdade, Lei, e Deus!*

*Que do povo os opressores
Não triunfem no Brasil,
Que não vença o filho ingrato,
Que não vença o seu ardil!*¹⁶⁵

¹⁶³ Jornal Araripe, citado por MONTENEGRO, Abelardo. *Os Partidos políticos do Ceará*. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1980, p.p.29-30.

¹⁶⁴ CORDEIRO, Celeste. *O Ceará na Segunda Metade do Século XIX*. In: *Uma Nova História do Ceará*. Organização de Simone de Sousa e Adelaide Gonçalves. 2ª ed. ver. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.p.144 e 145.

¹⁶⁵ Jornal Pedro II, “As Urnas”, 06/08/1863.

Interessante é ressaltar que os liberais atacavam os conservadores nas páginas dos jornais O Cearense e Araripe como se eles fossem – os conservadores – os únicos a disseminar a violência, a privatização das autoridades policiais e da política, o recrutamento arbitrário e a propagação da imposição do mandonismo discricionário local a partir dos interesses familiares em épocas de eleições. No entanto, o que se pode perceber ao recorrer às fontes, sobretudo as oficiais, é que essas práticas e atitudes eram comuns aos dois partidos; até porque esse é um espaço-tempo que a “consciência política” que prevalecia não estava embasada na ideologia partidária e sim nos interesses dos grandes chefões locais, ligados ou não ao poder central. Além disso, o fato de os jornais opositores trazer em mais notícias e denúncias a respeito da utilização do poder arbitrário sobre a população demonstra o desejo incondicional dos liberais de quererem assumir os cargos públicos que durante o período aqui proposto, 1850-1875, permaneceu mais tempo nas mãos dos membros do Partido Conservador.

As normas eleitorais estabelecidas para todas as Províncias, ou seja, em caráter nacional, era resultado das diretrizes ou decretos emitidos pelo Gabinete governante. De acordo com Richard Graham,

(...) os Gabinetes tinham que receber a aprovação da legislatura para governar, ainda que o imperador pudesse demitir um Gabinete e convocar outro; quando um deles não conseguia a confiança da Câmara de Deputados, pedia ao imperador que a dissolvesse e convocasse novas eleições. Os Gabinetes Liberais revezavam-se com os Conservadores (quando não se juntavam em coalizão, como fizeram de 1853 a 1856).¹⁶⁶

No entanto, em 1845, quando os liberais adquiriram o controle do Congresso, iniciaram a elaboração de uma lei eleitoral específica de cunho abrangente e minuciosa que passou a ser estabelecida a partir de 1846, permanecendo até 1881, com pouquíssimas alterações. A lei eleitoral estabelecia que,

(...) Suspender-se-há o recrutamento em todo o Imperio por 5 mezes, á assaber: nos 60 dias anteriores, e nos 300 posteriores do dia da

¹⁶⁶ GRAHAM, Richard. Op. Cit., p.103.

*eleição primária. (...)os arrumamentos de tropas ou qualquer ostentação de força militar tinha que estar num raio mínimo de uma légua ou seis quilômetros do local da eleição.*¹⁶⁷

Essa medida dos liberais - de estabelecer a suspensão do recrutamento nos períodos das eleições e manter longe das paróquias a "ostentação de força militar" em forma de lei - demonstrava a preocupação constante em buscar diminuir o forte poder de coação e de desordem, que freqüentemente favorecia nas urnas a vitória dos membros do Partido Conservador. Até porque os conservadores passaram mais tempo no poder, de forma intermitente, e ocuparam com uma freqüência maior os principais cargos públicos na Província, podendo assim utilizar em prol de si mesmos as Forças Armadas e o poder de polícia.

Esse poder de controle que exerciam sobre os agentes públicos, sobretudo da polícia local, era utilizado para pressionar e até mesmo obrigar homens pobres livres a votar em seus candidatos. Os agentes policiais, principais responsáveis pelo alistamento militar, utilizavam como principal forma de coação o confinamento dos indivíduos ou parentes próximos nas cadeias e quartéis militares. Dessa forma, o recrutamento militar para a Guarda Nacional ou para as Forças Armadas regulares, por ser tão temida pela população pobre e livre, logo se tornou a ameaça preferida para se ganhar as eleições. E esse tipo de pressão não se estendia somente á classe desprovida de bens, mas também a inimigos familiares e políticos. Foi como o Jornal O Cearense se pronunciou em edição de 5 de março de 1858,

Os partidos temiam a adversidade, porque na oposição não gozavam das vantagens do Poder e sujeitavam-se à falta de garantias individuais. Quem vence não tem crime. O recrutamento, bárbara caçada humana de adversários políticos, constituía forte instrumento de coação.

*O Ceará parecia ser a província mais açoitada pelo flagelo do recrutamento. Haviã sido recrutados nos dois últimos anos 500 liberais.*¹⁶⁸

¹⁶⁷ Artigo 108 da Lei Eleitoral, estabelecida no dia 19 de agosto de 1846. Publicada no jornal O Cearense, "O Recrutamento em vésperas de eleição", 06/08/1852. Sobre as leis da Província veja-se: BARROS, José Liberato. *Compilação das Leis Provinciaes do Ceará*. Compreendendo os anos de 1835 a 1861, seguida de um índice alfabético pelo mesmo autor, 3 tomos, Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, tomo I (1835-1846); tomo II (1847-1855) e tomo III (1856-1861).

¹⁶⁸ Trecho do Jornal O Cearense citado por Abelardo Montenegro. Op. Cit. p28.

Assim o recrutamento discricionário por todo o País, como instrumento de controle social, tendia aumentar nos períodos das eleições, sobretudo “*nos locais mais distantes desse imenso Império*”. E os policiais eram utilizados como um dos principais mecanismos que garantia a vitória nas urnas paroquiais de quem fosse a situação, independentemente do poder estar nas mãos dos conservadores ou dos liberais, e pudesse ter o controle das forças públicas em benefício de si mesmo. Em 1853, mais uma vez, é o jornal O Cearense que publica em suas páginas a utilização dos poderes públicos – força policial – de forma privada pelos “coronéis” conservadores da região. Assim, a imprensa é utilizada como o maior instrumento de campanha e de persuasão,

(...) Entre todos os instrumentos de vingança, de que mais abusão as autoridades policiais, o recrutamento é o mais terrível, e commun. Raro é o delegado, o subdelegado, o inspector ou commandante ahi de cada localidade, que não se prevaleça do seo terrível poder para perseguir o infeliz que cahio no seo desagrado, ou de seo compadre, ou que não quis votar em sua chapa. Innumeras victimas tem vindo aqui espiar caro o crime de desagradar a esses senhores; e pelo princípio de confiança estabelecido pelo Sr. Rego, o despotismo de qualquer de seus agentes policiaes, devia ser pelo governo do sr. Vilela confirmado. Deste modo raro era o infeliz, que vindo de qualquer parte recomendado, não fosse parar no sul: salvo quando algum do circulo do presidente se entrepunha, e tinha mais valor, do que o recrutador...¹⁶⁹

O jornal Araripe também denuncia em seu editorial a arbitrariedade da força policial. Em artigo do dia 6 de setembro, busca chamar a atenção sobre as medidas discricionárias do delegado suplente do Crato, que se utilizava da sua posição para ameaçar todos os votantes qualificados daquele distrito eleitoral,

O delegado suplente que presentemente se acha em exercício, e que é um dos candidatos à Câmara Municipal, tem saído em pessoa acompanhado de dois ou três soldados, e já ordenou positiva e terminantemente a todos os Inspetores que fizessem notificar a todas as pessoas qualificadas votantes, para votarem na chapa, que ele chama de governo. Não é ainda tudo, ele em pessoa ameaça seja formal, e produza o seu efeito. Já declarou francamente ele mesmo,

¹⁶⁹ Jornal O Cearense “Recrutamento”, 03/06/1853.

*que todos os seus votantes hão de vir armados, e assim hão de entrar nesta cidade.*¹⁷⁰

Além disso, a idéia de conciliação que permeava no plano nacional entre os partidos dos conservadores e dos liberais, lançada pelo Marques do Paraná, não tinha sido bem recebida pelos membros que compunham as duas principais facções na Província. De acordo com Abelardo Montenegro, os conservadores afirmavam que,

(...) em 1853, o Presidente dr. Vilela foi combatido 'somente porque os governos geral e provincial mostravam tendências da moderação e conciliação'. O predomínio exclusivo de um partido só se tomava possível, aguçando o antagonismo político e a intolerância partidária.

Para os liberais, segundo, ainda, o mesmo autor,

*(...) a conciliação, tal como foi praticada, acabou por matar o parlamento e o princípio de autoridade. Matou o parlamento, porque transformou a representação nacional 'em transação entre indivíduos de certas famílias para a partilha das cadeiras legislativas', quando o desejo do Márquez do Paraná era 'sufocar em seus robustos braços o Anteneu das oligarquias'. Matou o principio da autoridade, porque subordinou o Executivo aos cambalachos visando ao 'apoio parlamentar fantasmagórico e risível, apoio dúbio, que não é filho da convicção. (Araripe, 28/05/1858).*¹⁷¹

As marcas da violência, da coação e do recrutamento arbitrário por parte dos policiais, agentes do Estado, durante os processos eleitorais, não mudavam com o tempo. Tinha-se notícias da utilização das laçadas para o Exército e para as Forças Armadas em épocas de eleições desde o período colonial. E esses costumes da utilização dos poderes públicos como força privada já estavam arraigados na sociedade provinciana e teimavam em não desaparecer; nem mesmo com as reformas propostas pela Câmara e pelo Estado central sobre o processo eleitoral e sobre as leis do recrutamento. Assim em 1872, publica o jornal O Cearense,

Em Arronches onde todos os policiaes estão em campo, somos informados que um delles mandara ameaçar certo volante de ou de votar com os grandes (com o governo) ou ser processado!

¹⁷⁰ Jornal Araripe, citado por MONTENEGRO, Abelardo. Op. Cit. p.32.

¹⁷¹ MONTENEGRO, Abelardo. Op. Cit. pp.26, 28 e 29.

Isso porem é como particular, e não como autoridade!

É por isso que já passou em provérbio que em assumpto de liberdade, imparcialidade, e justiça, aquillo que o governo promette se deve tomar pelo inverso.

Também ninguém perde mais do que o próprio governo expondo-se a desmoralização de seus subalternos.

E não é so a policia de terra e mar que cabala, e zomba das ordens do presidente, até uma autoridade superior, que pode qualquer dia entrar na governação da presidência, segundo nos consta, anda ameaçando pobres empregados para votarem com seu partido, sob pena de demissão!

*Não basta a corrupção, vai-se a intimidação! Que epocha! Que homens! Que situação!*¹⁷²

A reclamação da utilização dos poderes públicos – policiais e Forças Armadas - das fraudes e do recrutamento arbitrário nas eleições adquiriram importância porque era através das eleições que a estrutura de poder se legitimava.

As famílias hegemônicas e tradicionalmente conhecidas na Província (os Alencar, Fernandes Vieira, Rodrigues Ferreira, Pompeu, Nogueira Accioly, Paula Pessoa etc.), que queriam manter a sua estabilidade no poder a fim de estabelecer e aumentar o tempo todo sua autoridade discricionária, utilizavam-se dos poderes públicos como se fossem privados para perseguir todos os seus adversários políticos e/ou das querelas do cotidiano¹⁷³. No entanto, isso só era possível aumentando o número de sua clientela, trocando favores com o Gabinete governante e vencendo nas urnas eleitorais ou auxiliando a vitória de amigos, parentes e clientes. Para isso, utilizavam-se de todos os recursos lícitos ou ilícitos. Abelardo Montenegro afirma que

*Miguel Fernandes Vieira exercia uma espécie de ditadura dentro do partido caranguejo. Mantinha o seu prestígio à custa da fraude e da violência. As vezes, os colégios eleitorais discordavam da sua orientação que prevalecia pelo fato de as atas serem apuradas na Capital. Assim é que Pinto de Mendonça, em 1849, foi eleito deputado, sendo, porém, o diploma conferido ao candidato da facção boticário-carcará.*¹⁷⁴

¹⁷² Jornal O Cearense "A Policia Cabalando", 07/08/1872, p.01.

¹⁷³ Em editorial do dia 16 de janeiro de 1855, o jornal O Cearense se indignava verberando, o seguinte, "na verdade, o que mais preocupa os ânimos dos interessados pela política são as antigas brigas entre os grandes feudos impenetrantes que abrigam tantos criminosos, espalham sangue mais por motivos particulares do que política. Essa querela particular parece não ter fim e só causa desgraça, dividindo a opinião dos homens bons e bem intencionados". Jornal O Cearense, "Eleições", 15/01/1855.

¹⁷⁴ MONTENEGRO, Abelardo. Op. Cit. p.25.

Em contrapartida, perder as eleições podia muitas vezes denotar uma certa fragilidade da “autoridade” local, resultando numa diminuição do seu poder, do prestígio social e da influência sobre as nomeações e/ou ocupação dos cargos públicos. Dever ou conceder favores aos homens certos na política dos oitocentos implicava gerar assistência para o favoritismo nas urnas, assegurando a sua vitória ou a do seu correligionário. Além disso, era a garantia certa para a ocupação dos cobiçados cargos públicos que certamente tinham peso sobre as influências quanto ao padrão do comportamento da sociedade local.

Nessa imbricada rede de relação clientelística local, a elite sertaneja buscava auxílio no poder nacional dos “respeitáveis” homens que ocupavam o Gabinete, podendo assim assegurar no Congresso, nas províncias e nos cobiçados cargos públicos, a maioria da facção ligada diretamente àqueles que estivessem no poder.

Essa dependência da elite sertaneja local em relação à nacional propiciava cada vez mais a legitimidade das eleições, assegurando o resultado nas urnas. Portanto, se o Gabinete era liberal, assumiam o poder local os liberais, mas se o gabinete fosse conservador eram os conservadores que ocupavam as funções públicas e ditavam as regras na política da Província. Cada partido que assumia, fazia a tradicional “derrubada”. De acordo com Celeste Cordeiro,

A derrubada diz respeito ao costume generalizado, entre as administrações que acabavam de empalmar o poder, de total substituição do funcionalismo público, com os partidos do novo mandatário ganhando todos os cargos, quando então era publicado na imprensa o rol dos nomes ‘varridos’ dos postos da capital e do interior.¹⁷⁵

Em Dona Guidinha do Poço, Manoel de Oliveira Paiva - oriundo dos setores “médios” da sociedade cearense e um grande disseminador da República - descreve essa prática no romance - que está situado entre os anos de 1878/79 - como sendo afirmação e condição necessária para o funcionamento do próprio sistema político do Império:

¹⁷⁵ CORDEIRO, Celeste. Op. Cit. p.147.

*(...) Derrubada velha, por toda parte. Voou o coletor provincial, o coletor geral, o agente do correio. Voaram o delegado de polícia, e os subdelegados com os respectivos suplentes, os inspetores de quartirão, os escrivães das coletorias, os promotores públicos da comarca, o bacharelismo Rabelo. Foram assim postos para fora, sem motivo expresso, todos os funcionários demissíveis, e nomeados, em seus lugares, pessoas de outro partido, que subira com uma sede ardente de patriotismo.*¹⁷⁶

As medidas tomadas pela facção que assumia o poder para garantir o desejado controle da situação e instituir o poder, geralmente eram rigorosas. Em sua edição de 2 de fevereiro de 1856, o jornal Araripe nos fornece a dimensão das derrubadas que os partidos faziam quando assumiam o governo,

*Cada partido que subia por sua vez ao poder operava uma verdadeira reação. Magistratura, administração, polícia, tudo era resolvido de cima abaixo; as demissões em massa, as remoções injustas, as destituições violentas se multiplicavam de dia a dia... O partido que descia do poder não tinha de afrontar somente essas destituições e perda dos empregos, mais ainda a vingança que era inexorável e sempre injusta.*¹⁷⁷

Essas medidas, materializadas nos atos de coação e violência, eram reiteradas pelo Estado central, na medida em que as leis do Império davam abertura para diversas interpretações e possibilidades de aplicá-las. Além disso, era uma medida que garantia a relação clientelística através da divisão do poder público com parentes, correligionários, amigos e chefões locais.

Portanto, nessa sociedade em que a vida pública vivia invadindo o recôndito privado e redefinindo quem estava condicionado a ser perseguido ou protegido, figuras de retórica ambição qualificavam ou desqualificavam os indivíduos dignos ou indignos que deveriam se dirigir para as urnas ou para o serviço "patriótico" das Armas. Ao lado desse poder de rotular os indivíduos, as inúmeras brigas familiares e políticas para ocupar os principais cargos públicos tornavam-se bastante acirradas, fazendo dos espaços sertanejos locais de "*brigadas de choque do banditismo, que os ódios facciosos utilizam na cobiça das situações municipais*".¹⁷⁸

¹⁷⁶ PAIVA, Manuel de Oliveira. *Dona Guidinha do Poço*. Apresentação de Rolando Morel Pinto. Ática, 1981, p.110.

¹⁷⁷ Trecho do jornal Araripe, citado por MONTENEGRO, Abelardo. Op. Cit. p.30.

¹⁷⁸ MENESES, Djacir. *O Outro Nordeste*. 3ª edição. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1995. p.14.

Assim as nomeações eram disputadas pela elite provinciana local como uma forma de assegurar o poder discricionário e inibir os inimigos políticos. Segundo Celeste Cordeiro,

(...) para os fazendeiros era vital a eleição de seus candidatos e o fortalecimento de seu partido na província, como garantia de que seu poder 'não seria dividido com estranhos, capazes de contrariar sua vontade para impingir-lhes a do Estado'.¹⁷⁹

Em 1856, o jornal Araripe tece críticas sobre a posição dos governos local e imperial sobre a falta de imparcialidade e a omissão em relação aos mais variados tipos de abuso do poder discricionário que eram cometidos sobre a população local. No editorial, o jornal aponta que

(...) o governo tem influído em tudo e por tudo sobre elleições, até hoje não tem havido representação genuína no pais, somente a autoridade, o poder é que tem aparecido em tudo o elemento elletivo não tem sido mais do que uma sombra passageira que representa uma sena de teatro, para desaparecer logo. Mas essa influencia do governo, fosse ou qual fosse a sua cor política, sempre teve em vista favorecer o triunfo de um partido e por essa razão foi sempre maléfica. De hoje em diante queremos cousa diferente, isto é, queremos que o governo influa para que todos os partidos se manifestem mais ou menos nos comissios elleitorais, queremos enfim um passo do progresso na marcha do Governo. Pode-se dizer que o tempo e as circunstancias lhes tem conferido esse poder, porque os partidos estão acostumados a não pleitear eleições sempre que estão fora da governação pública, e porque tem conhecido que, contra a ação do poder, são inúteis os seus esforços...¹⁸⁰

Dessa forma, normalmente era o Gabinete que, de fato, podia assegurar os resultados eleitorais, mesmo nos lugares mais distantes, e aliar-se a ele – aos membros do Gabinete - consistia no indicativo de controlar a nomeação das pessoas que desempenhariam legalmente uma função pública, sobretudo, durante as eleições, conforme Tavares Bastos, citado por Graham:¹⁸¹

¹⁷⁹ CORDEIRO, Celeste. Op. Cit. p.142.

¹⁸⁰ Jornal Araripe, "Eleições", 01/03/1856.

¹⁸¹ GRAHAM, Richard. Op. Cit. p.115.

O Gabinete esforçava-se, 'nomeando presidentes e chefes de polícia de sua confiança, removendo juizes de direito e dando as comarcas aos seus protegidos, demitindo alguns empregados, reintegrando outros (...) [procedendo] a todos os atos preparatórios, necessários ao bom êxito da eleição.

Os principais cargos públicos que podiam assegurar a maior clientela ou recrutar para o *front*, destruindo os grandes potentados locais, eram adquiridos a partir da rede de influência na qual o indivíduo estava inserido. Ser nomeado para presidente da Província, juiz de Direito, juiz municipal, juiz de órfãos, juiz comercial, chefe de polícia, delegados, subdelegados, e inspetores de quarteirão, dependia do tamanho do séquito do indivíduo e das relações que mantinham com os membros do Gabinete imperial¹⁸².

Entre todos os cargos disputados pelas principais famílias brasileiras, o de presidente da Província era o que tinha peso direto e maior nos resultados finais das urnas, já que teriam acesso direto ao Gabinete ministerial.

A lei os chamava de "primeira autoridade" da Província e eram nomeados pelo Gabinete. Cada presidente nomeado ocupava o cargo por um período bastante curto¹⁸³ e tinha como principal função gerar apoio, da classe proprietária de bens, às decisões centralizadoras do Gabinete. Além disso, eram responsáveis pelo cumprimento das leis do Império e pela defesa da Constituição, intervindo em todos os assuntos que pudessem garantir a tranqüilidade pública da Província e o bem-estar do País. Era bastante comum, na época, o presidente da Província ocupar o cargo em localidades que não tinham o seu séquito garantido, apesar de todo presidente pertencer à classe dos ricos latifundiários, e esta medida imposta pelo Gabinete, funcionava como uma precaução sobre as alianças políticas que se estabeleciam nas diversas facções provinciais.

Aqui no Ceará a realidade não era diferente. De acordo com Abelardo Montenegro, um grande número de presidentes da Província cearense, assim como secretários de polícia, juizes e promotores, vieram da imponente Província vizinha, Pernambuco. E isso acontecia devido as "odiosidades" entre

¹⁸² GRAHAM, Richard. Op. Cit. passim.

¹⁸³ No período de 1841 a 1889, governaram o Ceará 43 presidentes, sendo 9 nomeados da Província pernambucana, 5 da Bahia, 3 da Paraíba, e 2 de São Paulo. Sobre os presidentes cearenses, ver: ALENCAR, Álvaro Gurgel de. *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Estado do Ceará*. 2ª edição. Fortaleza, Typ. Minerva, 1939. pp.56-58.

famílias tradicionais e importantes, ocasionando o enfraquecimento da política local e conseqüentemente produzindo animosidades no plano nacional,

Na verdade, reconheciam os liberais cearenses, o que divide os cearenses são 'antigas odiosidades mais particulares do que políticas, que alguns exploram porque só podem avultar por esse meio'. Esses rancores partidários, é que haviam reduzido o Ceará ao estado de colônia de Pernambuco, 'donde vem presidentes, secretários de polícia, juizes, promotores' (O Cearense: 10/01/1855).¹⁸⁴

Ser presidente da Província em locais distantes do seu potentado era uma certa garantia para o Gabinete, que dependia de informações sobre as ações políticas, sobretudo dos adversários, a fim de obtê-las de forma correta e neutra, para que as ações governamentais soassem de forma uníssona. Quando o presidente provincial precisava se afastar, era substituído pelo vice-presidente e, em cada província, deveria ter em média seis substitutos, normalmente, homens de igual prestígio social e pertencente ao mesmo partido do presidente nomeado. Ser presidente da Província podia ser um passo para ocupar algum cargo do Gabinete e estar mais próximo do Imperador, mantendo conseqüentemente o seu poder e importância sobre a população local¹⁸⁵. Para Faoro, os presidentes das províncias eram "*os agentes de confiança do chefe do ministério, movimenta a máquina na Província, organiza as molas da qualificação e da eleição comanda os bonecos eleitorais, inclusive os potentados rurais.*"¹⁸⁶

Além disso, considerando a prerrogativa da sociedade oitocentista, extremamente estratificada e hierarquizada, era o cargo que melhor podia representar a figura do Imperador nos locais mais distantes desse imenso "Brasis" e gerar dividendos eleitorais a favor do partido governante (fosse o Gabinete liberal ou conservador). Possuíam, ainda, autonomia para exonerar dos cargos públicos quem bem lhes conviesse, podendo conseqüentemente indicar nomes. Em 1868, o presidente do Ceará, preparando-se para as eleições, demitiu "*três promotores, cinco delegados, três adjuntos de promotor,*

¹⁸⁴ MONTENEGRO, Abelardo. Op. Cit. p.29.

¹⁸⁵ GRAHAM, Richard. Op. Cit., pp.86 e 87.

¹⁸⁶ CORDEIRO, Celeste. Op. Cit. p.142.

10 ou 12 subdelegados, dois carcereiros e um administrador da cadeia dessa capital.¹⁸⁷

Para Abelardo Montenegro, a importância do cargo de presidente da Província era a principal garantia de que os partidos precisavam para vencer as eleições:

O partido, que dispusesse do presidente da província, não amargava o fel da derrota, nem perdia as posições. Mesmo que as umas contrariassem a designação prévia, a Câmara apuradora aplicava o corretivo comprobatório da infabilidade do chefe.

O partido, que manejasse o presidente da Província, dispunha do aparelho policial. As autoridades policiais – delegados e subdelegados – tomavam parte ativa nas eleições, usando todos os recursos lícitos ou ilícitos, a fim de garantir a vitória do partido que as amparava. Esse compromisso entre as autoridades policiais e os chefes locais arruinava a moralidade pública e fazia periclitarem a segurança individual.¹⁸⁸

Dessa forma, o cargo de presidente da Província era disputado de forma cruenta entre os dois principais partidos na Província (Liberal x Conservador), que lutavam de forma incessante entre si, na busca de um dia se tornar governo.

O segundo cargo mais cobiçado na Província era o de juiz. Para cada Província, eram designados no mínimo quatro juizes, sendo um de direito ou de comarca, que serviria no tribunal de comarca da sua localidade ou num de município, um juiz de paz, um juiz de órfãos e um juiz comercial. Além desses juizes, com formação obrigatoriamente no curso superior de Direito, podiam ocupar temporariamente, em substituição dos magistrados, homens de grandes cabedais, nomeados temporariamente como juizes municipais substitutos. Os cargos de juizes municipais substitutos (seis em cada município; três após 1871) não precisavam ter formação jurídica, não recebiam salários nem possuíam mandatos específicos. Dessa forma, enquanto que os cargos de juizes com formação jurídica procuravam progredir no sistema judicial, almejando chegar ao topo da hierarquia ocupando o cargo de desembargador, sendo este vitalício, os juizes municipais substitutos restringiam-se a permanecer o máximo de tempo possível nas suas localidades de mando, atingindo sobretudo inimigos políticos, no intuito de vencer as eleições totais ou

¹⁸⁷ GRAHAM, Richard. Op. Cit. p.124.

¹⁸⁸ MONTENEGRO, Abelardo. Op. Cit. p.26 e 27.

parciais, com o maior número de deputados e senadores do partido em questão. Como em sua maioria os juízes com formação jurídica podiam ser transferidos ou perder seus cargos e suas posições sociais, a rede de clientela, para permanecer nos cargos e nas melhores localidades, contribuía substancialmente para ampliar o poder de apadrinhamento¹⁸⁹ entre a classe social mais abastada da região e o governo central. Além disso, a garantia do cargo possibilitava aos juízes indicar para os diversos cargos públicos - de chefes de polícia, delegados, subdelegados, substitutos dos subdelegados, promotor público, escrivães, oficiais de justiça, carcereiros e vigias - parentes próximos no intuito de perpetuar de forma favorável a hierarquia e o controle paternalista, aumentando com isso o seu poder local e o prestígio social, além de solidificar uma ordem claramente estratificada. Todos os cargos de juízes só podiam ser preenchidos, de acordo com a lei, por "*cidadãos notáveis do lugar por sua fortuna, inteligência e boa conduta*".¹⁹⁰

Em 1868, o tenente coronel comandante do 24º Batalhão de Infantaria de Viçosa envia ao presidente da Província, Pedro Leão Velloso, um ofício informando que o pedido do guarda nacional Joaquim Francisco de Medeiros, através de uma petição, que apelava sobre a sua dispensa como guarda para o exercício da guerra no Paraguai - por ocupar o emprego de oficial de justiça da Vila - deveria ser negada a pedido do próprio juiz municipal. O juiz o tinha mandado prender e queria que o oficial fosse enviado para a Guerra do Paraguai após ter exonerado o mesmo do cargo público que ocupava até então. Assim, de acordo com o ofício enviado, temos a seguinte informação:

Informando a petição que junto tenho a honra de devolver a V. Excelência do Guarda Nacional Joaquim Francisco de Medeiros do Batalhão sob meu commando, designado para o serviço de Corpos destacados na Guerra, e remetido, por isso, para essa Capital,

¹⁸⁹ De acordo com Peter Burke, o "apadrinhamento pode ser definido como um sistema político fundamentado em relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais, entre líderes (ou padrinhos) e seus seguidores (ou afilhados). Cada parte tem algo a oferecer à outra. Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, bem como deferência, expressa em várias formas simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já os padrinhos oferecem hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados. É assim que conseguem transformar riqueza em poder". BURKE, Peter. *História e Teoria Social*, tradução Klauss Brandini Gerhart, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: editora UNESP, 2002, p.104.

¹⁹⁰ GRAHAM, Richard. Op. Cit. p. 95.

cumpre-me diser a V. Excelência, em virtude do despacho de 27 de janeiro ultimo exarado na mesma petição o seguinte:

Funda-se o peticionário em dous factos para julgar-se com direito a isenção do serviço a que esta destinado, a saber: 1º em ser official de justiça, e pertencer, como tal, a lista de reserva; e 2º em que a sua designação é suggerida por uma perseguição política.

É verdade que o peticionário occupava o emprego de official de Justiça nesta Villa, mas desobedecendo ao respectivo Juiz Municipal e sendo de uma conducta muito irregular, este o mandou recolher a prisão e depois exonerou-o d'aquelle emprego, decretando a sua demissão em data de 1º de Janeiro próximo passado, com se vê do documento junto, que submetto a illustrada consideração

Dada a sua exoneração do emprego, por cuja causa somente pertencia a reserva, cumpre-me, na forma da Lei, chamal-o logo ao serviço activo...¹⁹¹

A partir de notícias como essa, percebe-se que os juizes podiam exonerar dos cargos públicos, hierarquicamente abaixo do seu, quem bem lhes conviesse. As alegações para a exoneração poderiam ser várias. O juiz municipal de Viçosa, por exemplo, havia exonerado do cargo de official de justiça Joaquim Francisco de Medeiros por ele “ter *uma conducta muito irregular*” e ter desobedecido o juiz numa ação de desrespeito e insubmissão a sua autoridade. Esses micropoderes que permearam as relações sociais oitocentistas revelam algumas facetas dessa imbricada rede clientelística que ligava os indivíduos aos cargos públicos. De acordo com o peticionário, “*a sua designação é suggerida por uma perseguição política*” já que ele, Joaquim Francisco de Medeiros, “*pertencia a casa de pessoas influentes cuja preponderancia podesse provocar vinganças*”, além disso, tinha “*uma conduta regular, era honesto e trabalhador.*” Vale a pena notar que, além da exoneração do cargo público, o peticionário havia sido preso para o exercício ativo da Guarda Nacional e seguiria para a Guerra do Paraguai, como uma forma de não poder buscar a tempo os seus direitos. Tudo indica, porém, que o Presidente da Província interveio diretamente no caso, pois Joaquim Francisco de Medeiros foi solto e enviado para outro distrito eleitoral. Essa imbricada relação patrono-cliente entre Estado, grandes proprietários e homens pobres livres dependia na prática de conquistar a boa vontade de um protetor concreto

¹⁹¹ APEC. Fundo: Guarda nacional. Série: Offícios Expedidos. Ofício do tenente-coronel comandante do 24º Batalhão de Infantaria, Vicente do Espírito Santo Marques, ao presidente da Província, 02/02/1868.

e na troca de favores que embasaria a justaposição dos interesses de cada segmento.

Os cargos de chefe de polícia, um para cada Província, também bastante disputado pela elite provinciana local, baseava-se no apoio incondicional ao presidente da Província e na íntima ligação que deveria ter com este, para que fossem cumpridas as leis e se conseguisse buscar aliciar para a rede de clientela do presidente o maior número de oligarcas locais. Nessa frenética busca incessante de abrir canais de comunicação, o chefe de polícia, normalmente escolhido pelo próprio presidente nomeado, tinha que estabelecer alianças firmes e contínuas entre a classe mais abastada da região, assim como expandir o reconhecimento da sua autoridade e do poder de mando do Presidente sobre todos aqueles que estivessem sob a administração provincial. Aos chefes de polícia cabia ainda o controle sobre os delegados e subdelegados da Província e podiam interferir em qualquer aspecto na vida da classe social de sina mais pobre que estivessem sob a sua jurisdição. Cabia ao chefe de polícia nomear ou indicar os nomes dos pretendentes aos cargos de delegados e subdelegados, restabelecendo assim a forte relação clientelística dos oitocentos.

Após a coroação de D. Pedro II, em 1841, e da aprovação da reforma no Código Penal, os cargos de delegados de polícia e subdelegados passaram a ser extremamente importantes dentro da complexa relação de poder nas províncias, pois a estes estenderam-se poderes até então delegados restritamente aos juizes de paz eleitos e formados em Direito. Os oficiais de polícia passaram, então, com a nova reforma, a emitir ordens de busca, ouvir testemunhas, prender suspeitos e redigir processos contra acusados, assim como julgar casos menores.¹⁹² Eram também esses oficiais de polícia que nomeavam os inspetores de quartirão, atividade esta desenvolvida anteriormente pelos juizes de paz - antes da reforma do Código Penal - e supervisionavam as mesas eleitorais nos processos de votação, juntamente com os subdelegados nomeados.

Em 1858, o jornal *O Cearense* publica em seu editorial o poder discricionário dos delegados e subdelegados:

¹⁹² GRAHAM. Richard. Op. Cit. p. 79.

Enquanto a presidência expede circulares recommendando aos agentes do poder a mais absoluta abstenção no pleito eleitoral, aqui na capital, como o maior cynismo, a policia e outros funcionários públicos cabalam abertamente.

O delegado d'alli, se prevalece do seo terrível poder para perseguir os infelizes que caíram no seu desagrado. O subdelegado de policia, não descansa noute e dia, intimidando a uns com recrutamento, seduzindo e corrompendo a outros com promessas fallazes; o Reverendo Braveza capellão da cadeia, vae a Mucuripe á pretexto de celebrar o sacrificio da missa, mas com o fim conhecido de cabalar; o Sr. Lacombe, capitão do porto ameaça com prizão e recrutamento a todo pescador que se recuzar votar com elle; até consta que o próprio secretário da presidência tem feito pressão sobre um seu emprego que é suplente de eleitor, para votar na chapa do governo!

De todos estes factos tem conhecimento a administração, porém não appareceu uma providencia qualquer no sentido de reprimir os abuzos desses funcionários cabalistas, que tão cynicamente tem desrespeitado as suas ordens e recommendações¹⁹³.

As novas funções atribuídas aos delegados e subdelegados, no que diz respeito à punição aos homens pobres livres a fim de manterem a ordem interna do País, perdiam-se nos caprichos pessoais e na ameaça da prisão ou do recrutamento militar de indivíduos desprovidos de bens e de posição social. Por isso, ser nomeado para tais cargos era uma certa garantia de que seu partido ou sua chapa teria maior chance nas urnas eleitorais e de que os desafetos políticos fossem punidos com o serviço nas Forças Armadas, sobretudo em épocas de guerra. Por conta disso, eram nomeados delegados e subdelegados na Província cearense somente representantes de poderosos clãs familiares e fazendeiros. A família tradicional de Francisco Fernandes Vieira, visconde de Icó, um grande pecuarista no interior do Ceará em meados dos anos cinqüenta do dezenove, denota bem essa questão. Seu filho mais velho, o primogênito, era senador, enquanto que os outros dois eram delegados e subdelegados. Além disso, o seu genro era juiz de Direito, tinha um primo que era juiz municipal e um sobrinho que era promotor público, todos cargos submetidos à sua região de mando.¹⁹⁴

Assim como os delegados e subdelegados – civis que detinham autoridade legal sobre os cidadãos - o cargo de inspetor de quartirão ficava restrito aos homens bem nascidos ou bem indicados na região. Normalmente o

¹⁹³ Jomal O Cearense, "Caballa Official", 18/08/1858.

¹⁹⁴ GRAHAM, Richard. Op. Cit. p.172.

cargo era ocupado por fazendeiros ricos ou indicados por estes, pois não havia remuneração para desempenhar as atividades policiais. Os inspetores de quarteirão possuíam autoridade sobre um mínimo de 25 fogos e atuavam sob a supervisão do subdelegado, que cobravam sistematicamente dos inspetores o controle sobre o desempenho dos policiais, a fim de verificar se cumpriam as suas obrigações. Além disso, os inspetores de quarteirão não podiam permitir os ajuntamentos de ociosos, vagabundos, prostitutas e mendigos; não podiam permitir bebedeiras, balbúrdias, vozerias, sambas, batuques e cateretês que perturbassem a ordem pública e os bons costumes da sociedade cearense. Cabia ainda a cada inspetor controlar o ir-e-vir das pessoas simples através de passes que eram expedidos atestando a ocupação do indivíduo e a sua conduta. Como esses cargos impunham sobre a sociedade um certo respaldo e autoridade legal, delegados, subdelegados e inspetores de quarteirão abusavam da sua autoridade, sobretudo com relação ao poder de recrutar, enviando para os quartéis militares e para o *front* recalcitrantes que tinham caído no seu desagrado.

Todos esses cargos públicos forjavam os vínculos essenciais para se ter um "controle efetivo" sobre a população despossuída de bens. Os principais líderes da região precisavam a todo custo receber esses cargos no intuito de aumentar a sua clientela e o seu potentado para que o seu prestígio social e o seu poder local adquirissem uma maior força e fossem comumente restabelecidos a cada momento de eleições. Com os cargos públicos adquiridos por essa parcela da sociedade abastada, os rituais elaborados nos momentos da conscrição originavam-se a partir dos seus direitos de recrutar a laço. Por esse motivo, o alistamento forçado foi um dos instrumentos de controle social por excelência que constituía nas teias que se dedicavam à manutenção dos princípios de hierarquia, deferência e obrigação. Até porque quem indicava a convocação dos possíveis indivíduos para as Forças Armadas eram esses homens com grandes glebas territoriais nos espaços sertanejos e com prestígio social local. Portanto, protegê-los e livrá-los do recrutamento para as frentes de linha possibilitava para essas famílias mais influentes a permanência no poder e o domínio na sua região de mando.

Preencher os cargos públicos com parentes próximos, amigos e clientes ajudava a expressar a sólida e "legítima" autoridade do indivíduo que

buscava dimensionar o seu séqüito e aumentar o seu domínio eleitoral. Para isso era preciso estabelecer vínculos de dependência e assegurar a lealdade, a obediência e o comportamento ordeiro de uma sociedade hierárquica e estratificada, que procurava blasonar um *status* que determinasse estar acima ou abaixo de outros de igual valor econômico. Assim, o recrutamento a laço se caracterizou como um elemento ímpar nessa sociedade, em que as disputas no processo eleitoral disseminaram nas urnas maior ou menor número de votantes e homens inseridos nos campos de uma política enraizada de favores e dissabores.

2.2 A Imagem do Soldado

A vida cotidiana dos homens pobres livres no período Imperial cearense assistiu constantemente aos abusos e arbitrariedades dos homens afortunados desse imenso sertão. Recrutas em potencial, os pobres livres estavam sujeitos - em meio á estreiteza desse convívio com a classe mais abastada da sociedade cearense - ao serviço obrigatório das fardas e armas gerado a partir de pequenos conflitos pessoais ou de ajustes de trabalho mal resolvidos, sobretudo em épocas de eleições e de guerras.

No mesmo período em que o Governo imperial resolveu pôr em prática o "*arrolamento da população para o censo*", nos anos de 1851/52, os inspetores de quarteirão fizeram o levantamento dos homens que estavam em condições de ser alistados para lutarem na curta guerra, de 1851 a 1852, que tinha como objetivo depor Juan Manuel de Rosas em Buenos Aires. O recrutamento arbitrário reforçou a insatisfação da população pobre e livre que, além de associarem os decretos - 797/798 que estabeleciam o recenseamento- a um mecanismo do Governo imperial em condicionar a "gente de cor" daqui mesmo à escravização, relacionaram o número de certidões de nascimento e óbito ao recrutamento para o *front*.

O recrutamento era um pesadelo na vida dos homens pobres livres. Ser recrutado para o serviço militar constituía um fato vergonhoso, uma pena de desmedido sofrimento. Como o soldo era baixo e muitas vezes pago com muito atraso pelo Governo imperial, a imagem do recruta tinha pouco ou quase

nenhum valor social¹⁹⁵. Além disso, a vida militar do período exigia que o indivíduo fosse afastado completamente da família, que dependia dele para o seu sustento. Era necessário o governo usar de força e violência para conseguir novos recrutas e o mecanismo mais utilizado pelas autoridades locais para arregimentar a população masculina e pobre para as hostes militares, era o recrutamento “a laço”.

Ser “laçado” na segunda metade dos oitocentos, no campo do imaginário social, era desonroso. Consistia em fazer parte de um contingente da população que vivia à margem da sociedade e, portanto, carregava o estigma da exclusão social. O recrutado estava sempre associado ao bandido, ao desordeiro, ao sujeito que não tinha capacidade de possuir um “protetor”. Assim, o indivíduo que as autoridades locais recrutavam para as frentes de linha, desde o período colonial, era aquele visto e rotulado como vadio, indigno, ladrão e/ou inimigo político. Ser recrutado era ser castigado e boa parte da população no período imperial tinha verdadeira ojeriza à vida militar, principalmente no serviço ativo do Exército ou da Marinha; o que produzia grande preocupação para os governantes da então emergente Nação.

Preocupados em reestruturar o exército brasileiro - diante de uma debilidade que se externava a partir do pequeno número de soldados que possuía (em 1830 o seu contingente era de aproximadamente 30.000 soldados, em 1850 tinha sido reduzido para 16.000 soldados) o Governo imperial buscou criar mecanismos que acoplassem a Guarda Nacional e as milícias policiais obrigatoriamente ao Exército Nacional, em épocas de guerra. E isso aconteceu, sobretudo, como uma forma de amenizar o grave problema com relação ao pequeno número de soldados de linha disponíveis para lutar e defender os interesses e o Território brasileiro nas sucessivas guerras do período imperial.

¹⁹⁵ Para o historiador Peter Beattie, citado por Márcio Lucena Filho, o soldado, desde o período colonial, estava associado ao mundo da rua, espaço da desordem e da vagabundagem, e normalmente era o homem que não havia se casado, pois o soldo era tão insignificante, quando existia, que certamente não daria para sustentar com dignidade uma família, In: Márcio Lucena Filho. *Pernambuco e a Guerra do Paraguai: O Recrutamento e os limites da Ordem*. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2000, p. 12.

Além disso, a verba destinada ao orçamento com os gastos militares que chegou a ser de 42% em 1828, tinha passado para 36,3% em 1841 e para 21,5% em 1850, podendo sofrer novas reduções¹⁹⁶.

Essa debilidade aparente do Exército tinha um componente de origem política¹⁹⁷. No período da Independência do Brasil, *“os liberais e demais membros da classe política eram contrários às forças armadas e jamais se acomodaram com a existência de uma força militar permanente, disciplinada e profissional”*¹⁹⁸, principalmente quando D. Pedro I arregimenta para as fileiras do exército brasileiro escravos e homens pobres livres - “vadios”, “bandidos” e “desordeiros” - com o objetivo de expulsar do Território nacional todo o contingente do exército português, que estivesse comprometido com a antiga Metrópole e contrário à Independência Nacional. D. Pedro I, no intuito de criar um “novo exército” desvinculado da pátria, que era ainda portuguesa, declara abolidos todos os escravos que fossem lutar na Guerra Cisplatina, em 1828. Esse intenso e persistente aliciamento da população trouxe para o oficialato do exército brasileiro cidadãos menores, sem riqueza e sem tradição familiar, contrariando o grupo oficial mais abastado do serviço das armas¹⁹⁹.

O Exército Nacional tinha como função restrita a defesa das fronteiras e costas de todo o Território brasileiro. Restabelecer a ordem e a tranqüilidade pública do País era função das milícias particulares e ordenanças locais. Com o fim do governo autoritário de D. Pedro I e de uma regência nacional - que havia assumido o poder em substituição provisória do herdeiro legítimo, Pedro II - estava sendo cogitada em todo o Território nacional a possibilidade do governo português restaurar o seu poder e retomar para si a sua antiga colônia (o Brasil). Essa ameaça constante ensejou inúmeros movimentos oposicionistas na primeira metade dos oitocentos que fizeram com que as ordenanças locais e as milícias particulares - administradas na sua maioria por uma composição elitista da sociedade imigrante portuguesa - fossem extintas e

¹⁹⁶ COELHO, Edmundo Campos. *O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p.40.

¹⁹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1980, p.136.

¹⁹⁸ COELHO, Edmundo. Op. Cit. p. 38.

¹⁹⁹ REIS, João José, e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 90, 96-98.

o exército profissional reduzido em seu contingente, chegando a ter em sua força efetiva apenas cerca de 5.000 homens.²⁰⁰

Do seu quadro de homens efetivos no exército profissional, boa parte dos convocados, segundo os viajantes estrangeiros que estiveram nos sertões nordestinos²⁰¹, eram negros ou mulatos. A cor dos indivíduos que compunham a primeira força de linha indica que boa parte dos recrutados à praça pertenciam à classe pobre, pois, além da questão cor, era bastante comum o alistado que não fosse expropriado de bens comprar a sua isenção. Esse costume antigo de substituir a obrigatoriedade do serviço militar pela utilização de um escravo negro ou de um mestiço pobre tirava do branco o ônus do recrutamento, porém, ajudava a ampliar na formação de um exército "nocivo" para os padrões da elite brasileira.

Essa idéia de nocividade permeou amplamente os debates da Assembléia Legislativa, uma vez que eram comuns o preconceito e o temor da sociedade colonial fortemente hierarquizada e escravocrata, do homem de cor pegar em armas²⁰². Mesmo assim, o soldado brasileiro continuou a ser composto de indivíduos pertencentes aos estratos mais baixos da sociedade. Em contrapartida os oficiais, na sua maioria, ainda pertenciam ou eram representantes dos grupos sociais dominantes e procuraram, sobretudo a partir das reformas de 1831, implementadas por Feijó, fechar-se cada vez mais em si mesmos, excluindo da nobreza militar a elite civil²⁰³.

A organização do Exército Nacional tornava-se cada vez mais endógena no decorrer do período imperial e exigia grande esforço do indivíduo recrutado, pois a dedicação exclusiva nos quartéis militares, a partir do decreto de 1835, era de nove anos e quando voluntário da pátria, de seis anos, o que

²⁰⁰ URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976, p.132.

²⁰¹ Sobre os viajantes que estiveram nos sertões nordestinos no século XIX, ver: KOSTER, Henri. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2ª ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978. (Coleção Pernambucana, V. 12); KIDDER, Daniel. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil – Província do Norte*. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. Coleção Reconquista do Brasil, v.16. e TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicais*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978. Coleção Pernambucana, XVI.

²⁰² José M. de Alencar, Relatório com que abriu a Terceira Sessão ordinária da Assembléia Legislativa da Província do Ceará, 01/08/1837, p.02, "Segurança Pública".

²⁰³ CARVALHO, José Murilo de. *As forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador* In: *História Geral da Civilização Brasileira*, sob a direção de Boris Fausto. Tomo III O Brasil republicano, 2º volume, Sociedade e Instituições (1889-1930), Difel, Rio de Janeiro - São Paulo, 1977, p.189.

os isolava por completo da sua família e das suas atividades particulares, ocasionando conseqüentemente enormes dificuldades no processo de aliciar a população masculina a servir as armas, espontaneamente.

Em meio às dificuldades de se conseguir soldados para compor as fileiras do exército, os Governo imperial e local recorriam à velha prática da conscrição, laçando todos os homens que se encontravam na idade entre 18 a 50 anos. Essa forma de obrigar homens ao serviço das armas não era novidade para os pobres da região, pois, ao longo do século XIX, foi a forma mais utilizada pelas autoridades locais em arregimentar a população para as forças de linha em defesa do Território nacional. Henri Koster, no início do mesmo século XIX, descreve o recrutamento como um gesto de “poder pessoal” das autoridades locais sobre a população pobre e livre. Ele afirma que

Bandos armados eram vistos em todas as direções, procurando prender os recalcitrantes (...) Nenhum homem sujeito à obrigação estava a salvo em sua própria residência, porque a tropa vinha cercar as habitações onde se supunha estar refugiado o indivíduo recrutável.²⁰⁴

Essa citação do viajante inglês descreve as atitudes arbitrárias das autoridades locais no processo da conscrição e denota a necessidade de cada indivíduo em buscar um protetor que “garantissem” a sua isenção do serviço militar. Essa proteção contribuía para incutir nas camadas pobres uma atitude de deferência e lealdade, e envolvia uma relação de dependência ambígua entre homens abastados e os pobres livres da região, na medida em que, para se defender do recrutamento obrigatório, ambos precisavam contar com uma força pessoal maior do que o contingente das policias locais e dos agentes recrutadores. E essa troca de “proteção” e de “obediência leal”, elucidada pelas relações paternalistas e fundamentadas no período colonial, permaneceu durante todo o período imperial.

Outro viajante, Daniel Kidder, também reforça a idéia de dependência entre a população pobre e os homens mais abastados da região, quando se refere, já no período imperial, ao recrutamento militar como uma forma de traduzir, num momento de desentendimento, uma punição para os homens pobres livres, já que esses estariam condicionados às fardas praticamente sem

²⁰⁴ KOSTER, Henri. Op. Cit., p.326.

remuneração, sem proteção e sobretudo sem a possibilidade de conciliar e exercer outra profissão e manter o convívio diário com a família. De acordo com Kidder,

(...) a grande repugnancia geralmente sentida contra o serviço militar é explicada pela escassez do soldo e pelos máus fardamentos usados, e ainda o facto do trabalho incessante afastar a possibilidade de uma outra profissão ou se ocupar de um encargo que não esteja ligado à vida de soldado.²⁰⁵

Essas passagens dos viajantes estrangeiros que estiveram nos sertões nordestinos, remetem-me ao fato de que a condição social do soldado sempre fora mal vista pela sociedade dos oitocentos. O confinamento nos quartéis e a péssima alimentação só vinham agravar o problema da ojeriza social quanto ao serviço militar.

De acordo com Jeanne Berrance de Castro, a ração diária do soldado brasileiro "preso" nos quartéis constituía-se de angu, feijão, toucinho, charque, banha e farinha de mandioca, que deveriam ser consumidos em refeições rápidas. Anualmente recebiam dois conjuntos de fardas que deveriam servir tanto para o verão quanto para os dias mais frios de inverno. O soldo que recebiam, normalmente com muito atraso, não permitia sustentar uma família com três pessoas. Com o aumento de recrutas nos quartéis em tempos de guerra, essas condições tendiam a piorar, pois além da ração ser diminuída os soldados eram recrutados muitas vezes para irem direto para o *front* e estavam sujeitos a receber castigos mais severos, sobretudo para aqueles que tentassem desertar.²⁰⁶

Além disso, a inexistência de uma socialização adequada às funções do soldado que os impelisse aos seus deveres, juntamente com a falta de retorno monetário que recompensasse uma lealdade aos interesses do País e os inúmeros maus tratos, produziam os grandes casos de indisciplina e de rebelião dentro dos quartéis e das tropas regulares, como os diversos casos de embriaguez, brigas, distúrbios e deserções.

As deserções eram bastante praticadas e quem fugia depois de ser recrutado era procurado como "criminoso"; quando preso era novamente

²⁰⁵ KIDDER, Daniel. Op. Cit., p.112.

²⁰⁶ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1977, p.38 e 56.

enviado para o Exército ou para a Marinha. No dia 15 de outubro de 1852, o recruta do Exército João Francisco do Nascimento fugiu da cadeia do Município de Granja e o responsável pela Diretoria Geral da Junta de Alistamento, no dia 19, enviou para o Ministério da Guerra o seguinte aviso,

*(...) sinto participar a Vossa Excelencia que mais um recruta desta cadeia conseguiu desertar, o criminozo procurado do Exercito de nome João Francisco do Nascimento posto em fuga no dia 15 de outubro, e supposto a vista disto parti em escolta para capturar o dito criminozo sem suscesso, mal sabe elle que a Lei, a humanidade, a civilisação não encontrarão em seo peito o menor acolhimento (...)*²⁰⁷

Essa depreciação do Exército deve ter contribuído para que a falta de um contingente militar suficiente desse conta dos muitos problemas que iam surgindo com o crescimento do espaço sertanejo. Segundo John Schulz, essa depreciação não era somente com relação ao soldado, mas também, atingia o oficialato militar, fazendo com que o seu quadro estivesse comprometido, sobretudo, nos anos em que o Governo imperial brasileiro necessitou de maior número de “patriotas”. De acordo com o autor,

*Os salários e condições de vida dos oficiais subalternos nunca foram de fazer inveja, sendo que após a metade do século nem o mais bem relacionado oficial podia escapar do serviço nos postos inferiores durante parte considerável de sua carreira. O salário dos oficiais era comparado desfavoravelmente com o dos caixeiros e o próprio governo admitia que os subalternos não tinham condições de casar sem uma fonte extra de renda.*²⁰⁸

O jornal O Cearense, que se dizia “*liberal e reformador de abusos cometidos sobre a população despossuída*”, foi um dos principais órgãos de imprensa da Província que mais publicou matérias sobre as condições sociais oferecidas ao recruta cearense e sobre as arbitrariedades das autoridades locais, sobretudo no período em que os conservadores ocuparam os principais

²⁰⁷ APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ofícios ao Ministério da Guerra. Aviso enviado pelo 2º substituto do subdelegado de Granja, Manoel Franklin dos Santos. ao Ministério da Guerra, 19/10/1852.

²⁰⁸ SCHULZ, John. *O Exército na Política: origem da intervenção militar, 1850-1894*. Edusp. São Paulo, 1994, p.29.

cargos públicos da Província. Em uma de suas publicações, sobre as condições oferecidas ao recruta, o jornal buscou dar ênfase ao tratamento oferecido aos homens laçados como igual àquele praticado aos “escravos fujões”, reforçando no imaginário social do dezanove, quando compara às formas de tratamento, o estigma depreciativo que tinha o soldado brasileiro. Em 1856, o ministro da Guerra teve de dizer a um presidente Provincial do Nordeste que os alistados para o Exército deveriam marchar para a capital “*com toda a segurança, mas livres de ferros*”²⁰⁹. Mais uma vez, o estigma depreciativo dos homens recrutados para compor a frente de linha era reforçado na fala do ministro, que deixa claro o tratamento clássico oferecido aos indivíduos conscritos, quando reitera para as autoridades que no momento do deslocamento para o Rio de Janeiro os recrutados deveriam estar “*livres de ferros*”. Essas práticas costumeiras de recrutar e conduzir os soldados disseminavam na população oitocentista uma total repugnância pelo serviço militar, associando o conscrito ao desafeto social sem trabalho, proteção e honra.

Além do mais, as discussões preliminares sobre os castigos corporais e os maus tratos dispensados aos recrutas nos quartéis e delegacias estavam ganhando proporções nas matérias dos jornais, intituladas de “denúncias”, que tinham grande circulação de forma nunca vista pelas autoridades locais e precisavam ser abafadas antes que a opinião pública se voltasse contra as decisões e os atos dos agentes do governo.

Entre esses conteúdos, o jornal O Cearense, em 1861, publica, num artigo de fundo, queixas da população quanto ao tratamento oferecido aos soldados brasileiros, buscando denunciar as arbitrariedades das autoridades que comandam os quartéis militares e a insatisfação da sociedade local quanto aos castigos corporais oferecidos aos indivíduos confinados nos quartéis:

Chamo sua atenção para um facto que diariamente se reproduz nos quartéis dessa capital e que revolta toda a vizinhança e os transeuntes que passam pela calçada.

Há alli uma quantidade de pobres homens, que todos os dias soffrem algum tipo de castigo. Os gritos e queixumes dos presos despertam pela manhã os vizinhos e no cair da noite mais uma vez as mesmas scenas se reproduzem.

²⁰⁹ Cit. In: GRAHAM, Richard. Op. Cit., p.46.

*Esperamos que alguma autoridade tome conhecimento deste facto e tome alguma providencia sobre esses pobres dyscolos.*²¹⁰

A freqüência desses castigos, que perturbavam a consciência de uns e o sossego de outros, deve ter sido tanta que as autoridades políticas sentiram a necessidade de debater na Assembléia Provincial medidas que limitassem as horas em que os castigos deveriam ser aplicados - sobre os indivíduos recrutados e indisciplinados - sem o constrangimento de dividir a opinião pública sobre o novo discurso patriótico que buscava disseminar na sociedade o valor do soldado-cidadão e pôr na berlinda o direito das autoridades em aplicar os castigos necessários como forma de manter a "disciplina e a hierarquia".

Assim, em 1862, com a preocupação de disfarçar o espetáculo da violência nos quartéis, o discurso de um deputado do Partido Liberal, no decorrer dos debates na Assembléia Provincial, esteve pautado na tentativa de solucionar o "problema" dos castigos corporais sobre os indivíduos recrutados, defendendo a noção de que

*(...) a proibição dos castigos sobre os soldados brasileiros deveriam ficar suspensos durante as horas de silêncio até as seis da manhã e ser feitos em lugares seguros sem a presença da opinião pública e os infratores que não obedecessem deveriam ser multados e corrigidos.*²¹¹

Em seu discurso, percebe-se que a preocupação dos políticos estava em causar o menor dano possível às autoridades governamentais. O objetivo não consistia no fato de abrandar os castigos corporais cometidos contra os soldados brasileiros, mas praticar as punições em horários de intensa movimentação nas ruas e em lugares fechados, onde o barulho e os gritos dos presos pudessem ser abafados pelos burburinhos do cotidiano da vida "rurbana".

Nessa discussão que permeou os debates da Assembléia Provincial e preocupou as autoridades governamentais, a implementação de novas leis e decretos sobre os castigos corporais infligidos aos recrutas passa a ser o

²¹⁰ Jomal O Cearense. "Denúncias", 08/06/1861.

²¹¹ Joaquim M. de A. Rego, Relatório apresentado na Abertura da Assembléia Provincial do Ceará, no dia 09/11/1861. "Tranqüilidade Pública".

principal entrave das facções políticas. Para muitas autoridades, os motivos de tanto descontentamento e descrença em relação ao serviço militar estavam em torno da maneira como os homens livres eram conduzidos para os quartéis, imprimindo-lhes uma duração que não se coadunava com as perspectivas de vida que queriam manter com sua família. Entretanto, nas urdiduras dos discursos proferidos na Assembléia Provincial, os castigos corporais vislumbravam-se como um elemento de correção para a insubordinação das práticas cotidianas dos pobres livres e precisavam ser mantidas. Neste sentido, o eco das decisões políticas brotava muitas vezes enervando a população pobre e livre, que, revoltada com o mandonismo exacerbado das autoridades, e com os abusos e arbitrariedades dos castigos corporais, recorriam às manifestações dentro e fora dos quartéis.

A violência, os castigos corporais e o total isolamento dos indivíduos mais rebeldes eram parte necessária, de acordo com o ponto de vista das autoridades da época, para que a disciplina do soldado e o respeito à hierarquia se tornasse efetiva dentro dos quartéis militares. José Murilo de Carvalho acredita que era bastante comum “*que o preso fosse conduzido ao quartel e nele conservado em segurança até que a disciplina o constituísse em estado de se lhe facultar maior liberdade*”.²¹²

A Marinha não era muito diferente do Exército Nacional. Constituída de 8.000 homens, na segunda metade dos oitocentos, a resistência ao serviço era refletida na composição racial das guarnições dos navios que eram compostos na sua maioria de negros, pardos e mulatos. O número de castigos corporais e de deserções dos navios julgados no Supremo Tribunal Militar chegava a constituir 73% de toda a força armada do País.²¹³

O governo - em face dessa fragilidade do Exército e da Marinha e da situação de revoltas em que se encontrava o País, desde a Independência - promulgou um Código Penal instituindo o direito de *habeas-corpus* e criou a Guarda Nacional, uma nova força que deveria trazer para a nova Nação a idéia de justiça, ordem, paz e equilíbrio. De longe mais numerosa que o Exército e a

²¹² CARVALHO, José Murilo. Op. Cit., p.189.

²¹³ Id. *Ibidem.*, p. 65.

Marinha brasileira, a Guarda Nacional, criada a 18 de agosto de 1831²¹⁴, e instituída pelo Regente Feijó, foi baseada numa lei semelhante à que foi promulgada na França, no mês de março do mesmo ano. Os líderes políticos exigiram com a sua criação que ela fosse formada por cidadãos locais com prestígio e capacidade de manter a classe pobre livre dentro do espectro da tranqüilidade pública.

Sua missão dentro do Território nacional no período da sua criação era a de *“defender a Constituição, a liberdade, independência as leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranqüilidade pública e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas”*²¹⁵. Suas atribuições exercidas no mesmo período citado, consistia no *“fornecimento diário de milicianos, na captura de criminosos, na transferência de réus de uma cidade para outra, no transporte de cofres e valores públicos, no patrulhamento e policiamento das cidades e nas prisões”*²¹⁶. Essas atribuições foram mantidas até o ano de 1873, quando a Guarda passa por uma reformulação passando a ter como único objetivo auxiliar o Exército nos casos de guerra externa ou de rebeliões domésticas.

Além dessa reforma de 1873, a Guarda Nacional passou por três fases diferenciadas. A primeira fase da Guarda Nacional inicia-se com a sua criação, em 1831 e estende-se até 1850. Essa é denominada de fase da menoridade e atua como força de grande contingente popular, de forma direta e intensa na campanha da pacificação nacional. O segundo estágio inicia-se em 1850 e estende-se até 1889, caracterizando-se pelo começo da aristocratização dos seus quadros dirigentes. Nesse período específico, a Guarda transforma-se em *“milícia eleiçoeira”*, para utilizar a expressão dos estudiosos sobre a Guarda Nacional, e tem como matiz uma grande força de oficiais sem soldados. Para

²¹⁴ De acordo com Jeanne Berrance de Castro a lei de criação da Guarda Nacional brasileira é uma cópia quase fiel da lei francesa de 22 de março de 1831 que teve como objetivo reorganizar a Guarda Nacional da França. Lá os legisladores agiram em função da desconfiança em relação aos homens que permitiram o triunfo de Carlos X. Movimentação análoga inspirou aqui, no período regencial, os nossos legisladores. Promulgada na França, em fins de março, em maio do mesmo ano já servia de modelo à redação da lei que criaria a Guarda Nacional brasileira com os seus 143 artigos e mais parágrafos. A lei recebe sua primeira modificação com um complemento através do decreto de 25 de outubro de 1832. Em 1834, após a promulgação do Ato Adicional, a lei passa por novas alterações. Mas é em 1850 que a Guarda Nacional, pela Lei 602, de 19 de setembro, é substancialmente reformulada. Após essa primeira reforma da Guarda Nacional, é que se iniciam a afirmação do caráter aristocrático de seus quadros dirigentes e a sua transformação gradativa em milícia eleiçoeira. CASTRO, Jeanne. Op. Cit. pp. 281-282.

²¹⁵ URICOECHIA, Fernando. Op. cit., p.133.

²¹⁶ Id. Ibdem., pp.136-137.

alguns autores - que estudaram a Guarda Nacional, como Jeanne Berrance de Castro e Fernando Uricoechea - esse é o período mais importante, pois é o momento em que se estabelecem os principais acordos políticos e negociações entre os Partidos Conservador e Liberal, no contexto nacional²¹⁷. É a fase também que vai trazer à tona a porosidade das relações patrono-cliente em virtude do processo da conscrição arbitrária, das alianças e da manutenção do poder privado de famílias abastadas nas principais regiões econômicas do País.

É, ainda, nesse segundo transcurso que a Guarda Nacional ganha um grande respaldo na sociedade do século XIX, enfatizando travadas disputas entre os homens mais abastados do País, que tinham como objetivo fazer parte do oficialato da milícia cidadã. Pertencer à Guarda Nacional como oficial passou a ter expressividade dentro de uma sociedade patriarcal e fortemente hierarquizada, pois as patentes eram títulos honoríficos que lhes garantiam *status* e poder. Por último, já em sua fase republicana, 1889 a 1922, a Guarda Nacional se caracteriza como força de segunda linha em detrimento do Exército - força de primeira linha. O seu desaparecimento e extinção acontecem em 1922, quando a Guarda é absorvida totalmente pelo Exército Nacional.

Diferentemente do Exército e da Marinha, pertencer à Guarda Nacional como oficial era fazer parte da camada social civil mais favorecida. Adquirir a patente de oficial, sobretudo a de coronel, mais tarde rebatizada de comandante superior, do presidente provincial ou do ministro da justiça - após 1850, pois antes dessa data era através de eleição - era fazer parte da mais alta hierarquia social. Homens ricos, que recebiam por nomeação essa patente, dedicavam-se a aumentar sua propriedade e o seu prestígio social e lutavam para preservar o cargo, muitas vezes contra outras famílias de igual prestígio. Não por acaso um rico proprietário de Viçosa mandou recrutar para a Guerra do Paraguai seu vizinho de nome Francisco Antônio Dantas, que, segundo a "Denúncia" declarada na folha oficial do Jornal Pedro II, "*...foi capturado quando andava pelas bandas do Cariri e enviado para o front como um pobre sujeito. Mal sabe o agente recrutador o erro que cometeu, pois trata-*

²¹⁷ Sobre essa questão ver: CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia cidadã*, Op. Cit., passim e URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*, Op. Cit., passim.

se de um cidadão de bem, honesto e de riqueza rara". Em sua denúncia, o jornal do partido do Sr. João de Souza (jornal esse de cunho conservador) continua a declarar em seu editorial que *"sabemos que o desatino dessa prisão só pode ter ocorrido a mando do coronel Francisco José de Almeida, que vive se dizendo ser o único coronel nomeado da região"*. É muito provável que por trás dessa denúncia contra o coronel Francisco José de Almeida, chegando até mesmo a acusá-lo de ser o mandante do recrutamento do proprietário Francisco Antônio Dantas, existe um interesse político compartilhado entre o Sr. João de Souza, proprietário do jornal Pedro II, e o rico proprietário Francisco Antônio Dantas, este membro do Partido Conservador e recrutado fora da sua região de mando. Primeiramente porque tanto o proprietário do jornal Pedro II como o proprietário de terras Francisco Antônio Dantas pertenciam ao mesmo partido – Conservador. Em segundo lugar, porque João de Souza acusa, sem receio algum de causar retalhamento por parte do rico fazendeiro e das autoridades policiais, quando escreve em seu jornal que

(...) as autoridades policíacas compactuaram com o desatino da prisão cometida indevidamente", e que o "Excelentíssimo Senhor Presidente não podia permitir que Francisco Antônio Dantas, sendo homem probo e o mais abastado do lugar seja arrastado para o front como um sujeito desvalido, deixando para trás todos os seus negócios. ²¹⁸

Esse tipo de recrutamento entre membros da elite raramente esteve presente nas páginas dos jornais do período, no entanto, denota as possíveis brigas e disputas entre membros de uma elite facciosa e cheia de vaidades pela querela do poder local. A influência que os grandes proprietários tinham na hora de recrutar permitia freqüentemente a falência de médios e de pequenos proprietários, indesejáveis na região; possibilitava também vencer as eleições e, ainda, afastar da região indivíduos "rebeldes" e "insubordinados".

As instruções governamentais excluíaam do corpo de oficiais homens que não tivessem uma renda mínima determinada - já que as patentes não eram remuneradas pelo Governo imperial²¹⁹, a não ser em diligências

²¹⁸ Jornal Pedro II, "Denúncias", 10/11/1867.

²¹⁹ De acordo com Uricoechea, a principal diferença das Forças Armadas – Exército e Marinha – para a Guarda Nacional era de que, apesar dessa última corporação ter sido criada pelo Governo imperial como uma instituição permanente, podia ser suspensa ou até mesmo dissolvida por um ano, prazo esse que podia ser prorrogado por força de lei, sem causar

requeridas pelo próprio Estado central - e que não fossem considerados respeitáveis. Além disso, a maior parte das despesas com a instituição eram assumidas pelo comandante, como as armas, os uniformes e os animais, tratando-se da cavalaria. Daí um deputado observar que *“os bons sentimentos, os desejos não bastam para que alguém exerça bem um posto honorífico, dispendioso e gratuito, quando lhe faltam meios decentes de subsistência.”*²²⁰ De acordo com Jeanne Berrance de Castro, após a Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, todos aqueles que quisessem pertencer à Guarda Nacional como oficiais deveriam pagar pela patente, além do selo oficial, *“a quantia equivalente a um mês de soldo, igual a dos oficiais de 1ª linha, de igual posto”*. Quando os oficiais da Guarda Nacional fossem promovidos, *“deveriam pagar de novo a quantia equivalente à diferença do soldo”*.²²¹

Dispor de renda e prestígio social derivava de um dos principais imperativos da sociedade oitocentista e consistia na dominação das classes despossuídas de bens e de vontades. Sendo assim, a estima e a consideração não estavam em jogo, mas sim o poder econômico destes potentados, que lhe garantiam o poder extra-econômico para manter a sua própria clientela. A principal patente disputada pela elite sertaneja dentro da Guarda Nacional era

nenhum ônus para a Nação. Além disso, as despesas com a corporação por parte do governo deveriam ser mínimas, reduzindo-se à distribuição do armamento, bandeiras, tambores, cometas e trombetas, material de escritório e soldo apenas para os instrutores, enquanto que as despesas com as Forças Armadas seriam em todos os seus aspectos e necessidades, incluindo aí o soldo dos praças e oficiais. Outra diferença marcante entre as corporações é com relação à disciplina. No Exército e na Marinha a disciplina dos soldados era extremamente rígida, sujeitando-os a punições graves, enquanto que para os guardas nacionais as determinações eram pouco rigorosas, o que não era de estranhar, por tratar-se de cidadãos que prestavam os seus serviços à Nação gratuitamente. Portanto, apesar de ser uma instituição criada e regulamentada pelo Governo imperial deveria na cotidianidade do seu exercício ser mantida pelos ricos proprietários, não trazendo custos adicionais para os cofres do Governo imperial. Apesar da organização estrutural brasileira permitir uma certa promiscuidade entre a utilização de tudo o que fosse público como privado de poucos - e isso acontecia com o Exército, com a Marinha e com a polícia, ou seja, a privatização do que deveria ser público - a Guarda Nacional tinha sido criada para ser na sua essência uma força de cunho privado, na medida em que praticamente todos os seus custos ficavam a cargo dos coronéis nomeados para o comando das tropas. Dessa forma, o Governo imperial ao criar a milícia cidadã entra em contradição com o pressuposto do Estado Moderno, que defende a idéia de que a força militar do Estado deveria ser (pelo menos em tese) independente de todos os poderes privados e constituir em força pública custeada pelo Estado; ou seja, acima dos interesses privados. Sobre esta questão, veja-se: URICOECHEA, Fernando. Op. Cit., passim. CASTRO, Jeanne. Op. Cit. pp.274 a 279.

²²⁰ Coleção das Leis do Império. Aviso 729/26.12.1851; Sobre o problema da burocratização a partir dos anos 50 do século XIX, ver URICOECHEA, Fernando. Op. Cit., passim; ver Annaes da Assembléia Legislativa em toda a década de 50; destacando a sessão de 06.05.1852, da qual é a citação do texto.

²²¹ CASTRO, Jeanne. Op. Cit. p.285.

a de Comandante Superior Provincial, que podia comandar diferentes legiões municipais pertencentes à mesma Província. Cada legião deveria ter no mínimo cerca de 1.000 guardas que poderiam pertencer à infantaria, cavalaria ou artilharia. No entanto, as principais companhias eram a infantaria e a cavalaria, tendo a artilharia um papel secundário na organização da corporação, concentrando-se em apenas algumas áreas do litoral.²²² A segunda patente disputada dentro da Guarda Nacional pelos homens mais abastados da região era a de tenente-coronel. Este comandava o batalhão de infantaria ou cavalaria e possuía dentro de sua formação cerca de quatro a oito companhias de 240 a 1.120 milicianos. O cargo de capitão era o de menor prestígio dentro dessa corporação e comandava apenas uma companhia de cada vez. A companhia era a unidade organizacional básica da Guarda Nacional e cada companhia tinha em média de 100 a 140 homens. Os distritos menores que possuíam até 90 milicianos, respectivamente, tinham apenas seções de companhia e podiam ser comandados pelo capitão do distrito mais próximo ou pelo tenente designado para acompanhar esses milicianos²²³. Em contraste com essa disputa pelas patentes oficiais, estavam os soldados rasos que, sem muita opção, eram obrigados a se engajar na Guarda Nacional. Segundo Jeanne Berrance de Castro, o serviço na Guarda Nacional, após a reforma de 1850, era *“um princípio obrigatório e pessoal com validade permanente. Todos os brasileiros, de idade variável de 18 e menos de 50 anos (antes da reforma de 1850 a idade exigida estava entre 21 anos e 60 anos), e cidadãos filhos-família dispendo de renda, duzentos mil réis anuais, para serem votantes eram qualificados guardas nacionais.”*²²⁴

Pertencer à Guarda Nacional não isentava o indivíduo de ser arregimentado para as forças armadas do Exército e da Marinha, já que era uma medida constitucional, mas podia ser uma certa garantia na medida em que, normalmente, os guardas nacionais tinham maior proteção social do que os soldados rasos. Essa exceção relativa à proteção só era quebrada em tempos de guerra, sobretudo, quando o Governo imperial se sentia na condição última de ter que levar para o *front* toda a população masculina, entre eles,

²²² URICOECHEA, Fernando. Op. Cit. p.139.

²²³ Id. Ibdem., p.139.

²²⁴ CASTRO, Jeanne. Op. Cit. p.278.

guardas nacionais. Mesmo assim, quando acontecia de serem recrutados, surgia logo uma série de pedidos para a liberação deles, com a costumeira alegação de que se tratava de um guarda nacional e, por serem guardas nacionais, deveriam ser poupados do constrangimento e do confinamento nos quartéis e nas cadeias públicas, pois tratava-se de homens laboriosos e honestos e não de “*desafetos sociais*”. Em 1852, o delegado de Sobral enviou um ofício para o presidente da Província, alegando que as inúmeras restrições ao processo de recrutamento impediam o exercício de sua função, já que boa parte dos homens daquela região eram, na sua maioria, guardas nacionais.²²⁵

Em Aracati, o comandante superior interino, Guilherme Pereira Azevedo, num ofício expedido ao presidente da Província, explica que estava sendo muito difícil conseguir preencher a cota de recrutas, estabelecida para aquela cidade, para serem enviados para a Guerra do Paraguai, pois segundo o comandante, a cidade se encontrava vazia de homens com a idade de ser recrutado, como manda a lei, e os que estão dentro da faixa condizente são todos guardas nacionais.

Conforme o ofício,

(...) Continuo a dar todos os meos esforços para preencher o numero de designados, tenho-me achado presente em alguns lugares até mesmo fora da cidade, para ver o modo por que são cumpridas as minhas ordens, não cessando de activas os Comandantes das Companhias, afim de que cumpram esta árdua missão. Há passeio fui testemunha do selo, e dos esforços do Capitão da 4ª Companhia do 6º Batalhão Antônio Candido Antunes d'Oliveira para capturar os recrutas tendo elle conseguido somente a aquisição de guardas designados de sua Companhia no districto da Villa da União²²⁶.

Na legislação dos meados do século, as dificuldades no processo da conscrição não diziam respeito somente à quantidade de homens com idade para o serviço militar com a “ocupação” de guardas nacionais e com a proteção dos grandes proprietários; em tese, homens casados, um filho de cada lavrador, assim como um filho para sustentar cada viúva e/ou órfãos menores gozavam da isenção legal do serviço das armas. Assim como indivíduos empregados em

²²⁵ APEC. Ministério da Guerra. Fundo: Executivo Provincial. Ofício do delegado interino de Sobral ao presidente da Província. 04/10/1852.

²²⁶ APEC. Guarda Nacional. Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior interino Guilherme Pereira Azevedo para o presidente da Província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, 07/09/1866.

atividades econômicas julgadas úteis, também estavam livres do serviço militar, como vaqueiros, artesãos, feitores, tropeiros, cocheiros, pescadores, estudantes, certo número de empregados em cada estabelecimento comercial. Isto dificultava bastante para as autoridades designadas realizarem o processo da conscrição, arregimentando para as fileiras a massa de homens livres para o serviço das armas. Restavam então para as autoridades difundir os preceitos da sociedade oitocentista, inculcando na população a noção de que indivíduos que não trabalhassem, não obedecessem às autoridades e que não procurassem servir a um patrão ou a um comandante da Guarda Nacional, certamente seriam recrutados à força²²⁷. Porém, mesmo com toda a legislação sobre as isenções legais, ela, normalmente, não era obedecida. E o sistema do recrutamento continuava, desde os tempos coloniais, incidindo sobre todos os pobres, isentos ou não. Mas costumava se agravar nos períodos de guerra. Como esteve expressamente presente nas notícias divulgadas pelos jornais cearenses e nas inúmeras correspondências entre as autoridades da Província no período das guerras contra a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

Além do Exército Nacional, da Marinha e da Guarda Nacional, as províncias contavam com as corporações policiais financiadas pelos impostos cobrados e submetidas diretamente aos presidentes das províncias. As corporações policiais tinham como função manter a ordem pública, ficando atentos sobretudo aos *"ajuntamentos ilícitos, aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, turbulentos e prostitutas que desafiassem a moralidade social"*. Para isso deveriam trabalhar em tempo integral, sobretudo nos horários em que a paz e o silêncio eram determinados por lei. Cada corporação policial contava com um número bastante restrito de praças. Em 1861, na Província cearense a população contava com apenas cerca de 218 homens para dar conta de toda a Província, e em sua maioria os soldados das corporações eram *"cabras da arraia mais miúda da sociedade"*²²⁸.

As denominações das corporações policiais variavam muito de uma província para outra. Aqui no Ceará eram conhecidas como tropas. Em outras localidades, como na Província do Rio de Janeiro, a corporação policial podia

²²⁷ Kraay, Hendrik. *Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial*. Diálogos, DHI/UEM. V.3, nº3:1999, p.119.

²²⁸ CASTRO, Jeanne. Op. Cit. p. 87.

ser conhecida como Pedestres, assim como em Pernambuco eram denominados de Ligeiros e no Rio Grande do Sul como Urbanos. No período das guerras externas – contra Rosas, contra o Uruguai e o Paraguai – todas as tropas policiais, assim como os guardas nacionais, foram absorvidas pelo Exército e seguiram para o embate no *front*.

2.2.1. Estratégias de Resistência na Guerra contra Rosas

Ameaçando o esgotamento econômico da Província do Mato Grosso, completamente dependente dos rios platinos, Buenos Aires passa a reconstituir o antigo vice-reino da região do Prata e ameaçar o Estado brasileiro, única monarquia da América, com o seu crescimento econômico e com a influência que estava exercendo na região sul do País²²⁹. Com as revoltas das décadas de 30 e 40, o Estado brasileiro se volta exclusivamente para os aspectos internos, lutando para preservar a unidade nacional, a escravidão e a estrutura socioeconômica excludente. Enquanto o Brasil busca atenuar as verdadeiras guerras civis, a Argentina, sob o governo de D. Juan Manuel de Rosas (1829/1852), movimenta as engrenagens para construir um grande Estado argentino.²³⁰

Assim, passados esses movimentos de revoltas internas no País, o governo brasileiro, a despeito dos avanços de Rosas nos rios platinos, já nos meados do século dezenove, buscou retomar seu espaço no controle da região do Prata e intervir no Rio Grande do Sul com receio de que este voltasse a se contaminar com as idéias republicanas e federalistas que emanavam de fora da fronteira brasileira.²³¹

O Paraguai, também insatisfeito com o crescimento econômico argentino e por esse País não reconhecer a sua independência, estabelece um acordo com o Império brasileiro. Essa união visava a deter a influência e o crescimento da economia Argentina e a possibilidade da construção de uma grande

²²⁹ Nos anos de 1835 a 1845 a Região Sul com a revolta de Farroupilha criou uma república separada do Brasil. Sobre a Guerra na Argentina, ver: Costa, Wilma. Op. Cit. passim.

²³⁰ LUCENA FILHO, Márcio. Op. Cit., pp.34-45.

²³¹ Costa, Wilma. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo, Hucitec-Unicamp, 1995, p.87.

república na região platina sob o comando de Rosas. Além dessa ligação com o Paraguai, o Brasil começou a se intrometer na política uruguaia. No Uruguai estava acontecendo uma intensa guerra civil entre as facções políticas dos blancos e dos colorados. Com a intromissão na política uruguaia e com o apoio oferecido ao Partido Colorado, o Brasil acaba se envolvendo com a guerra interna do País (Uruguai) e arrastando a Argentina, que apoiava os blancos, para os campos de batalha. Após a luta armada nos terrenos uruguaio e argentinos, a vitória brasileira em Monte Caseros foi conseguida com o auxílio dos caudilhos de Santa Fé e Entre Rios que eram federalistas e não aceitavam o controle de Buenos Aires, resultando na deposição de Rosas em 1852.

Para a realização dessa guerra contra a Argentina, o governo brasileiro precisou arremeter para as fileiras das armas um grande contingente de soldados. Os números sobre o contingente recrutado é objeto de variações, dependendo do autor, mas segundo Muniz Bandeira, foram mobilizados para a curta guerra de 1851-52 um número aproximado que variou entre 38.000 a 52.000 soldados.²³²

O esforço para mobilizar tamanho contingente não poderia deixar de estar vinculado à antiga forma de recrutar; até porque o número de soldados nas Forças Armadas era inferior àquele previsto pela Constituição para se entrar numa guerra. Assim, esta questão parece ser o grande mote das denúncias encontradas nos jornais de maior circulação, sobretudo num período em que os grandes proprietários do Nordeste começaram a se organizar para implementar uma mão-de-obra livre com horários regulares e sistemáticos de trabalho.

Dessa forma, os artigos publicados indicam que procuraram sensibilizar um certo apoio dos detentores de influências políticas e econômicas locais que se encontrassem em grandes prejuízos pela forma arbitrária como era arrancada das lavouras a massa de trabalhadores livres cearenses no processo do alistamento forçado. Em 1852, o jornal *O Cearense* divulga um artigo dizendo que a preocupação em relação ao recrutamento para a guerra contra Rosas estava associado à falta de mão-de-obra que dificultaria a produção e denuncia o processo da conscrição como um mecanismo que

²³² BANDEIRA, Muniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata*. Ed. Universidade de Brasília. Brasília, 1998.p.67.

dificultava a organização do trabalho no campo e contribuía para fortalecer nos trabalhadores hábitos como o da preguiça, indolência e nomadismo. De acordo com o jornal,

O recrutamento que não só annualmente tira da Província porção de braços vigorosos, como dá occasião á que a maior parte dos rapazes solteiros pobre, com medo da praça, andem sempre foragidos, occultos, e sem persistência ao seus domicílios de suas famílias. Essa vida de homisio dá-lhes hábitos nômadés torna-os desgostosos, indolentes, preguiçosos e viciosos²³³.

Na iniciativa de denunciar, nos jornais da época, as fugas em massa dos homens pobres livres, proprietários que dependiam dessa mão-de-obra, e grandes opositores ao partido contrário que estava no poder, pretendiam, muito provavelmente, resolver o problema do recrutamento forçado, instigando a população contra os agentes recrutadores e reforçando as relações de dependência que tinham com eles. Diante dessas possibilidades, as denúncias denotam o caráter coercitivo quando elucidam para a população a forma arbitrária como era conduzido o processo do recrutamento, principalmente nesses anos de guerra contra o ditador argentino, *“invadem a casa de qualquer um mesmo de homens de bem que vivem do pão que ganham diariamente(...) homens que vivem sobrecarregados de trabalho honesto, que são honrados com filhos e mulher para prover sustento²³⁴.*

O jornal denuncia, também, a discriminação que estava sendo feita entre a região “Norte” em detrimento da região “Sul”, e procura chamar a atenção dos proprietários locais quanto ao número “absurdo” de trabalhadores do campo retirados à força, por causa do recrutamento arbitrário, para serem enviados para os campos de batalha em Buenos Aires²³⁵. É nesse período que os grandes senhores de engenho e de fazendas do “Norte” começam a perder hegemonia política para os cafeicultores do “Sul” do País, em função da decadência das exportações do açúcar e da ascendência do café no mercado

²³³ Jornal O Cearense, “Questão Alimentícia II”. 10/02/1852.

²³⁴ Id. Ibidem., “Recrutamento”. 17/05/1852.

²³⁵ Nesse período, 1851-52, os principais cargos públicos, tanto no plano nacional como local, estavam sendo ocupado pela facção política dos conservadores. E o jornal O Cearense, como um dos principais veículos de comunicação na Província, tinha interesses em denunciar as arbitriedades do governo conservador, instigando os mais radicais e a população local a derrubar os conservadores do mandonismo local.

exterior. O número expressivo de homens recrutados na região Norte quando comparado com o da região "Sul", demonstra bem essa notória falta de interesses do Estado central sobre a preocupação da elite cearense a respeito da falta de mão-de-obra disponível para a lide na terra. Dessa forma, no dia 15 de abril de 1852, o jornal O Cearense estampa a seguinte notícia,

No mesmo espaço de tempo as desgraçadas colônias do Norte hão remettido para a metrópole do Rio um número surppreendente de mão-de-obra varonil, so no Ceará foram enviados um total de 4.728 recrutas, afora uns dez mil, que de Pernambuco forão mandados em transporte de guerra²³⁶.

O receio constante de ser recrutado para as frentes de linha, em tempos de intensa atuação das Forças Armadas, sobretudo nos anos de 1851/52, levou os pobres livres a ajustar-se nos contratos de trabalho como uma forma de garantir a sua proteção e isenção legal. Nos decretos, leis e na Constituição, possuir um trabalho regular por pelo menos três anos consecutivos poderia assegurar a isenção do indivíduo e garantir laços de respeito e boa conduta moral.

No entanto, os decretos não estavam sendo obedecidos e durante a curta guerra contra Rosas não só os sujeitos sociais ditos como propensos para a conscrição estavam sendo laçados, como boa parte da população masculina protegida e isenta teve que trocar a enxada por armas de fogo. O recrutamento discricionário dos homens pobres livres da Província causou enorme revolta em toda a população despossuída, que, enfurecida, buscava reagir de todas as formas contra o poder arbitrário dos agentes responsáveis pela conscrição.

Caminhando pelos meandros dos ensejos do cotidiano dos espaços sertanejos, do dezenove cearense, Amaro José Ribeiro foi recrutado em 1852 pelo delegado de Viçosa sob o "*falso fundamento de ser ladrão de cavalos, e não ter modo de vida conhecido por essas redondezas*", apesar de sua mulher e suas filhas afirmarem o seu ofício de vaqueiro na fazenda de Francisco Jacinto Prata. Os documentos junto à petição informam que o recrutado, ao contrário "*de ser ladrão de cavalo, tem bom comportamento, é um cidadão morigerado,*

²³⁶ Id. Ibidem., "Recrutamento".15/04/1852.

ordeiro e trabalhador".²³⁷ Na tentativa de isentar Amaro José Ribeiro, que buscou se basear na Lei de isenção para ser posto em liberdade, o comandante do batalhão da Guarda Nacional, Vicente Peres da Motta, testemunhou que o recrutado pelo delegado de Viçosa era "*pacífico, laborioso e tem conduta regular*" e que o problema certamente deveria estar com o Sr. Prata, que "*vive bêbado e injuriando as pessoas aos gritos como se ele tivesse poder absoluto sobre os seus subordinados e que nem as autoridades este senhor respeita tendo uma atitude ignominhosa*".²³⁸

A partir desses indícios podemos perceber que as relações de trabalho mal resolvidas podiam resultar muitas vezes na distorção da imagem dos pobres livres do dezenove. A honra e a moralidade do vaqueiro tinham sido postas em questão pelo seu patrão que o acusava de ser "*ladrão de cavalos, e não ter modo de vida conhecido por essas redondezas*", e por isso, deveria ser recrutado para o serviço das armas, como um ato de punição. Sendo o recruta Amaro José Ribeiro vaqueiro, casado e trabalhador, estaria, de acordo com a lei, isento do recrutamento militar. Mesmo assim prevaleceu o desejo e a arbitrariedade do fazendeiro Prata, que tinha mandado recrutá-lo, e ele foi recrutado. Nem o depoimento do comandante da Guarda Nacional, Vicente Peres da Motta, a seu favor, conseguiu livrar o vaqueiro do constrangimento da situação e do recrutamento forçado.

Os burburinhos quanto a esse tipo de conscrição ganhavam as roças e ruas áridas do espaço sertanejo e em meio a esses caprichos de poder de mando. As experiências de vida da população pobre e livre só poderia resultar na total ojeriza às armas.

No entanto, resistir "sozinho" à imposição legal do processo de conscrição podia ser uma tarefa árdua para a classe social pobre e desprotegida. Dessa forma, criar vínculos com figurões locais, mesmo sendo de forma descontínua, ajudava-os no momento em que os inspetores de quartirão faziam o levantamento dos homens que estavam em condições de serem alistados, sobretudo em períodos de guerra, quando quem mantém ou exclui da lista de convocação é a Junta de Alistamento.

²³⁷ APEC. Guarda Nacional. Petições Recrutamento. Maria Aparecida de Jesus ao presidente da Província do Ceará. Março, 1852.

²³⁸ Idem. Ibidem., pp.26 e 27.

A junta de alistamento era composta, somente pelos "homens bons", ou seja, pelos que tivessem poder econômico e prestígio social local. De acordo com o relatório do presidente da Província, apesar da lei não está sendo cumprida "*por algumas das autoridades designadas para essa função*", era preciso fazer cumpri-la. De qualquer modo, os inspetores de quartirão tinham menos poder do que os membros da Junta de Alistamento e os homens pobres livres sabiam disso; até porque quem os liberava das listas para a guerra eram os homens mais abastados dos espaços sertanejos e com o maior prestígio social, protegê-los e livrá-los do recrutamento para as frentes de linha era uma das grandes possibilidades de permanecer no poder e ter o domínio local. Portanto, não é de admirar que eles - os homens pobres livres - buscassem ajustes de trabalho com aqueles que melhor pudessem lhes assegurar estar fora das listas afixadas nas paróquias locais.

No início de 1852, *na ocasião de serem presos na Villa da União resistiram a escolta, incumbida d'effectuar a prisão, Sebastião Baptista Lima, Antônio Guedes das Chagas e seu filho menor João de Deus, os quais tiveram uma briga com os soldados, a quem fisera opposição. Após a resistência contra o recrutamento os insubordinados com suas mulheres e filhos invadiram a parochia rasgaram a lista e espulsaram a junta designada para concluir o alistamento no menor prazo, como convem aos interesses das outras localidades*²³⁹.

O recrutamento a laço da população pobre e livre foi sempre motivo de reclamações; conflitos isolados e, até mesmo, coletivos. E logo no início da curta guerra contra Rosas, em 1852, o Jornal O Cearense publica em sua primeira página notícias dando conta das práticas do recrutamento, realizadas pelos conservadores, para o Exército: "*...as condições oferecidas aos recrutados é tão lastimável que é bastante comum ver esses pobres homens serem arrastados descalços e acorrentados pelas ruas e becos pelos que estão hoje no poder como se fossem escravos fujões*".²⁴⁰ Mais uma vez, a condição de ser recrutado para o exercício da guerra acarretava na comparação com os escravos, o que alimentava na população a grande ojeriza às armas imperiais e

²³⁹ APEC. Fundo :Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Relatório do comandante superior interino para o presidente da Província, Joaquim Marcos d'Almeida Rego. 08/01/1852.

²⁴⁰ Jornal O Cearense, "Communicados", 26/05/1852.

condicionava os homens pobres e livres a buscarem alianças com os grandes proprietários de terras.

Atribuir legitimidade ao processo de conscrição sobre os homens "desprotegidos", a ponto de transgredir as isenções legais, era uma prática costumeira no século XIX. As formas de violência e arbitrariedade estavam sempre estampadas nas primeiras páginas dos jornais de maior circulação no período. Em 1852, o jornal *O Cearense* verbera numa denúncia o sentimento absurdo sobre essa forma arbitrária de recrutar:

(...) estando convencido de que Luiz Antonio da Silva tenha uma conduta irregular, o Sr. Vilella delegado da cidade de Granja, por uma vingança particular, recorreu ao recrutamento, e remeteu o tal Luiz para Sobral (...) mandando-lhe assentar praça por ele não ter a quem recorrer e provar que é homem de bem, honesto e trabalhador.²⁴¹

Na ausência de um protetor, amigo ou parente, o indivíduo recrutado era enviado aos quartéis e em tempos de guerra para o *front*.

Questões pessoais também urdiam nas tensões da vida cotidiana e contrapunham nos próprios laços de fidelidade estabelecidos entre patrões e empregados. Quando Francisco Ezequiel, um agregado de um grande fazendeiro da região, num gesto de recusa não aceitou a proposta de trabalho oferecido pelo patrão por se achar fraco e indisposto, foi logo recrutado para servir o Exército, como uma forma do patrão manter em equilíbrio a relação de dependência e domínio. Francisco Ezequiel tentou provar ser um homem honesto e trabalhador responsável pelo sustento de sua mulher e dos quatro filhos pequenos, mais de nada adiantou. Mesmo tendo a isenção legal por ser casado, ter filhos menores e trabalho regular, foi enviado para o 2º Batalhão de Infantaria da Capital²⁴². Outra notícia datada em 23 de março, fornece a dimensão de como palavras mal ditas e mal compreendidas resultavam no recrutamento do indivíduo para as fileiras do exército: "*José Peregrino, foi levado preso por comportar-se mal diante da filha de seu patrão e por não saber respeitar lugares públicos com palavras que não devem ser ditas nem*

²⁴¹ Jornal *O Cearense*, "Recrutamento", 03/06/1852.

²⁴² APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Petição de Francisco Ezequiel ao presidente da Província, 04/08/1852.

mesmo para gente miúda da pió espécie²⁴³. A multiplicidade das justificativas para as práticas do recrutamento podiam decorrer das isenções legais e implicar enfrentamentos que produzissem e reproduzissem novas relações sociais reconhecidas, sobretudo pelos homens de grandes cabedais.

Estar livre do alistamento, na segunda metade do século dezenove, era estar sempre sujeito à troca ou à barganha desigual estabelecida na maioria das relações sociais e políticas. Do mesmo modo que os protegidos eram de fato beneficiados e, por isso, buscavam ativamente patrões, podiam sofrer punições se não fossem obedientes e leais o suficiente para os padrões da elite sertaneja, e o serviço militar tornava-se uma constante punição do superior para o inferior. Aos homens pobres que tinham vontade própria e não se submetiam à voz de mando restava apenas apelar para a sorte e para a fé religiosa, pois seriam nomes certos nas listas de convocação.

Dessa forma, o recrutamento a laço, no dezenove cearense, mostra-se constantemente como cenas de manifestações de pequenos poderes gerados pelos grupos dominantes, a fim de reorganizar as novas relações de trabalho e assegurar o prestígio adquirido nos locais em que se sentiam “senhores absolutos”.

Todavia, passado o período da curta guerra contra Rosas, o recrutamento arbitrário continuava sendo aplicado nos espaços sertanejos, sobretudo em épocas de eleições. Assim, as autoridades prendiam o homem “recrutável” de acordo com as tradições da cultura e da política brasileira de confundir as esferas de poder com os interesses pessoais das camadas mais bem favorecidas.²⁴⁴ Era um grande jogo de forças que permeava as relações sociais entre os dissidentes políticos do século XIX e a classe social dos homens pobres livres.

²⁴³ Jornal Pedro II, “O Recrutamento”, 23/04/1852.

²⁴⁴ MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de publicações CMU/Unicamp, 1998, p. 184.

2.3 O Jogo de Forças e a Idealização do Cidadão-Patriota

Em vista do desejo de silenciar as resistências contra o processo da conscrição - revoltas, motins e inúmeras deserções nos quartéis, nas cadeias e delegacias - as autoridades locais começaram a se preocupar com as notícias que davam conta dos movimentos de insubordinação que tinham ganhado uma maior proporção nas páginas dos jornais, sobretudo após a curta guerra contra Rosas. Em 1855, o jornal Araripe, anuncia que as forças policiais precisavam ser mais enérgicas e não podiam permitir que *“homens desordeiros recrutados para servir a pátria se sublevassem contra os policiais pondo-se em fuga com facilidade e arredando a patrolha para que outros soldados também podessem escapar”*²⁴⁵.

Em 1857, o tenente-coronel Antonio Alves Luna, do 4º Batalhão de Infantaria de Fortaleza, sentiu dificuldades em manter dentro dos quartéis soldados disciplinados que cumprissem o tempo mínimo do serviço obrigatório. Dessa forma, solicitou ao comandante superior das armas que o auxiliasse a fim de que,

(...) as praças assentadas nesse quartel passem a respeitar o toque de recolher, e passem a respeitar o silencio obrigatório nas horas de descanso deixando de cometer atos inqualificáveis a ponto de incomodar e ser preciso vir eu pedir providências aos comandantes quanto as conversas, bebedeiras e cantos em altas vozes.

*Esses praças parecem estar mais em uma ribeira do que em um corpo do exército e ébrios costumam praticar desordens e insuflar os soldados de bom comportamento a fugir dos muros dos quartéis.*²⁴⁶

Esse tipo de notícia, normalmente, era publicado pelos jornais e folhetins que circulavam no espaço sertanejo e, mesmo numa sociedade analfabeta que não tinha acesso aos jornais, “os casos” chegavam aos ouvidos de todos por serem divulgados nas praças públicas e no “boca-a-boca”. Além disso, as “estórias” de vida relatadas nos periódicos eram sempre

²⁴⁵ Jornal Araripe, “Denúncias”, 08/09/1855.

²⁴⁶ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do tenente Antônio Luna ao comandante superior das Armas. 04/06/1857.

muito parecidas com aquelas que tinham acontecido com um parente próximo, vizinho ou amigo.

Em meio a essas notícias que ganhavam as tortuosas ruas e chegavam aos ouvidos dos homens sertanejos, as autoridades do período, preocupadas com a quantidade de revoltas e motins que aconteciam dentro e fora dos quartéis, buscaram redimensionar o papel do soldado brasileiro, para que sua imagem começasse a ser disseminada como cidadãos patriotas e honrados.

No entanto, os discursos que começaram a ser construídos no final da década de cinquenta do século XIX continuaram a ser contraditórios com as práticas difundidas pelos agentes do recrutamento e pelos responsáveis pela manutenção da ordem e da hierarquia dos soldados brasileiros. As inúmeras solicitações e pedidos de ajuda enviadas ao Ministério dos Negócios da Guerra e ao Presidente da Província pelos comandantes dos batalhões das forças armadas, indicam uma predominância muito forte, ainda, de homens insatisfeitos por serem obrigados ao serviço das fardas. Foi o que aconteceu em Barbalha, quando Francisca Maria Ideniza, de 29 anos, obrigada a dizer o paradeiro de seu “amásio” Francisco Lúcio de Queiroz, seguiu os agentes recrutadores e os policiais designados para efetivar a prisão. No local, estavam além de seu “amásio” Francisco Lúcio de Queiroz, João Santana, Antônio d’Oliveira e Candido Antunes, todos, inclusive Francisca Maria Ideniza, resistiram à prisão. Em consequência da resistência, saíram feridos de “cacetadas” o capitão João Pereira Jacinto e o agente recrutador Domingos dos Anjos Vieira. E para a surpresa dos policiais designados para efetuar a prisão, os *“desordeiros saíram pelas ruas dando vivas e chacoteando os policiais”*.²⁴⁷

As dissensões quanto às práticas do recrutamento precisavam desaparecer e para essa nova estruturação discursiva – recrutar com a ajuda do discurso patriótico – ganhar as páginas das principais folhas que circulavam na Província, era preciso que a imprensa retirasse de órbita notícias que, de certa forma, instituíam um campo de significado antagônico àquele que as autoridades governamentais estavam buscando ressignificar no imaginário

²⁴⁷ APEC. Guarda Nacional. Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional de Barbalha para o presidente da Província, 25/06/1858.

social. Era preciso equilibrar o discurso com a prática, abafando as notícias que deixavam evidentes as “velhas” formas de recrutar os indivíduos, para que o discurso do soldado-cidadão ganhasse a força desejada pelas autoridades.

Entretanto, esse novo discurso esbarrava nas dissidências dos partidos políticos, sobretudo da corrente liberal, que denunciava os abusos cometidos pelos conservadores com objetivo de assumirem o controle da vida política na Província.

Assim, o jornal *O Cearense*, continua publicando em suas páginas notícias que já tinham chegado inclusive à Corte sobre o poder discricionário do potentado local:

Lê se n'um artigo edictorial do Diário do Rio este objecto, o seguinte:

Não são unicamente as authorities subalternas que assim menosprezão os direitos e as garantias do cidadão; um presidente da província, que devia ser o primeiro em dar o exemplo de acatamento, e respeito à lei mandou recrutar um individuo, ainda que tivesse isempções legaes em seo favor! Este presidente foi o Sr. Silveira de Souza, que hoje governa o Ceará.

Quando pois um alto funcçãoário um delegado immediato do governo imperial assim se desvia do caminho da legalidade, ordenando aos seus agentes a mais flagrante violação de constituição, não admira que estes compromettão por sua conta toda casta de abusos, excessos, e arbitrariedade no exercício de suas attribuições para satisfazerem seus caprichos, para darem pasto à seus ódios, e vinganças particulares.²⁴⁸

No dia 23 de março de 1858, o mesmo jornal, *O Cearense*, publica com admiração um artigo do jornal *Pedro II* sobre as arbitrariedades cometidas pelas autoridades provinciais no processo da conscrição de homens que deveriam estar isentos de acordo com a Lei do recrutamento. Assim descreve essa prática,

(...) Dinão talvez que a opposição exagerava o mal para carregar sobre a situação; pois bem: ahi está o Pedro II, folha oficial, e do partido do Sr. João de Souza, veja-se o que elle diz em um artigo edictorial no ultimo numero. Nós transcrevemos por que ella diz a verdade, e dil-a sem suspeita, por que é folha do próprio presidente.

'As isempções legaes (diz o Pedro II) não aproveitão aos infelizes, muitos dos quaes acordão ao estrepido da voz de prizão! Muitos não podem abrir os seus roçados, e se alguns o fizerão, não poderão plantar, e todo o suor de seo rosto ficou perdido! Guardas Nacionaes disciplinados e d'uma conducta distincta tem sido

²⁴⁸ *Jornal O Cearense*, “Recrutamento”, 09/03/1858.

*recutados! E por ventura já não vimos um simples bilhete substituir a um mandado de prisão para o qual as nossas leis tem prescripto certos requisitos e solemnidades?! E que a policia, que tão cynicamente infringio o salutar preceito da lei, não soffreo o menor incommodo! Debalde o nosso pacto fundamental prescrevo que o cidadão brasileiro tinha em sua caza um asylo inviolável: debalde as nossas leis, filhas dos princípios mais humanos, estabelecerão certas isempções!*²⁴⁹

No início da década de 1860, as notícias sobre o recrutamento arbitrário na Província continuavam a ser publicados, com grande ênfase, pelos principais jornais locais. Nesse mesmo período em que as notícias fervilhavam nos espaços sertanejos dando conta do poder discricionário dos agentes responsáveis pelo recrutamento forçado, brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios passavam a construir uma nova co-relação de forças, buscando resolver questões da livre navegação na região do Prata e consolidar a nacionalidade de seus países. A situação na Região Platina começava novamente a se tornar explosiva.

Ao assumir o governo uruguaio, Bernardo Berro iniciou uma política que eliminava os privilégios comerciais do Império brasileiro, acabando com as nítidas vantagens que o tratado de comércio e navegação de 1854, assinado por ambos, trazia para o Brasil²⁵⁰. A quebra desse tratado torna-se oficial em 1861, 7 anos após o acordo de livre comercialização na Região Platina entre Brasil e Uruguai. Essa política de Berro incomodou, principalmente, os grandes estancieiros gaúchos, que passaram a pagar imposto de importação sobre o gado exportado para as regiões brasileiras produtoras de charque.²⁵¹ Essa cobrança de impostos diminuía a lucratividade dos estancieiros gaúchos e comprometia o abastecimento da carne salgada para a região centro-sul do País. Insatisfeitos com a nova política uruguaia, os estancieiros gaúchos passaram a pressionar o Governo imperial para que reagisse contra a quebra dos tratados assinados.

Em 1863, os gritos ressentidos dos estancieiros gaúchos ecoam por todo o País e um novo conflito militar repercute nas províncias brasileiras como

²⁴⁹ Jornal O Cearense, "Recrutamento", 23/03/1858.

²⁵⁰ Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, cit. in: LUCENA FILHO, Márcio. *Pernambuco e a Guerra do Paraguai: O Recrutamento e os Limites da Ordem*. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2000, p.28.

²⁵¹ Id. *Ibidem.*, p.29.

a única solução para que os direitos dos brasileiros fossem respeitados. Era preciso uma reação da Nação brasileira contra as medidas protecionistas de Bernardo Berro e posteriormente de seu substituto, Anastácio Aguirre. Um novo discurso por parte do governo e da imprensa ganha as ruas das províncias brasileiras na tentativa de dar sentido à nova guerra e convencer a população a participar da campanha em favor da pátria brasileira que buscava se consolidar. O grande substrato necessário à construção desse novo discurso, que inventa, no calor das circunstâncias a cruzada patriótica, era a necessidade da união nacional e do apoio de todos que quisessem o melhor para o seu país.

Dessa forma, inicia-se a campanha em favor da Nação brasileira e a imprensa começa a cobrar dos cidadãos total engajamento em defesa da sua pátria. O discurso era para que os brasileiros se calassem para *“os pequenos e próprios interesses e passassem a lutar coletivamente em prol da honra e da glória da nação”*.²⁵² Sob essa alegação - de lutar pelos interesses do País - o Governo imperial, aliado ao argentino, invade o Uruguai em 12 de setembro de 1864 no governo Aguirre, por este não ter atendido aos apelos do Governo imperial brasileiro quanto ao restabelecimento e cumprimento do tratado comercial de 1854. Para piorar os ânimos dos países que buscavam se restabelecer na região do Prata, Francisco Solano López, governante do Paraguai, busca, nesse cenário de insatisfação comercial, constituir-se na principal força da região, tanto no terreno político como também no econômico. Para dar vazão a sua política externa, Solano López se aproxima da facção uruguaia de Aguirre, partido dos blancos, no intuito de buscar saída para o oceano, através do porto de Montevideú, lucrando, assim, com a guerra.

No entanto, a guerra entre o Brasil e o Uruguai desperta na população uruguaia uma intensa insatisfação no que diz respeito à política intervencionista de Aguirre e o presidente uruguaio é deposto, subindo ao poder a facção dos colorados que desejava o fim das hostilidades, por temer os prejuízos ao comércio advindos do conflito externo. Assim, o líder do colorado, Venâncio Flores, retoma os tratados comerciais com o Império brasileiro e a guerra, entre o Brasil e o Uruguai, que teve o seu início em 1864, não se prolonga muito e

²⁵² Jornal Pedro II, “Avante”, 10/08/1864.

rapidamente chega ao seu fim. No entanto, o Paraguai, que apoiou o governo uruguaio com a intenção de "sobressair-se na região platina", apreende o vapor Marquês de Olinda, que transportava o presidente da Província de Mato Grosso, dois meses após ter iniciado a guerra entre Brasil e o Uruguai e, em dezembro, invade e ataca a Província de Mato Grosso²⁵³. Essa invasão à Província de Mato Grosso aquece os ânimos dos brasileiros que declaram guerra aos paraguaios. A Guerra do Paraguai que tem o seu início em dezembro de 1864, se prolonga até março de 1870.

No início do conflito, o Exército brasileiro, que foi sempre muito pequeno, encontrava-se completamente debilitado, com relação ao aspecto institucional, político e social. A soldadesca brasileira, na sua maioria composta pela "*raia mais miúda da população*", e o seu oficialato sofrendo um processo crescente de "*plebeização*", não estavam preparados para enfrentar seu inimigo, pela própria debilidade do seu papel na sociedade imperial, assim como na deficiência de equipamentos bélicos e na falta de preparo físico e emocional para enfrentar uma guerra.

Em razão das debilidades e do estigma enraizado no imaginário social da sociedade oitocentista - que associava o soldado brasileiro ao vadio, ladrão e desafeto social e político - o Império brasileiro precisava recriar através da imprensa um discurso que resolvesse a questão da impopularidade das Forças Armada e do soldado brasileiro. Dessa forma, no lugar do recruta-vadio a imprensa começou a veicular que precisava de recruta-cidadão e de um exército onipotente. O discurso, que é produtor de história, buscou apagar as marcas do passado, elevando, ao menos ao nível discursivo, a boa imagem do cidadão-patriota, sobretudo do soldado-cidadão.

Nesse sentido, homens letrados e de grandes cabedais começam freneticamente a contribuir com a nova Nação brasileira. Poemas, canções, marchinhas ganham as páginas dos principais jornais e folhetins que circulam nas províncias do Império, buscando produzir e (re)produzir no imaginário social a construção de uma "consciência patriótica" para que se fortalecesse, assim, uma identidade nacional na sociedade brasileira.

²⁵³ Alfredo da Mota Menezes, in: Márcio Lucena Filho. Op. Cit. p.30.

Nessa corrida incessante para a construção de uma identidade nacional, Juvenal Galeno, um dos principais homens letrados do período, publica no jornal *O Cearense* uma canção convidando a todos a participarem da luta armada nos campos do Uruguai, pela pátria brasileira. Essa canção foi recitada na reunião popular do dia 2 de fevereiro de 1863 na cidade de Fortaleza, antes mesmo da Criação dos Corpos de Voluntários da Pátria. Transcrevo, somente as três primeiras estrofes dessa imensa canção que possui na sua íntegra 19 estrofes, e entre essas estrofes está um refrão que repetidamente (8 vezes) reitera a importância do engajamento do “*Brazilio soldado*” que deveria atender o chamado da sua pátria,

*Eia, ás armas, brazilios! Alerta!
Eia, a pátria precisa soldados,
Que defendam seos foros de livre,
Os seos brios! Agora ultrajados!
Eia, ás armas... alerta! Perigam
D'este Império os direitos sagrados!*

<p><i>As armas! Ás armas... Ouvi este brado? É a pátria que chama Seo filho adorado! - Ás armas! Ás armas! Brazilio soldado!</i></p>	}	Refrão
--	---	--------

*Os piratas bretões nos cuspiram
Vá affronta dá pátria humilhando
N'estes maros... que ultraje! Que dor?
Eia, bravos! De novos insultos
Oh, livrai o Brazil, nosso amor!*

(...)

Interessante é que o trecho dessa canção versando sobre coragem e patriotismo é endereçada a todo o segmento da população, pois a linguagem é bastante acessível e como não havia ainda uma “*comunidade de imaginação nacional*” estabelecida, para usar a expressão de Benedict Anderson²⁵⁴, as autoridades locais, os intelectuais do período e a imprensa foram obrigados a falar numa linguagem mais simples e veicular imagens que tecessem a

²⁵⁴ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. 4ª edição. São Paulo. Editora Ática. 2001, passim.

construção de um sentimento de identidade nacional fortalecido.²⁵⁵ Entretanto, a maioria dos discursos veiculados são endereçados aos acadêmicos locais e a pequena elite letrada. Assim essa pequena elite intelectual, no período da Guerra do Paraguai, tinha como incumbência divulgar as notícias que vinham do Império de forma mais simples para que a população pobre e livre – que vivia num universo mais simplório e mais povoado de heróis – pudesse compreender e assimilar as mensagens sobre os sentimentos de nacionalidade, no intuito de sensibilizar e criar na população um amor pela pátria brasileira.

Essa prática discursiva, é iniciada timidamente na guerra contra Rosas(1851-52), passa a ser enfatizada, ganhando maior força e dimensão durante a rápida mobilização contra o Uruguai e mais energicamente nos primeiros anos da Guerra do Paraguai(1864-65).

E é nesse início de guerra com a República paraguaia que, por um breve período, a imprensa da Província cearense deixa de veicular nas suas páginas denúncias contra o recrutamento forçado, passando a construir um sentido de valor para o soldado nacional. A teia discursiva que começa a valorizar o soldado brasileiro precisava mobilizar parte de uma população que tinha ojeriza às armas e temia a vida militar. Sendo assim, o Governo imperial teria que criar uma medida mais enérgica e eficiente, não podia contar somente com os discursos patrióticos para (re)valorizar no imaginário da sociedade oitocentista o soldado brasileiro. E assim são criados, os Corpos de Voluntários da Pátria, pelo decreto de número 3.371, no dia 07 de janeiro de 1865²⁵⁶.

²⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. In Jomal Folha de São Paulo, 09/11/1997. Cademo mais! Para José Murilo de Carvalho a Guerra do Paraguai *"foi o fator mais importante na construção da identidade brasileira no século passado. Superou até mesmo as proclamações da independência e da República"*.

²⁵⁶ De acordo com Wilma Peres da Costa, o Decreto estabelecia que: *"Atendendo às graves e extraordinárias circunstâncias em que se acha o país, e à urgente e indeclinável necessidade de tomar, na ausência do Corpo Legislativo, todas as providências para a sustentação no exterior da Honra e Integridade do Império, e tendo ouvido o meu Conselho de Ministros, hei por bem decretar: Art.1.º) São criados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 anos e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas; Art.2.º) Voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exército, mais 300 réis diários e a gratificação de 300\$000, quando derem baixa, e prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas. Art.3.º) Os Guardas Nacionais, praças de pré, que se apresentarem, serão alistados na primeira linha com as mesmas vantagens do artigo 2º, passando nos postos que tiverem nos Corpos da mesma Guarda, a que pertencem. Art.4.º Os Voluntários, compreendidos nos artigos anteriores terão baixa logo que for declarada a paz, dando-se-lhes imediatamente a passagem para onde*

Segundo Wilma Peres Costa²⁵⁷, a criação dos Voluntários da Pátria foi o principal ponto de partida para o esforço de mobilização dado, no plano nacional, com o objetivo de arregimentar soldados para o embate no *front*.

Essa medida tinha sido criada pelo gabinete liberal de Francisco José Furtado e, talvez por esse motivo, é que se percebe, aqui na Província cearense, maior mobilização dos jornais O Cearense e Araripe (ambos liberais), no engajamento pela defesa da Pátria brasileira. Os dois jornais, que na década anterior criticaram veementemente o processo do recrutamento forçado deixam momentaneamente de trazer tais denúncias sobre “as laçadas da população cearense”, para passar a noticiar as “estórias da guerra” e publicar convocações de cunho patriótico no intuito de seduzir a população para o serviço das armas como um dever de “todo bom cidadão”.

solicitarem, no caso que tenham que se transportar por mar. Art.5.º As baixas não dependerão de ordem do Governo, ficando os Comandantes dos respectivos Corpos autorizados a dá-las, logo que forem reclamadas pelos indivíduos que tiverem direito. Art.6.º)Os Voluntários terão todas as regalias, direitos e privilégios das praças do Exército, para serem reconhecidos cadetes ou particulares, sem que para isso percam as vantagens do artigo 2º e possam ser promovidos a oficiais quando se distinguirem. Art. 7.º)Aqueles que desistirem da baixa, depois de feita a paz, e continuarem a servir por mais três anos, receberão, além das outras vantagens, 300\$))), sendo 100\$000 nesse ato e o resto no fim dos três anos. Art.8.º)Os Voluntários de que tratam os artigo 2º e 3º ficarão isentos do serviço do Exército e da Marinha, assim como do serviço ativo da Guarda Nacional, quando não se queiram prestar voluntariamente. O artigo 3.º, quando se prestem, terão preferência na promoção aos postos de oficiais, dada igualdade de circunstância com outros. Art. 9º)Os Voluntários terão direito aos empregos públicos de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos. Art. 10º)As famílias, que falecerem no campo de batalha ou em consequência de ferimentos recebidos nela, terão direito à pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para oficiais e praças do Exército. Os que ficarem inutilizados por ferimentos recebidos em combate receberão durante sua vida soldo dobrado de voluntário. Art.11º)Todos os Voluntários de que trata este Decreto terão no Braço esquerdo uma chapa de metal amarelo com a Coroa Imperial, tendo por baixo as seguintes palavras – Voluntários da Pátria – da qual poderão usar mesmo depois da baixa. Art.12º)O Governo concederá, em atenção aos serviços relevantes prestados pelos Ditos Voluntários, graduações de oficiais honorários do Exército; e solicitará do Corpo Legislativo autorização para conceder-lhe vitaliciamente o soldo por inteiro ou em parte correspondente aos seus postos. Art.13º)As praças dos Corpos Policiais do Império e os indivíduos que já tiverem obtido baixa desses Corpos e dos de primeira linha todas as vantagens concedidas aos voluntários Guardas Nacionais. Art.14º)Gozarão de todas as vantagens aqueles que na Corte e província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas províncias mais próximas no de 3 meses e nas mais remotas em 4, contadas da data de publicação deste Decreto, nas respectivas capitais, os Guardas Nacionais aos Comandantes Superiores, e onde os não houver aos Comandantes dos Corpos, e os outros voluntários às Autoridades que o Governo designar. Art. 15º) Fica provisoriamente revogadas as disposições em contrário. [...] Francisco José Furtado, José Liberato Barroso, Carlos Carneiro de Campos, João Pedro Dias Vieira, Henrique Beaurepaire Rohan, Francisco Xavier Pinto de Lima, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá”. COSTA, Wilma. A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império. São Paulo, Hucitec-Unicamp,1995, p.p.226, 227 e 228.

²⁵⁷ Id.Ibdem., p.226.

A criação dos Corpos de Voluntários da Pátria objetivava impulsionar o voluntariado, oferecendo uma série de vantagens aos voluntários-recrutados. Assim, homens pobres livres entusiasmados com as novas promessas oferecidas pelo Governo imperial, correm freneticamente para as paróquias designadas a encaminhar o processo da conscrição. E por um breve período o recrutamento a laço é suspenso na Província. Em ofício destinado às Juntas de Alistamento, o presidente comunica através de uma circular que,

*(...) Pelo grande número de Voluntários da Pátria que nos tem procurado e não podendo ter prompta execução da disposta Lei ultimamente votada, para que estabeleça o modo e condições legais para o exército e armada, deve ficar suspenso temporariamente o recrutamento. Declaro a Vm^{ces}, para seu conhecimento e execução, que, enquanto puder tomar efetivo o contingente necessário para a Guerra, os cargos do exército a ser preenchido pelo systema actual estarão suspensos. Esperamos que a Província contribua com o quinhão doz recrutados que lhe foi marcada por Aviso de 15 de Julho ultimo.*²⁵⁸

Apesar dessa exaltação exacerbada logo nos primeiros meses da Guerra do Paraguai, que fez com que o Presidente da Província suspendesse temporariamente o recrutamento forçado, o número de voluntários desejados pelas autoridades locais na Província não atingiu a cota mínima exigida e determinada pelo Governo imperial. Essa cota estabelecia que o Ceará teria que mandar para a Guerra do Paraguai, como Voluntários da Pátria, cerca de 1.060 soldados-cidadãos.²⁵⁹

Em outubro de 1865, nove meses após a criação dos Voluntários da Pátria, o capitão e presidente do Conselho do Batalhão de Voluntários da Província, Theotônio Araújo de Meneses, envia para o presidente da Província um ofício informando-o de que o número de alistamentos de soldados Voluntários da Pátria tinha chegado a aproximadamente 489 indivíduos, dos quais a maioria deles tinha sido alistada no Cariri, e enviada para a Capital a mando do Sr. major Antônio Ferreira Lima Abdoral²⁶⁰. O número relatado

²⁵⁸ APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ministério dos Negócios da Guerra. Circular nº3876. Ofício do Presidente da Província para as Juntas Paroquiais de Alistamento. 02/08/1865.

²⁵⁹ COSTA, Wilma. Op. Cit. p.228.

²⁶⁰ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do Capitão e presidente do Conselho do Batalhão de Voluntários da Província, Theotônio Araújo de Meneses, para o presidente da Província. 26/10/1865.

quando comparado com a cota mínima estipulada para a Província tinha ficado muito aquém daquela desejada pelo presidente e autoridades locais.

Portanto, tudo indica que as vantagens criadas pelo Governo imperial, para os Voluntários da Pátria não tinham conseguido o êxito esperado, talvez por conta até mesmo da descrença da população pobre e livre cearense sobre as medidas institucionais e as inúmeras fraudes praticadas pelas autoridades do Estado. Era preciso, portanto, construir de forma contundente uma imagem para o recruta-cidadão, valorizá-lo discursivamente, adjetivando positivamente a sua condição e (re)significando-o dentro de um projeto a permitir, que toda a sociedade do dezenove pudesse então percebê-lo como herói, bravo e filho da pátria. Dessa forma, o Governo local e o imperial buscam impulsionar na sociedade oitocentista o amor pela pátria brasileira e a imprensa se lança na empreitada de buscar construir esse mundo patriótico, cheio de honra, para que todos os brasileiros pudessem se alistar, tornando-se assim verdadeiros cidadãos.

Além disso, nesse início da guerra com o Paraguai (1864-1865), as notícias veiculadas pela imprensa local e nacional se descortinavam no sentido de apresentar para a opinião pública a necessidade de defender o Território brasileiro, invadido pelas tropas inimigas, do ditador paraguaio Solano Lopez. A estratégia do Governo imperial era a de demonstrar uma posição totalmente defensiva em que o País buscava (re)estabelecer a sua honra ultrajada pela invasão paraguaia. Assim, em fevereiro de 1865, o jornal O Cearense transcreve do Diário do Rio de Janeiro um artigo que enfatiza a necessidade de entrar na guerra juntamente com a Argentina e o Uruguai. De acordo com o editorial transcrito,

(...) nós bravios cidadãos brasileiros não buscamos a guerra nem a desejamos, mas fomos agredidos e temos o dever de reagir. A sorte está lançada e o império tem que vingar a sua honra, tem que zelar o seu passado, tem que garantir o seu futuro. Tríplice dever, tríplice necessidade. Para isso cumpre ficarmos na altura da nossa missão de povo livre, e de potencia americana.²⁶¹

Assim, o discurso produzido é um lugar cheio de significados, de confronto de sentidos, de argumentação para o estabelecimento de uma

²⁶¹ Jornal O Cearense. "Transcrição" (Diário do Rio de Janeiro): "A Guerra". 08/02/1865.

identidade nacional.²⁶² Ele é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no futuro, criando tradição, passando e influenciando novos acontecimentos (criação do voluntariado). Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia que não é mera percepção do mundo ou representação do real.²⁶³

Os intelectuais da época, principais interlocutores do Governo imperial, começam a construir a guerra, nas páginas dos jornais, buscando arregimentar o voluntariado a lutar pelo chamamento da pátria que precisa ser defendida da invasão inimiga. Juvenal Galeno, preocupado em produzir uma literatura para desenvolver no povo cearense o amor pela pátria, publica em 1865 uma poesia sobre a Guerra nas páginas do jornal O Cearense²⁶⁴,

À GUERRA

*-À guerra! Eis o brando que solta hoje a Pátria,
Que soltem no Prata seus filhos gentis,
Sofrendo os ultrajes de imbeles Estados,
Ingratos selvagens, traidores e vis;
 À guerra e de morte! Que a Pátria aviltada,
Lá vê-se agredida por novos ardis!
 Às armas! À luta! Aos campos da glória,
Soldados brasílios, guerreiros gentis!*

*Às armas! À guerra! – Brasil, ó gigante,
És forte, qual vasto – que imenso poder!
Tens ferro no seio pra armar os teus bravos,
E matas pra os mares de esquadras encher,
 Assim quem te vence, quem pode curvar-te?
Só Deus, minha Pátria, te pode vencer.
 À guerra, ó gigante! Aos campos da glória!
És forte, qual vasto – que imenso poder!*

(...)

*Mil vezes a morte que torpe existência...
É o brado de todos cumprindo o dever.
 Avante! Eia, à luta, que certa a vitória
Espera os guerreiros, que sabem vencer.*

(...)

²⁶² ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista!: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas. Editora Cortez e Editora Unicamp, 1990, p.14.

²⁶³ LUCENA FILHO, Márcio. Op. Cit. p.45-46.

²⁶⁴ Jornal O Cearense. "A Guerra". 28/01/1865.

Vejam os como a poesia é construída no sentido de estabelecer uma “consciência patriótica” na população cearense. Em sua poesia, Galeno convida os *“Soldados brasílios, guerreiros gentis”* a lutarem na guerra contra a invasão das tropas inimigas. E conclama os brasileiros patriotas a pegar *“Às armas!”* e ir *“À luta! Aos campos da glória”* como uma forma de atender *“o brando que solta hoje a Pátria”*. Em sua poesia, sobre a guerra, Galeno enaltece as riquezas da nossa natureza quando afirma que o País *“Tens ferro no seio pra armar os teus bravos, E matas pra os mares de esquadras encher”*. E de forma otimista e romanceada busca “contaminar” o povo cearense, afirmando que *“ Só Deus, minha Pátria, te pode vencer”*. E na última estrofe transcrita, desse poema que possui um total de 10 estrofes, Galeno procura intensificar que a morte não pode ser uma preocupação para o cidadão patriota, *“Mil vezes a morte que torpe existência”* pois *“É o brado de todos cumprindo o dever”*; ou seja, o poeta procura criar no imaginário social do povo cearense a idéia de que a morte na guerra dignifica o homem e o transforma em herói. E por isso, morrer nos campos da batalha é o cumprimento de um dever do cidadão ávido de patriotismo.

O jornal Pedro II tece em seus editoriais discursos semelhantes aos do seu opositor, O Cearense. No entanto, busca de forma mais enérgica e autoritária, quando se dirige aos patriotas, enfatizar que aquele que não atende ao chamamento da pátria será o responsável pela derrota e pelo fracasso do País. Assim, em suas primeiras páginas, o jornal publica:

(...) as meas medidas não bastam para salvar a nação do abysmo que a ameaça tragar, se se mostrar por muito tempo inferior á pequena república que nos insulta.

*A época é de abnegação e sacrificios. Os cidadãos que espontaneamente acudirem ao reclamo nacional; esses serão os beneméritos da pátria.*²⁶⁵

Dessa forma os discursos produzidos pela imprensa na Província vão criando uma atmosfera de “patriotismo”, “honra”, “dever de cidadão” e de mais “lealdade à nação”. É nesse embalo de lealdade à Nação brasileira que, em março de 1865, o jornal O Cearense transcreve, mais uma vez, do Diário do Rio de Janeiro, uma matéria sobre a Guerra do Paraguai, na qual a

²⁶⁵ Jornal Pedro II. “Para os Bravios Gentis”.28/01/1865.

preocupação se volta para buscar atingir os corações dos latifundiários e a adesão destes na *"luta pela glória, honra e dignidade da pátria"*, pois são os *"fazendeiros e senhores de terras"* que *"por sua natureza e condições de vida, os mais próprios para tomar nos municípios a iniciativa de um movimento patriótico."*²⁶⁶ E na transcrição do jornal da Corte, a folha local enaltece a medida do Governo imperial que busca criar um clima propício ao esforço de mobilização, a partir da cooptação dos elementos mais importantes (os proprietários e senhores de terras), segundo o ponto de vista do editor do jornal, para a construção da identidade nacional brasileira.

Num primeiro momento, tudo indica que o clamor do Governo imperial que convoca através de uma circular os grandes proprietários *"a fim de exigir d'elles como prova de patriotismo, e como serviço relevante, a sua esforçada cooperação para o alistamento de voluntários do exercito"* funcionou. Muitos proprietários dos espaços sertanejos da Província cearense se engajaram na luta pela pátria. Em novembro de 1865, um rico proprietário de terras da região do Cariri, o sr. Abdoral, major do exército e comandante interino da Guarda Nacional, ganhou enormes elogios do presidente da Província cearense, que publica uma matéria parabenizando-o pelo número de Voluntários da Pátria enviados para a Capital cearense. De acordo com a matéria publicada no jornal Pedro II,

Patriótico batalhão de voluntários!

*Não venho fazer-vos simplesmente uma saudação, venho antes render-vos uma homenagem. De todos os pontos da província é a vossa terra esse Cariry de fama gloriosa, esse berço e viveiro de guerreiros – o que tem enviado á guerra maior numero de bravos. Honra aos vossos brios de brasileiros! Honra ao vosso ardor bellicoso!*²⁶⁷

Essa estratégia utilizada pelo Estado, de tecer elogios a um rico proprietário local, o Sr. major Antônio Ferreira Lima Abdoral, pela sua dedicação e pela *"Honra aos vossos brios de brasileiros! Honra ao vosso ardor bellicoso!"*, parece-me que despertou na elite cearense uma certa rivalidade. Uma vontade crescente, em cada coronel local, de também sua região ser reconhecida como

²⁶⁶ Jornal O Cearense. Transcrições (Do Diário do Rio de Janeiro): "A Guerra". 06/03/1865.

²⁶⁷ Jornal Pedro II. "Allocação dirigida aos voluntários do Cariry do Comando do Sr. Major Antonio Ferreira Lima Abdoral". 02/11/1865.

um “berço e viveiro de guerreiros”. Nesse sentido, a elite local ávida por ser uma referência na Província, merecedora de elogios e “favores” que embasavam a lógica dessa política paternalista e patrimonial dos oitocentos, se engajaram na questão da “honra nacional”. Essa estratégia utilizada, me parece, foi uma forma escolhida pelo Estado local para construir um contexto favorável ao recrutamento de “voluntários”. Só resta saber e, provavelmente nunca se saberá, se o grande número de “Voluntários da Pátria” enviados pelo Sr. Abdoral para a Capital cearense tinha se alistado voluntariamente ou involuntariamente. De acordo com Wilma Peres da Costa,

Pode-se afirmar, que embora a esmagadora maioria dos contingentes enviados para a guerra fossem obtidos pelo recrutamento forçado, é sob a consigna de Voluntários ou de Guardas Nacionais designados que eles aparecem nos quadros de forças o que deu atento a intensa mitologia criada em torno dos Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.²⁶⁸

Considerando que esse rico proprietário foi mencionado com uma certa frequência nas páginas dos jornais de maior circulação na Província, como uma das autoridades que mais utilizou do seu poder discricionário sobre a população local - no período da curta guerra contra Rosas e com o Uruguai - acredito que, ao lado daqueles que se apresentaram como voluntários, muitos soldados enviados para auxiliar o serviço militar na guerra devem ter sido alistados a partir da velha “caçada” humana. Apesar da Província fornecer indícios de que houve por um breve período o alistamento voluntário dos homens pobres livres, dá indícios mais fortes ainda de que o número de recrutados à força sempre foi muito maior do que o desejado pelo Gabinete liberal, criador e maior incentivador para a formação dos batalhões de Voluntários da Pátria.

Os jornais oferecem boa noção desses fortes indícios do “forçado voluntariado”. Em dezembro de 1865, o jornal Araripe publica em suas páginas que os membros do partido Liberal “com toda presteza e dedicação ao chamamento da pátria esforçam-se para cumprir a cota designada de voluntários e guardas nacionais no primeiro ano desse glorioso sacrifício”²⁶⁹. O

²⁶⁸ COSTA, Wilma. Op. Cit. p.236.

²⁶⁹ Jornal Araripe. “Voluntários da Pátria”, 04/12/1865.

jornal O Cearense informa que na região dos Inhamus “desde o dia 20 de novembro de 1865 até o dia 31 de dezembro último forão apurados 108 recrutas e assentação praça como voluntários 49.”²⁷⁰ No mesmo jornal O Cearense, é dito ainda que, “o guarda nacional que, tendo sido designado para destacar no batalhão de voluntários, ousasse recuar em hora tão solemne, seria indigno da bella farda que veste e da bella pátria que tem.”²⁷¹

Dessa forma, os vários discursos patrióticos veiculados pela imprensa nacional e local que procuraram, no início da Guerra do Paraguai, apagar do imaginário social as marcas do passado, (re)valorizando o soldado brasileiro, foram se desvalidando e se contradizendo na medida em que as velhas práticas do processo da conscrição nunca deixaram de coexistir com o alistamento voluntário. Primeiramente porque a cota estipulada para cada paróquia muitas vezes excedia o número disponível de homens dentro dos parâmetros legais para servir a Pátria brasileira. Em segundo lugar, porque as autoridades designadas a coordenar o processo do alistamento voluntário que cumprissem ou chegassem perto do número estipulado aumentavam o seu prestígio com o presidente da Província. Este por sua vez, aumentava o seu conceito com o Gabinete ministerial por apresentar um número expressivo de soldados-cidadãos, garantindo com isso privilégios que poderiam ser acordados futuramente. Nessa dinâmica que regia o sistema de patronato - e que continuava a pesar sobre o sistema político e sobre as relações sociais - a popularidade obtida dentro dessa imbricada rede clientelística qualificava os possíveis nomes que assumiriam a liderança dos núcleos partidários, assim como os principais cargos públicos disputados pela elite faccionária da Província. E por fim, cada voluntário designado para a guerra renderia ao responsável pela designação o valor de 20\$”.²⁷²

Assim, a criação dos Voluntários da Pátria, como afirma Wilma Peres Costa “não podia ser um substitutivo do recrutamento compulsório, que se procurava atingir em primeiro lugar pelo destacamento da Guarda Nacional das

²⁷⁰ Jornal O Cearense, “Avante”, 03/01/1866.

²⁷¹ Jornal O Cearense, Transcrição (Do Jornal do Comércio). “A Guerra”, 20/12/1865.

²⁷² De acordo com Hamilton Monteiro, esse valor foi alterado após o decreto 2171 de 1º de maio de 1858, que passa de 10\$ para 20\$ por voluntário” e de 5\$ por recruta apurado para 10\$. Essa medida só vai ser alterada após a Guerra do Paraguai com a nova Lei do recrutamento militar (Lei do Sorteio), em 1874, sob o nº2556. MONTEIRO, Hamilton. *Nordeste Insurgente*. 1850/1890. São Paulo. Ed. Brasiliense, INL,1987, p.74.

*diferentes localidades.*²⁷³ Sendo assim, a “caçada humana” que sempre foi a marca dos costumes e da tradição no processo da conscrição para o serviço das armas, continuou impregnada no cotidiano das relações sociais e nos espaços sertanejos dos meados do século XIX.

2.3.1 Manifestações de Voluntariado e Patriotismo na Província

As notícias sobre as vantagens oferecidas pelo Governo Imperial, com a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria, chegavam por todos os cantos na Província. Reuniões populares, comícios nas praças públicas, cartazes, folhetins e jornais, eram os principais veículos de informação responsáveis por divulgar as notícias vindas da Corte. Dessa forma, os jornais O Cearense e Pedro II, folhas de grande circulação, publicam em suas páginas os artigos da Lei de 1865, que oferecia a cada voluntário que se alistasse e se engajasse na luta pela “*honra e glória*” da Pátria uma boa recompensa, com nítidas vantagens para os homens pobres livres desse imenso sertão.

Em fevereiro de 1865, o jornal O Cearense tece elogios aos Srs. Sarmiento, J. Brígido e B. Cordeiro pelo discurso proferido em Fortaleza, no dia 22, no qual, de acordo com o jornal, buscaram esclarecer para a população as vantagens e os privilégios oferecidos pelo “*glorioso*” Governo imperial aos “*seus inúmeros filhos patriotas*”.²⁷⁴ Em Sobral, o padre Vicente Jorge, nas missas que celebrava, falava das barbaridades que o “anticristo” Francisco Solano Lopez, ditador da República do Paraguai, vinha praticando nas regiões de fronteira do sul e da região do Mato Grosso. O padre ainda buscava mostrar as vantagens que o Decreto Imperial 3.371 concedia a quem se alistasse voluntariamente. De acordo com Ernesto Figueiredo, as vantagens mencionadas pelo eclesiástico eram:

(...) soldo acrescido de trezentos réis diários, trezentos mil réis quando dessem baixa, direito a um prazo de terra de vinte duas mil e quinhentas braças quadradas nas Colônias Militares e Agrícolas, direito aos empregos públicos de preferência em igualdade de

²⁷³ COSTA, Wilma. Op. Cit. p.230.

²⁷⁴ Jornal O Cearense. “Allocação dirigida aos Srs. Sarmiento, J. Brígido e B. Cordeiro”. 22/02/1865.

habilitação a quaisquer outros indivíduos, pensão militar para a família do voluntário que falecer em batalha ou em consequência de ferimentos recebidos e soldo dobrado ao voluntário inutilizado.

E concluía o discurso ainda afirmando que,

*(...) tais vantagens nada representavam perante o dever de defesa da Pátria.*²⁷⁵

Assim, as sutis cooptações para a construção de um voluntariado começam a ser movimentadas nos espaços sertanejos da Província cearense. Em 1865, o jornal Pedro II transcreve uma matéria do Jornal do Comércio solicitando a todos os brasileiros que se

*(...) ofereçam alistando-se como voluntários da pátria para ellevar o nosso exército em operações a altura das exigências, da situação e da dignidade do Brazil, cumpre que se ostentem iguaes a dedicação do povo e a energia e actividade do governo.*²⁷⁶

O resultado a esse chamamento do governo e das autoridades e intelectuais da Província vieram logo em seguida: homens com a idade de servir-a pátria, se alistaram como voluntários nas comissões de alistamento e recebimento de voluntários²⁷⁷. De acordo com Figueiredo,

*De todas as classes e lugares apresentavam-se voluntários pedindo a honra de alistarem-se. Em poucos dias, já estavam reunidos e prontos para seguirem para a Capital da Província setenta e nove homens, sendo: trinta e seis, reunidos pela Comissão de Voluntários, vinte e cinco por José Peregrino Viriato de Medeiros e dezoito por Francisco Sobralino de Albuquerque.*²⁷⁸

Em Aracati, em 1865, num ofício enviado ao presidente da Província, João de Sousa Mello e Alvim, o comandante superior interino Guilherme P. Azevedo informa que "*voluntários já aquartelados estavam prontos para serem*

²⁷⁵ Figueiredo, Ernesto. *De Sobral a Tuiuti*. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto:1984, p.20.

²⁷⁶ Jornal Pedro II. Transcrição (do Jornal do Commercio). "A Guerra", 22/03/1865.

²⁷⁷ De acordo com Ernesto Figueiredo, essas comissões foram criadas pelo Decreto Imperial de nº 3.371, que regulamentava e criava nas comarcas comissões de alistamento e recebimento de voluntários da pátria para lutar ao lado das forças armadas no período da Guerra do Paraguai. Esse mesmo decreto ainda permitia o credenciamento de pessoas que comprovassem ser dignas para angariar voluntários. FIGUEIREDO, Ernesto. Op. Cit. p.19.

²⁷⁸ Idem. Ibidem., op. cit. p.21.

encaminhados a Capital da Província. Tinham se alistado voluntariamente 36 sobre o seu Comando e 12 sobre o Comando do Capitão Antônio Candido Antunes²⁷⁹.

Em Fortaleza, o presidente da Província agradecia aos seus correligionários o “desempenho de suas funções”, recebendo todos os designados ao comando das comissões e os “honrados patriotas dos batalhões de voluntários” com “Banda de Música do Corpo Policial, fogos de artifício e bandeiras simbolizando a pátria e a liberdade do povo brasileiro”.²⁸⁰ Ernesto Figueiredo descreve em seu livro *De Sobral a Tuiuti* a chegada dos voluntários sobralenses a capital da Província,

*Em canoas atravessamos um rio que tem o nome de Maraguapinho, e finalmente no dia 7 de abril entramos em Fortaleza. Logo na entrada da cidade, havia um mundão de gente e a Banda de Música do Corpo Policial que nos esperavam. A Banda postou-se à nossa frente, abrindo a marcha até o Palácio do Presidente da Província. Por onde passávamos, o povo gritava vivas aos sobralenses e as damas nos reboavam flores. Isto nos dava um aperto na garganta e até uma certa vontade de chorar, pois aquelas homenagens comoviam a qualquer cristão.*²⁸¹

Não é de se estranhar que as praças voluntárias descritas por Figueiredo até ficassem engasgadas com “um aperto na garganta” e que a forte emoção até desse “vontade de chorar” por conta de tantas homenagens. Até pouco tempo as notícias que disseminavam sobre os soldados brasileiros o associavam ao “vagabundo, indivíduo indigno sem nenhuma reputação”. E agora até a “Banda Musical do Corpo Policial” os acompanhavam em “marcha até o Palácio do Presidente da Província” e ainda por cima o “povo gritava vivas” e “as damas nos reboavam flores”.

Notícias como essas buscavam dar lastro ao patriotismo. Buscavam promover o voluntariado na Província. E nesse primeiro ano contra o inimigo paraguaio(1865), Juvenal Galeno publica nas páginas do Jornal O Cearense mais uma homenagem aos “bravos voluntários do Norte”. Esse poema foi recitado nas ruas de Fortaleza, “em signal de regosijo público pelos voluntários

²⁷⁹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante interino da Guarda Nacional, Guilherme P. Azevedo, ao presidente da Província, Joãc de Sousa Mello e Alvim, 25/03/1865.

²⁸⁰ Jornal O Cearense. “Noticias da Guerra”, 08/04/1865.

²⁸¹ FIGUEIREDO, Ernesto. Op. Cit. p.28.

dos sertões desta terra"²⁸², como afirma a edição do dia 28 de abril de 1865. O poema também foi utilizado como uma forma de estimular o voluntariado:

"O Voluntário do Norte"

Adeus, gente desta terra,
Campinas do meu sertão,
Que a cometa está chamando
Os caboclos da nação:
Vou-me embora para a guerra:
Comigo quem é que vai?
Que sou um cabra de fama
Vou mostrar no Paraguai!

(...)

Quem for valente me siga,
Quem não for não venha, não!
Qu'arranco pau com raiz
Sem deixar marca no chão;
Que sou bala, que sou onça,
Que sou cabra famanaz;
Quando estou no meu destino
Venço até mil Paraguaís!

(...)

Hei de voltar triunfante,
Me diz o meu coração,
Deixando o vil inimigo
Ciscando... morto no chão!
E gritarei: - Viva a Pátria!
De quem cantando lá vai!
Que já não pia...está morto
O maldito Paraguai!²⁸³

E é nesse incessante movimento para o voluntariado que as notícias sobre a guerra vão ganhando cada vez mais as páginas dos jornais cearenses, no intuito de informar a sociedade sobre os rumos da guerra e estimular o "cabra" sertanejo a se alistar como Voluntário da Pátria. Nesse sentido, o Jornal Pedro II transcreve uma matéria do Jornal do Comércio (jornal pernambucano) informando que:

(...) O mais nobre, o mais magesto exemplo partiu de cima. O mais sublime exemplo veio da cupola social. O imperador que tinha o direito de ficar, de permanecer na capital do império, onde tão altos e

²⁸² Jornal O Cearense. "O Voluntário do Norte". 28/04/1865.

²⁸³ Idem, Ibidem. "O Voluntário do Norte". 28/04/1865.

*relevantísimos serviços estava a todas as horas de todos os dias prestando: o imperador, que também tem esposa, que também tem filhas; o imperador que aarancou-se aos estremidos cuidados do povo, não attendeu a conselhos, e voou para o theatro da guerra, onde não se esquivava a fadigas, nem se equivará a perigos.*²⁸⁴

O Jornal O Cearense também publica uma matéria a respeito da partida do Imperador brasileiro para a guerra. De acordo com o editorial,

No Rio Grande effectuou o inimigo uma invasão – é verdade, mas pouco cuidado nos deve ella dar, e para descançarmos a respeito basta reflectirmos que já lá se acha o imperador.

*E aqui com enthusiasmo applauso a essa dedicação do monarcha brasileiro: uma homenagem profunda a essa resolução heróica, a esse brilhantismo exemplo de acrisolado patriotismo de augusto chefe do estado que, sem limitar-se ao appello dirigido aos seus súbditos, marcha elle também para o theatro da guerra de que não quer ser simples observador.*²⁸⁵

E se “o mais nobre, o mais magesto” foi para a guerra, era um dever, uma obrigação que todos também fossem. Nesse período, a popularidade do Imperador brasileiro cresce assim como o número de voluntários por todo o País. De acordo com Figueiredo, partiu da Província cearense o primeiro Corpo de Voluntários da Pátria, no navio Cruzeiro do Sul, no dia 2 de maio de 1865, com um total de 200 praças voluntários (do 26º Batalhão), sob o comando do tenente José Peregrino Viriato de Medeiros, para a Guerra do Paraguai²⁸⁶.

Notícias sobre o passado vitorioso nos campos de batalha, também contribuíram para aumentar a corrida para o voluntariado. Há pouco tempo o Brasil se sentia pleno e vitorioso. Duas guerras tinham sido vencidas. A guerra contra Rosas e a guerra contra o Uruguai. As notícias sobre essas vitórias ajudavam a fabricar no imaginário social um forte entusiasmo de que com o Paraguai também seria uma luta fácil e rápida, de vitória certa e garantida para os aliados Brasil, Argentina e Uruguai.

²⁸⁴ Jornal Pedro II, Transcrição (do Jornal do Commercio). “A Guerra”. 10/04/1865.

²⁸⁵ Jornal O Cearense, Transcrição (Do Diário do Rio de Janeiro). “A Guerra”. 12/04/1865.

²⁸⁶ FIGUEIREDO, Ernesto. Op. Cit. p.35.

A cada reconquista, o povo saía às ruas com grandes comemorações. Márcio Lucena Filho ao descrever a repercussão das comemorações em Recife, das vitórias parciais da guerra do Paraguai, afirma que

(...) a batalha de Paysandu não passou despercebida aos moradores da freguesia da Jurujuba, que no dia 22 de março de 1865, recitaram um extenso poema depois da missa. O poema, posteriormente publicado no Jornal do Recife, intitulava-se "Os bravos de Paysandu."²⁸⁷

Aqui no Ceará a população também não se mostrou alheia à vitória em Paysandú *"homens e mulheres saíram as ruas gritando vivas à Pátria, ao imperador!"²⁸⁸* O jornal O Cearense complementa dizendo aos *"patriotas brasileiros"* que *"(...) a nossa vitória é certa. Depois da Providencia Divina que nos protegeu em Payssandú e Riachuelo essa guerra é nossa! Podemos comemorar!"²⁸⁹*

Nos meses de fevereiro a outubro, a Província assistiu a uma grande euforia da população que buscou se alistar como voluntário da pátria. Boa parte dessas apresentações foi marcada pelos ofícios encaminhados ao presidente da Província e pelas notícias divulgadas nos jornais dando a quantidade de voluntários alistados. No entanto, em ambos os casos, percebe-se que os designados apresentavam-se sempre sob a tutela de algum membro da elite cearense. Assim, em um ofício enviado ao presidente da Província, o tenente-coronel Figueira de Melo relata que, *"mais 18 voluntários da pátria foram conduzidos hontem pelo Major Raimundo Remígio de Melo, os quaes foram considerados aptos para a Guerra."²⁹⁰*

Em 13 de setembro de 1865, o comandante superior interino Guilherme P. Azevedo, envia um ofício ao presidente da Província, informando-o de que seguiam para a capital da Província 7 voluntários da pátria, todos guarda nacionais de Aracati, apresentados pelo tenente-coronel Ivo Cassiano Pamplona.²⁹¹ Em Baturité, até o promotor público da comarca, o bacharel

²⁸⁷ LUCENA FILHO, Márcio. Op. Cit. p.84.

²⁸⁸ Jornal O Cearense. "Payssandú", 23/04/1865.

²⁸⁹ Idem, ibidem. "Payssandú", 23/04/1865.

²⁹⁰ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do tenente-coronel Figueira de Melo ao presidente da Província. 07/07/1865.

²⁹¹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior interino, Guilherme P. Azevedo, para o presidente da Província, 13/09/1865.

Domingos Carlos Gerson de Sabóia, apresenta 9 voluntários da pátria para a Guerra do Paraguai. Em seu ofício ao presidente da Província, o tenente-coronel Francisco Ferreira da Silva Junior, refere-se ao promotor como "*um homem de infundáveis gestos patrióticos*".²⁹²

A passagem dos aliados da condição de defensores dos territórios nacionais para o da *ofensiva estratégica*, usando a terminologia dos historiadores militares, fez com que o entusiasmo e o estímulo patriótico do início da Guerra do Paraguai fossem paulatinamente sendo substituídos, novamente, pela aversão ao exercício das Forças Armadas. Além disso, o efeito simbólico da viagem do Imperador ao Rio Grande do Sul começa a ser deixado de lado após a rendição de Estigarribia²⁹³.

De acordo com Joaquim Nabuco, "(...) *uma vez, porém, expelido o invasor do nosso território, durante a guerra, os oferecimentos espontâneos dos primeiros meses de guerra cessarão quase e o governo achará cada vez mais difícil levantar gente.*"²⁹⁴

Assim, se analisando o espírito original dessa frenética corrida patriótica no Brasil, pode-se perceber que ela se caracterizou cheia de ambigüidades, atingindo um relativo sucesso apenas nos primeiros meses após o Decreto que criou o Corpo de Voluntários da Pátria ser regulamentado por Lei. Após esse período, o aspecto mais significativo é que o número de "voluntários" involuntários volta a transacionar a partir dos interesses privados e regionais, elevando novamente uma grande impopularidade dos "cidadãos-patriotas" ao serviço das Armas.

²⁹² APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do tenente-coronel, Francisco Ferreira da Silva Júnior, para o presidente da Província, 18/10/1865.

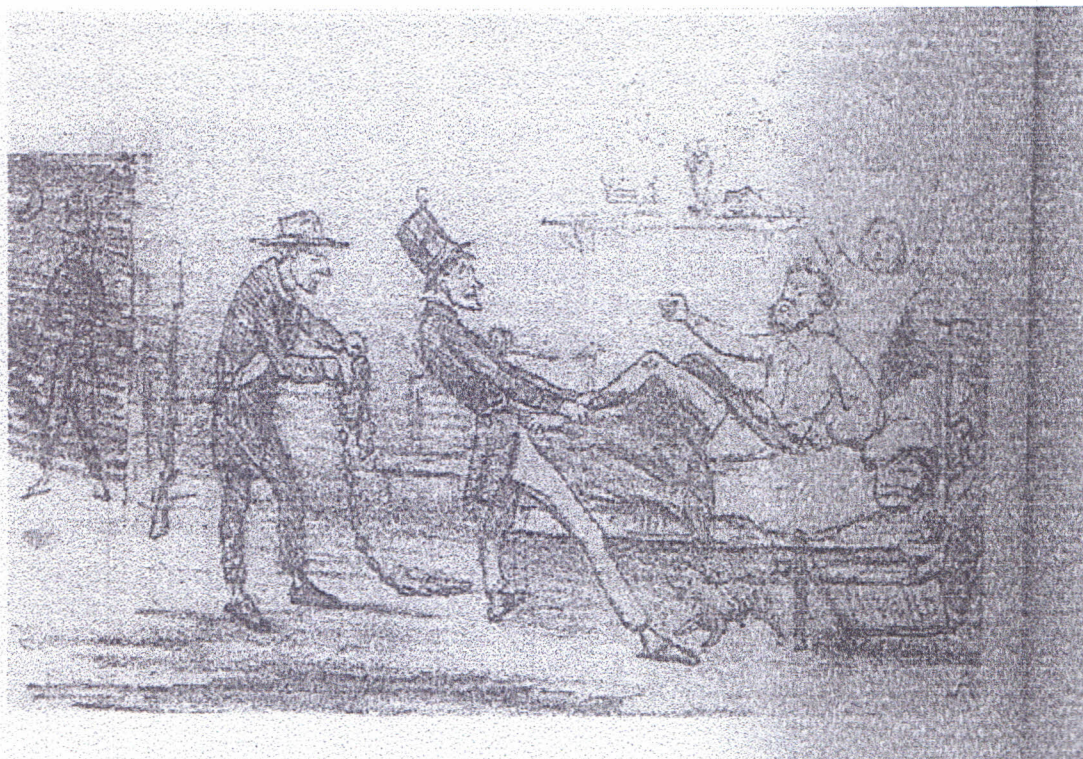
²⁹³ COSTA, Wilma. Op. Cit. p.226.

²⁹⁴ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 3 volumes. Paris, Garnier, 1897, p.p. 288-9.

CAPÍTULO 3:

OS LIMITES DA ORDEM

295



²⁹⁵ Soldados da Guarda Nacional invadem as casas dos homens pobres livres atrás de recrutas, para lutar no *front*, no início da Guerra do Paraguai. Um dos soldados leva uma corda para amarrar o "voluntário" e "laçá-lo" para os campos da batalha. Enquanto os dois soldados que aparecem na imagem tentam arrancar de sua cama o "voluntário da pátria", outro aparece na porta de entrada, armado, para que o recalcitrante não fuja (A. Agostini, Cabrião, 1867) In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2, op. cit. , p.314.

3.1 O Fim do Voluntariado e a Oposição ao Recrutamento

O jornal Pedro II, de cunho conservador, procurava tecer críticas enérgicas contra o jornal O Cearense, ao mesmo tempo que buscava de forma incessante disseminar na população, nos anos subseqüentes a corrida pela defesa da pátria - fase essa conhecida como “*defensiva estratégica*” - à importância e o valor do patriotismo;

(...) O ceme das dificuldades vividas pelo nosso Estado central não podem ser abbatidas por paixões partidárias, ao nosso ver as notícias calluniosas que brada o jornal O Cearense compromete a emancipação da pátria. Lutemos juntos ô bravos filhos gentis [ilegível] à guerra é um dever do cidadão...²⁹⁶

Em 1867, o mesmo jornal Pedro II, principal opositor do jornal do partido dos liberais, O Cearense, continuava tecendo críticas ferrenhas às denúncias que o jornal fazia a respeito do processo da conscrição. De acordo com o artigo publicado no jornal, é dito que só os

proscriptos conservadores concorrem como contingente da guerra, ficando a salvo os felizes progressistas, que gozam de imunidades” (...) “Eis o que faz o governo dos Ferreira Caminha e outros desalmados, que não sabem o que é justiça nem patriotismo e só attendem as exigências da mesquinha política.²⁹⁷

A imprensa, que no início da Guerra com o Uruguai, em 1864, clamou de forma uníssona para que a população masculina lutasse pela pátria, é certo, não tem mais o entusiasmo desse período, e, embora sutilmente tente aglutinar as energias desalentadas do nacionalismo, faz isso de maneira ambígua e com pouquíssima freqüência, pois notícias como essas para arregimentar voluntários da pátria tornaram-se muito raras, sendo noticiadas somente pelo jornal que representava o governo local (Jornal Pedro II).

Além disso, as queixas noticiadas pelos jornais opositores sobre as revoltas, os motins e os enfrentamentos individuais e coletivos nos quartéis e

²⁹⁶ Jornal Pedro II, “Notícias da Província”, 10/04/1866.

²⁹⁷ Jornal Pedro II, “Comunicados”. 20/05/1867.

nas ruas voltaram a ser publicadas de forma sistemática, chegando a incomodar as autoridades governantes.

Assim, pouco a pouco, a propaganda que era estampada nas primeiras páginas dos principais jornais que circulavam na Província cearense - com o objetivo de seduzir e arregimentar voluntários da pátria - foi deixando de ser impressa. Em seu lugar foi crescendo uma oposição contínua ao processo do recrutamento forçado da população pobre e livre; principalmente, os Jornais O Cearense e Araripe, que buscavam denunciar em suas páginas as arbitrariedades e atrocidades cometidas pelas autoridades governantes, como um mecanismo de fazer propaganda ao seu favor - do Partido Liberal. Assim, deixaram de fazer as inúmeras propagandas patrióticas e passaram a falar das graves tensões advindas do processo de conscrição, ousando tecer críticas sobre a permanência do Brasil na Guerra do Paraguai.

Em janeiro de 1868, o jornal O Cearense afirmava que,

*(...) a guerra prolongada, onde a jorros corre o sangue brasileiro, causa a expectativa publica, e perturba todo o movimento commercial e industrial do paiz, (...) O Brasil é uma nação civilizada e industrial, e não podia de chofre arrancar ao seu commercio, e a sua agricultura os seus principais elementos de produção*²⁹⁸.

O jornal tece comentários críticos sobre os custos da guerra que perturbam, como foi escrito, todo o "*movimento commercial e industrial do paiz*" e tira anualmente da agricultura "*os seus principais elementos da produção*", ou seja a mão-de-obra livre disponível para o trabalho agrícola. Muito provavelmente esse tipo de matéria que passa a ser estampada nas páginas dos jornais de maior circulação na Província, tenha sido escrita pelos proprietários de fazendas e comércio que se sentiam lesados pelo recrutamento militar forçado em suas paragens.

O patriotismo arrefeceu justamente num dos momentos, conhecido como período da *ofensiva estratégica*, em que o Estado imperial precisava de uma grande quantidade de recrutas para lutar no *front* contra a República paraguaia. Até porque a guerra se estendera mais do que o tempo inicial previsto pelo governo brasileiro e já havia consumido bastante as populações que embarcaram nessa luta. E o fato de não estar mais na guerra no intuito de

²⁹⁸ Jornal O Cearense. "O Recrutamento". 26/01/1868.

defender o Território brasileiro ocupado pelos inimigos, e sim partir para a luta nos campos paraguaios, ou seja, no território do oponente, fez com que a sociedade esfriasse os ânimos em relação à prolongada e “desastrosa” guerra.

Dessa forma, as dissidências sobre a questão do recrutamento militar e da criação dos Corpos de Voluntários da Pátria voltam a ser estampadas nas primeiras páginas dos jornais cearenses. Em novembro de 1865, o jornal O Cearense publica em seu editorial uma matéria de Pernambuco em que o vice-presidente da Província (pernambucana) Anselmo Francisco Peretti, fez o seguinte discurso:

(...) recahindo o recrutamento como é público e notório sobre certa classe de nossa população, devem ser os recrutados apurados com toda a equidade, por que do contrario, a situação de Pernambuco se tomará uma verdadeira calamidade.²⁹⁹

A preocupação do vice-presidente da Província pernambucana consistia em não recrutar todos os homens que aparentassem estar na idade de servir à pátria na Guerra do Paraguai. Primeiramente porque este “laçamento” da população masculina na Província vinha trazendo enormes transtornos com relação aos senhores-de-engenho que conseqüentemente estavam perdendo o seu séquito - em virtude da conscrição aleatória. Em segundo lugar, porque as pressões da classe mais abastada sobre o governo sugeria um enfraquecimento das relações sociais legitimadas pela troca implícita entre lideranças e liderados no exercício do poder, o que gerava uma intensificação no espectro da desordem social. Essa mesma preocupação do vice-presidente da Província pernambucana estava presente nos relatórios de Sebastião Gonçalves da Silva, Presidente da Província cearense, enviado ao Ministério da Guerra:

(...) hontem pelas 5 horas da tarde foram presos como voluntários da pátria 6 trabalhadores honestos praças do Regimento de Artilharia da fazenda do sr. Sebastião Joaquim de Mello, não podemos admitir que existem a respeito dos indivíduos ordens para os fazer conservar em prisão militar.³⁰⁰

²⁹⁹ Jornal O Cearense, “Recrutamento”, 10/11/1865.

³⁰⁰ APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ofício do presidente da província, Sebastião Gonçalves da Silva, para o Ministro da Guerra.05/09/1866.

As falas do vice-presidente pernambucano e do presidente cearense indicam que a preocupação com a falta de mão-de-obra estava deixando de ser um problema local para se transformar em uma preocupação de âmbito nacional. Principalmente nas regiões nordestinas onde a mão-de-obra escrava estava em declínio acentuado, tanto por causa da proibição do tráfico internacional (Lei de 1850) como pelo proeminente tráfico interprovincial. Além disso, as cotas mínimas designadas de soldados para cada região diferiam muito de uma província para outra³⁰¹. Seria um erro achar que a cota de soldados (homens pobres livres recrutados) para cada província fosse a mesma ou equivalente ao número de habitantes por km². Esse é um período em que as regiões Sul e Sudeste se sobressaem economicamente, em função da produção do café (principal produto interno para o mercado de exportação), e restabelecem a sua hegemonia perante o Governo imperial em detrimento dos "ultrapassados" senhores de engenho e fazendeiros de criação.

Outro veio crítico da imprensa foi a questão de como vinha sendo feito o recrutamento e as designações de guardas nacionais e de homens pobres livres isentos legalmente.

Ser casado, arrimo de família, possuir algum tipo de ofício ou ser inapto pela inspeção de saúde não era mais motivo para não ser laçado e enviado para preencher as filas que seguiam para a Corte. Os pedidos de soltura nem sempre conseguiam livrá-los das prisões e do combate no Paraguai. Os considerados inaptos muitas vezes morriam em combate, mesmo tendo defeitos congênitos e conseqüentemente não podendo estar no *front*. Recrutar, prender, enviar à Corte dava prestígio aos presidentes das províncias e assegurava a relação de clientela entre o Estado imperial e uma facção do poder local. Os números delimitados para cada província/paróquia

³⁰¹ Segundo Evaldo Cabral de Melo a disparidade entre o Nordeste e as outras regiões era extremamente acentuada no que se refere a cotas anuais designadas para cada província ... "Figueira de Melo recorria às estatísticas oficiais relativas à guerra do Paraguai para demonstrar a iniquidade do sistema do recrutamento em termos regionais. Enquanto o Ceará enviara 5.648 soldados, Minas, contando com o triplo da população cearense, dera apenas 4.070 homens. Em todas as categorias (voluntários da pátria, guardas nacionais, recrutas e libertos) as províncias setentrionais haviam contribuído com um quinhão superior ao das meridionais. Pelo que respeitava aos voluntários, o Norte dera 56%, o Sul 27%, a Corte 17%; quanto aos guardas nacionais, 53% de nortistas, 41% de sulistas, 6% de habitantes da Corte; no tocante aos recrutas e substitutos, percentagens respectivamente de 53%, 43% e 7%". MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império - 1871-1889*. 2ª Edição. Recife: Nova Fronteira, 1985, p.25.

tinham que ser cumpridos à risca, nem que para isso fossem recrutadas pessoas isentas.

Assim, a legislação era violada. As leis que tinham sido estabelecidas saíam do papel somente de acordo com os interesses das autoridades institucionais no poder e as denúncias passavam a ganhar cada vez mais espaços nos jornais do período. O interessante é observar que essa faceta na Constituição do “moderno” Estado brasileiro afirma-se rompendo com o pressuposto básico que é a constitucionalidade, ou seja, o direito dos cidadãos quanto às isenções legais.

Os relatórios, cartas e denúncias a respeito do recrutamento arbitrário e aleatório realizados na Província cearense, sobretudo no período da guerra com o Paraguai, indicam a ação descontrolada dos agentes recrutadores no processo da conscrição, pois não somente os desafetos sociais e políticos encontravam-se nas frentes de linha do Exército e da Armada, mas também homens isentos por possuírem alguma debilidade física. Muitas famílias viveram esse drama nos períodos de guerra e buscaram recorrer às leis do Império brasileiro através das petições.

As petições eram uma forma legal que as famílias dos conscritos possuíam para tentar libertá-los do recrutamento a laço. Era também, mesmo que ainda de maneira efêmera, uma forma de os homens pobres livres exercerem a sua cidadania com autonomia dos grandes proprietários, cobrando diretamente das autoridades públicas o cumprimento das leis sancionadas na Constituição brasileira. O apelo para as autoridades, sobretudo para o presidente da Província e para o Ministério da Guerra, era para que a lei fosse de fato cumprida, principalmente quando o indivíduo recrutado estivesse legalmente isento.

Foi o que aconteceu a Alexandre Lucas Ferreira. Sua mãe, Maria do Rosário, entrou com uma solicitação de inspeção para que a Junta Militar de Saúde de Fortaleza pudesse examinar o seu filho e atestar que ele não poderia partir para a guerra por ser surdo de um ouvido e ser aleijado de um pé. Em sua solicitação, Maria do Rosário pede ao presidente da Província que a Junta Militar de Saúde o examine o mais rápido possível e o dispense do serviço militar como manda a lei, pois, mesmo ele (seu filho) sendo aleijado e surdo, tinha sido recrutado e se encontrava preso na cadeia de Aracati à

espera do iate que em breve embarcaria para o Rio de Janeiro. Além do pedido da sua mãe, o próprio Alexandre Lucas Ferreira, através de Manoel Nunes da Costa, entra com um pedido ao Conselho de Recurso, solicitando a sua dispensa do exercício de guarda nacional para a guerra, alegando a sua incapacidade física. O pedido foi realizado no dia 15 de agosto de 1865,

Alexandre Lucas Ferreira, G. N. designado, com o attestado junto, achando se incapaz de qualquer serviço militar visto que como alem de aleijado de um pé, he surdo a um ponto que pouco ou nada ouve ainda em pequena distancia mesmo, vem por meio d'este requerer como é de justiça sua exclusão da designação: isto posto. Arrogo de Alexandre Lucas Ferreira: Manoel Nunes da Costa.³⁰²

Após o pedido de Alexandre Lucas Ferreira ao Conselho de Recurso, o médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, designado pela Junta Médica para a cidade de Aracati, atesta, no dia 18 de março de 1865, a favor do peticionário, reiterando a sua condição de "incapaz" para o serviço da guerra,

Attesto que tendo examinado o Senhor Alexandre Lucas Ferreira, observo sofre a parte inferior e posterior do tendão d'achilles, na região do calcanhar uma cicatriz de duas polegadas, d'extensão, produzida por instrumento cortante, e profundamente tendo interessado o mesmo tendão, ficando defeituoso do pe esquerdo, impossibilitado de calçar-se e incapaz de exercícios violentos. Alem disso padece de surdez. O refferido e verdade.³⁰³

Posteriormente a esses primeiros pedidos de dispensa e o não-cumprimento da lei de isenção, várias solicitações foram feitas através de petições do próprio guarda nacional Alexandre Lucas Ferreira e através de sua mãe Maria do Rosário. Em março de 1866, sete meses após a primeira petição solicitando a dispensa do referido guarda nacional para o exercício da guerra, o tenente-coronel do 6º Batalhão de Aracati, Antônio Pereira da Graça, envia para o Ministério da Guerra o seguinte ofício:

³⁰² APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ministério dos Negócios da Guerra. Solicitação de Alexandre Lucas Ferreira ao Conselho de Recurso, 15/08/1865.

³⁰³ APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ministério dos Negócios da Guerra. Atestado médico do doutor designado pela Junta Médica Militar, Domingos José Pereira Pacheco, para examinar Alexandre Lucas Ferreira, 18/08/1865.

espera do iate que em breve embarcaria para o Rio de Janeiro. Além do pedido da sua mãe, o próprio Alexandre Lucas Ferreira, através de Manoel Nunes da Costa, entra com um pedido ao Conselho de Recurso, solicitando a sua dispensa do exercício de guarda nacional para a guerra, alegando a sua incapacidade física. O pedido foi realizado no dia 15 de agosto de 1865,

Alexandre Lucas Ferreira, G. N. designado, com o atestado junto, achando se incapaz de qualquer serviço militar visto que como alem de aleijado de um pé, he surdo a um ponto que pouco ou nada ouve ainda em pequena distancia mesmo, vem por meio d'este requerer como é de justiça sua exclusão da designação: isto posto. Arrogo de Alexandre Lucas Ferreira: Manoel Nunes da Costa.³⁰²

Após o pedido de Alexandre Lucas Ferreira ao Conselho de Recurso, o médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, designado pela Junta Médica para a cidade de Aracati, atesta, no dia 18 de março de 1865, a favor do peticionário, reiterando a sua condição de "incapaz" para o serviço da guerra,

Attesto que tendo examinado o Senhor Alexandre Lucas Ferreira, observo sofre a parte inferior e posterior do tendão d'achilles, na região do calcanhar uma cicatriz de duas polegadas, d'extensão, produzida por instrumento cortante, e profundamente tendo interessado o mesmo tendão, ficando defeituoso do pe esquerdo, impossibilitado de calçar-se e incapaz de exercícios violentos. Alem disso padece de surdez. O refferido e verdade.³⁰³

Posteriormente a esses primeiros pedidos de dispensa e o não-cumprimento da lei de isenção, várias solicitações foram feitas através de petições do próprio guarda nacional Alexandre Lucas Ferreira e através de sua mãe Maria do Rosário. Em março de 1866, sete meses após a primeira petição solicitando a dispensa do referido guarda nacional para o exercício da guerra, o tenente-coronel do 6º Batalhão de Aracati, Antônio Pereira da Graça, envia para o Ministério da Guerra o seguinte ofício:

³⁰² APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ministério dos Negócios da Guerra. Solicitação de Alexandre Lucas Ferreira ao Conselho de Recurso, 15/08/1865.

³⁰³ APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ministério dos Negócios da Guerra. Atestado médico do doutor designado pela Junta Médica Militar, Domingos José Pereira Pacheco, para examinar Alexandre Lucas Ferreira, 18/08/1865.

*Em resposta ao officio de V. S^a em que me ordena informe sobre a petição de Alexandre Lucas Ferreira ao Excelentíssimo Senhor Presidente da província, o qual pede dispensa da sua designação como guarda nacional para o serviço da guerra, tendo a informar a V. S^a que segundo me consta esse guarda nacional com effeito se acha incapaz d'aquelle serviço tanto por não se poder calçar como por ser um tanto surdo. É o que me cumpre dizer a semelhante respeito.*³⁰⁴

No entanto, apesar de todas as petições solicitando sua dispensa e do atestado médico comprovando a sua incapacidade física para o exercício da guerra, Alexandre Lucas Ferreira foi enviado para o *front*, no dia 24 de agosto de 1866, conforme ofício do comandante superior interino, Guilherme Pereira Azevedo, ao presidente da Província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello,

*O guarda nacional Alexandre Lucas Ferreira foi designado pelo respectivo Conselho desta cidade para fazer parte do contingente com que este município deve concorrer para a guerra contra a Republica do Paraguay. Partindo no Hiate "Invencível", que seguiu hontem para a cidade do Rio de Janeiro.*³⁰⁵

O mesmo aconteceu a Manoel Domingos que, mesmo com permissão para aguardar deliberação do Governo imperial sobre a sua condição de saúde, foi enviado para a guerra em maio de 1867 e veio a falecer logo em seguida a sua chegada aos campos da batalha, pois "o dito Manoel Domingos não tinha todos os dedos das mãos o que impossibilitava o mesmo de segurar armas e estar em combate."³⁰⁶ Esses documentos apontam a crueldade da guerra e de como o Estado tratava os cidadãos, pois nem mesmo aqueles que deveriam estar livres dos campos de batalha por terem deficiência física não conseguiram se eximir da Guerra do Paraguai. E mesmo sabendo que esses homens morreriam, foram enviados pelas autoridades governantes como simples escudos humanos.

Dentre as opiniões dissidentes que circulavam nos espaços sertanejos, nesse novo período da Guerra do Paraguai – fase da ofensiva

³⁰⁴ APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ministério dos Negócios da Guerra. Ofício do tenente-coronel do 6º Batalhão Antônio Pereira da Graça ao Ministério da Guerra, 03/03/1866.

³⁰⁵ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior interino, Guilherme Pereira Azevedo, ao presidente da Província, 25/08/1866.

³⁰⁶ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Circular enviada ao Ministério dos Negócios da Guerra pelo comandante superior João Pereira Castello Branco, 07/09/1867.

estratégica, em que os brasileiros partem para lutar nos campos de batalha dos inimigos - estavam as condições oferecidas aos soldados brasileiros e aos homens que, confinados nas cadeias e quartéis, seguiriam para o *front*. Essas condições sempre foram muito precárias e durante a Guerra do Paraguai voltam a ser divulgadas e debatidas mais metodicamente pela sociedade oitocentista, que se dividia na medida em que um ente querido era conduzido aos quartéis militares.

No romance *Os Brilhantes*, Rodolpho Theóphilo descreve a cadeia que abrigava homens de bem, possíveis servidores da pátria como sendo,

(...) uma verdadeira caverna sem ar nem luz, construída em terreno úmido e desigual, tinha o quádruplo dos presos que comportavam as suas acomodações. As posições sociais, as virtudes cívicas, os bens da fortuna não davam direito a um lugar melhor naquela espelunca, onde o homem de bem era acorrentado com o facínora.

Além dos sofrimentos morais, impostos pela comissão, os padecimentos físicos de toda a casta.

*Mais de cem homens definhavam em um calabouço de poucos metros quadrados, onde o sol deixou de entrar desde o dia do levantamento, onde ao ar entrava apenas pelo estreito espaço de uma grade de ferro!...*³⁰⁷

Em 1866, Florinda Gonçala de Azevedo solicita ao Ministério dos Negócios da Guerra, através de uma petição, o direito de poder levar comida para o seu filho que estava confinado na cadeia pública de Sobral. De acordo com a peticionária, o seu marido há pouco tempo tinha falecido, em razão das “*péssimas condições do lugar*” e da “*pouca e má comida que serviam*”, e, já que tinha perdido o marido não queria também perder o único filho adulto³⁰⁸.

No dia 23 de julho de 1866, o comandante superior interino, Guilherme Pereira Azevedo, envia para o presidente da Província um ofício mencionando as dificuldades que se estabeleciam nos espaços sertanejos em achar recrutas para a Guerra do Paraguai que não fossem isentos. De acordo com o ofício,

Inclusas encontrara Vossa Excelência duas relações, que mencionam os nomes, filiação, idade, naturalidade e profissão (grifo nosso), e mais de cinco guardas designados que remeto presos a

³⁰⁷ THEÓPHILIO, Rodolpho. *Op. Cit.* p.53.

³⁰⁸ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Petição de Florinda Gonçala de Azevedo para o Ministério dos Negócios da Guerra, 06/07/1866.

Vossa Excelência pelo Barcaço "Napoleão", por conta dos que tem de dar este município para o exercício da guerra. E o que até agora tendo podido fazer, lutando com dificuldades insuperáveis, no entanto não descanço em quanto não completar todo contingente, nem que para isso eu tenha que me atropelar enviando recrutas contra a Lei do Império.³⁰⁹

As isenções legais não eram obedecidas. Era preciso preencher a cota mínima designada para cada município. Quem não preenchesse a cota designada podia ser exonerado do cargo ou da patente adquirida, perdendo conseqüentemente assim o prestígio social que o título honorífico representava na sociedade dos oitocentos. Nem mesmo os doentes e aleijados físicos escapavam do exercício da guerra. Mesmo Alexandre Lucas Ferreira e Manoel Domingos, designados a guardas nacionais da ativa para lutar no *front*, que por quase um ano recorreram com inúmeras solicitações, comprovando as suas debilidades físicas, pela própria Junta Militar de Saúde, não conseguiram escapar do poder discricionário dos comandantes daquela instituição e foram enviados para os campos da batalha.

Essas notícias a respeito da conscrição arbitrária, nos anos seguintes à euforia do voluntariado (1866-1870), contribuíram nos sertões cearenses para uma rede maior de solidariedade. A camada pobre livre empregada nas fazendas e em trabalhos qualificados buscava se aliar cada vez mais aos grandes proprietários contra os agentes recrutadores do governo. Em Jardim, o delegado de polícia Francisco da Cruz Neves, também proprietário de terras, solicita ao Ministério da Guerra a soltura de três guardas nacionais presos como recrutas para o Exército. Veja-se o seu ofício ao Ministro dos Negócios da Guerra:

Illustrissimo Senhor tendo sido presos e achando-se recolhidos a Cadeia do Crime as ordens de Vossa Senhoria como recrutas do exercito, os guardas nacionaes devidamente qualificados e pertencentes ao Batalhão sob o meo Commando, constantes da relação junta, extrahida da respectiva qualificação, e não sendo de justiça, que essas praças estejam sujeitos ao recrutamento da Policia, como são excetos pelo art.º 1º das instrucções de 6 de abril de 1841 §13 do artº 5 das instrucções da Presidência de 9 de abril de

³⁰⁹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior interino, Guilherme Pereira Azevedo, para o presidente da Província Ignácio Marcondes de Mello, 23/07/1866.

1863, em cuidados observados pelos encarregados do recrutamento, cujo privilegio se acha corroborado pelo Decreto Imperial de janeiro de 1863, que chamando a Guarda Nacional ao serviço de guerra, o fez por meio da designação, tendo em vista a ingnição da Guarda Nacional. Sendo claro e lógico, que essa milícia, so pelos canais competentes é que pode ser chamada ao publico serviço, e tendo este município dado o nº completo de seo contingente, requesito a V. S^a a soltura dos referidos praças, entre os quais se acham Manoel Pereira da Silva, casado com cinco filhos, João Gomes da Silva Bitu, Francisco da Silva, que tem um olho perdido e soffre da moléstia da gotta, sendo ilegal a prisão dos referidos praças, como tenho demonstrado, cumpro que V. S^a. se designará de attender a minha requisição, já tendo nesta data levado este facto ao conhecimento do Senhor Comma ndante Superior.³¹⁰

Nessa rede de solidariedade e acordos mútuos, prevaleceu a solicitação do delegado de polícia e os três praças recrutados para a Guerra do Paraguai foram postos em liberdade, o que deveria implicar maior cristalização nas relações de dependência, fortalecendo a rede de ligação entre o delegado e os três recrutas postos em liberdade.

No entanto, nem sempre as solicitações e pedidos eram aceitos a favor dos homens pobres livres. E desse círculo maior de cooperação que se abria em torno dessas relações de convivência, a ambigüidade da tranqüilidade pública voltava a ser quebrada a cada forma de resistência da população pobre livre – ora sozinha, ora aliada aos proprietários - contra as laçadas para a guerra. Notícias de cadeias invadidas, delegados e subdelegados assassinados ou sofrendo atentados a bala, recrutas sendo tomados à força por homens armados, homens prontos para emboscar escoltas de recrutas e criminosos e, principalmente, o esvaziamento da mão-de-obra masculina na agricultura, nos contratos de empreitadas e de locação de serviços temporários; fazia com que as autoridades governamentais recorressem aos proprietários solicitando a sua compreensão e parceria no combate à desordem pública que estava solando na Província.

Essas notícias foram relatadas na documentação oficial em que os responsáveis pelo recrutamento militar dão conta das inúmeras resistências praticadas pela camada pobre livre; como o ofício do tenente-coronel e

³¹⁰ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do delegado de polícia, Francisco da Cruz Neves, ao Ministério da Guerra. 15/11/1866.

comandante superior interino, Ivo Cassiano Pamplona, ao presidente da Província, Pedro Leão Velloso. Eis o ofício:

(...)Assumindo o commando superior da Guarda nacional, deste município, vim infelizmente encontra-lo quase deserto, pelo menos com todos, que nelle se achavão nas condições de deverem ser designados, de sobre-aviso, uns occultos em suas próprias casas e outros nos Mattos armados dispostos a resistir as diligencias, que sobre elles se evierem!

Para mostra a Vossa excelência o estado actual deste município, relativamente a captura de designados, noto que acaba de chegar do districto da Villa da União o Capitão José Alexandre Pereira, que ali indo capturar alguns e tendo com muita dificuldade obtido quatro, dois lhe forão tomados a força, dando-se no conflicto ate derrammamento de sangue.³¹¹

A resistência dos homens pobres livres contra o recrutamento forçado que aconteceu em Aracati, e que teve “ate derrammamento de sangue”, era comum também em outras localidades da Província. Em Baturité, o delegado e capitão Joaquim do Carmo Ferreira Chaves tentou prender cerca de 18 homens “*intrincheirados num lugar indicado que dista desta Varzea Treze Lagoas*”, mas sem obter sucesso, pois os mesmos “*resistiram a escolta, incumbida d’effetuar a prisão, com muitos tiros e muita pólvora derramada ao chão*”.³¹² Em Barbalha, o comandante superior interino, depois que assumiu o comando, relata ao presidente da Província: “*não tenho descansado no intuito de completar-se quanto antes o contingente, que ainda lhe resta dar para o serviço da guerra*”, sendo assim, se viu obrigado a “*entrar em outras paragens*”, pois “*nessa localidade não há mais uma só alma em condições de ser designada à guerra*”.³¹³

Em Canindé, o ofício do capitão Joaquim do Carmo Ferreira Chaves para o presidente da Província, Dr. João de Souza Mello e Alvim, comunica a dificuldade que as diligências estavam tendo em cumprir as cotas mínimas

³¹¹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do tenente-coronel e comandante superior interino, Ivo Cassiano Pamplona, ao presidente da Província, Pedro Leão Velloso. 11/11/1867.

³¹² APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do capitão e delegado, Joaquim do Carmo Ferreira Chaves, para o presidente da Província, Dr. João de Sousa Mello Alvim, 22/11/1866.

³¹³ APEC. Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior interino e delegado de polícia, José Francisco de Sampaio, ao presidente da Província, Sebastião Gonçalves da Silva, 21/08/1866.

exigidas, por lei, e que bandos de homens se organizavam nas matas para resistir à ordem de prisão. Conforme o ofício,

(...) hontem recolhi-me da diligencia que tinha ido do Serrote Preto lugar este onde se dizia estar José Antônio com um séquito de 30 homens armados, não tendo porem o encontrado ali por ter o mesmo sido avisado por José de Sousa Leal e como falhasse esta minha tentativa e mesmo desconfiando que ainda estivessem por ali; dividi a força em duas escoltas afim de ver se os encontravão nas immediações do dito Serrote, tendo uma delas deparado com um pequeno grupo de homens que logo sentindo a aproximação da força distarão a correr sem que fosse possível effectuar a prizão de nenhum destes indivíduos, deixando os mesmos no lugar onde se achavão duas espingardas, duas, facas grandes, uma espada, duas patronas, quatro cabeças com pólvora, dois sacos com farinha e pequena quantidade de carne e sal em uma toalha que se verificou ser de José Antônio o que me fez crer que era esse facínora e alguns dos seus que ali se achavão.³¹⁴

Cada vez mais tornava-se notória a preocupação dos grandes proprietários em relação a mão-de-obra na Província e as notícias espalhadas pelos espaços sertanejos sobre o recrutamento forçado tendiam a aumentar a rede de solidariedade entre patrões e empregados, que teciam pela palavra acordos verbais e alianças de resistência, como uma troca de favores. Os proprietários precisavam da mão-de-obra livre para a lide nos espaços sertanejos e os homens pobres livres queriam a sua liberdade para trabalhar e viver com sua família. Dessa forma, negociavam a proteção em troca de arranjos de trabalho e fidelidade. Como no caso relatado há pouco, em que um fazendeiro da região de Canindé, José de Sousa Leal, se prestou a avisar seus "protegidos" da escolta - chefiada pelo capitão Joaquim do Carmo Ferreira Chaves - designada para prendê-los e enviá-los para o *front*. Assim, tudo indica que o acordo de proteção tecido pela palavra entre o proprietário José de Sousa Leal e seus empregados proporcionaria a possibilidade de não serem recrutados, conseqüentemente a relação paternalista de proteção e deferência estaria reafirmada entre o fazendeiro e seus empregados, e eles teriam uma dívida eterna de gratidão com ele.

³¹⁴ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do capitão Joaquim do Carmo Ferreira Chaves para o presidente da Província, Dr. João de Souza Mello e Alvim, 20/12/1866.

Em 1867, o comandante superior da Guarda Nacional de Sobral, provavelmente, também, proprietário de terras, não deixa de cumprir as ordens designadas para a conscrição. No entanto, expressa o seu receio sobre a falta de mão-de-obra na produção, sobretudo nas lavouras de café e algodão, o que comprometeria, de acordo com o seu ponto de vista, certamente a produção local e o abastecimento da região. Em seu ofício ao presidente da Província, deixa clara a sua apreensão quando faz a sua colocação sobre o período em que estava sendo feito o recrutamento,

(...) Parece-me prudente ponderar a V. Excelência que este tempo é o mais inconveniente para recrutar-se, tanto pelos embarços que causa o recrutamento aos agricultores, a quem fogem os trabalhadores indispensáveis para a colheita do café e algodão, como porque achando-se esses trabalhadores reunidos em qualquer parte, fazem resistência a qualquer escolta e preferem morrer a entregar-se para o serviço de guerra. Não obstante esta minha humilde reflexão cumprirei sempre sem hesitação as ordens de V. Excelência.³¹⁵

Apesar de achar “inconveniente” recrutar trabalhadores em tempo de colheita, o comandante superior da Guarda Nacional não deixa de executar as ordens superiores do presidente da Província, “sem hesitação”, mesmo sabendo que esses agricultores citados resistiriam, caso fosse preciso, até o seu último sangue. Além disso, o comandante superior sabia que, se não cumprisse as ordens dos seus superiores, poderia ser punido com prisão, castigos corporais e/ou expulsão. Foi o que aconteceu com o sargento do destacamento de Aracati, em 1867, que, por ter colocado algemas frouxas no recrutado Joaquim André de Sant’anna, permitindo conseqüentemente a fuga dele, foi dispensado do destacamento após uma reclusão de oito dias no presídio da cidade.³¹⁶ Para um oficial da Guarda Nacional, perder a patente consistia numa grande humilhação pública e na perda legítima da autoridade dentro da estrutura hierárquica de poder que caracterizava o século XIX.

Dessa forma, o recrutamento forçado era legitimado pelas autoridades instituídas no poder local como o principal mecanismo de controle que

³¹⁵ APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ministério dos Negócios da Guerra. Ofício do comandante superior, João Pereira Castello Branco ao presidente da Província, Sebastião Gonçalves da Silva, 14/07/1867.

³¹⁶ APEC. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional de Aracati para o presidente da Província, Pedro Leão Velloso. 20/11/1867.

garantiria seus cargos honoríficos e o seu prestígio social. Mas, mesmo com todo esse caráter violento, não conseguia trazer o número de efetivos suficientes e na proporção mínima estipulada e exigida pelo Governo imperial, para os campos da guerra. Assim, em tempos de eleição ou de guerras, se tinha sempre muitas dúvidas sobre quem deveria servir, e forçava muitas vezes tanto patrões como clientes a repassar seus deveres habituais a sua família e/ou abandonar os seus ofícios e se embrenhar mata a dentro, temendo o recrutamento forçado³¹⁷.

Belarmino Soares, dono de um pequeno jornal em Fortaleza, tinha sido ameaçado duas vezes pelo subdelegado local que designava os homens para o *front*. Sendo assim, resolveu ensinar sua mulher e filhas o seu ofício, pois, caso fosse recrutado, "*não deixaria a própria sorte suas dependentes*"³¹⁸.

Como a denúncia realizada pelo tipógrafo Belarmino Soares, outras ganharam as páginas dos jornais que circulavam nas paróquias e a multiplicidade de protestos emitidos em todas as paragens do dezanove cearense ganhava forças entre a população pobre e livre que passava, através das petições, a solicitar para as autoridades locais solicitações para cumprirem a lei.

As dificuldades em encontrar homens para a guerra estavam por toda a Província. O recrutamento discricionário e arbitrário não poupava mais ninguém. Em Santa Anna o comandante superior interino comunica ao presidente da Província através de um ofício, os recrutas que conseguiu laçar no seu distrito,

*Nesta occasião segue para serem apresentados a Vossa Excelência os designados constante da relação junta: Entre os designados vão dois cazados que não pude deixar de remetter pelas razões legais. Há grande difficuldade em se encontrar guardas solteiros aptos para o serviço da guerra, os que podem ser designados ou se occultão em lugares que não podem ser aprehendidos, ou retirão-se para outros termos.*³¹⁹

³¹⁷ Id. *Ibidem*.

³¹⁸ *Jornal O Cearense "Denuncias", 10/09/1866.*

³¹⁹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios expedidos, Ofício do Comando Superior Interino de Santa Ana ao presidente da Província, Diogo Cavalcante de Albuquerque. 27/12/1868.

Em Aracati, o comandante superior interino, Guilherme Pereira Azevedo, num ofício expedido ao presidente da Província, explica que está sendo muito difícil conseguir preencher a cota de recrutas, estabelecida para aquela cidade, para serem enviados para a Guerra do Paraguai, pois, segundo o comandante, a cidade se encontrava vazia de homens com a idade de ser recrutado, como manda a lei, e os que estão dentro da faixa condizente são todos guardas nacionais.

Eis o ofício:

(...) Continuo a dar todos os meos esforços para preencher o numero de designados, tenho-me achado presente em alguns lugares até mesmo fora da cidade, para ver o modo por que são cumpridas as minhas ordens, não cessando de activas os Comandantes das Companhias, afim de que cumpram esta árdua missão. Há passeio fui testemunha do selo, e dos esforços do Capitão da 4ª Companhia do 6º Batalhão Antônio Candido Antunes d'Oliveira para capturar os recrutas tendo elle conseguido somente a aquisição de guardas designados de sua Companhia no districto da Villa da União³²⁰.

Escasseando-se o voluntariado, o Governo imperial voltou-se para um manancial aparentemente inesgotável. A Guarda Nacional, composta de 440.000 homens espalhados pelo País, foi alvo de designações para a Guerra do Paraguai. As evidências demonstram que no primeiro ano não havia maiores tensões em relação à designação de guardas nacionais para a guerra. Alguns fugiram, desertaram, mas sem pôr a "ordem social" em xeque. A partir do ano de 1866, a situação se torna aguda, de forma quase incontrolável. A documentação aponta fortes indícios de que os Governo imperial e local tiveram uma imensa dificuldade em conseguir homens recrutáveis nos padrões da lei Imperial para serem enviados para o palco do conflito. Mesmo assim, a Província cearense contribuiu com um número bastante razoável de soldados para o *front*, homens pobres livres pertencentes à Tropa de Linha, à Guarda Nacional, ao Corpo de Polícia e aos Voluntários da Pátria³²¹, foram laçados e arregimentados para os campos de batalha.

³²⁰ APEC. Guarda Nacional. Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior interino, Guilherme Pereira Azevedo, para o presidente da Província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, 07/09/1866.

³²¹ O Ceará contribuiu com 5.648 soldados para a Guerra do Paraguai. Dentre esse número a sua cota de Voluntários da Pátria teria que atingir o número mínimo de 1.060. Sobre o número de soldados para a Guerra do Paraguai veja-se: MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o*

Para atender às necessidades da guerra, o Governo imperial buscou recrutar boa parte da clientela sob o controle do poder privado, executando as leis de designações de guardas nacionais e “caçando” toda a população masculina em geral. Nessa fase mais difícil da guerra(1866-70), o Estado imperial tentou fazer valer as leis que editou em relação às designações dos guardas nacionais, entretanto, encontrou toda sorte de dissabores para arregimentar o número de homens de que o País precisava para vencer nos campos do inimigo. As fileiras engrossadas pelos guardas nacionais e designados para o *front* com o recrutamento obrigatório deles, nos sertões cearenses, fez com que muitos dos agentes recrutadores, nos seus caminhos, “deixassem muita pólvora derramada pelo chão”, principalmente porque muitos dos guardas nacionais tinham como protetores homens de grande prestígio local, que não queriam perder parte do seu séqüito para a Guerra do Paraguai.

Foi o que aconteceu no Município de Baturité. O tenente Francisco Ferreira da Silva Junior, ao receber ordem do comandante superior para enviar para a Capital guardas nacionais designados, ordenou aos comandantes das companhias que recrutassem o mais breve possível os guardas. Obedecendo as ordens do tenente Francisco Ferreira, o comandante interino da Primeira Companhia, tenente Antônio da Rocha Lima, ordenou aos soldados do corpo de polícia - que estavam em Baturité para conduzir os guardas nacionais designados a pedido do próprio presidente – que efetivassem a prisão do indivíduo “*Manoel Quarenta, que trabalhava para Plácido Bezerra de Albuquerque e fizesse prender a outros designados.*” Ao encontrar Manoel Quarenta, os soldados tiveram que enfrentar “*Plácido Bezerra de Albuquerque, Luiz Antônio Moreira, José Bezerra de Albuquerque e um filho do mesmo Plácido, homens abastados e de fama no lugar pelo seu caráter violento e desordeiro*”. O ofício ainda informa que o patrão de Manoel Quarenta, Plácido Bezerra de Albuquerque, juntamente com os outros, “*opporam-se a que fosse conduzido para a Cadeia o referido guarda*” e, tendo os soldados

Império – 1871-1889. 2ª edição. Recife: Nova Fronteira. 1985, especialmente o I capítulo. COSTA, Wilma Peres. A Espada de Dâmocles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. Editora Hucitec/Editora da UNICAMP. São Paulo, 1996, especialmente o capítulo VI(Política e Guerra) e SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: História Geral da Civilização Brasileira. Sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos. Tomo II O Brasil Monárquico: Declínio e queda do Império. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp.235 a 258.

resistido e insistido com a prisão, *“travou-se repentinamente uma fortíssima lucta entre elles, em numero muito superior ao dos soldados, conseguiram finalmente a tomada do preso designado e ficaram zombando dos soldados, e de quem lhes ordenou a prisão!”*³²²

Assim, muitos desses homens de grande prestígio local, para protegerem o seu séquito que há muito vinha sendo desviado para a Guerra do Paraguai, se recusaram a continuar ajudando o governo, entrando em conflito com os agentes responsáveis pelo recrutamento. Na paróquia de Santa Quitéria, por exemplo, a ‘fonte’ do patriotismo estava esgotada. Lá havia muita dificuldade para cumprir as ordens oficiais relativas ao recrutamento. Segundo o comandante superior da Guarda Nacional, homens honrados que tinham recebido altas patentes movimentaram seus sabres, não para arregimentar guardas com corações patrióticos, mas para enfrentar os agentes do governo, sobretudo os recrutadores. O tenente-coronel João Batista Barbosa e o capitão Francisco Antonio Sobrinho negaram-se a cumprir as ordens oficiais em relação ao recrutamento. O comandante superior da Guarda Nacional, João José de Oliveira Junqueira, em seu ofício ao presidente da Província afirma que

*(...) Consta-nos que alguns officiaes muito recomendados de autoridades não tem a intenção de completar o contingente á que está obrigado e voltam-se para aqueles que assim o precisam fazer. O Tenente Coronel João Batista Barbosa e o seu comparsa Francisco Antonio Sobrinho, este Capitão, vem causando embaraços ao cumprimento das ordens do Governo e assim infelizmente vai se estabelecendo em nossa Província o descomprimento da Lei, mas Vossa Excelência, melhor de que eu, sabe da verdade a tal respeito, mesmo assim julgo do meo dever intelligenciar a Vossa Excelência sobre esses factos que vem occorrendo. Pedimos providencias a S. Excelência contra esses escândalos de desordem, instaurando-lhes um processo para assim (olistrasse) aos guardas designados o serviço da guerra.*³²³

Além desses dois “officiaes desordeiros”, o comandante da Guarda Nacional também se queixa do juiz da Comarca de Santa Quitéria, afirmando que *“a primeira authoridade juduciaria da comarca é também a primeira a*

³²² APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Offícios Expedidos. Ofício do coronel João Pereira Castelo Branco, comandante superior da Guarda Nacional para o presidente da Província, João de Sousa Mello e Alvim, 08/04/1867.

³²³ APEC. Guarda Nacional. Offícios Expedidos. comandante superior da Guarda Nacional de Santa Quitéria, João José de Oliveira Junqueira, para o presidente da Província. 09/01/ 1868.

derramar a discórdia, em gritar que eu, delegado, e o subdelegado precisamos de bala na cabeça, somente porque cumprimos as ordens do governo”³²⁴, referentes ao recrutamento.

A forma como o delegado de Santa Quitéria se queixa do juiz da Comarca da mesma freguesia sugere a falta de apoio que sofriam por parte até mesmo do funcionalismo do governo, o que denota interesses particulares dos homens abastados que ocupavam os cargos públicos em não perder parte da sua clientela e, principalmente, parte da força produtiva da sociedade.

Organizar os conselhos de gratificações que tinham como função retirar dos batalhões os guardas que deveriam marchar para as fronteiras do Paraguai foi uma grande ‘pedra no sapato’ do presidente da Província. Muitos comandantes da Guarda Nacional recusaram-se a participar desses conselhos. Em 05 de maio de 1868, o comandante da comarca de Santa Quitéria, diz:

*(...) dei com toda a presteza as minhas ordens, para que se reunissem os deferentes conselhos desta comarca, mas é com pesar que digo á vossa excelência que tenho encontrado a maior dificuldade, mesmo para a composição dos referidos conselhos, todos tem o que alegar, e para melhor diser, que nenhum quer-se comprometter, sendo para lamentar que alguns commandantes dos corpos, não se invergonhão de a cada passo darem parte de doentes, assim como que, diversos officiais, tem tirado licenças.*³²⁵

Para as autoridades de Santa Quitéria, a tensão criada pelo recrutamento repercutiu entre os oficiais da Guarda Nacional, levando-os a uma oposição sistemática ao processo de recrutamento. Nas palavras do comandante superior, João Pereira Castello Branco, a situação é “tão lamentável, que não posso contar com a coadjuvação de um só commandante de corpo, que não empregue meios de desarmar-me o bom desempenho da minha missão”³²⁶. Diante da fala do comandante superior, João Pereira Castello Branco, a falta de apoio dos oficiais da Guarda Nacional era um problema tão grave que, como consequência, repercutia em favorecer

³²⁴ APEC. Guarda Nacional. Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional de Santa Quitéria, João José de Oliveira Junqueira, para o presidente da Província. 12/10/ 1867.

³²⁵ APEC. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional de Santa Quitéria, João Pereira Castello Branco, para o presidente da Província. 05/05/1868.

³²⁶ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional de Santa Quitéria para o presidente da Província. 05/05/1868.

conversas e elaborações de planos que acabavam desmoralizando os oficiais da justiça que cumpriam as suas obrigações em recrutar guardas nacionais.

Dessa forma ele informa, ainda, ao vice-presidente da Província que,

*(...) o estado de insubordinação em que se achão os officiaes da guarda nacional desta comarca, que praticando actos criminosos de tanta gravidade ficão impunes e zombão da acção da lei, e animão os seus subordinados a praticarem o mesmo fazendo-lhes crer que o governo é impotente para com elles.*³²⁷

Contudo, não eram só os comandantes que se eximiam da responsabilidade de ajudar o governo, pois, os guardas também encontravam saídas para não irem à guerra, muitos *"sabendo de certo que marcharão, (...) fogem para outras províncias, como alguns já fiserão"*.³²⁸ Outros porém se mutilaram, no desejo desenfreado de ser dispensados dos campos da batalha. Foi o que aconteceu com Francisco Ferreira Facundo. Tendo o alferes e comandante interino da 1ª Companhia do Batalhão nº17, Manoel Antônio da Silveira, mandado recrutá-lo para o Exército no Município de Baturité, o praça cortou três dedos da sua mão direita na tentativa de ser dispensado do serviço militar: Segundo ofício do comandante interino para o presidente da Província, tem-se a seguinte explicação do oficial,

Devendo em tudo ser explicito perante Vossa Excelência, e especialmente sobre o serviço da guerra, em consequência julgo do meo dever inteligenciar a Vossa Excelência sobre o fato occorrido com Francisco Ferreira Facundo, que mandei recrutar para o exercito.

Preso este, e trasendo consigo um punhal, não duvidou e feriu-se, mutilando três dedos da sua mão direita. Este facto, pelo qual o seu author se constitui ainda mais digno de ser recrutado, constam-e que a Junta Médica Militar de Saude o quer favorecer a ex-officio dispensando-o do serviço da guerra.

A prosseguirem os inimigos do Governo, com capa de amigos, neste e outros meios de difficultar a execução do recrutamento, peço a

³²⁷ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional de Santa Quitéria para o presidente da Província. 05/05/1868.

³²⁸ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional de Aracati para o presidente da Província, João de Sousa de Mello e Alvim. 08/05/1867.

*Vossa Excelência se digne providenciar como melhoramento entender.*³²⁹

O mesmo aconteceu em Barbalha. João Pereira Castello Branco, comandante superior da Guarda Nacional, informa ao presidente da Província, João de Sousa Mello e Alvim que

*"Pela escolta que hoje d'aqui segue para essa Capital, remetto quatro presos a disposição e ordens de Vossa Excelência, sendo tres guardas nacionaes do Batalhão nº16 deste Município, constantes da relação junta, e Francisco Lino dos Santos, desertor do exército. Deixo de remeter mais um recruta, porque na ocasião de sahir da Cadeia pode obter uma faca e com suas próprias mãos cortou o nervo principal de uma pema, pelo que ficou impossibilitado de andar."*³³⁰

Ambos conseguiram o que estava em mente quando optaram pela sua própria mutilação. Era melhor ser deficientes físicos e continuar com sua família do que ir para uma guerra e nunca mais voltar!

Os agentes do recrutamento, entretanto, continuavam a vasculhar as paisagens cearenses. Não se precisava de muito patriotismo, apenas braços aptos para segurar uma arma. A população, a despeito do desejo do Estado em conseguir recrutas, começou a se defender e a procurar, no seu dia-a-dia, formas de driblar o recrutamento. Muitos optaram pelo caminho do mato, desertando. Sobre esta questão, Taunay afirma que,

*(...) a medida que íamos nos aproximando do núcleo de convocação, as deserções se acentuavam de modo mais significativo, pondo em prática o rifão muito em voga naqueles tempos de campanha do Paraguai: 'Deus é grande, mas o mato é ainda maior.'*³³¹

Gestos de resistência contra a prática do recrutamento misturavam-se continuamente na relação cotidiana das classes menos favorecidas e ia aos poucos reestruturando as novas rotinas de trabalho e laços de fidelidade. A

³²⁹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do alferes e comandante interino da 1ª Companhia do Batalhão nº17, Manoel Antônio da Silveira, para o presidente da Província, João de Sousa de Mello e Alvim. 31/07/1867.

³³⁰ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante da Guarda Nacional, João Pereira Castello Branco, para o presidente da Província, João de Sousa de Mello e Alvim. 06/05/1867.

³³¹ Taunay cit. in: Costa, Wilma. Op. cit. p.234

fuga para outros municípios, para as matas e outras paragens, são atos que denunciam as múltiplas maneiras de se conviver e enfrentar o recrutamento forçado. Além disso, tudo indica que o trabalho nos sertões cearense passou a ser tecido a partir de novos ajustes de empreitada que não figurassem em rígidos horários de trabalho e dias fixos, no intuito de não revelar a quantidade de braços disponíveis no roçado. Em vista desses acordos, provavelmente, o serviço ajustado com uma certa flexibilidade podia ser subitamente interrompido, em meio às notícias e boatos que chegavam nos roçados sobre a aproximação dos agentes recrutadores.

Sobre um desses boatos, um contemporâneo observou que os pobres livres estavam sempre,

(...) desgostosos e acuados e quando se ouve que o recrutador está por essas bandas correm todos para o matto. De modo que o recrutamento traz de immediato a privação de braços e o homisio dessa gente pobre que se vê sem o seu sustento transformando cidadãos morigerados e úteis em foragidos e reos de policia.³³²

Os proprietários, insatisfeitos com o novo redimensionamento que o recrutamento havia proporcionado no funcionamento das lavouras, passaram a pressionar o governo para que novas leis e decretos garantissem ao trabalhador "honesto" e protegido a total isenção da conscrição. Os novos ajustes de trabalho não satisfaziam os homens de grande ambição que viam no trabalho incerto e irregular do seu potentado a falta de produção e de lucratividade. Os discursos sobre a organização do trabalho e sobre as leis que deveriam garantir as isenções, mas que não eram cumpridas pelos agentes do governo, passaram a repercutir nos jornais de grande circulação na Província e na Assembléia Provincial, como uma forma de intimidar e pressionar as autoridades públicas no poder, contra o processo arbitrário e aleatório da conscrição.

³³² João Brígido. *Anais da Câmara dos Deputados (ACD)*, 09/05/1869, p.365.

3.2 O Discurso da Imprensa e os Perigos para a Ordem

O novo discurso da imprensa emite um som dessemelhante, meio estranho aos ouvidos dos cearenses, sobretudo na sua história recente que seduziu por um curto período a corrida frenética para o voluntariado. A imprensa construiu, fabulou o fato histórico, criando cadeias de significados, novos efeitos de sentido para a pátria. Sua argumentação tentou produzir mobilização. Mas houve barreiras e o patriotismo não se firmou solidamente nos corações dos homens pobres livres cearenses. Notícias se descortinaram mais uma vez e, como disse certa vez Balzac, “os negociantes das frases” expressaram, nas folhas diárias dos jornais cearenses, a importância e a ressignificação das relações de trabalho. A ideologia – em tese – tem sempre uma materialidade e o discurso é o lugar em que se pode ter acesso a essa materialidade.³³³

Dessa forma, a imprensa atua, e pela linguagem opera no plano da ideologia uma visão de mundo que remete as intrincadas relações de poder. Nessas relações estão contido os discursos das elites que reconstroem as questões morais e sociais do cidadão brasileiro.

As aclamações encontradas nos jornais no período da *ofensiva estratégica* da Guerra do Paraguai(1866-70), período esse de grande tumulto na Província, voltaram a ser construídas a partir das relações entre o discurso produzido pela imprensa e as práticas discursivas já enraizadas no imaginário social. A idéia de recrutar somente vadios volta com grandes proporções, pois, já na década de cinqüenta, os jornais “O Cearense” e “Pedro II” solicitavam ao governo providências com relação a esses “*desafetos sociais que destroem a manutenção da ordem*”.

Dessa forma, o discurso nesse difícil período da Guerra do Paraguai(1866-70) não é novo, no entanto reforça a idéia já propagada nos jornais, desde a década de cinqüenta do dezenove cearense, sobre a necessidade da organização do trabalho agrícola. Essa preocupação das camadas favorecidas em estar perdendo para as forças armadas toda a mão-de-obra masculina da Província acabou resultando nas discussões sobre a

³³³ ORLANDI, E. P. *O que é lingüística*. Campinas. Editora Cortez e Editora Unicamp. 1990. p. 64.

privação e as dificuldades por que estavam passando os “homens de bem” da sociedade, discussão essa restrita antes aos privados espaços institucionais.

Os proprietários do Jornal Pedro II, acostumados a publicar em suas páginas notícias a favor da Guerra do Paraguai, abrem uma exceção e, em 1867, publicam um artigo em que deixam clara a preocupação dos fazendeiros quanto a falta de mão-de-obra na Província. A notícia publicada denota a relutância dos proprietários do jornal, também grandes latifundiários, sobre a constante falta de trabalhadores livres disponíveis para a colheita da excelente safra de café, açúcar e algodão daquele ano. De acordo com o jornal,

(...) somos informados que está aberto o recrutamento por toda a província (...) a vista d'isto não desejamos criar tropeços no publico serviço; (...) o que desejamos é demonstrar algumas inconveniências que se vão dando e que muitos males fazem ao commercio e a agricultura; estas duas fontes importantes do progresso (...).

Temos pois a lamentar dannos muito velhementes se não houver toda a consideração para os lugares agricolas como Imperatriz, Baturité, Sant' Cruz, Maranguape, Pacatuba e outras localidades.

Não acabou ainda a colheita das vantajosas safras de caffè, algodão e assucar e plantações no próximo inverno e sentimos a falta de braços para o trabalho e conduções na presente safra, um recrutamento forçado n'estes pontos agricolas (...) não será uma calamidade? ³³⁴

De acordo com o ponto de vista dos fazendeiros, a dificuldade em dimensionar a Província nos parâmetros do progresso era por causa do recrutamento desenfreado e, mesmo não querendo ser um obstáculo para o “serviço público”, os fazendeiros pressionaram o governo para que novas atitudes fossem tomadas quanto à arbitrariedade dos agentes recrutadores nos locais onde houvesse uma excelente produção.

Com a falta do cumprimento da isenção, homens pobres livres se sentiam ameaçados e fugiam dos seus locais de origem, normalmente de onde tinham sido criados e eram conhecidos. Ao se depararem em novas localidades, as dificuldades de sobreviver muitas vezes tendiam a aumentar, sobretudo quando não levavam consigo cartas de recomendação expedidas pelos inspetores de quarterão, delegados e subdelegados. Sem a carta que indicava a “honra” do indivíduo, principalmente com relação a sua conduta,

³³⁴ Jornal Pedro II, “Recrutamento”. Fortaleza 05.10.1867.

honestidade e disposição, se era trabalhador e morigerado, tendiam a ser recrutados mais facilmente pelo poder discricionário das autoridades locais.

José Gabriel de Assis foi recrutado em 1864, a mando do tenente conselheiro e comissário superior, Francisco Ferreira da Silva, por "*andar sem destino e não trazer consigo referência alguma de sua pessoa*" e "*por não ser dessa localidade e não ter por aqui conhecidos que comprovem sua conducta como manda a Lei*"³³⁵. Mesmo tendo José Gabriel de Assis a aparência de ter seus sessenta anos de idade e por isso estar isento do serviço militar, foi considerado apto para a guerra e enviado para o *front*.

Nos primeiros anos das guerras contra o Uruguai e o Paraguai(1864-65), as notícias que tinham sido estampadas nos jornais de maior circulação na Província, procurando incentivar o voluntariado - através de relatos de invasões do Território brasileiro, letras de músicas, poesias, benefícios e discursos patrióticos - não foram em número suficiente conforme esperado pelas autoridades locais e nacionais. E o pequeno número de voluntários cearenses não conseguiu atender a cota mínima designada pelo Estado imperial para a Província, nem mesmo com toda a euforia da sociedade na fase inicial da guerra, em que o Território brasileiro era ameaçado com a invasão dos paraguaios.³³⁶

Na segunda fase da Guerra do Paraguai, em que os brasileiros precisariam atacar o inimigo em terras paraguaias, o número de voluntários sofreu uma brusca queda. As opiniões quanto ao prolongamento da Guerra divide a opinião de muitos brasileiros que passam a não concordar com a continuidade da batalha. Enquanto a Nação estava em perigo as opiniões ecoavam de forma uníssona, mas, a partir do momento em que o Território brasileiro é desocupado com a expulsão das tropas paraguaias, as opiniões tornam-se diferentes daquelas desejadas pelo Governo imperial.

A posição do governo local sobre o pequeno número de voluntários, sobretudo nessa segunda fase da guerra(1866-70), volta a ser a de arrebanhar todos os que estivessem na condição de ire para o *front*, e em consequência desse ato de desespero das autoridades que se viam

³³⁵ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do tenente conselheiro e comissário superior, Francisco Ferreira da Silva, para o vice-presidente da Província, Sebastião Gonçalves da Silva, 27/06/1864.

³³⁶ COSTA. Wilma. Op. cit., p. 73-74.

pressionadas pelo Gabinete imperial, a “tranqüilidade pública” volta a ser novamente ameaçada pelo aumento do poder discricionário dos agentes recrutadores, passando novamente a ser denunciada por todos os que se sentiam prejudicados com as práticas da conscrição.

No jornal O Cearense, em 1866, em sua primeira página e com letras garrafais, faz menção às resistências dos indivíduos designados para a guerra. Para o jornal, o perigo da desordem que estava sendo espalhada por toda a Província, por causa do recrutamento forçado, tinha como principal responsável o próprio Estado. Primeiramente, porque, segundo o jornal, tinha uma polícia ineficiente e corrupta, e em segundo lugar porque estava deixando de recrutar quem deveria, para recrutar qualquer um sem o menor critério e o menor respeito pelos *“homens laboriosos, dignos pais de família que tem mulher e filhos para sustentar”*. De acordo com o diário liberal,

*João Batalha, sempre armado de faca conseguiu novamente resistir a ordem de prisão e matar Antonio Mello e ferir José Maria, soldados do Corpo de policia que vieram recrutá-lo, a mando de sua mulher que era sempre espancada, mas que nunca levou a presença de autoridades por tinos. Essa ineficiência da Polícia é que assola a desordem e traz a impunidade para dentro das nossas cazas, levando qualquer um para o serviço da guerra.*³³⁷

O fato de João Batalha sempre andar armado, demonstra a debilidade da polícia da época, pois, para andar armado precisava ter autorização das autoridades locais ou do comandante da Guarda Nacional. Os jornais reclamavam muito da ineficiência da polícia, que, nas mais das vezes, não conseguia prender ninguém, nem mesmo quando o assunto não era nenhum crime cometido e sim o laçamento dos indivíduos *“vadios, insubordinados de conducta irregular”* para o exercício das fardas e armas. Na verdade, a polícia pouco podia fazer para controlar a situação, uma vez que a insatisfação era generalizada e sempre os possíveis recrutas conseguiam ajuda de vizinhos, parentes e até mesmo de proprietários quando o caso era a conscrição. Outra denúncia encontrada no mesmo jornal refere-se à invasão da cadeia pública, onde *“homens armados invadiram a cadeia e renderam os dois policiaes de plantão, não sendo pussivel prender-si os invasores que evadiram-se na*

³³⁷ Jornal O Cearense. “Denúncias”, 07/08/1866.

mata".³³⁸ As tomadas de recrutas tornavam-se numa forma contundente de resistência ao processo de recrutamento e colocava em xeque a ordem social vigente e o poder faccionário da polícia.

Tudo indica que a ordem pública, principalmente nos longos anos da Guerra do Paraguai, esteve bastante comprometida. A população pobre "honrada" passava cada vez mais a questionar se existia realmente a necessidade do Estado imperial em arrebanhar arbitrariamente todos os homens que pudessem segurar armas e ir para o *front*. Dessa forma, as leis e decretos sancionados que garantiam as isenções dos trabalhadores honestos e protegidos não estavam sendo cumpridos pelos agentes recrutadores. Sendo assim, não se podia mais confiar nas condições "morais" que isentavam a população pobre e livre das listas de convocação afixadas nas paróquias locais. De acordo com o jornal Pedro II:

*Hontem foi prezo na officina em que estava trabalhando e onde penetraram os soldados, o marceneiro Ignácio José da Silva Girão, que se acha recolhido ao quartel de primeira linha com destino ao serviço da guerra.*³³⁹

A prisão ora citada indica o temor da população com relação ao recrutamento. A condição de estar em seu ofício não eximiu o marceneiro de nome Ignácio José da Silva Girão de ser recrutado e enviado para o *front*; ou seja, a própria Constituição que deveria garantir ao cidadão seus direitos era comumente desrespeitada pelos próprios funcionários do Governo. Assim, homens em pleno exercício do seu trabalho e considerados "honrados", pelo padrão de comportamento estabelecido pela sociedade da época, seguiam para o *front* sem terem ao menos tempo de comprovar a sua isenção e solicitar através de uma petição sua soltura.

Sob protestos, a ação da multidão procurava pressionar e sensibilizar a sociedade como um todo. Ganhavam as ruas em passeatas, relativamente bem organizadas para os padrões da época, contra a arbitrariedade que se fazia através do recrutamento a laço.

³³⁸ Jornal O Cearense. "Denúncias", 07/08/1866.

³³⁹ Jornal Pedro II, "Scenas do Recrutamento". 10/08/1868.

*Percorrem em forma de passeata actualmente as ruas desta cidade, implorando a caridade publica, um grande numero de velhos, cegos, aleijados, mulheres e crianças, que de diferentes pontos da provincia tem vindo até aqui acompanhando os pais, maridos e filhos únicos, que a sanha dos recrutadores tem arrancado as suas famílias...*³⁴⁰

Durante todo o período da Guerra, as correspondências das elites locais e os apelos da população pobre para os presidentes da Província, Ministro da Guerra, juizes de Direito, delegados, juizes de Paz, inspetores de quartirão, enfim, sugerem, uma grande aliança entre proprietários locais e os pobres livres contra as exigências do Estado central e do poder discricionário das autoridades que estavam no poder na Província. Essa indicação remete-me ao fato de que muitos figurões locais fizeram vista grossa, ou até mesmo participaram de ataques aos recrutadores quando estes invadiam suas propriedades ou tentavam prender seus protegidos.

Em Saboeiro, um bando de quarenta homens atacou uma escolta que conduzia mais de 20 recrutas para a Capital e por pouco o sargento da Guarda Nacional, José Luiz Sabino, não perdeu a vida, pois levou "*muitas cacetadas do bando que viviam escondidos na fazenda do Sr. Francisco Soares Teixeira*".³⁴¹ Em Arraial, João Antônio Batalha foi preso e remetido para o Exército. No entanto, o Comandante que havia efetuado a prisão o viu

*(...) entrar pelas ruas dando vivas, e gritando que fora sorto mediante a quantia de duzentos mil reis, que dera a um médico dizendo ao mesmo tempo, em contradição, a uma declaração, que posto uma calúnia, que escapara por ter seu patrão Josino Francisco Torres de Vasconcelos ensinado-lhe, que se fizesse doente do peito, como o que illudira ao médico; e que tendo acontecido ser dispenso por incapacidade physica, podia agora fazer qualquer desordem, mais do que então exercia.*³⁴²

As denúncias das formas arbitrárias no processo da conscrição e a rede de solidariedade tecidas entre proprietários e homens pobres livres refletem, principalmente, a situação econômica vivenciada na segunda metade

³⁴⁰ Id. *Ibidem.*, "Scenas do Recrutamento", 07/02/1869.

³⁴¹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Relatório do comandante superior interino da Guarda Nacional, Francisco Marcelino de Souza, ao Comando Superior das Armas, 08/10/1867.

³⁴² APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional de Arraial, para o presidente da Província. 23/02/1864.

oitocentista. Sabe-se que a Província cearense na década de sessenta passava por um momento de grande produtividade no cultivo do algodão. O produto tinha voltado a despontar – no século XVIII já havia sido um dos principais produtos brasileiros³⁴³ - e era cotado como um dos principais no mercado internacional, sobretudo para o emergente comércio industrial da Inglaterra, que prosperava com a fabricação e a exportação de tecidos, precisando importar o algodão manufaturado do Brasil, até porque seu principal fornecedor, os Estados Unidos, estava em guerra (Guerra de Secessão)³⁴⁴.

Dessa forma, as classes dominantes se empenhavam na reorganização dos trabalhadores livres e pobres no intuito de melhorar o “desempenho de suas funções” e poder atender aos interesses do mercado internacional. Assim, a produção provincial precisava ser repensada dentro dos padrões mais produtivos, o que implicava a regularização, sistematização e dinamização da jornada de trabalho dos sertanejos.

Até então, o trabalhador sertanejo utilizava e organizava o seu tempo de trabalho a partir de um tempo matizado, marcado pela natureza/estações (chuva/seca). Sendo assim, era bastante comum dividi-lo nas diversas tarefas que teria que cumprir, inclusive a do plantio, no sentido de garantir a sobrevivência e o sustento de sua família. Além do sistema do trabalho do sertanejo ser orientado pelas possibilidades da natureza (dia/noite, inverno/verão), ele procurava regular sua jornada de trabalho diário de acordo com o tempo necessário para a execução da tarefa a ser realizada. Isso significa dizer que as práticas sociais, além de serem determinadas pelas necessidades e possibilidades da natureza, eram realizadas de forma cíclica e não sistemática. Dessa forma, do ponto de vista do proprietário - que passou a ser influenciado pelos hábitos europeus a partir dos viajantes e das notícias sobre a emergente e próspera industrialização - o trabalho deveria ser disciplinado e sistemático e a forma como era conduzido pelos sertanejos passa, então, a ser considerado como um trabalho sub aproveitado que ajudava a incentivar a vadiice e a malandragem.

³⁴³ LEITE, Ana Cristina. *O Algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial, 1850-1880*, Fortaleza: SECULT, 1994, p.45-46.

³⁴⁴ Idem. *Ibidem.*, p.66 a 68.

Nesse momento de acentuado declínio do escravismo, uma ordem liberal-burguesa buscava redefinir as relações sociais, os hábitos e o comportamento dos homens pobres livres. Em vista disso, o trabalho ajustado nas lides agrícolas deveria ser combinado a partir da modificação da conduta dos homens pobres livres quanto à maneira de trabalhar e a forma de ritmar o tempo.

No entanto, a organização do tempo de trabalho matizado pela natureza e pelas tarefas cotidianas não parecia estranha ao sertanejo, ao contrário, apresentava-se com muita naturalidade, pois o trabalho voltava-se para suprir uma necessidade determinada aos seus costumes de viver. Assim, quando o trabalhador terminava os seus afazeres antes do tempo previsto não procurava ocupá-lo com outra atividade, pois ele não estabelecia ainda a relação tempo/dinheiro, ócio/prejuízo.

O sentido do tempo era portanto descontrolado e errático; do ponto de vista de uma sociedade moderna e elitista, precisava de instituições que o fixassem no imaginário e nos hábitos das pessoas para produzir efeito e sentido. É a partir dessa questão que se pode entender o motivo de certas alianças (entre patrões e empregados) que puseram grandes proprietários contra o poder discricionário de algumas autoridades instituídas pelo Estado (muitos deles também proprietários), pois precisavam de uma grande mão-de-obra livre para trabalhar na emergente produção algodoeira. Para isso, era preciso construir uma noção de tempo/trabalho - modernidade/lucro, que não combinava com o recrutamento aleatório que estava sendo praticado nos espaços sertanejos.

Dessa forma a imprensa, manipulada pelos grandes fazendeiros locais, utilizou-se de uma estratégia de "falar" a mesma língua dos seus interlocutores, como uma forma de alcançar o efeito de sentido desejado. Sendo assim, o Jornal O Cearense, em 1868, sugere que os agentes do governo "*passem a recrutar somente vadios e ociosos que não tem a preocupação de se empregar em atividades úteis*".³⁴⁵

Além de buscar atingir e sensibilizar as autoridades institucionais da Província, os jornais buscavam transmitir um recado para os homens pobres

³⁴⁵ Jornal O Cearense. "O Recrutamento", 05/03/1869.

livres, no sentido de que somente os que não procurassem se empregar estariam sujeitos ao processo da conscrição.

Essa preocupação, no entanto, não ocorreu somente no período da Guerra do Paraguai. No início da década de cinqüenta do século dezenove, quando os debates sobre a organização do trabalho permeavam a Assembléia Provincial, o recrutamento forçado já era uma preocupação para os grandes proprietários. As denúncias encontradas nos jornais nos anos de 1851-52, citadas no primeiro e segundo capítulos, são constantes, pois a falta de mão-de-obra na agricultura já preocupava não somente as autoridades locais como o próprio Gabinete imperial, que se via, sobretudo nos momentos de paz, na condição de cumprir as isenções legais e dar o "bom exemplo". Essa preocupação, que ganhou maiores proporções nos meados do século, continua nas décadas de sessenta e setenta com mais veemência e passou a ser discutida nas ruas como uma preocupação de todos os fazendeiros e comerciantes da Província:

*O recrutamento a laço continua atemorizando a população e tira annualmente do comércio e da terra porção de trabalhadores vigorosos e laboriosos. Não é de admirar que, os pais de família occultem seos filhos e as mães viúvas com medo das arbitriedades dos agentes recrutadores incentivem seos filhos para se embrenharem nas matas.*³⁴⁶

As autoridades institucionais prendiam o homem "recrutável" de acordo com as tradições da cultura e da política brasileira de confundir as esferas de poder com os interesses pessoais das camadas mais bem favorecidas.³⁴⁷ Durante a Guerra do Paraguai, as pressões do Governo imperial sobre os agentes responsáveis pelo recrutamento local levaram as autoridades locais a arremeterem para os campos da batalha todos os homens pobres livres. Dessa forma, homens que normalmente não atraíam a atenção dos recrutadores passaram a ser levados para os quartéis e para as filas de embarque ao Rio de Janeiro.³⁴⁸

³⁴⁶ Jornal o Cearense, "Denúncias", 03/08/1867, p.02.

³⁴⁷ Moura, Denise A. Soares. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998, p. 184.

³⁴⁸ Kraay, Hendrik. *Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial*. Diálogos, DHI/UEM. V.3, nº3, 1999, p. 130.

Essa ambigüidade nos anos da guerra sugere ter elevado um grande número de insatisfação entre toda a população do dezanove cearense. Se antes a luta maior que se travava era entre os que tinham conduta regular (eram laboriosos, indivíduos dignos e protegidos) e os que eram considerados desafetos sociais (por serem vagabundos, insubordinados, marginais) e portanto propícios a conscrição, com o recrutamento aleatório, não existia mais nenhuma diferença aparente entre os indivíduos “honrados” dos ditos “sem honra”. Portanto, não somente a classe abastada volta a querer separar homens dignos dos indignos, mas a própria classe social pobre, insatisfeita com os mecanismos e com as arbitrariedades dos agentes recrutadores, solicita ao presidente da Província essa distinção.

As petições são um grande indício de que, nos liames da pobreza, a classe social pobre e livre exige essa distinção. Encontrei em algumas petições várias justificativas para isentar recrutas, seja para o Exército e Marinha, como também para a Guarda Nacional. Boa parte dos pedidos se apoiava na própria lei do Império. Dessa forma, as solicitações alegavam que o recrutado era morigerado, trabalhador, arrimo de família, filho único, enfim, casos que, de acordo com a Lei de isenção, estariam naturalmente dispensados do processo da conscrição.

Em 1866, Maria de Jesus Valença solicitou ao presidente da Província, a isenção do recrutamento de seu filho Francisco Sebastião, pelo fato de ele ser *“laborioso, trabalhador, honesto que vive para sustentar, ela, sua mãe, viúva e doente a viver prostada numa cama e a depender do sustento desse seu único filho.”*³⁴⁹ Os arrimos de família são casos de isenção previstos na Lei, no entanto, nesse caso, aparece com destaque o bom comportamento do praça Francisco Sebastião, recrutado para a Guerra. José Arimatéia Reis, guarda nacional da reserva, solicita ao presidente da Província a soltura do seu filho Antônio Assis Reis por ele ser *“homem honrado pai de quatro filhos menores, eficiente guarda nacional que presta com zelo os seus serviços”*³⁵⁰. Joanna Maria da Conceição solicitou, também, ao presidente da Província, em 1867, a soltura do seu marido, Franco José Florêncio. A peticionária alegou em

³⁴⁹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Petição de Maria de Jesus Valença para o presidente da Província. 03/05/1869.

³⁵⁰ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Petição de José Arimatéia Reis para o presidente da Província. 10/12/1868.

seu pedido que se tratava de “*um homem honesto, trabalhador, pai de cinco filhos menores e que vive para o sustento da família*”³⁵¹. Mais uma vez o bom comportamento aparece com destaque, pois os indivíduos eram casados e pais de família e, pela Lei do recrutamento, estariam isentos dos campos da Guerra do Paraguai.

Dessa forma, o recrutamento a laço para homens pobres livres insubordinados e sem ocupação definida volta a ser uma das grandes armas dos grupos dominantes para reorganizar as novas relações de trabalho e assegurar o seu poder e prestígio local.

Portanto, mais uma vez, a preocupação dos grandes proprietários e das autoridades locais se volta para dar tratamento diferenciado aos homens honrados da Província e apenas os que não tinham honra; principalmente sobre os que optavam por seguir o caminho do banditismo social em vez dos bons costumes da época. Relatórios são apresentados na Abertura da Assembléia Provincial do Ceará, destacando que era preciso apenas de forma mais rigorosa os “desafetos sociais”, sobretudo quando os crimes cometidos envolviam enormes prejuízos econômicos. Ainda que fossem comuns pela moral da sociedade sertaneja os castigos corporais e a prisão dos “desafetos sociais”, o serviço das armas, sobretudo para a guerra, era considerado um dos principais corretivos para os “criminosos” da sociedade e para os conflitos das relações cotidianas. Essa idéia de punir os homens pobres livres que não se “enquadravam” nas propostas da sociedade mais abastada da Província não era novidade, só tinha ficado um pouco adormecida nos momentos de grande entusiasmo e euforia geral que tomou conta da Província e de toda a Nação no início da Guerra do Paraguai.

³⁵¹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Petição de Joanna Maria da Conceição para o presidente da Província, Pedro Leão Velloso, 05/07/1867.

3.3 O Peso das Tradições

Em 6 de julho de 1865, sob o entusiasmo e a euforia que tomaram conta de toda a Província por causa da criação do corpo de Voluntários da Pátria e das notícias sobre a Guerra do Paraguai, o Sr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello apresentou o seguinte discurso:

A estatística criminal demonstra, infelizmente que os direitos individuais ainda estão longe de ser tão garantidos e respeitados na província, quanto o exigem a civilização e os interesses mais vitais da sociedade (...)

As principais causas d'este triste estado de cousas estão verificadas pelos próprios dados estatísticos: a maior parte dos crimes são cometidos por analfabetos, sem profissão conhecida; o maior numero de julgamentos dá em resultado a absolvição.

*Sem a instrução que eleva e enobrece o espírito, sem a educação moral que cria a religião do espírito de paz e ordem, os instintos perversos se desencadeiam, se não lhes embarga o passo e temor da sancção penal e só o serviço das armas poderão corrigi-los.*³⁵²

Em seu discurso, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello exerce enorme pressão sobre as autoridades da Província, que, além de não oferecerem educação básica para a população - de acordo com a sua óptica - são coniventes com a criminalidade, tanto por não oferecer uma rigidez na hora de julgar os processos quanto pelo fato de serem os principais responsáveis por essa massa de pessoas “*sem a instrução que eleva e enobrece o espírito, sem a educação moral que cria a religião do espírito de paz e ordem, os instintos perversos se desencadeiam*”. Dessa forma, procura chamar a atenção das autoridades institucionais no sentido de se preocuparem com a punição que deveria ser dada para aqueles que “*só o serviço das armas poderão corrigi-los*”. Assim, em seu discurso, procura justificar a conscrição em cima da população pobre e livre que fosse considerada pelas autoridades “dignas” para o exercício da guerra.

O seu discurso foi proferido em plena Assembléia Provincial(Fortaleza), onde a sessão plenária em sua quase totalidade era

³⁵² Discurso de Francisco Inácio M. Homem. de Mello, 06/07/1865, p.05-06, “Segurança Individual e de Propriedade” In: PINHEIRO, Francisco José. “O Homem Livre-Pobre e a Organização das Relações de Trabalho no Ceará-1855/1880”. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, UFC (20-21), ½: 199-230, 1989/90. p. 217.

constituída de homens de grossa ambição e de extremo conservadorismo, e, nesse período - primórdios da Guerra do Paraguai - em que o patriotismo exacerbado pairava nos discursos das autoridades e políticos nacionais. O discurso do Sr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, soou de forma uníssona, mesmo para o seus principais opositores, membros do partido Liberal, que na época do discurso encontravam-se nos principais cargos públicos da Província.

Quando o discurso foi proferido, início da Guerra do Paraguai, não existia, ainda, forte oposição ao serviço da guerra, e até a camada social pobre e livre que tinha ojeriza às forças militares regulares foi seduzida, por um breve período(1864-65), pela elite local que euforicamente espalhava notícias sobre o sucesso nos campos do inimigo e sobre a idéia de nação e patriotismo.

Dessa forma, muitos "cabras" dos espaços sertanejos se inscreveram como Voluntários da Pátria. No entanto, foram dizimados nos campos da Guerra do Paraguai e nunca mais voltaram para as suas famílias.

Com o passar do tempo notícias negativas sobre a guerra começaram a ser propagadas pela imprensa local. Cada vez mais chegavam aos ouvidos de algum homem remediado ou de pobres livres notícias da morte de algum amigo ou parente. Assim, o número de Voluntários da Pátria se esgota e rapidamente surgem novas formas de arregimentar para as fileiras do Exército "voluntários" recrutados à força sob o poder discricionário das autoridades locais.

O discurso muda, e com ele a oposição à Guerra do Paraguai cresce. Assola a Província um grande misto de insatisfação e de desordem e as autoridades institucionais impõem cada vez mais o seu poder sobre a população. As facções políticas tendem a aumentar nesse período e a elite local se divide não somente em conservadores e liberais, mas em quem tem propriedades e precisa de uma grande mão-de-obra livre e em quem prefere atender as pressões do Governo imperial e cobrir as cotas mínimas designadas para cada paróquia. Trava-se então de uma nova luta entre os pares de uma mesma classe. Elite proprietária e autoridades institucionais se digladiam pela força de trabalho do homem pobre e livre dos espaços sertanejos.

Assim a desordem, tão temida pela sociedade dos oitocentos, toma conta de toda a Província. Alianças entre proprietários e homens pobres livres põem em xeque o poder das autoridades institucionais. Assim como a *gentry* inglesa, os proprietários de terras (muitos deles ocupavam ou já haviam ocupado os principais cargos públicos), recomeçam a (re)determinar os padrões do poder local³⁵³.

Dessa forma, estratégias de resistência da população pobre e livre ganha apoio e benevolência das camadas mais bem favorecidas e a violência torna-se um grande caos para aqueles que tinham que efetuar e atuar legitimamente no processo da conscrição.

Nesse entremear de opiniões dissidentes quanto às formas de recrutar, notícias variadas ganhavam as ruas tortuosas desse imenso sertão. Os boatos se espalhavam numa verdadeira "epidemia" de "causos". Sempre alguém tinha uma "estória" para contar sobre as atrocidades cometidas com um amigo ou parente. Os agentes recrutadores não escapavam da fúria da população, sendo espancados, expulsos e até mesmo mortos na sua difícil empreitada de recrutar. As autoridades provinciais recorriam desesperadamente ao presidente da Província, solicitando ajuda, ou simplesmente relatando as ocorrências. E nessa frenética desordem social, as maiores cidades dos espaços sertanejos tornaram-se os principais palcos de insubordinação.

Em Aracati, no dia 28 de maio de 1867, ocorreu mais um conflito armado que contagiava toda a Província. Motivo: "*uma escolta que conduzia guardas nacionais para a capital foi interceptada por um grupo armado que lhes arrancou os dezoito recrutas e do qual saíram feridos cinco soldados, e ficaram presos três dos resistentes*". Relatou o comandante superior da Guarda Nacional, João de Sousa Mello e Alvim, em seu ofício para o comandante superior interino, Guilherme P. Azevedo³⁵⁴. Esse grupo, como outros semelhantes e espalhados pela Província, não se rendia, lutava até o fim para fazer valer a rede de solidariedade que se estabelecia entre eles. Dos

³⁵³ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Revisão Técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p.16.

³⁵⁴ APEC. *Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional, João de Sousa Mello e Alvim para o comandante superior interino, Guilherme P. Azevedo de Aracati. 28/05/1867*

três homens apreendidos pela polícia, o guarda nacional José Gomes Barbosa “sob pretexto de ser elle arrimo de família”, foi solto. No entanto, o comandante superior da Guarda Nacional, João de Sousa Mello e Alvim, em sua carta para o comandante superior interino, Guilherme P. Azevedo, diz que

(...) o Excelentíssimo Senhor Presidente foi illudido quando lhe fiseram constar semelhante isempção. O pai do guarda nacional em questão não só tem outros filhos, como este mesmo guarda nem ao menos em sua companhia vive, mas sim com outro em casa de estranhos.³⁵⁵

Na batalha da resistência ao recrutamento, mulheres também participaram de ações armadas. Um desses fatos aconteceu na Comarca de Quixadá, em agosto de 1875, onde existia um grupo de mulheres que fazia “correr da matriz daquela freguezia a junta de alistamento para o exercito”³⁵⁶. As mulheres participavam, às vezes sozinhas, às vezes com os próprios maridos e filhos. Na paróquia de Acaraú, “Antonio Benedito, sua mulher, duas filhas e outros homens e mulheres, todos armados, tomaram dos policiais designados para effectivarem a prisão um recruta filho do mesmo Antonio, de nome João”³⁵⁷. A incursão foi um desastre para as forças do governo que deixaram escapar mais um recruta, mas esta vitória não pôde ser comemorada pela família, amigos e parentes; uma vez que Antonio Benedito, pai do designado, foi morto no combate com as autoridades que efetivavam o recrutamento. Esse caso sugere que muitas tomadas de recutas foram urdidas por toda a família, incluindo grupos de amigos e pessoas muito próximas.

Em Baturité, o alferes e comandante interino, Manoel Antônio da Silveira, envia um ofício ao comandante superior da Guarda Nacional, João Pereira Castelo Branco, informando a resistência de uma família inteira contra a escolta designada para recrutar para o serviço da guerra. De acordo com o ofício,

Levo ao conhecimento de Vossa Senhoria que em virtude de ordem, que me transmittio o Sr. Tenente Coronel Francisco Ferreira

³⁵⁵ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional de Aracati para o presidente da Província. 28/11/1866.

³⁵⁶ Jornal O Cearense. “Mulheres Sediciosas”, 22/08/1875.

³⁵⁷ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior da Guarda Nacional de Acaraú para o presidente da Província. 13/05/1866.

da Silva Junior para proceder a captura dos Guardas nacionaes do Batalhão nº17 designados para o serviço da guerra, segui hontem a noite com uma escolta afim de dar cumprimento a referida ordem e aconteceu que chegando com a mesma escolta ao lugar denominado –Canôa, dirigimo-nos a Casa de José Patrício, onde se suspeitava haverem alguns designados, mas apenas chegando-se a porta da frente da casa que se achava aberta, e olhando-se para dentro, appareceu uma mulher a qual perguntando o que pretendia-mos, declaramos-lhes que era prender guardas nacionaes designados.

A vista disso a mulher declarou que se entrassi em sua casa, offerecendo um tição de fogo para fazer claridades, mas eu e a escolta nos negamos a entrar, e não entramos, quando repentinamente ouvimos o estampido de um tiro disparado de dentro da caza sobre o guarda nacional Antônio Ferro, o que se supõe que não tardará a perder a vida.

Mandando eu immediatamente cercar a caza pala escolta a fim de prender-se a pessoa que disparou o tiro, sahiram de dentro della treis homens filhos de José Patrício que armados de cacetez, arremessaram-se contra a escolta, travou-se renhida lucta, e della rezultou sahirem firidos de cacetadas o sargento Galdino e outros guardas nacionaes. Em consequência do facto que acabo de expor a Vossa Senhoria, não tendo sido pussivel prender-si os treis filhos de José Patrício, que conseguirão evadir-se, tratei de retirar-me com a escolta para vir a Vossa Senhoria o ocorrido.³⁵⁸

Nas paróquias de Cachoeira e Canindé, a tensão também espalhava-se rapidamente. Em Cachoeira, em dezembro de 1868, o Capitão José Ursulino resistiu com força armada à diligência feita pelo subdelegado dessa localidade para capturar guardas nacionais do seu batalhão designados à guerra. No entanto, além resistir à prisão dos guardas de seu batalhão, pôs ainda para correr a tal diligência designada para efetivar o recrutamento a base de *“muita pancadaria, tiros de pólvora e cacetadas por todos os lados”*. Canindé, também, foi cenário de mais uma tomada de recrutas que assolava a Província e dois guardas designados para a guerra ganharam a liberdade depois de uma *“renhida lucta em que Joaquim Pedro Vianna feriu com canivete a doiz soldados de Polícia Manoel dos Santos Braga e José Rodrigues de Souza.”*³⁵⁹

Passou, então, a ser comum aparecerem reclamações, sobretudo das autoridades designadas para efetivar a conscrição, vindas de todas as

³⁵⁸ APEC. Guarda Nacional. Série; Ofícios Expedidos. Ofício do alferes e comandante interino, Manoel Antônio da Silveira, envia um ofício ao comandante superior da Guarda Nacional, João Pereira Castelo Branco, 14/07/1867.

³⁵⁹ APEC. Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante interino da 1ª Companhia de Cachoeira e Canindé, José Francisco Soares Rego, para o presidente da Província, Diogo Cavalcante de Albuquerque, 27/12/1868.

direções sobre a maneira como eram executadas as resistências contra o recrutamento e a conivência dos proprietários que dificultavam o serviço das autoridades patrióticas. Cada vez mais patrões e empregados se aliavam na tentativa de combater as formas como o governo mandava executar os “aprisionamentos” .

De acordo com um grande proprietário, no fim da década de sessenta, para que “os *homens do campo se tornassem mais diligentes, e aplicados tinham que lhes garantir trabalho, proteção e ‘bem querer’*”³⁶⁰.

No entanto, quando esse “bem-querer” era rompido com os proprietários por uma palavra mal compreendida ou por um gesto considerado como arrogância, os homens pobres livres que tinham laços de dependência recorriam ao Estado, solicitando providências e justiça. Ou seja, quando as regras e as negociações eram rompidas e violadas, tanto no que diz respeito à “proteção”, como em relação às desavenças pessoais, a camada pobre e “protegida” enviava pedidos de soltura e reclamações constantes às autoridades institucionais locais.

Dessa forma, mais uma vez, as petições passam a ser a forma mais corriqueira utilizada pelas famílias dos recrutados que cobram do Estado a aplicabilidade das leis constitucionais. As solicitações de soltura são enviadas através de ofícios e cartas para os presidentes das Províncias e até mesmo para o Imperador. Foi o que aconteceu com Maria Inácia Soares, que, em sua petição, solicita ao presidente da Província,

*(...) justiça e reparação da violência praticada contra o seu marido, José Vieira da Costa(...) Ele foi arrancado do seu trabalho no dia 7 do mês corrente passado, preso e remetido para o Crato, onde se encontra recolhido na cadeia d'aquella cidade e esta a morrer d'fome, e alguns dos miseráveis, estão até nus! e isso Senhor, sem que houvesse cometido crime algum. Se ele fosse um bandido ou criminoso, mas a lei expressa e sagrada o isemptava do recrutamento e ele não devia ser comparado a um criminoso setenciado.*³⁶¹

A partir dessa petição, é interessante notar que os homens pobres livres, às vezes sozinhos, às vezes aliados num grupo maior, buscavam

³⁶⁰ *Jornal Araripe*, “Situação Agrícola da Comarca do Crato”.02/04/1869.

³⁶¹ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios expedidos. Petição de Maria Inácia Soares ao presidente da Província do Ceará. 10/05/1868.

negociar e se aliar, formando um grande jogo de micro-poderes que se estabeleciam, ora com os grandes proprietários, ora com o próprio Estado, mas sempre em seu próprio benefício. Dessa forma, recorriam e buscavam alianças com os proprietários para se proteger contra o poder discricionário das autoridades institucionais, mas às vezes recorriam às autoridades do Estado contra os gestos arbitrários de poder dos próprios latifundiários. Nessa imbricada rede de relações acabaram exercendo de forma autônoma estratégias para burlar sua condição de não-possuidores de bens, conquistando espaços de sobrevivência nessa sociedade tão estratificada e regida pela hierarquia dos títulos honoríficos.

Um comerciante, preso para ser recruta em Pernambuco, solicitou ao Presidente da Província, em 23 de março de 1868, a sua liberdade. No seu texto, ele afirma que *“foi prezo por se opor a votar no Sr. João de Souza e sua família goza das mais profundas necessidades”*.³⁶²

Com Joanna Maria da Conceição, mulher de Francisco José Florêncio, aconteceu fato interessante. Ela também solicitou ao presidente da Província a soltura de seu marido. No entanto, tinha ela antes requerido a prisão dele, pois, segundo a peticionária,

*(...) o marido é um d'esses indivíduos, que nenhum caso faz dos deveres de seu estado, pois alem de não viver com a família, e de publico amancebado, só a procura, uma vez por outra, para a maltratar, sendo que todos os seus visinhos são concordes em asseverar, que semelhante homem, é já hoje um verdadeiro perigo para sua própria família, e bem capaz, contra ella, de commeter algum excesso.*³⁶³

No entanto, ela se arrepende quando presencia a prisão de seu marido, e, logo que isto acontece, briga com os agentes recrutadores, dificultando o trabalho deles. O pedido de liberdade para o seu marido é negado e, inconformada com a situação, a requerente vai presa *“por quebrar toda a delegacia e enfrentar os soldados da Policia”*.³⁶⁴

³⁶² APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Petição de Antônio Cândido para o presidente da Província. 23/03/1868.

³⁶³ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Petição de Joanna Maria da Conceição para o presidente da Província. 28/11/1867.

³⁶⁴ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Petição de Joanna Maria da Conceição para o presidente da Província. 28/11/1867.

Durante todo o período da Guerra do Paraguai e até mesmo após a luta no *front*, o Estado encontrou barreiras para exercer o seu poder relativo aos aspectos militares de maneira plena, principalmente quando a ordem interna não podia contar com as forças regulares do Estado³⁶⁵.

A ordem da pátria, mais uma vez, estava nas mãos do poder privado, que possuía uma clientela que não podia ser tocada pelo Estado central. No entanto, no auge da Guerra do Paraguai os limites e vicissitudes dos acordos com o poder privado de não recrutar “homens honrados” se perde a partir das necessidades em aumentar o contingente brasileiro para o conflito. Assim, a idéia de ampliar a base de recrutamento produziu novos desafios e pressões sobre os costumes políticos e sobre a velha ordem social do Império.³⁶⁶ Essa grande tensão que permeou as paróquias locais no tocante à questão do recrutamento forçado comprometeu sobremaneira o estabelecimento da ordem nas paragens cearenses. Uma convulsão social se delineava na Província, na medida em que as notícias de resistência eram comemoradas como verdadeiros atos de bravura e heroísmo.

Em 14 de julho de 1869, uma escolta designada ao lugar chamado Lagoa das Pedras dirigiu-se à casa de Benedito José de Souza, com a finalidade de prender possíveis soldados para a guerra. No entanto, esses guardas foram recebidos “a tiro e cacetadas” pela mãe dos designados, pelas sobrinhas e três filhos de Benedito José de Souza. Em consequência do fato, saíram feridos o capitão Antônio Justino e outros guardas nacionais. Esta notícia se espalhou pela cidade como uma desmoralização do poder público, pois, além dos recrutadores saírem feridos, os que resistiram à prisão conseguiram fugir sem punição.³⁶⁷

O comandante interino do Batalhão nº 22, da Comarca de Canindé, viveu o mesmo problema,

(...)Tendo Francisco Antônio por ocasião de ser prezo por uma escolta da guarda nacional, a ordem do Senhor Commandante Superior, e dado uma punhalada em um soldado da dita escolta,

³⁶⁵ COSTA, Wilma. Op. cit., p.27

³⁶⁶ Idem. Ibdem., p.226.

³⁶⁷ APEC. Fundo: Guarda Nacional. Série: Ofícios Expedidos. Ofício do comandante superior, João Pereira Castelo Branco, ao quartel da Primeira Companhia da Guarda Nacional de Baturité. 14/07/1869.

*como confessa o Commandante Superior em instaurar o processo contra o delinqüente, foi solto, mesmo depois de ter sido prezo em flagrante. Agora esse dito Francisco anda solto em liberdade caçoando do Comando Superior.*³⁶⁸

As altas patentes da Guarda Nacional também se recusavam a ajudar o governo, muitas vezes entrando em conflito com os agentes responsáveis pelo recrutamento. Na comarca de Camocim saindo em diligência, os agentes recrutadores enfrentam verdadeiras “guerras”, quando tentavam recrutar o “séquito” do coronel local o dr. juiz municipal. Em um dos documentos referidos desta comarca, encontrei o referente a José Antônio de Sousa Uchoa, que fugiu com a ajuda do coronel e juiz local, quando soube que estava na lista de convocação para a guerra. O mesmo José Antônio tinha ainda se refugiado “em um serrote ao pé do lugar denominado Riacho das pedras, com 30 homens em armas e em posição de oppor formidável resistêcia, pois que se tem para isso preparado com famosa trincheira de pedras”. A prisão tinha sido suspensa, pois, segundo a documentação, os oficiais designados como agentes recrutadores receavam “que por ocasião de tentar a prisão de José Antônio se dê algum conflicto e resulte desordem e seja depois processado com a tropa, pelo referido juiz que proteje o Criminoso”.³⁶⁹

Outra estratégia, também bastante comum, encontrada pelas altas patentes da Guarda Nacional para se eximir do cumprimento das ordens oficiais, no tocante às designações para a guerra, foi o licenciamento do comando alegando doença. Benedito Sequeira diz que “por se encontrar acamado e com sérios problemas respiratórios necessita se afastar do seu comando”³⁷⁰.

A população pobre e livre resistia ao processo arbitrário da conscrição, ora aliada com seus pares, ora aliada com quem melhor pudesse eximi-la do serviço militar. Nessa corrida incessante contra o recrutamento militar, o desejo de ser aplicada a conscrição somente para os “desafetos sociais” se instaura novamente com grandes proporções nos discursos da sociedade brasileira.

Dessa forma, nos últimos anos da Guerra do Paraguai, as autoridades voltam a se preocupar com medidas que pudessem amenizar o problema da

³⁶⁸ APEC. Ofício do delegado de Canindé, Joaquim do Carmo Ferreira Chaves, ao Dr. João de Sousa Mello Alvim, presidente da Província. 18/09/1868.

³⁶⁹ Idem. Ibdem.

³⁷⁰ APEC. Guarda Nacional. Correspondência do comandante da Guarda Nacional de Aracati para o presidente da Província. 05/07/1867.

falta de homens nas Forças Armadas, mas sem prejudicar o “progresso” e a “modernidade” do País.

Assim, após a Guerra do Paraguai, é aprovada uma nova Lei do recrutamento, a de 1874, que tomou o número de 2556, em que se instituíam juntas de alistamento e o sorteio.³⁷¹ No meio dessa onda de reformas para o processo da conscrição, a nova lei prometia dar um fim ao recrutamento forçado. De acordo com Hendrik Kraay³⁷², o primeiro sorteio paroquial escolheria entre os cidadãos de 19 a 30 anos e estes serviriam por um prazo de seis anos, independentemente da sua posição social. No entanto, esse sorteio só seria posto em prática caso fosse insuficiente o número de voluntários para as Forças Armadas. Mesmo com essa ressalva, a Lei não souou bem aos ouvidos da população. Primeiramente porque sabiam, e tinham vivenciado já essa experiência, que o número de Voluntários da Pátria dificilmente atende as necessidades de uma guerra. Em segundo lugar, sabiam que dificilmente o Governo Imperial conseguiria obter o número de voluntários necessários, e com isso as isenções, que mesmo falhas e não cumpridas na prática, eram uma garantia legal que os homens tinham para ser dispensados da guerra.

Dessa forma, com a implementação da nova Lei do recrutamento, as antigas isenções legais não teriam mais nenhuma serventia, já que o que pesava agora para a escolha dos indivíduos era, somente, a sorte de cada um; ou seja, a população interpretou que o nome sorteado pela junta paroquial designada teria que ir para o *front*, sem nenhum direito a qualquer recurso e mesmo homens de prestígio social e com grandes cabedais, se sorteados, teriam que enfrentar os mesmos dissabores dos homens pobres livres. Rodolpho Teóphilo em seu magistral romance *Os Brilhantes*, faz menção dessa interpretação da Lei do Sorteio. De acordo com o autor:

*Os homens pensavam em cousa diversa e pior – o sorteio. Em breve iriam de farda às costas, de mar a fora, sem isenção que os valesse. O sorteio não queria saber se o indivíduo era casado, ou filho único de mulher viúva; sadio e mômço, era quanto se dizia bastar. (...) Tratava-se de um castigo que seria para todos. Sorteio ou excomunhão, não o dissera o informante que também ignorava a espécie de mal, que em breve viria flagela-los.*³⁷³ (grifo nosso)

³⁷¹ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente – 1850/1890*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981, p. 67.

³⁷² KRAAY, Hendrik. Op.cit. p.113.

³⁷³ TEÓPHILO, Rodolpho. Op. Cit., p.21.

Mesmo não sendo isso o que estava previsto na Lei - que continuava isentando filhos que sustentassem as mães viúvas, irmãos órfãos menores e pais velhos, porém não tinha sido mantida a isenção para os casados³⁷⁴ – os boatos sobre a implantação ganham um verdadeiro alvoroço de toda a população. Tanto os homens pobres livres como a elite local e nacional tinham interpretado a Lei como descreveu Rodolpho Teóphilo “*um castigo que seria para todos*”. Dessa forma, o Governo imperial, pressionado por todos os lados, precisou comprimir as autoridades locais para que se esforçassem em executar a Lei. Dessa forma, o Governo imperial envia para todas as províncias do Brasil o seguinte ofício,

Ilmo e Excelentissimo Senhor

O artigo 8º do Regulamento que baixou com o Decreto nº 5881 de 27 de Fevereiro proximo passado determina que no dia 1º de Agosto de cada anno se proceda em todas as Parochias do Império ao alistamento dos cidadãos para o serviço do Exercito e da Armada. É portanto, urgente que Vossa Excelência recomende ao Juiz de Paz mais votado de cada Parochia dessa Provincia a fiel observancia do artigo 13 do mesmo Regulamento, de forma que no dia 1º de julho proximo futuro, impreterivelmente, sejam affixados em todas as Parochias editaes nos termos do dito artigo 13; convindo igualmente que Vossa Excelencia officie as demais autoridades (o subdelegado e o Parocho) que compõem as juntas de alistamento em todas as Parochias e Presidente da Comarca Municipal que formão as juntas de revisão em todas as cabeça de comarca (artigo 26) declarando a cada uma dessas autoridades que o Governo espera e confia de sua dedicação e zelo pelo serviço publico, que as referidas juntas estarão funcionando nas epochas marcadas no citado artigo 8º e nos artigos 27 e 32 do Regulamento.

Vossa Excelencia providenciará para que os Inspectores de quartirão remettão no devido tempo aos Juizes de Paz Presidentes das Juntas de alistamento, as listas de que se trata o paragrapho único do artigo 14, e bem assim ordenava as diversas autoridades locaes que prestem áquelles Presidentes as informações que por elles forem exigidas na conformidade desse mesmo artigo. O livros mencionados nos artigos 18 e 19, e os formularios a que se refere o §1º do artigo 141 serão remettidos opportunamente desta Côrte, segundo os modêlos que se estão organizando ou sera Vossa Excelencia autorizado a mandar fazel-os ahi nessa Provincia, conforme os mesmos modêlos, que então lhe serão enviados.

A ausencia por enquanto, de taes livros e formulários não embaraço de modo algum que desde já se vão fazendo nessa Provincia os trabalhos preliminares indispensaveis para a execução do artigo 8º do Regulamento da devida epocha; e que Vossa Excelencia expeça suas ordens aos Juizes de Paz mais votados,

³⁷⁴ Kraay, Hendrik. Op. Cit. p.p.115-116.

como acima ficção recommendado, para que cumprão o disposto no artigo 13.

Vão agora 231 exemplares da Lei e Regulamento para o serviço do recrutamento, os quaes Vossa Excelencia fará distribuir pelos membros das Juntas de alistamento e revisão.

Finalmente, sendo o objecto do presente Aviso da maior transcendencia, conta o governo que Vossa Excelencia não se preparará a esforços e empregará toda sua solitude para que nessa Provincia a execução da nova lei do recrutamento tenha lugar sem o emprego dos meios repressivos que a Lei estabelece³⁷⁵.

Assim, nos primeiros dois anos subseqüentes à nova Lei do recrutamento(1875-76), as juntas paroquiais, compostas pelo vigário local e pelo juiz de paz, estabeleciam as listas nominais fornecidas pelos inspetores de quarteirão. Após a convocação, as listas eram analisadas pelas juntas de revisão, compostas pelo juiz de Direito, pelo delegado de polícia e pelo presidente da Câmara Municipal, com a participação, ainda, do promotor público e afixadas nas paróquias locais. Os nomes convocados só eram retirados da lista caso o pedido de isenção e soltura fosse aceito e emitido pela assinatura do presidente da Província ou pelo Ministro da Guerra.

Algumas freguesias conseguiram cumprir a lei e entregaram os seus alistamentos. No entanto, os boatos de que todos os homens sadios que tivessem na idade de ser recrutados para as Forças Armadas, independentemente de serem ricos ou pobres, fizeram com que a população despossuída e enfurecida invadissem as igrejas e rasgasse os editais e exemplares da lei. Além disso, foram destruídos móveis e utensílios, julgando que a nova Lei escravizaria a todos, mas principalmente os trabalhadores rurais. Os distúrbios na Província cearense ocorreram, principalmente, em Acarape, Santa Quitéria, Quixadá, Boa Viagem, Baturité e Saboeiro.³⁷⁶ Inúmeras solicitações e pedidos de ajuda para o restabelecimento da ordem nessas freguesias foram enviadas pelos comandantes locais e remetidas para o presidente da Província ou para o Ministério da Guerra.

³⁷⁵ APEC. Fundo: Executivo Provincial. Ministério dos Negócios da Guerra. Circular nº 1954. Ofício enviado para o presidente da Província pelo chefe de polícia interino da Corte, João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro, 03/04/1875.

³⁷⁶ APEC.Fundo: Executivo Provincial.Ofícios as juntas paroquiais de alistamento, segundo o decreto nº 5.881 de 27 de fevereiro de 1876. Ofícios e circulares enviadas pelo presidente da Província, Ezmerino G. Parente aos párocos locais (de Santa Quitéria, Quixadá, Saboeiro e Baturité), no qual se mostra ciente das desordens ocorridas em razão das listas de convocação para o serviço militar. 12/01/ 1876, 21/06/1876 e 05/07/1876.

Em Santa Quitéria, por exemplo, as autoridades locais recorreram ao presidente da Província, pedindo auxílio. Solicitaram novos exemplares das listas e reforços para que o processo de alistamento fosse efetuado. Assim, tem-se a seguinte resposta do Presidente Ezmerino G. Parente, em 1876:

Ao da de Santa Quiteria

*Sciente, por seo officio de 23 do mez proximo passados do facto ocorrido no processo do alistamento, à que procedia a junta d'essa parochia, recomendo, a Vmc. que convoque a mezma junta para proseguir em seos trabalhos apenas ahi chegue a força, que faça seguir para garantil-a em suas funções; e nesse entretanto obtenha os recisso esclarecimentoz, e providencie de modo que a referida junta possa, sem maiz interrupção, concluir o alistamento no menor prazo, como convem aos interesses das outras localidades. Remetto-lhe mais um exemplar do regulamento e outro dos formularioz organizados para o alludido serviço, que espera do seo zelo e dedicação sera promptamente ultimado.*³⁷⁷

O mesmo aconteceu com a Paróquia de Quixadá e Saboeiro, ambas solicitaram ajuda ao presidente da Província para que fossem enviados reforços, pois,

*(...) a população qual um leão havia se levantado e se voltado contra os agentes recrutadores, causando uma imensa confusão e que os poucos presos que tinham sido arregimentados logo forão soltos com a conviência dos inimigos do governo.*³⁷⁸

A tensão criada com a nova Lei do sorteio repercutiu entre ricos e pobres, entre homens de "bem" que pertenciam a uma facção do poder na Província e homens pobres livres não possuidores de bem algum. E todos se sentiam ameaçados pela condição, imposta pela nova Lei, de terem que abandonar a qualquer momento os seus deveres habituais.

Se nos anos finais da Guerra do Paraguai a insatisfação já tomava conta de toda a Província, sobretudo dos que tinham interesses na sistematização e na organização da mão-de-obra livre, agora então parecia ser pior, pois estavam todos de forma generalizada sentindo-se prejudicados com a nova imposição do Governo imperial. Segundo as palavras dos comandantes

³⁷⁷ APEC. Fundo: Executivo Provincial. "Ofícios as Juntas Paroquiais de Alistamento". Ofício do presidente da Província, Ezmerino G. Parente, ao pároco de Santa Quitéria. 27/02/1875.

³⁷⁸ APEC. Fundo: Executivo Provincial. "Ofícios as Juntas Paroquiais de Alistamento". Ofício do chefe de policia interino da Corte, João José de Oliveira Junqueira, ao presidente da Província - 03/04/1875.

que organizavam os agentes recrutadores nos espaços sertanejos do Ceará, a situação é

*(...) tão lastimável, que só se pode contar com a coadjuvação de poucos agentes no desempenho de suas funções, e a quantidade de delinquentes armados a cacetes é sempre muito maior d'aquelles que estão designados a cumprir com presteza o seu serviço.*³⁷⁹

Além de ser muito maior o número de homens propensos à desordem, em detrimento dos agentes recrutadores, o trabalho não estava sendo exercido por todos os agentes que compunham o cargo público e que efetivavam a designação dos conscritos para o serviço das Forças Armadas, pois, de acordo com a fonte, os comandantes só podiam “*contar com a coadjuvação de poucos agentes no desempenho de suas funções*” para cumprirem a nova Lei do Sorteio.

Também em Boa Viagem, o comandante superior da Guarda Nacional afirma que “*na epocha actual lucta-se com as maiores dificuldades para reunir até mesmo um número pequeno de recrutas (...) já pelo terror do recrutamento e designação para o serviço, de maneira que não se sabe mais a quem recrutar*”.³⁸⁰

Dessa forma, a Lei do Sorteio indica ter proporcionado uma oposição bastante difundida entre a sociedade dos oitocentos. Os legisladores que sempre discutiram mudanças no recrutamento, desde os tempos coloniais, viram soar de forma uníssona o desejo de que retornassem ao antigo e velho sistema de conscrição. As diversas reclamações de todos os tipos e em todos os cantos ecoavam na província a partir das dúvidas pairadas no ar sobre quem seria sorteado e deveria servir à Pátria.

Da mesma maneira, e à primeira vista, a imprensa local voltou a publicar em seus editoriais a necessidade de distinguir os homens considerados de “bem” daqueles hávidos por “desafetos sociais”, reiterando em suas páginas a idéia de que o recrutamento deveria ser empregado somente como uma forma de punição para “*os sujeitos indisciplinados e que se omittem do abundante*

³⁷⁹ Idem. Ibidem., 03/04/1875.

³⁸⁰ APEC. Fundo: Executivo Provincial. “Ofícios as Juntas Paroquiais de Alistamento”. Ofício do comandante da Guarda Nacional, Caetano de Mendonça Velloso, ao presidente da Província. 07/08/1875.

trabalho regular que dignifica tanto o homem como a sua a família".³⁸¹ Essa idéia já anteriormente propagada na Província e enfatizada no discurso do Barão Homem de Mello, redefine no imaginário social do dezenove que para os homens insubordinados, viciosos e preguiçosos "*só o serviço das armas poderão corrigi-los*". Assim, os alaridos recorrentes contra a Lei do Sorteio soaram para que o recrutamento voltasse a residir de acordo com os costumes de recrutar, para as Forças Armadas, somente indivíduos que estivessem à margem dos padrões sociais.

Vencida pelas reivindicações das camadas populares e por uma combinação variada das elites – estas temiam perder seus privilégios – e do Estado, que sem o apoio necessário não conseguiram atender bem as imposições do Governo Imperial, a Lei do Sorteio, de 1874, tornou-se letra morta. E o recrutamento continuou, a partir do peso das tradições, nos mesmos moldes anteriores, permitindo recrutar para as Forças Armadas indivíduos que não se enquadravam nos parâmetros da elite local. Além disso, a polícia podia melhor representar o seu papel de mantenedora da ordem, a partir do seu poder arbitrário que obrigava presos a se alistar como "voluntários" em lugar dos comuns castigos legais ou extralegais,³⁸² e do poder de coação que exerciam sobre os homens pobres livres sem trabalho e sem proteção, cujo sentido residia na manutenção das velhas práticas que embasavam as relações paternalistas. Na verdade, a retomada e a reiteração das velhas práticas sociais paternalistas sugerem que os homens pobres livres "protegidos", a classe proprietária e o Estado apoiavam e legitimavam o sistema de patrono-cliente do qual faziam parte e tiravam cada um em seu benefício o seu próprio quinhão desta relação.

Portanto, os membros que se beneficiavam desse patronato sabiam a importância que a força e a violência tinham num cenário ensaiado desde o período colonial. Mantê-lo fazia parte da complexa rede de relações que sustentavam as hierarquias de classe quanto aos que se distinguiram entre os "com" e os "sem" honra. Assim, parafraseando Thompson, as relações se davam sempre a partir de acordos verbais e negociações nos quais interesses opostos apresentavam sempre situações conflitantes e o peso das tradições e

³⁸¹ Jomal O Cearense, "Scenas do Recrutamento". 08/04/1875.

³⁸² Kraay, Hendrik. *Op. Cit.*, p. 140.

dos costumes constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado.³⁸³

³⁸³ THOMPSON, E. P. Op. Cit. p.16.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante infindáveis dias olhei para o papel em branco pensando como seria esse *grande finale*. Queria expressar toda a minha satisfação ao mesmo tempo que dar conta do recado. Os dias iam se passando, a pressão para que eu terminasse aumentando, a angústia e o desespero iam tomando conta de mim, sem que eu conseguisse pôr um “simples” ponto final. Simples, que nada. Cada vez que lia e relia o trabalho descobria sempre uma expressão que deveria ser melhor discutida conceitualmente ou melhor explorada. Um autor que havia lido e “roubado” suas idéias sem que eu me desse conta, mas que precisava ser citado e explicado. Notas de rodapé que precisavam ser revistas e normalizadas. E as considerações finais? Pois é, iam sendo adiadas para que os últimos acertos fossem sendo corrigidos. Depois de conseguir escrever quase duzentas páginas o que significa escrever mais duas ou três. Nossa! significa muito. Como é difícil! Parece até ser a parte mais difícil do trabalho (finalizar algo que parece estar apenas começando). Parece ainda que tudo o que aprendemos, lêmos ou pesquisamos é pouco e irrisório. Se eu tivesse mais dias, meses e anos para aprimorar a minha compreensão da História Social (ainda em processo de (re)elaboração) apresentaria possivelmente, um trabalho mais rico em detalhes e discussões historiográficas mais consistentes.

No entanto, esse vazio que tomou conta de mim em ver o papel em branco foi se perdendo na medida em que as idéias, em intensa ebulição, começaram a fluir e a preencher os espaços vazios da folha. E sem querer pensar no rigor, essencial, do trabalho científico, comecei a navegar na contra-mão de paradigmas e correntes de historiadores presos às “armadilhas” de métodos apriorísticos, cheios de interpretações conclusivas.

Os indícios deixados na documentação empoeirada do século XIX, apontam para vários caminhos a serem interpretados. Um deles, o que busquei seguir, indica no substrato do cotidiano dos homens pobres livres alianças e negociações que se firmaram entre eles, os grandes proprietários e o Estado. Essa justaposição de poderes e contra-poderes que permearam as relações paternalistas no cotidiano do trabalho e da convivência muito próxima desses indivíduos - de camadas sociais tão distintas - permitiu a sobrevivência de uns e

a permanência no poder e nos cargos públicos de outros. Permitiu ainda resgatar a porosidade das relações paternalistas, trazendo do anonimato, homens pobres livres, num emaranhado de tensões e interações; propiciando voz, vontade e ação à essa classe tão dessemelhante, sujeitos da História.

No entanto, adentrar por estas frestas requer dentro de uma gama de fontes, fazer um corte e delimitar o que se quer trabalhar. No Ceará, os movimentos sociais que ocorreram nos anos de 1851-52 e 1875, especificamente, encontrados ao acaso, levaram-me a querer investigar um período marcado por uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais profundas – abolição do tráfico internacional de escravos, legalização das grandes glebas de terras, “valorização” do trabalhador nacional, guerras externas - que resultariam na liberdade dos escravos em 1888 e na proclamação da República no ano seguinte.

Grande parte da história do Império pode ser explicada por essas fortes mudanças, citadas há pouco. Entretanto, não se pode esquecer que foi um período marcado por práticas sociais permeadas por vínculos de parentesco, compadrio e lealdade necessários para que novos grupos alcançassem destaque sem abandonar a dependência generalizada das relações paternalistas. Nesse entremear de fortes mudanças e permanências a busca e o peso da tradição vivenciada no cotidiano dos diversos segmentos sociais do dezanove cearense não pode ser pensada de forma cristalizada e sim num movimento permanente construído a partir das vicissitudes e experiências sociais compartilhadas entre homens pobres livres, grandes proprietários e Estado.

O viver e conviver no dia-a-dia, propiciava a essa gente tão dessemelhante que se entrecruzavam nos espaços sertanejos, laços de sociabilidade muito próximos, possibilitando alento/tensões ao homem pobre livre que continuamente redimensionava o teor da vida. Esse constante (re)inventar e (re)elaborar a cotidianidade acontecia, sobretudo porque o recrutamento arbitrário para as Forças Armadas e Guarda Nacional guiava-se pelas decisões personalistas dos que tinham prestígio político, social e econômico nos espaços sertanejos da Província cearense. Neste sentido, lidar com o problema do recrutamento “a laço” só era possível através de uma

articulação, buscada a partir dos acordos verbais, que freqüentemente intermediaram as relações de trabalho e as ocupações nas propriedades.

Os diversos movimentos de resistências sociais dos homens pobres livres quanto ao poder discricionário da conscrição mostrou-se incômodo para os grandes proprietários e Estado, sobretudo em relação as fugas temporárias, rebeliões, desobediências e assassinatos dos “homens de bem”. Na busca incessante de combater os desafetos ou os envolvidos com práticas dissonantes com aquelas impostas pela “nova” normatização do tempo e trabalho, os grandes proprietários e o Estado tentaram cooptar os homens pobres livres o tempo inteiro, a partir de intensas negociações e acordos mútuos.

Quanto às comparações com as Províncias de Pernambuco e, eventualmente, Bahia, foram uma necessidade que senti em ter um referencial – considerando que a minha graduação e especialização foi feita em Pernambuco (UFPE) – para que eu pudesse fazer algumas comparações; afinal de contas História é uma Ciência Social que exige isso. Como Pernambuco compartilha um sertão com o Ceará, onde se cria gado e planta-se algodão, a comparação é inevitável. Além disso, o Ceará envolveu-se com 1817 e 1824, o que denota as ligações políticas e familiares entre as elites locais cearenses e pernambucanas.

“O esforço é grande e o homem é pequeno... A alma é divina e a obra é imperfeita”. Pensando com o magistral poeta Fernando Pessoa³⁸⁴, finalizo esse trabalho, confessando com humildade que ele foi parte de um sonho, de uma pequena etapa conquistada do longo caminhar “profissional” que terei pela frente; e mesmo sendo ele “imperfeito” não deixa de ter um doce gostinho de vitória, de realização e de missão cumprida.

³⁸⁴ Pessoa, Fernando. *Mar Português. (Possessio maris). Padrão In: Tabacaria e outros poemas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. (coleção clássicos de ouro)

FONTES e BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS

JORNAIS

- **O Cearense:** jornal de grande circulação no século XIX. Durante sua circulação, foi o porta-voz do Partido Liberal. Seus artigos procuram sempre atender as aclamações das classes desprivilegiadas. Sua circulação era diária.

Período catalogado: Fortaleza, janeiro de 1850 a dezembro de 1880.

- **Pedro II:** Órgão do Partido Conservador. Era o principal jornal opositor do Partido Liberal, tecendo comentários e críticas no calor da hora contra os artigos e editoriais do jornal O Cearense. Sua circulação era diária.

Período catalogado: Fortaleza, julho de 1867 a dezembro de 1874.

- **O Araripe:** Órgão do Partido Liberal, foi fundado em 1855. Juntamente com o jornal O Cearense, tecia ardentes críticas às medidas arbitrárias da elite conservadora. Circulava duas vezes por semana.

Período catalogado: Crato, julho de 1855 a agosto de 1864.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)

- Livro de Registro de Terras da Freguesia de São José da Cidade de Granja (códice)

Data de Abertura: 22 de novembro de 1854.

- Livro de Registro de Terras da Cidade de Ipu (códice)

Data de Abertura: 06 de novembro de 1854.

Fundo: Ofícios as Juntas Paroquiais de Alistamento

- Ofício enviado por Ezmerino G. Parente ao pároco de Santa Quitéria no dia 12 de janeiro de 1876, no qual se mostra ciente das desordens ocorridas na paróquia, em razão do recrutamento militar da população.
- Circular apresentada ao presidente provincial e mais membros da Junta do Sorteio Militar, pelo presidente Francisco de Farias Lemos, no dia 21 de junho de 1876.
- Ofício do pároco de São Francisco, referente ao retardamento da conclusão dos trabalhos da junta paroquial para o alistamento, enviado pelo presidente Francisco de Farias Lemos no dia 05 de julho de 1876.

Fundo: Executivo Provincial

Ministério dos Negócios da Guerra

- Ofício do Presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira, sob o nº 4512, ao conselheiro ajudante-general, para que os recrutados fossem inspecionados antes de serem enviados para à Corte, 1875.
- Circular do Presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira, ao comandante do Exército e da Armada para que recomende às autoridades locais (juiz de paz, subdelegado e pároco) a recomporem as juntas de alistamento em todas as paróquias, 1875.
- Circular do presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira, ao presidente da Comarca Municipal que forma as juntas de revisão do alistamento, para que as juntas funcionem normalmente nos períodos de eleição, 1875.
- Circular do presidente da Província para os juizes de Direito, delegados de polícia e inspetores de quartirão, para que faça cumprir a Lei do recrutamento, de 1874, sem medir esforços contra as "turbas", 1875.

Fundo: Guarda Nacional

Série: Ofícios Expedidos

- Listas das guardas nacionais que se referem aos artigos 35,36 e 37 do Decreto de nº 1130, de 14 de março de 1853, União, Várzea Alegre e Viçosa, cx 34, 1851-1895.
- Ofício do conselheiro Vicente Peres da Motta ao presidente da Província sobre a prisão indevida do guarda nacional Francisco Jacinto Prata, que por embriaguez foi preso e enviado para o Exército; União, Várzea Alegre e Viçosa, cx 35, 1851-1895.
- Ofício do coronel e comandante superior interino, Ivo Cassiano Pamplona, ao presidente Dr. Pedro Leão Velloso, sobre a prisão de 36 guardas nacionais para lutarem na Guerra do Paraguai, Aracati, cx 04, 1866-1889.
- Ofício do comandante superior interino, Guilherme P. Azevedo, ao presidente da Província, Dr. João de Sousa Mello e Alvim, comunicando o voluntariado de José Gonçalves Malveiro e do pagamento da gratificação ao capitão Antônio Candido Antunes, Aracati, cx04,1866-1889.
- Ofício do coronel e comandante superior interino, Ivo Cassiano Pamplona, ao presidente Dr. Pedro Leão Velloso, sobre a petição de Joanna Maria da Conceição que solicita a soltura do seu marido sob a alegação da isenção legal do mesmo. Aracati, cx 04, 1866-1889.
- Ofício do coronel e comandante do Batalhão, Vicente do Espírito Santo Marques, ao presidente da Província, Dr. Pedro Leão Velloso, a respeito das petição do guarda nacional Joaquim Francisco de Medeiros do batalhão sob o seu comando que foi enviado para o *front* por vingança política. Villa de Viçosa 02/2/1868, União, Várzea Alegre, Viçosa, cx35, 1851-1895.
- Ofício do coronel e comandante superior interino, Ivo Cassiano Pamplona, ao presidente, Dr. Pedro Leão Velloso, justificando a prisão de 22 guardas nacionais que se encontravam "*caprixosamente nos sambas*" e por isso foram enviados para a Guerra do Paraguai. Aracati, 26/4/1867, cx04, 1866-1889.

- Ofício do tenente-coronel Silvestre Ferreira Caminha ao tenente-coronel do 6º Batalhão, Antônio Pereira da Graça, solicitando que cumpra a petição do guarda nacional Alexandre Lucas Ferreira, por ser afilhado do juiz daquela comarca. Aracati, 03/3/1866, cx 04, 1866-1889.
- Ofício do tenente-coronel Silvestre Ferreira Caminha ao presidente da Província, Dr. João de Sousa Mello e Alvim, sobre a resistência dos guardas nacionais de Aracati que reagem com armas de fogo e facas no momento das prisões. Aracati, 09/4/1867, cx 04, 1866-1889.
- Ofício do comandante superior João Pereira Castello Branco ao presidente da Província, João de Mello e Avim, no qual a ele comunica a resistência dos guardas nacionais, Plácido Bezerra de Albuquerque, Luiz Antônio Moreira e José Bezerra de Albuquerque. Barbalha, cx 06 1862-1892.
- Ofício do capitão Joaquim do Carmo Ferreira Chaves ao presidente da Província, Dr. João de Souza Mello e Alvim, a respeito dos motins que aconteceram na Villa de Cachoeira a partir da resistência dos desordeiros liderados por José Antônio; Cachoeira, Camocim, Caixa-Só e Canindé, cx09, 1855-1887.
- Ofício do comandante superior Francisco Joaquim da Silveira, em 10 de abril de 1871 à Junta Revisora de Alistamento.
- Ofício do Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior ao quartel do Comando Superior de Acaraú. 20 de abril de 1871.
- Ofício do desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel ao Comando Superior de Acaraú. 07 de janeiro de 1872.

ESTATÍSTICA

BRASIL, Comissão Central de Estatística. *Recenseamento Geral de População*, 1º setembro de 1872.

ANAIS e CONGRESSO

- TRABALHOS do Congresso Agrícola do Recife, Ed. Comemorativa do 1º Centenário, Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, out. 1878.

- *CÓDIGO Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, Rio de Janeiro, 1870.

VIAJANTES

- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. Milton Amado, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975. Col. Reconquistada do Brasil, v.13.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil – Província do Norte*. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980 Col. Reconquistada do Brasil, v.16.
- KOSTER, Henri. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2ª ed. Recife. Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Recife: Secretaria da Educação e Cultura (Coleção Pernambucana, XVI), 1978.

OBRAS RARAS

- GALENO, Juvenal. *Novas Canções Populares. A Seca do Ceará (1878)*. Revista Instituto do Ceará. Fortaleza, 1888.
- TEÓFILO, Rodolpho. *Os Brilhantes*. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro, Seção de Publicações, 1937.
- _____. *História da Secca do Ceará: 1877 a 1880*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988. Col. Reconquista do Brasil, 2ª. Série, v.135. (Artigos publicados originalmente entre 1899 e 1917, no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, tendo sido o estudo "Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil" reproduzido, refundido e ampliado na *América Brasileira*, em 1924. 1ª ed., 1930.
- _____. *Capítulos da História Colonial: 1500-1800*. Prefácio de José Honório Rodrigues, 6ª ed. revista e anotada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976 (1ª. ed., 1907).
- ALEGRE, Maria Sylvia Porto. "Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: Origens do trabalho livre no Ceará Colonial". *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza. v.20/21, nº1/2, p.1-29, 1989/1990.
- ALENCAR, Álvaro Gurgel de. *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Estado do Ceará*. 2.ª edição. Fortaleza, Typ. Minerva, 1939.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e ordem privada no Império*. In: *História da Vida privada no Brasil 2*. Coordenador geral Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A Guarda Nacional em Pernambuco: A Metamorfose de uma Instituição*. Dissertação de Mestrado, UFPE, 1986.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática. 2001.
- ANDRADE, Mário de. *Danças Dramáticas do Brasil*. São Paulo: Martins, 1959.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense. 1973.
- BANDEIRA, Muniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desportos do Estado, 2000.
- BARREIRA, César. *Trilhos e atalhos do poder. Conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. , 1992.

BARREIRO, José Carlos, *O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX*. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1988.

_____. "*Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX*". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº 14, p.131-49, mar./ago. 1987.

BARROSO, José Liberato. *Compilação das Leis Provinciais do Ceará*. Compreendendo os anos de 1835 a 1861, seguida de um índice alfabético pelo mesmo autor, 3 tomos, Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, tomo I(1835-1846); tomo II(1847-1855) e tomo III (1856-1861).

BRASIL, Tomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Tomo II – Coleção Biblioteca Básica Cearense – Fac-símile da edição publicada em 1864.

_____. *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1922, vol. 1.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. *História e Teoria Social*. Tradução Klaus Brandini Gerhart, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

_____. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. "*As forças armadas na primeira República*": o poder desestabilizador In: *História Geral da Civilização Brasileira*, sob a direção de Boris Fausto. Tomo III O Brasil Republicano, 2º volume, Sociedade e Instituições (1889-1930), Difel, Rio de Janeiro - São Paulo, 1977.

CARVALHO, Humberto Feliciano de. *A Guerra do Paraguai: a praça da rendição e os brasileiros desalmados*. Uruguaiana: Liv. Novidade, 1953, outra ed: BIBLIEX, 1980.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária / UFPE, 1998.

- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Coleção Terra Brasilis. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. "A Guarda Nacional". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos. Tomo II: *O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império*. 4.º Volume. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CASTRO, Hebe Maria M. de. *Ao Sul da história: lavradores e pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica: Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *A invenção do cotidiano*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. 1. Arte de fazer.
- CHALHOUB, Sidney e Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, História do Brasil.
- _____. *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. *Conformismo e resistência. Aspecto da Cultura Popular no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHIAVENATTO, Julio José. *Os voluntários da Pátria: e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983.
- COELHO, Edmundo Campos. *O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- CONRAD, C. Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro-Brasília: Civilização Brasileira-INL, 1977.
- CORDEIRO, Celeste. "O Ceará na Segunda Metade do Século XIX". In: *Uma Nova História do Ceará*. Organização de Simone de Sousa e Adelaide Gonçalves. 2ª ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-Miúda*. São Paulo, MGSP Editores, 1992.

- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. Campinas, Hucitec-Unicamp, 1995.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Série Ouro. Editora Martin Claret. São Paulo, 2002.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª edição. Revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. "O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX: sugestões para uma pesquisa". In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Fortaleza: Ed. UFC, 1980.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 6ª ed. Porto Alegre, Globo, 1984.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Globo*. 39ª Edição. São Paulo: Globo, 1993.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIGUEIREDO, Ernesto. *De Sobral a Tuiuti*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 6ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1964.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil -1871-1888*, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Eugene D. Genovese; tradução Maria Inês Rolim, Donaldson Magalhães Garschagem. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988.

GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700*. Tradução do polonês Heryk Siewieski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 4ª edição, revista e atualizada. Coleção Estudos Cearenses, volume 1, Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.

_____. *Evolução Histórica do Cearense*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

GONÇALVES, Adelaide e SOUSA, Simone (orgs). *Uma Nova História do Ceará*. 2ª edição rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. *Construindo uma Nação no Brasil do Século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado*. In: *Diálogos*. Revista do Departamento de História da UEM a/c. Coordenação/Editorial da Universidade estadual de Maringá- Paraná. V.5, n.1. p.11-47, 2001. Anual.

HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil - 1870/1920*. Traduzido por Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

HOBSBAWN, Eric J. *Bandidos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

_____. *Rebeldes e Primitivos*. Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

HOFFNAGEL, Marc. "O trabalho livre, marginalização e manifestações políticas: os homens pobres na sociedade paraibana". s.n.t.l, s.d.l, 18p.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Tradução de Waltensir Dutra. 17ª edição. Rio de Janeiro: ZAHAR editores, 1981.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luis de Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KRAAY, Hendrik. "Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial". In: *Diálogos*, Revista do Departamento de História -UEM, a/c. Coordenação/

Editorial da Universidade Estadual de Maringá. Paraná. V.3, n.3. p.113-151, 1999. Anual.

_____. *"Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos". O "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia (1822-1823)*. In: *Revista Brasileira de História- Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol.22, nº 43, p.109-126, 2002. Semestral.

LEITE, Ana Cristina. *O Algodão no Ceará; estrutura fundiária e capital comercial, 1850-1880*, Fortaleza: SECULT, 1994.

LEITE, Glacyra Lazari. *Pernambuco 1817: Estrutura e Comportamentos Sociais*. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1988.

LEAL, Victor. *Coronelismo, enxada e voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil*. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. 4ªed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LUCENA, Márcio. *Pernambuco e a Guerra do Paraguai: O Recrutamento e os Limites da Ordem*. Dissertação de Mestrado. UFPE. 2000.

MAIA, Clarissa Nunes, *Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: O Controle Social sobre os escravos em Pernambuco no séc. XIX*. Dissertação de Mestrado. UFPE. 1995.

MARQUES, Maria Eduarda Magalhães, *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois/ organização Maria Eduarda Castro Magalhães Marques*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo. HUCITEC, 1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

MENESES, Djacir. *O Outro Nordeste*. 3ª edição. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar , 1995.

MILLET, Henrique Augusto. *O quebra-kilos e a crise da lavoura*. 2ª ed. São Paulo: Global; Brasília: INL, 1987.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente – 1850/1890*. São Paulo: Ed. Brasiliense.1981.

_____. *Crise agrária e luta de classes no Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*. Brasília: Horizonte, 1980.

MONTENEGRO, F. Abelardo. *Os Partidos políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC - Universidade Federal do Ceará, 1980.

_____. *História do cangaceirismo no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC - Universidade Federal do Ceará, 1955.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de publicações CMU/Unicamp, 1998.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 3 volumes. Paris: Garnier, 1897.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *O Império do Brasil*. Lúcia Maria Bastos P. Neves, Humberto Fernandes Machado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desportos do Estado, 2000.

NOVAIS, Fernando A. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; 2)

OLIVEIRA, André Frota de. *Quadros da História de Granja no século XIX*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista!: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora Cortez e Editora Unicamp, 1990.

_____. *O que é Lingüística*. Editora Cortez e Editora Unicamp, São Paulo, 1990.

PAIVA, Manuel de Oliveira. *Dona Guidinha do Poço*. Apresentação de Rolando Morel Pinto. São Paulo: Ática, 1981, (escrito em 1892; 1ª edição 1952).

PESSOA, Fernando. *Mar Português. (Possessio maris)*. Padrão In: *Tabacaria e outros poemas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. (coleção clássicos de ouro).

PINHEIRO, Francisco José. *A Organização do Mercado de Trabalho no Ceará, 1850-1880*. Recife, Dissertação de Mestrado. UFPE, 1990.

_____. "O Homem Livre-Pobre e a Organização das Relações de Trabalho no Ceará (1855-1880)". *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC (20-21), 1/2: 199-230, 1989/90.

- POMER, Leon. *Paraguai: Nossa Guerra Contra este soldado*. Coordenação: Leonardo Trevisan e Enrique Peregalli. Coleção História Popular Nº3. São Paulo: Centro editorial Latino americano, 1976.
- PORTO ALEGRE, Sylvia. "Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: Origem do Trabalho Livre no Ceará Colonial". *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, UFC (20,21), ½: 1-29, 1989/90.
- PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 21ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- PRIORE, Mary Del e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês(1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHULZ, John. *O Exército na Política: origem da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *O Declínio da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado, UFPE, 1988.
- SOUZA, Laura de Melo. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- SOUZA, Simone(coord.). *História do Ceará*. Fortaleza UFC/ Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989.
- SOUTO MAIOR, Armando. *Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.
- TORAL, André. *Adeus, Chamigo Brasileiro: uma História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976.

VIEIRA, Sulamita. *Feira: Espaço de Liberdade ou de Ilusões?* Fortaleza: UFC/NEPS (Série Estudos e Pesquisas, nº 7), novembro/1986. (mimeo)

WILLIAMS, Raymund. *O campo e a cidade: na História e na Literatura*. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Cia das letras, 1989.